

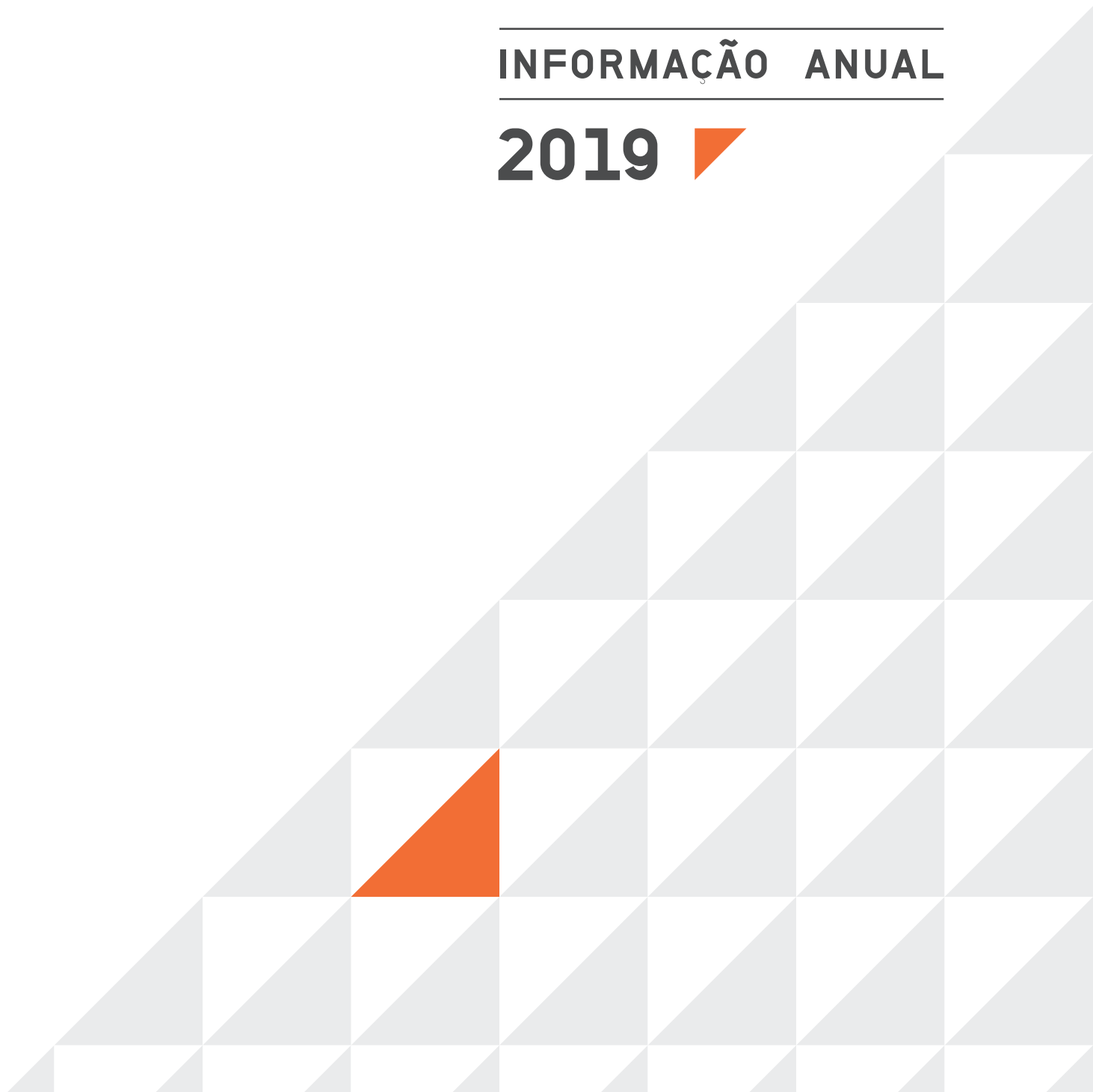
# BiG

---

INFORMAÇÃO ANUAL

---

2019 



T.1

(Euro)

Consolidado (Auditado)	2019	2018	2017	2016
Margem Financeira	24.207.301	23.581.515	15.953.463	25.213.609
Comissões Líquidas	11.074.703	10.034.959	10.591.948	7.661.022
Resultados de Operações Financeiras (Líqu.)	54.419.455	22.975.092	78.420.179	44.308.971
Outros Resultados de Exploração	-1.615.438	-1.407.970	-1.228.249	-1.491.357
<b>Produto Bancário</b>	<b>88.086.021</b>	<b>55.183.596</b>	<b>103.737.341</b>	<b>75.692.245</b>
Custos com Pessoal	-20.324.787	-19.608.214	-23.089.898	-18.580.524
Outros Gastos Administrativos	-10.567.845	-8.452.926	-9.627.285	-7.658.552
<b>Custos de Funcionamento</b>	<b>-30.892.632</b>	<b>-28.061.140</b>	<b>-32.717.183</b>	<b>-26.239.076</b>
<b>Cash Flow Operacional</b>	<b>57.193.389</b>	<b>27.122.456</b>	<b>71.020.158</b>	<b>49.453.169</b>
Amortizações	-2.375.391	-1.961.867	-2.109.865	-1.575.628
Provisões	1.730.876	1.402.500	2.001.590	10.883.496
Imparidades	954.000	939.335	265.696	-318.071
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>57.502.874</b>	<b>27.502.424</b>	<b>71.177.579</b>	<b>58.442.966</b>
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>57.502.874</b>	<b>27.502.424</b>	<b>71.177.579</b>	<b>58.442.966</b>
Impostos Correntes	-11.610.532	-3.830.382	-18.520.409	-14.804.968
Impostos Diferidos	-3.340.919	-526.438	-310.552	74.339
<b>Resultado após impostos antes de interesses minoritários</b>	<b>42.551.423</b>	<b>23.145.604</b>	<b>52.346.618</b>	<b>43.712.337</b>
Interesses minoritários	-472.944	-89.388	0	0
<b>Resultado Líquido</b>	<b>42.078.479</b>	<b>23.056.216</b>	<b>52.346.618</b>	<b>43.712.337</b>

Contas Individuais	2019	2018	2017	2016
<b>Resultado Líquido</b>	<b>40.318.127</b>	<b>20.059.048</b>	<b>50.823.109</b>	<b>43.429.149</b>

Indicadores Selecionados	2019	2018	2017	2016
Total do Ativo	2.268.414.317	2.277.989.803	1.851.222.072	1.759.030.349
Capitais Próprios	399.255.331	347.147.597	339.533.229	265.611.138
Fundos Próprios	367.515.312	329.410.690	329.790.312	290.951.338
Recursos de Clientes	1.289.576.472	1.312.210.871	1.035.793.975	1.049.049.853
Crédito Vencido / Crédito Concedido	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%
Crédito Concedido / Recursos de Clientes	1,6%	3,0%	29,8%	41,7%
Crédito Concedido / Ativo	0,9%	1,7%	16,7%	24,9%
Ativos sob Supervisão (*)	3.798.642.999	3.401.529.469	3.224.261.765	2.841.439.509

(\*) Ativos sob Gestão, sob Custódia e Recursos de Clientes

Rendibilidade	2019	2018	2017	2016
Rendibilidade de Ativos Médios (ROA)	1,9%	1,1%	2,9%	2,6%
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE)	11,4%	6,7%	17,3%	16,1%
Produto Bancário / Ativo Médio	3,9%	2,7%	5,7%	4,6%

Solvência	2019	2018	2017	2016
Rácio de Fundos Próprios Totais de nível 1	43,2%	31,5%	45,1%	31,6%
Rácio de Fundos Próprios Totais	43,2%	31,5%	45,1%	31,6%

Eficiência	2019	2018	2017	2016
Margem Financeira / Ativo Remunerado	1,1%	1,1%	0,9%	1,5%
Custos Transformação / Produto Bancário	37,8%	54,4%	33,6%	36,7%
Custos Pessoal / Produto Bancário	23,1%	35,5%	22,3%	24,5%

Fonte: BIG

# INDICADORES FINANCEIROS

## **Relatório do Conselho de Administração**

Introdução

Resultados das Operações em 2019

Gestão de Risco e Controlo Interno

## **Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Demonstrações Consolidadas dos Resultados

Demonstração Consolidada do Rendimento Geral

Balanço Consolidado

Demonstração Consolidada de Alterações no Capital Próprio

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

## **Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

 **RELATÓRIO  
DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO**

## INTRODUÇÃO

### O Banco – Resumo

O Banco de Investimento Global, S.A. (BiG ou Banco) é um banco privado especializado em investimento e poupança, fundado em 1998 e sediado em Lisboa. O Banco está autorizado a operar em todas as áreas de negócio abertas ao setor bancário e gera a maioria das suas receitas em Portugal.

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco detinha € 2,3 mil milhões em ativos, € 1,3 mil milhões em depósitos de clientes e € 399 milhões em capitais próprios. O BiG foca-se em soluções de poupança e investimento e serviços de assessoria financeira, dirigidos a segmentos de clientes particulares e institucionais. Os negócios do Banco focam-se na angariação de clientes, no crescimento de depósitos, na comercialização de produtos de investimento e na oferta de serviços de gestão de ativos e de património através de uma combinação de plataformas digitais e equipas de vendas. Operacionalmente, o BiG concentra-se na qualidade dos ativos, na gestão de liquidez e de risco de taxa de juro, em controlos operacionais internos, na fiabilidade de execução, na preservação do capital e no controlo dos riscos inerentes ao negócio. O capital do Banco é detido por um conjunto disperso e estável de investidores individuais e institucionais de nacionalidade maioritariamente portuguesa (ver secção *Base Acionista* e Nota 36).

O BiG é gerido tendo como objetivo o crescimento sustentável e com base num modelo de negócio definido que pode ser testado frequentemente por condições de mercado em mudança. Neste contexto, a solvabilidade do Banco e outros rácios operacionais são consistentemente fortes e robustos. O foco na disciplina financeira é deliberado e estratégico. Desde a fundação do Banco há cerca de 20 anos, o crescimento do BiG tem asentado fundamentalmente na retenção da maioria dos resultados gerados internamente, após pagamento de dividendos regulares. A política de retenção de resultados tem sido igualmente importante para alargar e melhorar o modelo de negócio do Banco, incluindo, ocasionalmente, durante períodos de volatilidade nos mercados financeiros. O modelo de

negócio do BiG encontra-se alicerçado em soluções de base tecnológica que visam alcançar os clientes e permitir o processamento de transações. O Banco investe regularmente em processos e procedimentos eficientes e escaláveis e promove uma cultura operacional própria empenhada em minimizar os erros operacionais e as perdas de crédito. O BiG privilegia a qualidade em detrimento da quantidade ou da quota de mercado em todas as suas áreas de negócio, e em momento algum procurou replicar ou reproduzir os modelos de negócio da banca universal tradicional.

O BiG é independente face a grupos financeiros, acionistas específicos ou outros grupos de interesses e, desde a sua fundação, nunca solicitou nem necessitou de qualquer tipo de assistência, capital ou garantias de fontes externas ou públicas.

Esta estratégia de não dependência financeira encontra-se profundamente enraizada na cultura do Banco, proporcionando a liberdade de reflexão e inovação, mas também requerendo a responsabilidade de manter níveis elevados de disciplina financeira, uma rigorosa gestão de risco, confiança na extensa experiência acumulada em mercados financeiros ao longo dos anos e um salutar respeito pela natureza risco/retorno do negócio bancário.

### A nossa atividade

Na sua atividade, o BiG:

**Atrai** depósitos de clientes institucionais e de retalho;

**Aconselha** empresas, clientes institucionais e clientes particulares em matéria de risco de mercado, alocação de ativos e questões estratégicas associadas aos seus negócios;

**Executa** transações em mercados regulados ou OTC (*Over The Counter*) e presta serviços de custódia para clientes individuais e institucionais em função de necessidades de financiamento e da apetência por risco;

**Investe** em ativos líquidos de qualidade;

**Gere** o seu Balanço em conformidade com um modelo bancário não baseado na concessão de crédito;

**Monitoriza** a sua exposição a uma ampla variedade de riscos e, em casos específicos, os ativos dos seus clientes;

**Preserva** a sua reputação e a integridade do seu negócio;

**Valoriza** o seu capital, através da retenção de resultados e gestão prudente da qualidade dos ativos, num ambiente operacional seguro e controlado;

**Inova**, estimulando e desenvolvendo ideias que derivam da sua visão sobre o mercado, e que tem origem na génese empreendedora do Banco.

Para o segmento de clientes particulares, o Banco presta serviços de poupança, corretagem, custódia, gestão de ativos e serviços bancários gerais e de pagamento. Para empresas e clientes institucionais, os serviços prestados incluem gestão de risco de mercado, tesouraria, corretagem, custódia e assessoria financeira. A área de Tesouraria e Mercado de Capitais do Banco foca-se na gestão de liquidez e de Balanço. Esta área desempenha um papel central na cultura de gestão de riscos relacionados com o mercado e de crédito.

O Banco gera as suas receitas predominantemente em Portugal. As principais subsidiárias do Banco focam-se no negócio de banca de investimento (BiG Moçambique) e em investimentos/atividades relacionadas com *FinTech* (OneTier Partners). Em 2019, o Banco abriu um escritório em Madrid e prevê iniciar a atividade bancária de forma plena em Espanha no decurso de 2020, através de uma licença para abertura de sucursal, focando-se na prestação de serviços de *trading* a clientes, receção de depósitos e gestão de ativos, essencialmente através de plataformas digitais, assim como em serviços de assessoria financeira a empresas.

De uma forma geral, o ativo do Banco apresenta diversidade geográfica e setorial, que pode variar ao longo do tempo, em função das condições de mercado e de oportunidades de negócio. O balanço

do Banco reflete ainda a política do BiG de manutenção de elevados níveis de liquidez. Em termos de fontes de financiamento, o Banco foca-se na estabilidade dos depósitos de retalho e no crescimento do capital. O modelo de negócio e a visão do Conselho de Administração relativamente ao nível de alavancagem permitiram ao Banco não recorrer a qualquer emissão de dívida em mais de 20 anos de existência. O Banco interage com os seus clientes através de vários canais integrados: os clientes de retalho são servidos por uma plataforma de investimento *online*, [www.big.pt](http://www.big.pt), e por consultores financeiros localizados em regiões chave. Os clientes institucionais e empresas são servidos por equipas de vendas e de produto presentes principalmente em Lisboa, Porto, Maputo (Moçambique) e Madrid (Espanha).

A plataforma de corretagem do Banco tem por base a sua participação enquanto membro direto da NYSE Euronext, a qual abrange o mercado doméstico e mercados internacionais chave. Adicionalmente, o Banco estabelece parcerias com fornecedores globais de serviços financeiros, de modo a proporcionar aos seus clientes o acesso a um conjunto de outros mercados mundiais de ações, opções e futuros. As plataformas para negociação de outros produtos em mercado *over the counter* (OTC), obrigações ou fundos de investimento, têm tipicamente por base uma combinação de soluções tecnológicas desenvolvidas internamente e acordos com contrapartes e fornecedores.

### **Wealth Management e Advisory**

Esta área de negócio do BiG serve clientes de retalho e institucionais com diferentes necessidades e expectativas através de uma abordagem multicanal integrada, apoiada por uma plataforma proprietária de serviços bancários e de negociação, e por uma rede de unidades de negócio em Portugal, Espanha e Moçambique.

A combinação de plataformas *online* e equipas de vendas especializadas permite aos clientes do BiG executar operações bancárias, gerir as suas poupanças e investir através de alguns dos princi-

pais mercados regulados mundiais. O Banco disponibiliza soluções e serviços bancários direcionados para clientes com perfil diversificado, desde clientes autónomos a clientes que procuram apoio relativamente a decisões de investimento, através de ferramentas desenhadas para colmatar as necessidades bancárias diárias e uma ampla variedade de produtos tradicionais de poupança e fundos de investimento.

Para clientes particulares, investidores institucionais e para médias e grandes empresas, os profissionais de áreas chave do BiG desenvolvem soluções financeiras especializadas, executam estratégias de negociação e de investimento e prestam apoio na gestão de risco dos respetivos ativos e negócios. O BiG oferece uma ampla gama de serviços que inclui negociação em mercados regulados, *research*, estruturação de produtos OTC, gestão de ativos, cobertura de riscos de mercado e assessoria financeira.

### **Tesouraria e Mercado de Capitais**

A área de Tesouraria e Mercado de Capitais foca-se nas atividades de investimento e crédito do Banco, centraliza a gestão de liquidez e de Balanço do BiG e desempenha um papel central na cultura de análise e gestão de riscos relacionados com o mercado. Para além da gestão do risco de taxa de juro inerente à carteira de crédito do Banco, esta área partilha análises e informação especializada sobre mercados para consumo interno, pode ser envolvida no desenvolvimento de produtos para clientes de retalho e para empresas, e gere as posições de tesouraria e de risco do Banco.

### **Reguladores**

As atividades do Banco em Portugal são reguladas pelas seguintes entidades:

Banco de Portugal: data de registo especial a 5 de fevereiro de 1999, sob o Código 61. [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários: data de autorização a 8 de março de 1999, sob o Código 263. [www.cmv.pt](http://www.cmv.pt)

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões: registado como mediador de seguros ligado 2. [www.asf.com.pt](http://www.asf.com.pt)

A atividade do Banco em Moçambique é regulada por duas entidades:

Banco de Moçambique: data de registo a 16 de janeiro de 2016

Bolsa de Valores de Moçambique: data de autorização a 14 de dezembro de 2015

A atividade do Banco em Espanha é regulada pelas seguintes entidades:

Banco de Espanha: data de registo a 31 de maio de 2019, para *Banco de Investimento Global, S.A., Sucursal en España*, com o número de registo 1569. [www.bde.es/bde/en](http://www.bde.es/bde/en)

CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários espanhol) [www.cnmv.es](http://www.cnmv.es)

A nível Europeu, o BiG é considerado uma instituição de “menor importância sistémica” (*LSI-Less Systemically Important*), dada a sua dimensão, sendo por isso supervisionado diretamente pelo Banco de Portugal. O Banco Central Europeu supervisiona diretamente instituições consideradas de “importância sistémica” (*SI-Systemically Important*). O BiG encontra-se sujeito às mesmas regras de supervisão (*single rulebook*) que os restantes bancos da União Europeia, sob as diretrizes da Autoridade Bancária Europeia (EBA).

### **Sumário executivo dos resultados de 2019**

A tabela T.2 contém um resumo dos indicadores chave de resultados e do balanço. Uma análise mais detalhada dos indicadores financeiros e dos resultados dos vários segmentos de negócio pode ser consultada nas secções RESULTADOS OPERACIONAIS e DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e nas NOTAS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS.

T.2

(Euro 000)

Resumo dos Resultados	2019	2018	2017	2016
Produto Bancário	88.086	55.184	103.737	75.692
Custos Operacionais	-30.583	-27.681	-32.560	-17.249
Impostos	-14.951	-4.357	-18.831	-14.731
Resultado Líquido	42.078	23.056	52.347	43.712
Capitais Próprios	399.255	347.148	339.533	265.611
Fundos Próprios	367.515	329.411	329.790	290.951
Total do Ativo	2.268.414	2.277.990	1.851.222	1.759.030
Crédito	21.117	38.827	309.094	437.485
Recursos de Clientes	1.289.576	1.312.211	1.035.794	1.049.050
Rácio de Fundos Próprios Totais de nível 1	43,2%	31,5%	45,1%	31,6%
Rácio de Fundos Próprios Totais	43,2%	31,5%	45,1%	31,6%

Fonte: BiG

**O Banco obteve um Resultado Líquido Consolidado de € 42,1 milhões em 2019, que compara com € 23,1 milhões em 2018;**

**Os Resultados por Ação foram de € 0,24 em 2019, que comparam com € 0,13 por ação em 2018;**

**O Produto Bancário do Banco em 2019 foi de € 88,1 milhões, que comparam com € 55,2 milhões em 2018;**

**A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) em 2019 foi de 11,4%, que compara com 6,7% em 2018;**

**O Valor Contabilístico das ações ordinárias do BiG aumentou para € 2,32 por ação a 31/12/2019, que compara com € 2,02 em 2018;**

**O rácio consolidado Tier 1 Capital do BiG a 31/12/19 foi de 43,2%, que compara com 31,5% no final de 2018;**

**O rácio consolidado de alavancagem foi de 16,1% a 31/12/19, que compara com 15,2% a 31/12/18;**

**O rácio consolidado de cobertura de liquidez a 31/12/19 era de 265%, que compara com 198% em 2018;**

**O rácio de crédito vencido / crédito total foi de 0,1%, em linha com a média histórica de perdas de crédito negligenciáveis.**

Em 2019, mais de 90% das receitas do Banco foram geradas em Portugal, decor-

rendo a maioria do remanescente da unidade de banca de investimento em Moçambique. A atividade em balanço em termos de ativos focou-se em títulos de elevada qualidade e liquidez nas carteiras de ativos financeiros detidas pelo Banco. O balanço contém um nível relativamente reduzido de crédito concedido, que pela sua natureza apresenta menor liquidez e que, no atual contexto de mercado, traduz um perfil de risco/retorno pouco interessante. Dada a elevada liquidez do balanço, o risco de crédito e os níveis de concentração são geridos tendo em consideração as condições de mercado e o sentimento dos investidores relativamente às taxas de juro. Estas atividades são estruturais e permanecem inalteradas face aos anos anteriores.

As análises desenvolvidas pelo BiG relativamente à concentração de crédito e a oportunidades de investimento têm por base as expectativas do Conselho de Administração quanto às tendências em termos de qualidade de crédito, taxas de juro e liquidez do mercado, assim como a correlação destes fatores com acontecimentos políticos, económicos ou regulatórios. Como parte de uma estratégia de longo prazo e de apetência pelo risco, uma maioria substancial da exposição do Banco envolvia risco-país que não Portugal, incluindo outros países Europeus, os Estados Unidos da América (EUA) e América Latina. Durante grande parte do ano, os eventos políticos na Europa, especialmente no Reino Unido e Itália, acompanhados pela queda generalizada das taxas de juro, pelo baixo nível de cresci-

mento económico e por eventos associados ao enquadramento político nos EUA, foram alguns dos temas que influenciaram a evolução dos mercados.

Neste enquadramento, a base de ativos financeiros do Banco manteve-se estável, ao passo que se verificaram aumentos de liquidez e de capitais, bem como da margem financeira, comissões líquidas e dos resultados de operações financeiras em mercado. Estes fatores contribuíram para o aumento do Produto Bancário e do Resultado Líquido. Os rácios de desempenho associados à qualidade de ativos, liquidez e solvabilidade mantiveram-se robustos e são os pilares fundamentais sobre os quais o Conselho de Administração construiu uma estratégia de longo-prazo de investimento e crescimento sustentável.

### Indicadores Chave da Demonstração de Resultados

Os proveitos operacionais em 2019 aumentaram 60% para € 88,1 milhões. De uma forma geral, os resultados beneficiaram das receitas mais elevadas de Tesouraria e Mercado de Capitais, acompanhadas pelo aumento da margem financeira e das comissões associadas às atividades de corretagem e gestão de ativos, que compensaram os custos mais elevados associados ao investimento realizado em Espanha e ao aumento do número de colaboradores para apoiar o crescimento. As imparidades e ativos não rentáveis foram particularmente baixos,

em linha com os anos anteriores. Durante 2019, os níveis de confiança nos segmentos mais associados ao modelo de negócio do BiG foram condicionados por questões geopolíticas e por receios de desaceleração económica na Europa e Ásia.

Os mercados globais de ações registaram um ano de subidas, ao passo que as taxas de juro e *spreads* de crédito continuaram a diminuir de uma forma generalizada. O Banco não tem exposição significativa aos mercados de ações, mas gere carteiras de rendimento fixo e, na Europa, as taxas de juro mantiveram-se a níveis historicamente baixos. Este enquadramento de taxas levou a uma diminuição histórica da taxa de poupança em Portugal e a um aumento significativo no crédito ao consumo, o qual não faz parte do modelo de negócio do BiG. Genericamente, o Conselho de Administração tende a contrariar tais tendências. Com taxas de mercado próximas de zero e que frequentemente não refletem o risco de crédito subjacente, o Conselho de Administração optou por não aumentar a sua apetência por risco durante a maior parte de 2019. Como resultado, o Banco geriu elevados níveis de liquidez e manteve uma posição neutra em relação aos níveis elevados de confiança, ao crescimento do crédito ao consumo e à redução dos *spreads* de crédito que se observaram no mercado interno.

Em 2019, os custos operacionais – custos com pessoal, gastos gerais administrativos e amortizações – aumentaram 7% comparativamente ao ano anterior. O crescimento dos custos com pessoal foi modesto, enquanto que as despesas administrativas aumentaram em virtude de um maior investimento em sistemas e outros custos associados a serviços de suporte à atividade corrente e investimentos relativos à futura atividade bancária em Espanha. Os encargos com impostos aumentaram, em função do aumento dos Resultados Antes de Impostos.

### Indicadores Chave do Balanço

O total do Ativo a 31 de dezembro de 2019 ascendeu a € 2,3 mil milhões, permanecendo praticamente inalterado face ao final do ano anterior. Os principais ati-

vos remunerados do Banco, geridos de modo a maximizar a liquidez e controlar os riscos de concentração, correspondem maioritariamente a uma carteira diversificada constituída sobretudo por instrumentos financeiros líquidos de rendimento fixo e encontram-se mensurados sob a rubrica contabilística “*Hold to Collect and Sell*” ou “*Hold to Collect*” a partir de 1 de janeiro de 2018, em linha com a IFRS 9.

O rácio de Crédito / Depósitos no final de 2019 foi de 1,6%, que compara com 3,0% no ano anterior. O montante de crédito concedido representou 0,9% do total do Ativo, o que compara com um rácio de 1,7% no final de 2018. Estes rácios podem variar ligeiramente de ano para ano, mas tendem a permanecer estruturalmente baixos ao longo do tempo. Estes rácios também contribuem para o elevado nível de liquidez estrutural e refletem a estratégia do modelo de negócio do Banco no que concerne à diminuta ênfase aos empréstimos ao consumo. O rácio de Crédito Vencido / Crédito Concedido era de 0,1% em 31/12/2019, valor em linha com os níveis negligenciáveis dos anos anteriores.

As principais fontes de financiamento do Banco são: (i) depósitos de clientes de retalho, (ii) capitais próprios (iii) acordos de venda/recompra de ativos estabelecidos com contrapartes de mercado, entre as quais se encontram instituições financeiras com presença global, e (iv) ocasionalmente, transações de venda/recompra com o recurso à plataforma EUREX Repo para prazos geralmente mais curtos. As duas primeiras componentes são consideradas *core*, ao passo que as restantes variam de acordo com as oportunidades e preços do mercado. Até à data, o Banco não emitiu quaisquer instrumentos representativos de dívida e, em linha com o seu modelo de negócio e a sua alavancagem estruturalmente baixa, não tem planos para o fazer. O financiamento obtido junto do BCE foi inexistente ao longo de todo o ano, tendo sido integralmente substituído por depósitos e por um maior recurso a acordos de venda/recompra de ativos com contrapartes de mercado globais.

O valor do capital social manteve-se inalterado, ascendendo a € 171,9 milhões

(171.947.388 de ações ordinárias emitidas, cada uma com um valor nominal de € 1). Durante o ano, o Banco procedeu à remissão de € 12 milhões de ações preferenciais remíveis, emitidas em 2016 como parte de um programa de incentivos para o Conselho de Administração e colaboradores-chave. O Banco espera realizar durante 2020 uma segunda emissão de ações preferenciais remíveis com um montante e propósito semelhantes, sujeito a aprovação regulatória.

Os capitais próprios aumentaram para € 399,3 milhões face aos € 347,1 milhões a 31/12/18, traduzindo o impacto de variações positivas nas reservas de reavaliação, a distribuição de um dividendo antecipado em novembro de 2019, bem como os resultados mais robustos gerados em 2019. A rubrica de Fundos Próprios Consolidados ascendia a € 367,5 milhões no final de 2019, o que compara com € 329,4 milhões a 31/12/2018.

## Enquadramento Operacional 2019

### Introdução

Durante 2019, os mercados de ações apresentaram-se mais robustos, particularmente nos EUA, e as taxas de juro mantiveram-se baixas, especialmente na Zona Euro. Nos EUA, o crescimento económico superou a tendência, com a criação de emprego e indicadores gerais a serem inesperadamente positivos e consistentes. A recuperação na Europa enfraqueceu, ao mesmo tempo que o crescimento na Ásia e mercados emergentes desacelerou. As tensões geopolíticas, sempre presentes, não foram fatores tão determinantes para o comportamento dos mercados como foram as preocupações com a direção das taxas de juro, política monetária, a ameaça de guerras comerciais, questões políticas, como a definição do Brexit, e as perspetivas de crescimento económico nos maiores blocos. A taxa de desemprego nos EUA desceu para níveis inferiores a 4%, a inflação manteve-se benigna, variações no preço do petróleo não foram eventos relevantes, em parte porque os EUA assumiram o lugar de maior produtor mundial, e o preço do ouro subiu em resposta às tensões globais e expectativas de taxa de juro.



Em Portugal, não ocorreram eventos de impacto significativo. Os resultados das eleições legislativas em 2019 foram os esperados e, com os investidores focados noutros mercados e questões geopolíticas, o crescimento económico em Portugal foi modesto, tendo como pano de fundo uma relativa estabilidade política e a contínua discussão política sobre alocações do Orçamento do Estado. A combinação de uma política monetária ainda acomodatória na Europa, que produziu taxas de juros continuamente baixas, em conjunto com uma gestão cuidadosa dos orçamentos pelo atual governo, possibilitou o acesso normalizado aos mercados da dívida por parte da República Portuguesa. As notas de *rating* da dívida soberana portuguesa têm subido para níveis baixos de *investment grade* nos anos mais recentes. Os resultados do setor bancário têm sido mistos, mas os níveis de capital e os controlos melhoraram de forma generalizada, sob um desafiante escrutínio regulatório. Os resultados ao nível de grupo da maioria dos bancos, excluindo o Novo Banco, parecem ter passado de significativamente negativos para níveis de rentabilidade positiva mais consistentes. O aumento do crédito ao consumo e os elevados níveis de crédito vencido (NPLs) em partes do setor bancário continuam a ser uma preocupação em Portugal e noutros países europeus.

Os eventos de mercado que mais afetaram o desempenho do Banco e as suas perspetivas durante 2019 estiveram relacionados,

por um lado, com as tendências creditícias, os movimentos globais nas taxas de juro e as perspetivas de crescimento nas principais economias mundiais e, por outro lado, com as políticas, riscos e oportunidades associados à gestão da Administração Pública, a intensidade e volume da regulação e os efeitos do legado dos principais concorrentes do Banco. O primeiro conjunto de factos é fundamental para o modelo de negócio do Banco, para a gestão do seu balanço e para o negócio com os clientes e constitui também um ponto-chave para a criação de valor para os seus acionistas. O segundo conjunto tornou-se igualmente crítico no contexto do acompanhamento permanente da reputação de entidades soberanas e outras no sul de Europa por parte dos credores externos e investidores internacionais, enquanto o impacto no setor bancário e as pressões competitivas permanecem relevantes.

O entendimento e enquadramento do Banco relativamente a oportunidades de negócio e questões regulatórias, fiscais, laborais, sociais e competitivas, são discutidos nesta secção de forma mais detalhada e ao longo do Relatório do Conselho de Administração.

### Indicadores Macroeconómicos e Tendências Económicas – Detalhe

#### Global

O crescimento económico mundial registou um abrandamento significativo e atin-

giu 2,9%, traduzindo uma desaceleração homogénea observada nos blocos desenvolvido e emergente que foi justificada essencialmente pelo agravamento das tensões comerciais entre os EUA e a China. Esta tensão se estendeu à esfera da propriedade intelectual em particular depois do Presidente Trump ter anunciado medidas restritivas sobre a atividade da Huawei.

O comércio internacional registou uma quebra relevante pelo mesmo motivo, com destaque para o impacto prejudicial que incidiu sobre o setor industrial. O agravamento das tarifas sobre as importações de produtos dos EUA provenientes da China levou a retaliações recíprocas, assistindo-se a um interessante fenómeno de aceleração das trocas regionais, nomeadamente entre os EUA e o México, bem como entre a China e os demais parceiros asiáticos.

O indicador referente ao PMI Industrial a nível global registou uma leitura recessiva ao longo de todo o ano, sendo que esta situação foi mitigada pela evolução resiliente do setor de serviços – numa economia global que assenta cada vez mais na Era do Conhecimento e do mundo digital.

Após o *upswing* cíclico entre meados de 2016 a 2018 que motivou um estreitamento dos *output gaps*, o ano transato voltou a ficar marcado pela retração da inflação core, situação que levou a generalidade dos Bancos Centrais a adotar políticas monetárias expansionistas,

T.3

Indicadores Macroeconómicos (%)	PIB			ICP		
	2018	2019	2020E	2018	2019	2020E
USA	2,9	2,3	1,8	2,5	1,8	2,1
Zona Euro	1,9	1,2	1,0	1,8	1,2	1,3
Portugal	2,4	2,2	1,5	1,2	0,3	0,9
Japão	0,3	1,0	0,4	1,0	0,5	0,6
China	6,7	6,1	5,8	2,1	2,9	3,1
Rússia	2,5	1,3	1,7	2,9	4,5	3,3
Médio-Oriente	2,6	2,0	2,7	4,0	1,5	2,2
Ásia-Pacífico	4,9	4,4	4,2	2,1	2,3	2,6
América Latina	1,6	1,1	1,9	7,5	3,3	8,6
Economias Desenvolvidas	2,3	1,7	1,5	2,3	1,7	1,8
Economias Emergentes	4,9	4,4	4,4	3,6	3,2	4,0
<b>Mundo</b>	<b>3,6</b>	<b>2,9</b>	<b>3,1</b>	<b>3,6</b>	<b>3,4</b>	<b>3,0</b>

Fonte: FMI e BiG Research

replicando a própria atuação da Reserva Federal (FED). O dólar norte-americano acabou por valorizar face a um *basket* de divisas internacionais, mesmo num contexto de quebra significativa das taxas de juro de longo prazo nos EUA.

## EUA

A economia americana registou uma desaceleração para 2,3% em 2019, espelhando um movimento relativamente alinhado com a economia mundial. A quebra da atividade industrial e do investimento acabou por ser, parcialmente, mitigada pela evolução favorável do consumo interno que continua a beneficiar de uma taxa de desemprego historicamente baixa e de uma gradual pressão ascendente sobre o crescimento salarial.

O efeito negativo agregado que resultou do agravamento das tensões comerciais, da suavização do choque fiscal de 2017 anunciado por Trump e de condições de financiamento mais restritivas sobre os diversos agentes da economia Americana, levou o FED a inverter a trajetória de normalização das taxas de juro. Com efeito, a Reserva Federal norte-americana cortou, numa magnitude surpreendente, em 75 p.b. a taxa de juro diretora, fixando o intervalo superior nos 1,75% respetivamente.

Adicionalmente ao corte da taxa de juro diretora, o FED reverteu a política de redução de ativos do seu Balanço, em particular depois de se ter assistido a um choque assimétrico nas condições de financiamento do mercado interbancário dos EUA – com a respetiva taxa de juro (*repo market*) a atingir de forma súbita os 10% em setembro (cerca de 4 vezes a taxa de referência do FED) – obrigando a Reserva Federal a intervir diretamente no mercado, injetando liquidez, numa situação inédita desde a crise 2008/09. Refira-se que na sequência dessa intervenção, o Balanço dos ativos totais detidos pelo FED aumentou mais de USD 400 mil milhões para USD 4,15 biliões até final de 2019.

O mercado de ações norte-americano voltou a fixar novos máximos históricos, tendo os índices S&P 500 e Nasdaq registado valorizações no período de 29%

e 38%, respetivamente. Beneficiou essencialmente das expectativas do mercado em torno de um acordo comercial EUA-China, o qual acabou por ser pré-anunciado no final do ano, bem como pela reação muito favorável dos investidores na sequência da surpreendente magnitude do corte de taxas de juro promovido pelo FED. No mercado de obrigações, assistimos a um reforço do aplainamento da curva de dívida norte-americana, motivado pela quebra significativa das taxas de juro de longo prazo – no qual as taxas de juro a 10 anos nos EUA atingiram 1,90% no final de 2019 (vs. 2,60% no final do ano anterior).

## Europa

A economia europeia desacelerou de uma maneira acentuada, quedando-se o crescimento do PIB na região nos 1,2% em função da quebra significativa da procura externa e da contração do nível de inventários. As economias periféricas acabaram por registar um desempenho relativo melhor do que o observado pelos países core, uma vez que o modelo de crescimento alemão – assente no setor industrial e exportações – foi amplamente penalizado no contexto do agravamento das tensões comerciais Sino-Americanas. A economia alemã escapou, marginalmente, do cenário de uma recessão técnica no segundo semestre, refletindo também pressão acrescida sobre alguns setores chave, com destaque para o Automóvel.

Ao nível da política monetária, destaque para o fim do mandato de Mario Draghi no cargo da presidência do BCE, sendo substituído na respetiva função por Christine Lagarde. Refira-se que numa das suas últimas decisões enquanto presidente do BCE, Draghi anunciou em setembro um novo plano de *Quantitative Easing* – compra de ativos mensais de EUR 20 mil milhões e – cortou adicionalmente em 10 p.b. a taxa de depósitos no BCE para -0,5%, de forma a estimular a concessão de crédito. O enquadramento macroeconómico mais débil e a espiral desinflacionária da região facilitaram esta decisão do BCE, contendo a apreciação do Euro e assegurando taxas de juro próximas de zero e/ou negativas, o que facilita a política de refinanciamento dos países Europeus –

muitos deles com níveis de dívida excepcionalmente elevados.

No que respeita ao desenvolvimento do Brexit, depois da demissão de Theresa May da liderança do executivo britânico (julho), Boris Johnson assumiu o cargo de líder do Partido Conservador e foi nomeado primeiro-ministro. Face à recusa do Parlamento em aprovar os termos do acordo do Brexit, entretanto, renegociado pelo próprio com os líderes Europeus, Johnson optou por convocar eleições antecipadas para 12 de dezembro, nas quais obteve uma vitória esmagadora – assegurando que o Brexit se concretizaria a 31 de janeiro de 2020, seguido de um período de transição para negociação dos acordos comerciais até final do mesmo ano.

Em relação às diferentes classes de ativos, os mercados acionistas europeus registaram ganhos expressivos (média de valorizações em torno de 20 p.p.), ao passo que as taxas de juro na Europa prosseguiram a tendência de queda – tendo a taxa de juro das *Bunds* alemãs encerrado o ano em torno dos 20 p.b. negativos e as taxas de juro periféricas prolongaram o significativo movimento de compressão de *spreads* em relação à dívida alemã. Já o Euro registou uma quebra de aproximadamente duas figuras em relação ao USD, encerrando o ano em torno dos 1,11.

## Portugal

O PIB aumentou 2,2% em 2019, menos 0,4 pontos percentuais que no ano anterior, essencialmente pelo contributo menos positivo da procura interna. Já a procura externa líquida apresentou um contributo ligeiramente menos negativo face a 2018 – verificando-se uma desaceleração tanto das exportações como das importações de bens e serviços.

A trajetória favorável do exercício orçamental prolongou-se em 2019, estimando-se que o défice orçamental tenha atingido os 0,1% do PIB e a dívida pública em relação ao produto se tenha fixado num nível pouco acima de 120%. Não obstante, persistem os desafios ao nível da redução da despesa pública, sobretudo num contexto

para 2020 menos favorável, traduzindo o agravamento da incerteza na Europa com o Brexit e o momento económico mais débil dos principais parceiros europeus.

As eleições legislativas em outubro acabaram por ditar a vitória do Partido Socialista, ainda que sem a obtenção de uma maioria absoluta. Por outro lado, assistiu-se a um crescimento residual de partidos de franja – fora do espectro político tradicional – corroborando uma tendência que se assiste na generalidade dos países europeus.

Os riscos idiossincráticos do país estão relacionados com o sobreaquecimento do mercado imobiliário, dependência recente muito significativa das receitas de turismo e o necessário incremento dos ganhos de produtividade do país.

### Perspetivas de Negócio para 2020

No início de 2020, os principais temas a nível global são:

- ▲ O efeito do Covid-19 na economia global e a extensão de uma expectável recessão a nível mundial;
- ▲ Momento de extrema volatilidade nos mercados financeiros;
- ▲ Contexto político nos EUA: o rescaldo do processo de impugnação do Presidente Trump, a gestão da crise Covid-19, e as eleições presidenciais em novembro;
- ▲ Estímulos fiscais na Europa para promover o crescimento, particularmente em respeito à desaceleração do motor industrial da Alemanha;
- ▲ Comércio internacional e perspetivas de um acordo comercial entre EUA e China;
- ▲ A evolução da inflação.

### Políticas Contabilísticas Relevantes

As demonstrações financeiras do BiG são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) tal como emitidas pelo *Inter-*

*national Accounting Standards Board* (“IASB”). A preparação das demonstrações financeiras de acordo com IAS/IFRS, requer que o Banco efetue um conjunto de julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que podem afetar a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Estas análises traduzem a experiência acumulada e as perspetivas do Conselho de Administração, entre outros fatores, e são periodicamente reavaliadas à luz do contexto operacional. Eventuais alterações a estas estimativas e pressupostos poderão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco nos períodos em que ocorrem. O Conselho de Administração considera que as estimativas e pressupostos adotados refletem de modo apropriado o contexto vigente, e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a situação financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa do BiG a 31 de dezembro de 2019, de acordo com as normas IFRS.

As políticas contabilísticas relevantes utilizadas pelo Banco são apresentadas em detalhe nas *Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*, sendo que a mais relevante para o Banco corresponde à mensuração pelo justo valor dos instrumentos financeiros. Isto resulta do facto de a carteira de ativos remunerados ser maioritariamente constituída por ativos líquidos, de rendimento fixo ou variável, por oposição a ativos com menor liquidez. Como resultado, a maioria do Balanço está avaliada a preços de mercado (*marked to market*), o que leva a uma maior transparência na informação contabilística. No entanto, este modelo requer maior disciplina financeira, dado o impacto que a volatilidade do mercado tem em determinadas categorias-chave do Balanço. Em parte, esta disciplina financeira reflete-se na baixa alavancagem do Banco, no foco em ativos de qualidade e sólidos e nos elevados níveis de solvência. Perante a ocorrência de eventos que reduzem a transparência e/ou liquidez nos mercados, como tem vindo a ocorrer ocasionalmente nos últimos anos, gerando assim volatilidade no mercado, a utilização desta política de mensuração pelo justo valor pode ter um impacto significativo na forma como os ativos financeiros são avaliados

e, consequentemente, nas demonstrações financeiras do Banco.

De acordo com as normas contabilísticas aplicadas, IFRS 13, o cálculo do justo valor dos ativos pode ter por base três níveis de informação, a que correspondem diferentes graus de incerteza. O método com menor nível de incerteza corresponde à cotação do preço do ativo num mercado altamente líquido (Nível 1). Quando um ativo não é transacionado num mercado líquido ou quando não existem preços cotados, o justo valor pode ser calculado através de metodologias de avaliação baseadas em informação de mercado de ativos financeiros comparáveis (Nível 2). O método com maior nível de incerteza corresponde ao cálculo do justo valor através de técnicas de avaliação que incorporem informação de mercado relevante que não é observável (Nível 3).

As metodologias de valorização que se baseiam em dados não observáveis em mercado implicam um maior grau de julgamento, comparativamente às metodologias baseadas inteiramente em dados observáveis. Praticamente todos os ativos financeiros do Banco são avaliados com base em preços e informação de mercado que traduzem a utilização das metodologias de Nível 1 e 2 acima descritas. Quando outras técnicas de avaliação, designadamente a utilização de modelos financeiros, são utilizadas para calcular o justo valor de alguns ativos, tais técnicas são periodicamente revistas e validadas. Os modelos são ajustados de modo a garantir que as respetivas conclusões refletem os preços e a informação de mercado de ativos comparáveis. Adicionalmente, os modelos priorizam a incorporação de informação de mercado, quando disponível, face à incorporação de informação não observável. A seleção dos modelos financeiros adequados e a incorporação de informação exigem um maior grau de análise discricionária quando não existe informação de mercado imediatamente disponível.

A partir de 1 de janeiro de 2018, em conformidade com a transição para a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (“IFRS 9”), o Banco classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: (i) ativos financeiros detidos para negociação

(*Trading*), (ii) ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral (*Hold to Collect and Sell* ou HTCS) e (iii) ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado (*Hold to Collect* ou HTC).

Os ativos financeiros detidos para negociação correspondem a ativos adquiridos com o objetivo de realizar mais-valias através da respetiva alienação antes do seu vencimento. Nesta carteira, as variações no justo valor dos ativos são reconhecidas na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral correspondem a instrumentos financeiros adquiridos com o objetivo de receber os *cash-flows* contratuais, bem como, dependendo das condições de mercado, realizar ganhos ou limitar perdas com a sua alienação antes da respetiva maturidade. Nesta carteira, as variações no justo valor dos ativos são reconhecidas em reservas de reavaliação, ou seja, em capital próprio.

Os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado são instrumentos financeiros de longo prazo adquiridos com o objetivo de receber todos os *cash flows* contratuais.

Para que seja possível mensurar os instrumentos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral ou pelo custo amortizado, os *cash-flows* deverão ser compostos exclusivamente por capital e juros. Deste modo, o Banco analisa as características dos instrumentos financeiros de forma a assegurar que cumprem com a definição de SPPI (*Solely Payment of Principal and Interests*) conforme definido na IFRS 9.

Para estas três categorias, os instrumentos financeiros são reconhecidos ou desreconhecidos na data de negociação, ou seja, na data em que o Banco se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral e os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado encontram-se sujeitos a perdas por imparidade. Com a

implementação da IFRS 9, o reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade foi alterada, passando de uma “perspetiva de perda incorrida” para uma “perspetiva de perda esperada”. O modelo do Banco é focado no conceito de aumento significativo do risco de crédito, cuja determinação é baseada na evolução de fatores de mercado como *ratings* e preços.

O aumento do risco de crédito é classificado com base em três *stages* distintos:

**Stage 1** – Os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se venha a verificar um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses após a data de reporte;

**Stage 2** – Incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial, ainda que essa situação não se tenha materializado em perdas concretas e sejam apenas indícios. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos (“*lifetime*”);

**Stage 3** – Os ativos financeiros classificados neste *stage* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultam numa perda. Neste caso, será reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Para apurar a perda de crédito esperada, o Banco implementou um modelo cujos parâmetros incorporam os requisitos *point in time, through the cycle e forward looking*, calculado mensalmente. No caso da carteira de títulos, que é a que tem mais expressão em balanço, a probabilidade de *default* (PD) é estimada com base nos *spreads* de crédito que são obtidos a partir das curvas das taxas de juro de mercado (curva de taxa de juro de emitente vs. curva de taxa de juro sem risco). Com

este modelo, o Banco apura a perda de crédito esperada.

Os passivos financeiros, incluindo depósitos e financiamento através de acordos de venda/recompra, são mensurados ao custo amortizado.

### **Resultados do modelo de perdas esperadas de crédito**

A tendência das perdas esperadas de imparidade de crédito, segundo o modelo interno do Banco em conformidade com a IFRS9, tem sido decrescente nos últimos dois anos. Note-se que os valores a dezembro de 2017 respeitam ao balanço de abertura a 01/01/2018, depois da aplicação da norma contabilística relevante.

Os principais fatores para a queda recente nas Perdas Esperadas de Crédito (ECL – Expected Credit Losses) são (i) a diminuição significativa do risco de crédito em 2018 de um instrumento financeiro de dívida de uma região autónoma espanhola, levando a que este emitente deixasse de estar classificado no *stage 2* passando agora para *stage 1*; e (ii) a continuação do estreitamento das curvas, em particular ao nível das dívidas soberanas.

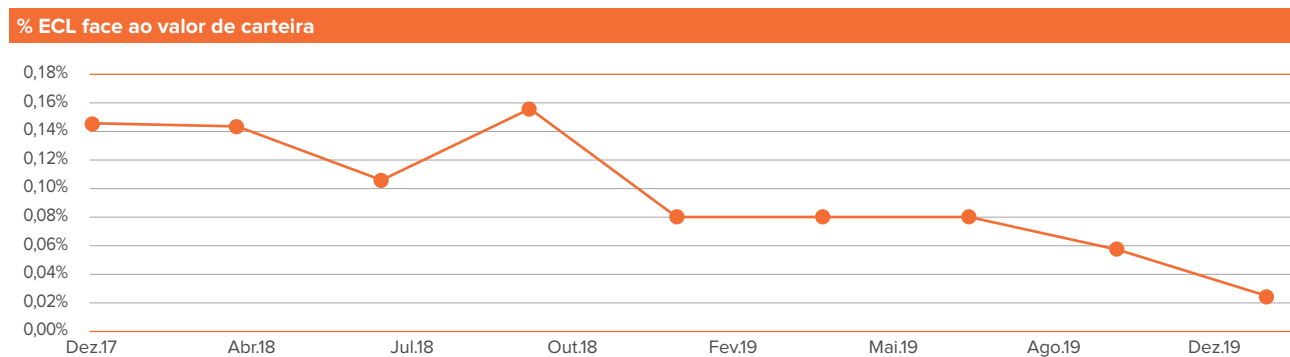
### **Outros elementos contabilísticos relevantes para 2019 incluem:**

**Impostos diferidos:** Os ativos por impostos diferidos podem decorrer de uma variedade de fatores, correspondendo as mais significativas a: (i) potenciais perdas com ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral registados a preços de mercado, que poderão originar futuras perdas reconhecíveis para efeitos fiscais, (ii) perdas registadas na Demonstração de Resultados que apenas podem ser reconhecidas para efeitos fiscais quando se regista o correspondente fluxo financeiro e (iii) prejuízos fiscais passíveis de serem reconhecidos no futuro. Os impostos diferidos são calculados de acordo com as regras fiscais em vigor ou substancialmente aprovadas e utilizando as taxas de impostos à data de balanço e que se espera que sejam aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

T.4

País / Geografia	Tipo de exposição	Perdas Esperadas de Crédito em euros		
		dez/17	dez/18	dez/19
Espanha	Soberano	1,661,770	68,256	-
	Corporates	-	-	7,073
	Financeiras	-	-	8,724
Itália	Soberano	-	745,722	86,447
	Corporates	-	3,617	2,200
	Financeiras	-	670	13,011
Portugal	Soberano	-	-	-
	Corporates	290,975	212,336	141,186
	Financeiras	-	1,777	28,397
Emergentes	Soberano	109,303	277,209	80,643
	Corporates	57,813	151,677	28,765
	Financeiras	-	-	-
Europa & USA	Soberano	-	-	-
	Corporates	-	646	12,923
	Financeiras	-	2,673	18,293
ABS	Corporates	11,982	-	2,623
	Financeiras	122,464	-	35,103
		<b>2,254,307</b>	<b>1,464,583</b>	<b>465,388</b>

F.1



Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando seja expectável que existam lucros tributados no futuro.

*Controlo sobre avaliação de instrumentos financeiros:* As infraestruturas de controlo são independentes das áreas de geração de receitas. Estes processos, conjuntamente com as metodologias acima referidas, são definidos pelo Conselho de Administração e controlados ou revistos pelas funções de auditoria interna e externa do Banco.

*Revisão das receitas e despesas líquidas:* A contabilização das receitas e despesas é da responsabilidade de funções independentes e de controlo e é verificada diariamente pelo Conselho de Administra-

ção. O objetivo é identificar e resolver potenciais problemas associados ao justo valor ou contabilístico das receitas numa base objetiva e periódica.

### Desenvolvimentos Regulatórios que Afetaram a Atividade do Banco em 2019

Em 2019, o setor financeiro, e particularmente o setor bancário europeu, continuou a caracterizar-se por uma envolvente bastante exigente do ponto de vista legislativo. Enquanto os legisladores avaliam o impacto e eficiência da atual regulação na atividade das instituições, continua a verificar-se uma tendência para o reforço do quadro normativo exis-

tente e não para uma redução do mesmo. Para o ano de 2019, destacamos as seguintes alterações legislativas ou regulamentares:

### Segunda Diretiva dos Serviços de Pagamento (PSD2)

A Diretiva (UE) n.º 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno (PSD2), procurou responder às preocupações relacionadas com a proteção e segurança dos consumidores na utilização dos serviços de pagamento, preservando a escolha do consumidor em melhores condições de segurança, eficácia e eficiência de custos.

A PSD2 tem sido implementada de forma gradual tendo em consideração, nomeadamente, a possibilidade de dispensa de implementação de mecanismos de contingência (*fallback solution*).

A PSD2 veio concretizar (i) as regras de segurança para a iniciação e processamento de pagamentos eletrónicos, bem como para a proteção dos dados financeiros dos consumidores, através de indicadores que são apenas do conhecimento do utilizador, (ii) a abertura dos serviços de pagamento a *Third Party Providers* (TPP's), a quem as instituições terão que facultar informação e API's (*Application Programming Interface*) e (iii) o reforço dos mecanismos de controlo, por forma a monitorizar e controlar eventuais incidentes operacionais ou de segurança de carácter severo relativamente a incidentes que tenham ou sejam suscetíveis de ter repercussões nos interesses financeiros dos seus utilizadores de serviços de pagamento.

### **PRIIPs ("Packaged Retail Investment Products")**

O regime jurídico sobre um pacote de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros (PRIIPs) veio assegurar a execução do Regulamento (UE) n.º 1286/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro, que prevê reforçar a transparência da oferta de produtos aos investidores não profissionais e assegurar a aplicação, de forma transversal e harmonizada ao nível da União Europeia, de requisitos uniformes para o processo de venda e disponibilização do Documento de Informação Fundamental (DIF) deste tipo de produto, alguns dos quais de maior complexidade e dificuldade de compreensão das suas características, custos e riscos.

Este pacote veio estabelecer um conjunto de normas sobre o conteúdo da publicidade a PRIIPs e a notificação prévia da informação pré-contratual, bem como a respetiva manutenção e monitorização, que resultaram na publicação do Regulamento da CMVM n.º 8/2018.

O referido regulamento estabelece as regras sobre matérias que se afiguram es-

senciais para a proteção do investidor não profissional, nomeadamente através da consciencialização e responsabilização do investidor não profissional.

### **Prevenção ao Branqueamento de Capitais de Combate ao Financiamento do Terrorismo ("PBCFT") – Portaria 310/2018**

Entrou em vigor a Portaria 310/2018, de 4 de dezembro, que regulamenta o art.º 45º da Lei 83/2017, definindo os tipos de operações a serem comunicadas pelas entidades obrigadas, ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal da Procuradoria Geral da República (DCIAP) e à Unidade de Informações Financeiras da Polícia Judiciária (UIF), bem como o prazo, a forma e os demais termos das comunicações.

A identificação dos tipos de operações cobertas por este relatório que não se enquadram na categoria de operações suspeitas é particularmente relevante no contexto da prevenção ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

O primeiro reporte, no âmbito da Portaria n.º 310/2018, foi realizado em janeiro de 2019.

### **Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei 89/2017**

Em agosto de 2017, foi criada a Lei n.º 89/2017 que aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, transpondo o capítulo III da IV Diretiva, de prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo.

O Registo Central do Beneficiário Efetivo consiste numa base de dados que pretende reunir informação suficiente, exata e atual sobre a pessoa ou as pessoas singulares que, ainda que de forma indireta ou através de terceiro, detêm a propriedade ou o controlo efetivo das entidades a ele sujeitas.

Desde 31 de janeiro de 2020, as entidades abrangidas, nos termos definidos na Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, estão

obrigadas a efetuar consultas ao RCBE dos seus clientes e fazem depender o estabelecimento ou o prosseguimento da relação de negócio, ou a realização da transação ocasional, da verificação do cumprimento da obrigação de registo.

### **ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – Lei 7/2019**

A Lei 7/2019 aprovou o regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros (RJDSR) tendo transposto, para o sistema legal português, a Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de janeiro e revogou o Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho.

Neste contexto, de acordo com o artigo 8.º da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, e com efeitos em janeiro de 2019, o BiG viu o seu registo junto da Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões ser alterado, passando de Mediador de Seguros Ligado 2 para Agente de Seguros.

### **Processos Regulatórios Periódicos**

#### **Processo de Autoavaliação de Adequação de Capital Interno (ICAAP)**

No âmbito do processo anual de Autoavaliação de Adequação de Capital Interno ("ICAAP") o BiG realiza uma análise interna acerca das técnicas e modelos utilizados na avaliação qualitativa e quantitativa do capital interno e dos riscos a que está ou poderá vir a estar exposto. O BiG efetua ainda uma análise crítica acerca: (i) da adequação dos processos de gestão e acompanhamento do capital e dos riscos, (ii) das perspetivas sobre a evolução do capital interno e dos riscos materialmente mais relevantes, (iii) do seu perfil de risco e (iv) da adequação dos níveis de capital interno e avaliação das necessidades de capital.

Do ponto de vista qualitativo, este relatório reflete ainda uma análise descritiva acerca: (i) dos processos de gestão e acompanhamento do capital interno e dos riscos e (ii) da adequação da organização, estrutura e

processos face às necessidades de capital interno e aos riscos incorridos.

No que concerne aos aspetos quantitativos, deve ser feita uma (i) identificação e quantificação dos riscos materialmente mais relevantes, (ii) descrição do processo de agregação das avaliações de risco, (iii) avaliação global das necessidades de capital, a qual deve contemplar, nomeadamente, a incerteza sobre o modelo utilizado, as fragilidades de procedimentos, sistemas e controlos do risco e as diferenças entre fundos próprios e capital interno.

No processo ICAAP é ainda feita: (i) uma descrição do plano de contingência para assegurar a gestão da atividade e a adequação do capital interno perante uma recessão ou crise, (ii) indicação dos fatores macroeconómicos considerados relevantes para efeitos do cenário de recessão ou crise e (iii) indicação das principais insuficiências detetadas no ICAAP e as medidas definidas para superar as tais insuficiências, incluindo a respetiva calendarização.

O enquadramento normativo deste relatório é a instrução nº 03/2019 do Banco de Portugal, que revogou a instrução nº 15/2017 do Banco de Portugal, com periodicidade de reporte anual, que pode ser mais detalhado ou simplificado por decisão discricionária do regulador.

No seu relatório anual de ICAAP, o Banco apresenta uma análise dos controlos e técnicas de mitigação dos principais riscos: mercado, crédito, operacional, taxa de juro da carteira bancária, concentração, sistemas de informação, liquidez, taxa de câmbio, *compliance* e reputação. Dos vários riscos a que o Banco está sujeito, o BiG considera como materialmente relevantes aqueles que estão definidos em sede de Pilar I (mercado, crédito, operacional e *credit valuation adjustment*), o risco de taxa de juro da carteira bancária, o risco de concentração e risco soberano. Para cada uma destas tipologias de risco são calculados requisitos de fundos próprios. As metodologias adotadas para o apuramento dos requisitos para os riscos de pilar I têm como ponto de partida os modelos regulamentares. Para os riscos de Pilar II (risco de taxa de juro da carteira bancária, concentração e soberano são

utilizados modelos internos ou modelos baseados em metodologias desenvolvidas por outros Bancos Centrais.

Na sequência do exercício anual efetuado pelo BiG, o Conselho de Administração considera que os atuais níveis de capital e liquidez são adequados tendo em conta: (i) o perfil de risco, (ii) as condições atuais, (iii) as perspetivas para o futuro próximo e (iv) a dimensão e complexidade do Banco.

### Processo de Autoavaliação de Adequação da Liquidez Interna (ILAAP)

A Instrução nº 02/2019 do Banco de Portugal pretende dar cumprimento às orientações da EBA/GL/2016/10 – Orientações relativas às informações no âmbito do ICAAP e do ILAAP recolhidas para efeitos do mais alargado Processo de Análise e Avaliação para fins de Supervisão (SREP – *Supervisory Review and Evaluation Process*). Esta instrução tem como objetivo definir os procedimentos relativos ao processo ILAAP e estabelecer os respetivos modelos de reporte ao Banco de Portugal, por forma a garantir que o risco de liquidez a que as instituições se encontram expostas é avaliado adequadamente e que estas mantêm níveis adequados de liquidez. Às instituições é exigido que: (i) garantam que os riscos de liquidez e de financiamento a que se encontram expostas são adequadamente identificados, medidos, geridos e monitorizados e que a liquidez de que dispõem é adequada face ao respetivo perfil de risco, (ii) disponham de um processo desenvolvido internamente que permita identificar, medir, gerir e monitorizar a liquidez que obedeça aos requisitos mínimos e orientações definidos na Instrução nº 02/2019 do Banco de Portugal.

O ILAAP é um processo que: (i) integra o processo de gestão e a cultura da instituição, é revisto regularmente e considera o contexto regulatório e o ambiente económico no qual a instituição opera; (ii) tem em consideração o tipo, a dimensão, a complexidade e o modelo de negócio da instituição, assim como o ambiente operacional e a natureza e riscos das atividades desenvolvidas; e (iii) assume um cariz prospetivo com referência às instituições

que disponham de uma estratégia interna para manter níveis adequados de liquidez. Estes incluem cenários de recessão ou crises, e têm em consideração planos e as formas como estes se relacionam com fatores macroeconómicos.

### *Supervisory Review and Evaluation Process (SREP)*

O SREP é o processo de análise e avaliação, conduzido pelas autoridades de supervisão, que visa assegurar se cada instituição de crédito dispõe de estratégias, processos, capital e liquidez adequados aos riscos a que está ou poderá vir a estar exposta. Este processo enquadra-se no segundo Pilar de Basileia.

O supervisor tem por objetivo determinar os requisitos de capital e liquidez e as demais medidas de supervisão para colmatar as fragilidades específicas de cada instituição tendo em conta, não apenas características de cada instituição, como também o risco que a mesma constitui para o sistema financeiro.

O SREP é um processo que é aplicado tanto a entidades significativas como a entidades não significativas, tendo em linha de conta o princípio da proporcionalidade. A frequência e profundidade da avaliação realizada no SREP por parte do supervisor podem variar consoante: (i) o impacto potencial de cada instituição no sistema financeiro e (ii) o respetivo perfil de risco.

A análise feita pelo supervisor no âmbito do SREP estabelece que devem ser avaliados os riscos aos quais as instituições se encontram expostas. Esta análise deve incluir: (i) modelo de negócio, (ii) governo interno e gestão do risco, (iii) riscos para capital e (iv) riscos para liquidez e financiamento.

Na sequência desta análise, é feita uma avaliação global tendo por base uma abordagem holística, onde são tomadas decisões relativas às medidas quantitativas de capital e liquidez, bem como outras medidas de supervisão.

Nesta abordagem de SREP feita pelo supervisor estão compreendidos os seguintes exercícios:

#### **Avaliação de Risco**

A avaliação do risco permite aferir continuamente os níveis de risco a que a instituição se encontra exposta e os respetivos controlos internos. Esta avaliação baseia-se numa análise quantitativa e qualitativa e recorre a indicadores retrospectivos e prospetivos.

Os riscos com impacto no capital e na liquidez são avaliados por níveis de risco e pelos correspondentes procedimentos de controlo/mitigação do risco implementados. O Banco de Portugal afere o risco e a rentabilidade de negócio das instituições, bem como o respetivo governo interno e gestão do risco. Todas as avaliações são, depois, integradas numa avaliação global.

#### **Avaliação da Adequação de Capital e de Liquidez**

O SREP compreende uma análise abrangente dos processos internos de avaliação da adequação de capital – ICAAP e da liquidez – ILAAP. Estes são processos-chave de gestão do risco das instituições, que contribuem para a determinação dos requisitos de capital e liquidez.

O supervisor afere o cumprimento dos requisitos de fundos próprios definidos no Pilar I dos Acordos de Basileia, que considera como limites mínimos. Adicionalmente, as instituições devem constituir requisitos específicos de fundos próprios e de liquidez adicionais para cobrir riscos não cobertos, ou não integralmente cobertos, pelo Pilar I. Para o efeito, as instituições têm de utilizar os seus métodos internos de cálculo e avaliação, refletidos nos seus processos de ICAAP e ILAAP.

#### **Quantificação de Capital e Liquidez entre outras**

O Banco de Portugal utiliza no SREP informação relativa a cada instituição: (i) reportes periódicos, (ii) ICAAP e ILAAP, (iii) apetência ao risco, (iv) *benchmarks* ou *proxies* de supervisão utilizados para verificar e testar as estimativas das instituições, (v) resultados da avaliação de risco,

(vi) resultado dos testes de esforço, e (vii) prioridades gerais do Banco de Portugal em matéria de riscos.

Com base na informação analisada e avaliada ao longo do SREP, o Banco de Portugal efetua a avaliação global da adequação dos fundos próprios e da liquidez da instituição de crédito e prepara decisões. As decisões de SREP incluem uma conclusão global sobre o nível adequado de fundos próprios e de liquidez da instituição avaliada. Podem incluir igualmente medidas qualitativas, por exemplo a resolução de deficiências da gestão do risco das instituições. As conclusões desta análise e quaisquer ações corretivas necessárias são comunicadas à instituição de crédito, à qual é dada oportunidade de apresentar por escrito ao Banco de Portugal observações sobre os factos, objeções e fundamentos jurídicos relevantes para a decisão.

#### **Plano de Recuperação**

O Plano de Recuperação é um instrumento concebido para ajudar as instituições financeiras a prepararem-se para a gestão de crises financeiras. O Plano de Recuperação descreve as medidas e procedimentos a adotar para retomar o equilíbrio financeiro e o normal funcionamento do negócio após a ocorrência de um evento dessa natureza.

Os principais objetivos do Plano de Recuperação passam por estabelecer um processo de planeamento organizado e preventivo das medidas de gestão a seguir caso se verifique uma crise financeira, idiossincrática ou sistémica, assegurando que o Banco tem capacidade para reagir de forma atempada e adequada à mesma.

O enquadramento normativo deste reporte é o Aviso n.º 03/2015 do BdP, Art.º 116.º D do RGICSF e o Regulamento Delegado (UE) 2016/1075 da Comissão.

O Plano de Recuperação do BiG prevê um conjunto de medidas de recuperação que visam o reforço da liquidez, capital ou fundos próprios do Banco, descrevendo os mecanismos e pressupostos subjacentes ao seu eventual acionamento num cenário de tensão macroeconómica e financeira grave. Estes mecanismos preveem, designadamente, a possibilidade de alienação

de ativos do Banco com o intuito de corrigir insuficiências ou necessidades financeiras, o acesso a meios de financiamento como forma de manutenção do normal desenvolvimento da atividade e o aumento do capital com o objetivo de reforçar os níveis de solvabilidade do Banco.

Como parte integrante da gestão, e para efeitos de elaboração do Plano de Recuperação, o BiG identificou os indicadores de recuperação relevantes. A natureza destes indicadores é: (i) capital, (ii) liquidez, (iii) qualidade dos ativos e (iv) rentabilidade dos ativos. Estes indicadores são essencialmente alertas preventivos para o acionamento de medidas de recuperação. Estes traduzem-se, na prática, em valores resultantes da monitorização de eventos e/ou em resultados dos testes de esforço e análise de cenários efetuados nalguns casos diariamente no âmbito da estrutura de controlo e gestão de risco do Banco. Este acompanhamento permite uma pronta resposta e a tomada de ação imediata, de forma a assegurar a viabilidade e solidez financeira do Banco.

O enquadramento normativo prevê que no Plano de Recuperação estejam definidos um nível de alerta e um nível de ativação para cada um dos indicadores de recuperação. Na eventualidade de algum dos *triggers* ser atingido, as instituições terão que notificar o Banco de Portugal de tal facto bem como avaliar a necessidade da tomada de alguma das medidas de recuperação. Estes níveis são sinalizadores preventivos que têm como objetivo antecipar, mitigar e evitar eventuais problemas financeiros na Instituição. O BiG para além dos níveis de alerta e ativação, definiu também para cada um dos indicadores de recuperação níveis de pré-alerta. Estes níveis de pré-alerta constituem um aviso interno e têm por objetivo que sejam tomadas as medidas necessárias de forma pró-ativa para que os níveis de alerta e ativação nunca sejam atingidos.

#### **Plano de Financiamento e Capital**

O Plano de Financiamento e Capital (*Funding and Capital Plan*) é um exercício de previsão a médio-longo prazo, realizado anualmente pelo Banco, que incide sobre a evolução futura expetável das principais rubricas de resultados, ativos, passivos e



fundos próprios do Banco. Constitui um elemento de informação submetido periodicamente pelas instituições financeiras nacionais ao Banco de Portugal ao abrigo das suas funções de supervisão prudencial, e conforme previsto na sua Instrução n.º 18/2015 do Banco de Portugal.

Desde 2011, ano em que foi estabelecida a obrigatoriedade deste reporte pelas instituições financeiras, então no contexto do programa de assistência económica e financeira a Portugal, o Plano de Financiamento e Capital tem sofrido várias alterações, incluindo na sua periodicidade de realização e no seu formato, conteúdo e nível de detalhe. Atualmente, o Plano é preparado e reportado pelo Banco anualmente e contém previsões detalhadas de rubricas de resultados, balanço e fundos próprios para um horizonte temporal de 3 anos, incluindo previsões trimestrais para o exercício económico em curso à data do reporte.

### Processo de planeamento do Banco

A preparação do Plano pelo Banco baseia-se em larga medida num processo interno de planeamento financeiro a médio-longo prazo coordenado pelo Conselho de Administração. Este processo de planeamento incorpora um conjunto de expectativas quanto à gestão dos ativos remunerados e fontes de financiamento do Banco. Na medida em que constitui um exercício previsional, o Banco tipicamente assume condições de mercado normalizadas, identificando-se ainda assim alguns fatores de risco com potencial impacto no negócio do Banco e, por conseguinte, nas previsões efetuadas.

Por norma, o Banco não estima uma taxa específica para o crescimento dos seus

ativos. Pelo contrário, o crescimento do Balanço deriva dos fundos disponíveis, das condições de mercado, e da existência de uma base de capital que garante resiliência nos cenários de maior *stress*.

Paralelamente, em função das condições de mercado, o Banco poderá efetuar ajustamentos às diferentes áreas de negócios, oferta de produtos e canais de distribuição, tendo em vista o aumento do financiamento estável, assegurar a preservação do capital e o aumento das receitas. Note-se que este exercício decorre durante o primeiro trimestre do ano, pelo que as projeções podem não coincidir com os resultados atuais no final do mesmo período.

### Planeamento do Banco: resumo de orientações e evolução previsional de indicadores selecionados

Os pressupostos fundamentais considerados pelo Banco incluem crescimento orgânico sustentável e foco contínuo num modelo de negócio baseado em reduzida alavancagem, elevados níveis de capital e níveis confortáveis de liquidez. A estrutura de ativos do BiG é constituída maioritariamente por ativos financeiros com qualidade e liquidez, disponibilidades e aplicações de curto-prazo.

A base de ativos remunerados do Banco tem-se focado em obrigações *investment grade* e títulos de dívida “*corporate*” e soberana emitidos por países membros da Zona Euro e pelos EUA. Esta estratégia deverá manter-se, dado o perfil de risco das alternativas e com base na experiência do Conselho de Administração relativamente a estes mercados específicos.

A reduzida orientação do BiG para a concessão de crédito tem por base a perceção de níveis de risco e retorno considerados inadequados ao longo das duas últimas décadas. O Conselho de Administração antecipa que o rácio Crédito / Depósitos do Banco se mantenha inferior à média de mercado durante o futuro próximo. Com efeito, atendendo ao elevado nível de endividamento empresarial português, e à crescente pressão sobre o setor financeiro para gerar resultados, o Conselho de Administração entende que continua a ser pouco atrativa a alteração do atual perfil de ativos remunerados em favor de um aumento do crédito tradicional.

A estrutura de financiamento do BiG é maioritariamente constituída por uma base de depósitos de retalho, recursos de outras instituições de crédito e capitais próprios do Banco.

Aquando da sua preparação no início de 2019, previa-se para os próximos anos a manutenção do perfil de recursos do Banco, prosseguindo uma estratégia de financiamento prudente, sobretudo com base em recursos estáveis e uma reduzida dependência face ao mercado monetário.

Em virtude de razões estratégicas, o Banco tem utilizado o seu capital de forma conservadora, prevenindo-se a continuidade desta tendência. Ao longo dos anos, e não obstante o pagamento de dividendos desde 2004 (incluindo o pagamento do dividendo antecipado referente ao exercício de 2019), o capital próprio do Banco aumentou para os atuais € 399,2 milhões, essencialmente através da retenção de resultados.

T.5

(Euro)

	2015	2016	2017	2018	2019	Plano de funding e capital Mar 2019	
						2020E	2021E
<b>Carteira de ativos financeiros<sup>(1)</sup></b>	<b>1.019.177.466</b>	<b>1.096.511.868</b>	<b>1.331.048.616</b>	<b>1.979.944.350</b>	<b>1.977.172.221</b>	<b>2.234.862.185</b>	<b>2.346.605.294</b>
% crescimento	-8,9%	7,6%	21,4%	48,8%	-0,1%	-	5,0%
<b>Crédito líquido<sup>(2)</sup></b>	<b>376.820.146</b>	<b>437.484.869</b>	<b>309.093.538</b>	<b>38.826.818</b>	<b>21.116.693</b>	<b>37.532.939</b>	<b>36.633.011</b>
% crescimento	176,7%	16,1%	-29,3%	-87,4%	-45,6%	-	-2,4%

(1) Inclui ativos financeiros disponíveis para venda (*held to collect and sell*), investimentos até à maturidade (*held to collect*) e ativos financeiros detidos para negociação (*held for trading*), em conformidade com a IFRS 9.

(2) Inclui, até 2017, ativos financeiros com colaterais de hipotecas (*mortgage-backed securities*). A partir de janeiro de 2018, em virtude da implementação da IFRS 9, esses ativos encontram-se classificados como ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral (HTCS).

Fonte: BiG

T.6

(Euro)

	2015	2016	2017	2018	2019	Plano de funding e capital Mar 2019	
						2020E	2021E
Depósitos à ordem	315.113.085	428.793.894	488.408.314	626.908.586	803.363.046	645.297.975	653.065.045
Depósitos a prazo	519.022.094	589.609.007	508.366.207	661.937.825	460.186.446	762.040.913	816.737.409
Outros	51.350.688	30.646.952	39.019.454	23.364.460	26.026.980	43.100.496	54.367.927
<b>Total de recursos de clientes</b>	<b>885.485.868</b>	<b>1.049.049.853</b>	<b>1.035.793.975</b>	<b>1.312.210.871</b>	<b>1.289.576.472</b>	<b>1.450.439.384</b>	<b>1.524.170.381</b>
% crescimento	10,0%	18,5%	-1,3%	26,7%	-1,7%	-	5,1%

Fonte: BiG

T.7

	2015	2016	2017	2018	2019	Plano de funding e capital Mar 2019	
						2020E	2021E
Rácio de Fundos Próprios Totais de nível 1	33,2%	31,6%	45,1%	31,5%	43,2%	31,6%	31,3%

Fonte: BiG

## Análise Sumária – Indicadores Financeiros Chave

Para uma análise mais detalhada, por favor consulte a secção *RESULTADOS DAS OPERAÇÕES EM 2019* e as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

### Capital e Solvabilidade

O nível adequado de capital do Banco proporciona confiança aos seus clientes e contrapartes, e reflete aspetos chave da gestão do negócio do Banco. Estes incluem, entre outros, fatores tais como: (i) a monitorização atenta dos riscos potenciais assim como dos retornos esperados, (ii) a aplicação do resultado dos processos de testes de esforço e de planeamento de capital à gestão diária do balanço, (iii) a aferição objetiva do contexto económico-financeiro e de negócio e (iv) a identificação e avaliação dos potenciais riscos materiais, sejam estes específicos ou es-

tratégicos. Conforme referido anteriormente, o Banco efetua regularmente projeções de capital e financiamento que envia ao regulador numa base anual. Estas análises constituem um pilar fundamental para a manutenção da disciplina na tomada de risco e, consequentemente, na utilização de capital.

### Breve resumo do processo de gestão de capital:

Em 2019, os rácios de capital e solvabilidade do Banco foram mais elevados do que os registados nos últimos anos, que já eram sólidos. Em termos gerais, os níveis mais elevados registados no último ano resultaram de uma menor apetência por risco. Contudo, em média, esta consistência é estratégica e decorre de uma gestão cautelosa do modelo de negócio, do controlo do risco, do foco na qualidade dos resultados e de uma política de retenção da maioria dos resultados, inde-

pendentemente dos contextos económico e regulatório.

A combinação de resultados superiores, com a política conservadora e consistente de distribuição de dividendos e a valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda registados ao justo valor, que se reflete na rubrica de reservas de reavaliação em capitais próprios, resultou num aumento do valor dos capitais próprios do Banco para € 399,3 milhões a 31/12/2019, comparado com € 347,1 milhões a 31/12/2018. Este valor é composto inteiramente por capital próprio e não foi efetuada qualquer nova subscrição de capital em 2018. A 31/12/2019, o BiG detinha uma quantidade pouco significativa de ações próprias. O Capital Regulatório do Banco, ou “Fundos Próprios”, calculados de acordo com os regulamentos do Banco Central, ascendiam a € 367,5 milhões a 31/12/2019, comparativamente a € 329,4 milhões a 31/12/2018. Este valor não inclui o Resultado Líquido de 2019, uma vez que

T.8

(Euro 000)

Capital	2019	2018	2017	2016
Capital	171.947	171.947	171.947	156.000
Prémios de emissão	1.362	1.362	1.362	1.362
Ações próprias	-2	-2	-2	-2
Outro rendimento integral acumulado	-2.296	-34.016	-63.827	-87.095
Outras reservas	197.867	184.800	188.627	160.994
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	42.078	23.056	52.347	43.712
Capitais Próprios	399.255	347.148	339.533	265.611
Fundos Próprios	367.515	329.411	329.790	290.951
Rácio de Fundos Próprios Totais de nível 1	43,2%	31,5%	45,1%	31,6%

Fonte: BiG

F.2



este está sujeito à aprovação pelos acionistas na Assembleia Geral que terá lugar no segundo trimestre de 2020.

**O rácio de Fundos Próprios Totais de nível 1 consolidado do Banco atingiu os 43,2% no final de 2019, representando uma subida face aos 31,5% observados no final de 2018 e foi calculado numa base de “fully-phased-in”. Este rácio tem-se mantido consistentemente acima dos valores mínimos regulatórios, incluindo nos momentos de difíceis condições de mercado ocorridos nos últimos 20 anos.**

De forma a garantir uma utilização prudente do capital e um nível confortável de reservas, o Banco efetua diariamente diversos testes de esforço, desenvolvidos internamente, às mais importantes rubricas do balanço. Estes incluem (i) testes de esforço à solvabilidade e (ii) controlos dos limites prudenciais e internos estabelecidos pelo Banco. Estes testes foram definidos para avaliar o impacto nos rácios de solvabilidade decorrentes de alterações adversas. Os resultados dos testes de esforço, ainda que hipotéticos, servem regularmente como aviso ao Conselho de Administração e às diversas áreas de negócio, para reduzir o risco ou

diversificar as concentrações. Alguns exemplos de resultados de alguns cenários analisados pelo Conselho de Administração a 31/12/2019 são apresentados e discutidos com maior detalhe na secção GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO do presente relatório e na Nota 40. Estes resultados decorrem de eventos relativos a quedas súbitas e acentuadas no preço de títulos de dívida soberana.

Na tabela T.9 apresentam-se os resultados do impacto nos rácios de solvabilidade do Banco no final de dezembro de 2019, em cada cenário.

Através do ICAAP, o Banco analisa igualmente a forma como, num cenário de crise severa, seria gerido o Balanço do Banco, em termos de geração de liqui-

dez e/ou aplicação dos capitais próprios. Esta aferição incorpora riscos de mercado, de crédito e operacionais e, quando combinada com análises de cenários diárias, conforme descrito anteriormente e na secção de GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO do presente relatório, constitui a base para a avaliação permanente pelo Conselho de Administração quanto à adequação do capital do Banco.

### Liquidez e Recursos

A liquidez é uma base fundamental para a gestão do Banco e manteve-se sólida em 2019, em linha com os anos anteriores.

O rácio Crédito Concedido / Recursos de Clientes caiu em 2019 e manteve-se em

T.9

Dezembro 2019 - Stress test	Cenário 1	Cenário 2
Rácio de Fundos Próprios Totais de nível 1	37,3%	36,1%
Rácio de fundos próprios totais	37,3%	36,1%

**Cenário 1:** Variações negativas em justo valor reconhecidas a 100% em Fundos Próprios em conformidade com *haircuts* da EBA

**Cenário 2:** Variações negativas em justo valor reconhecidas a 120% em Fundos Próprios em conformidade com *haircuts* da EBA

Fonte: BIG

T.10

(Euro 000)

<b>Liquidez e Recursos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Crédito concedido / Recursos de clientes	1,6%	3,0%	29,8%	41,7%
Ativos remunerados / Total do ativo	78,1%	79,2%	80,4%	69,5%
BCE	0	0	0	0
Recursos de Outras Instituições de Crédito	491.760	554.334	410.261	396.823
Recursos de clientes/ Total passivo e capital	56,8%	57,6%	56,0%	59,6%

Fonte: BiG

linha com a tendência histórica. O financiamento por via de acordos de venda/recompra estabelecidos com várias contrapartes da banca internacional continuou, apesar de as operações tenderem a ser menos frequentes e com prazos mais extensos. Desde 2016, o Banco não requereu qualquer linha de financiamento do BCE. De forma geral, a liquidez potencial não utilizada do Banco, baseada na capacidade de utilizar ativos financeiros elegíveis como colateral para aceder a linhas adicionais de financiamento, permanece com um elevado rácio de ativos elegíveis/depósitos. A liquidez disponível aumenta, em média, para 100% dos depósitos quando os ativos financeiros disponíveis para venda não-elegíveis e os valores em caixa são incluídos no valor disponível não utilizado das *Pools* do BCE/EUREX.

Numa base consolidada, o rácio de Crédito Concedido/Total Ativo Líquido decresceu para 0,9% em 2019, comparado com 1,7% em 2018. O rácio Crédito Concedido/Recursos de Clientes, um indicador-chave de liquidez, decresceu para 1,6% face a 3,0% no final de 2018. O crédito tradicional permanece um segmento não estratégico, o que constitui um fator chave no modelo de negócio do Banco e fundamental para a sua gestão da liquidez, qualidade dos ativos e utilização eficiente do capital próprio.

Em 2019, tal como em anos anteriores, a maioria dos ativos do Banco eram instrumentos financeiros de dívida líquidos, contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral (HTCS), ao custo amortizado (HTC) ou, com menor

expressão, detidos para negociação (*Trading*). O Conselho de Administração considera que a estratégia em manter uma carteira de ativos líquidos registados a preços de mercado encoraja a disciplina nas tomadas de risco e o crescimento do Balanço, o que coincide com a política de absoluta transparência na avaliação de ativos financeiros. A combinação de (i) uma baixa concentração de crédito ilíquido, (ii) uma reduzida alavancagem do Balanço comparativamente ao capital próprio e fontes estáveis de financiamento e (iii) uma política de manutenção de uma carteira de ativos disponíveis e livres de encargos garantindo níveis de liquidez confortáveis, são fundamentais para o modelo de negócio do Banco e para a rentabilidade registada desde que foi fundado.

T.11

(Euro)

	<b>Valores médios 1.º trimestre 2019</b>	<b>Valores médios 2.º trimestre 2018</b>	<b>Valores médios 3.º trimestre 2017</b>	<b>Valores médios 4.º trimestre 2016</b>
ECB - Valor da POOL - Ativos Elegíveis (inclui <i>haircut</i> ) <sup>(1)</sup>	276.898.662	208.546.514	247.479.787	279.134.855
ECB - Valor da POOL - Tomadas	0	0	0	0
<b>ECB - Valor da POOL - Disponíveis</b>	<b>276.898.662</b>	<b>208.546.514</b>	<b>247.479.787</b>	<b>279.134.855</b>
EUREX Repo - Valor da POOL <sup>(2)</sup>	495.295.890	564.938.656	543.163.751	549.113.824
EUREX Repo Tomadas Net: (Tomadas - cedências)	116.666.667	95.000.000	128.333.333	160.000.000
<b>Eurex Repo - Disponíveis</b>	<b>344.561.126</b>	<b>438.901.725</b>	<b>393.096.570</b>	<b>369.279.631</b>
Ativos elegíveis e disponíveis não integrados nas POOLS	137.618.275	126.399.698	129.788.716	103.861.867
<b>Total de ativos elegíveis e disponíveis</b>	<b>759.078.063</b>	<b>773.847.937</b>	<b>770.365.073</b>	<b>752.276.353</b>
Activos elegíveis não disponíveis (dados como garantia - SII, Eurex, Outras Repos)	128.584.720	79.914.707	68.697.122	176.717.167
Ativos não elegíveis dados em colateral em repos	120.523.240	5.351.708	0	0
Ativos não elegíveis livres	595.783.362	610.528.149	626.931.173	558.308.479
<b>Ativos não elegíveis - Total</b>	<b>716.306.602</b>	<b>615.879.858</b>	<b>626.931.173</b>	<b>558.308.479</b>

(1) POOL de ativos valorizada com preços do BCE que podem não coincidir com os preços de mercado.

(2) POOL de ativos valorizada aos preços da Eurex.

Fonte: BiG

Igualmente conforme verificado em anos anteriores, as principais fontes de financiamento do Banco durante 2019 foram (i) recursos de Clientes, (ii) capitais próprios que também aumentaram, (iii) financiamento através de acordos de venda/recompra estabelecidos com contrapartes de mercado, que aumentaram em termos homólogos e (iv) financiamento através de acordos de recompra de curto prazo com a EUREX Repo. O Banco não emite títulos de dívida, uma vez que este tipo de financiamento não é considerado estratégico no contexto do atual modelo de negócio e plano de investimentos do Banco.

## Resultados

**O Produto Bancário do Banco registou em 2019 um aumento de 59,6% para € 88,1 milhões face aos € 55,2 milhões em 2018. O Resultado Líquido aumentou 82,5% para € 42,1 milhões, comparativamente a € 23,1 milhões em 2018, e a rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) do Banco cifrou-se em 11,4%, que compara com 6,7% em 2018.**

Os mercados de ações recuperaram significativamente, ao mesmo tempo que as taxas de juro e os *spreads* de crédito de instrumentos financeiros de dívida caíram de forma geral. Potenciais obstáculos à evolução dos mercados – enquadramento político em Itália, questões geopolíticas, crescimento na Europa e Brexit, para nomear alguns – não impactaram a confiança generalizada, ao passo que a procura por *yield* influenciou a maioria das principais classes de ativos.

Independentemente das condições de mercado, a estratégia de longo prazo defi-

nida pelo Conselho de Administração é de manutenção de um perfil de risco baixo, de preservação de capital e de crescimento sustentável. Deste modo, a gestão de negócio efetuada em 2019 incluiu (i) a decisão de redução do apetite por risco e a de limitar o crescimento de ativos financeiros em carteira, gerindo simultaneamente os períodos médios de maturidade, (ii) o foco em aumentar a margem financeira, (iii) a decisão estratégica de expansão para Espanha de parte do negócio de plataformas de negociação/*Wealth Management* e (iv) a continuação dos investimentos cuidadosamente selecionados nas componentes digitais no negócio de clientes do Banco, gerador de comissões e não baseado em crédito.

Do lado da despesa, as principais rubricas de custos operacionais aumentaram, em virtude dos maiores custos com pessoal, gastos gerais administrativos e depreciação, decorrentes dos planos de crescimento e reforço da atividade do Banco e das áreas de controlo. Em 2019, **o rácio de eficiência, definido como Custos de Funcionamento/Produto Bancário, ascendeu a 37,9%, que compara com 50,9% no ano anterior, traduzindo o aumento das receitas do Banco.**

As provisões líquidas foram positivas em 2019, as perdas por imparidade permaneceram baixas e as despesas relacionadas com as perdas de crédito foram praticamente nulas.

A estimativa de impostos do Banco para 2019 aumentou para € 14,9 milhões face aos € 4,4 milhões de 2018, devido ao Resultado Antes de Impostos mais elevado, traduzindo-se numa taxa de imposto de 26,0%, comparativamente a 14,2% em 2018.

## Política de Dividendos

Os acionistas aprovaram, desde a fundação do Banco, uma política de constituição de uma base de capital através de resultados acumulados. As propostas de distribuição de dividendos são apresentadas, em regra geral, pelo Conselho de Administração, e são sujeitas a aprovação prévia por parte do Banco de Portugal, em conformidade com a legislação em vigor, antes de serem ratificadas pelos acionistas em Assembleia Geral Anual de Acionistas.

O Banco iniciou a distribuição de dividendos em 2004. Desde essa data, o Banco tem distribuído, em média ao longo deste período, aproximadamente 40% em dividendos e retido cerca de 60% do Resultado Líquido, mantendo ainda assim elevados níveis de solvência.

A história recente de *payouts* do Banco encontra-se descrita na tabela T.13.

Considerando a parte do dividendo antecipado já distribuído em novembro de 2019, o Banco já distribuiu aos Acionistas cerca de € 168,8 milhões desde 2004, montante que excede o valor total de entradas de capital no Banco, desde a fundação, de € 126,7 milhões.

T.12

(Euro 000)

Resultados	2019	2018	2017	2016
Produto bancário	88.086	55.184	103.737	75.692
Custos Operacionais (antes de imparidades)	-31.537	-28.621	-32.825	-16.931
Imparidades	954	939	266	-318
Resultados antes de imposto	57.503	27.502	71.178	58.443
Impostos	-14.951	-4.357	-18.831	-14.731
Resultado Líquido	42.078	23.056	52.347	43.712

Fonte: BIG

T.13

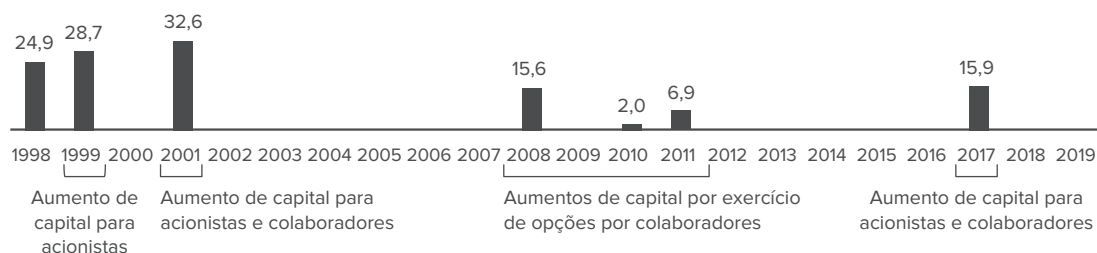
(Euro)

Dividendos	2019*	2018	2017	2016
Dividendo por Ação	0,090 €	0,075 €	0,150 €	0,100 €
% Payout	38%	64%	49%	36%

\* Valor correspondente ao dividendo antecipado no valor de € 0,09 por ação liquidado em novembro de 2019.

F.3

Entradas de capital (€ milhões)

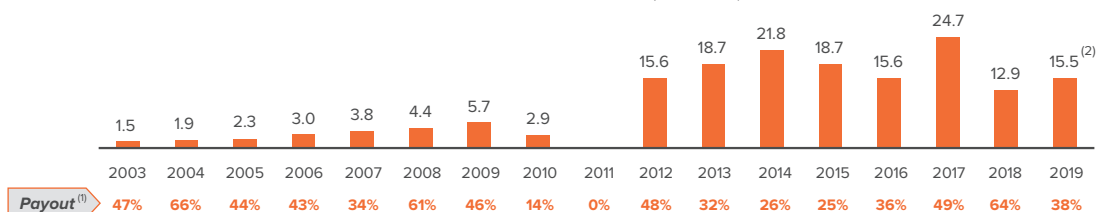


Total de entradas de capital, incluindo capital inicial

**€ 126,7 milhões**

F.4

Dividendos distribuídos (€ milhões)



(1) Tendo por base o resultado individual.

(2) Corresponde ao dividendo antecipado no valor de € 0,09 por ação liquidado em novembro de 2019.

Total de dividendos distribuídos: **€ 168,8 milhões**

Payout médio 2003-2019: **40%**

## Organização

A estrutura organizacional do Banco reflete os objetivos de disponibilizar serviços financeiros eficientes e competitivos e criar valor de longo-prazo para os seus acionistas, assegurar crescimento sustentável e equilíbrio entre a visão de longo-prazo e a concretização de objetivos no curto-prazo.

Neste sentido, o Conselho de Administração do BIG procura dispor de uma estrutura operacional interna clara e efi-

ciente, construída com base em pessoas com talento, processos bem definidos e tecnologia fiável. No seu conjunto, estas componentes permitem maximizar a eficiência operacional e ajudar a manter uma estrutura de custos competitiva, concebida para beneficiar o Cliente final e os acionistas. Estas componentes são igualmente essenciais à manutenção de controlos rigorosos sobre os diferentes riscos, designadamente de mercado, crédito e operacionais, a que qualquer instituição financeira se encontra exposta.

A estrutura organizacional reflete os aspetos chave da cultura interna do BIG, que se foca no objetivo de assegurar a resiliência e a integridade do modelo de negócio e a sua capacidade de resistir a qualquer crise financeira. O Banco procura ser transparente e flexível na sua atuação, e privilegia uma gestão de riscos dinâmica e eficaz, que simultaneamente permita uma identificação rápida de oportunidades de negócio. O modelo de negócio assenta nos seguintes pilares: níveis de liquidez confortáveis, qualidade e solidez dos ativos e um perfil robusto de capi-

tal. A estratégia do Banco tem procurado adaptar-se ao volátil contexto político-económico e aos desafios que o mesmo comporta para o setor financeiro, nomeadamente mediante o reforço do investimento em sistemas de informação e o ajustamento na gestão diária de cada uma das linhas de negócio.

### Estrutura Legal e Órgãos Sociais

A estrutura organizacional do Grupo BiG é liderada pelo Banco. No final do exercício, o Banco detinha participações em três subsidiárias: (i) ONETIER Partners, SGPS, S.A., que por sua vez detinha 100% do capital da ONETIER Partners, Sociedade de Capital de Risco, S.A., sociedade que se dedica a investimentos em *Fin-Tech*, (ii) BiG Serviços Financeiros, S.A., responsável pela prestação de serviços auxiliares e de assessoria financeira e (iii) Banco BiG Moçambique, S.A., entidade bancária lançada em Moçambique em 2016.

Durante o primeiro trimestre de 2019, foi realizada uma operação de aumento do capital no BiG Moçambique, que incluiu (i) a subscrição de novas ações através de entradas em numerário pelo BiG Portugal e (ii) a venda de um lote de ações pelo BiG Portugal a três acionistas institucionais sediados no sul de África. Após esta operação, o capital social do BiG Moçambique aumentou para 1.171.345.000 Meticais (aproximadamente € 17,0 milhões) e o BiG Portugal detinha 83,99% do capital do BiG Moçambique no final do ano.

O modelo de distribuição de retalho do Banco combina um canal na internet *www.big.pt*, e equipas de vendas totalmente integradas, localizadas em 16 agências distribuídas por Portugal, com maior concentração nas regiões de Lisboa e Porto. Os Clientes Institucionais são servidos por equipas localizadas em Lisboa e no Porto.

**No seu modelo de negócio, o Banco não opera em nenhuma entidade offshore nem através de nenhum veículo para fins especiais (SPVs).**

Os imóveis ocupados pelo BiG são diretamente detidos ou arrendados pelo Banco. A sede do Banco na Avenida 24 de Julho em Lisboa é detida diretamente pelo Banco. Na sua abordagem ao mercado, o Banco utiliza as seguintes marcas: BiG – Banco de Investimento Global, Banco BiG e *bigonline*.

### Governo da Sociedade

A organização interna do Banco traduz um foco na simplicidade, transparência e controlo operacional sobre as diferentes áreas de negócio. Esta filosofia encoraja o uso eficiente dos recursos e uma clara distribuição das responsabilidades, nomeadamente quanto à forma como são utilizados os recursos e assumidos os riscos. O Banco empenha-se em cumprir as recomendações e orientações sobre governo das sociedades emanadas pelas principais instâncias, tais como a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), as entidades de supervisão e

o Instituto Português de *Corporate Governance*, procurando incorporar as práticas que se revelem conformes com as orientações e que, no plano nacional e internacional, são reconhecidas como de bom governo, na medida em que estas sejam praticáveis e adequadas à dimensão e complexidade do modelo organizacional do Banco. Embora não sendo classificado como uma “instituição de importância sistémica”, de acordo com as diretrizes regulamentares da União Bancária Europeia, o BiG procura ser um exemplo entre os seus concorrentes de qualquer dimensão, em termos de gestão prudente de um negócio sustentável, independentemente das condições de mercado, com base no pressuposto de que o Banco pode e deve operar sem ajuda externa. O Conselho de Administração revê periodicamente as práticas em matéria de *Corporate Governance*, de forma a reforçar a cultura de controlo interno e manter uma base de princípios sólida para o desenvolvimento social e económico do Banco enquanto instituição.

### Órgãos Estatutários BiG

Na figura F.5 encontram-se descritos os órgãos estatutários do BiG.

### Direitos de Voto

De acordo com os Estatutos do Banco, não existem restrições aos direitos de voto dos acionistas. Todas as ações ordinárias têm direito de voto. A cada grupo de mil ações corresponde um voto.

### Controlo Interno

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração e implementado pela Comissão Executiva. A responsabilidade de gestão funcional é assegurada pelos membros da Comissão Executiva, a quem o Conselho de Administração delegou a gestão diária do Banco. No final de 2019, dos 8 membros do Conselho de Administração, 3 tinham funções de supervisão, enquanto 5 eram membros da Comissão Executiva e, como tal, supervisionam os diferentes diretores

F.5



F.6

**Órgãos Estatutários BiG**

<b>Assembleia Geral</b>	<p>A Assembleia Geral do Banco reúne, pelo menos, uma vez por ano, para que os acionistas deliberem sobre as matérias que lhe estão atribuídas por lei e pelos Estatutos do BiG. As suas responsabilidades incluem a eleição dos órgãos sociais, a avaliação dos relatórios e contas anuais da administração e a aprovação da aplicação dos resultados. É constituída por um Presidente e um Secretário, eleitos pelos acionistas por mandatos de quatro anos. Os membros da Mesa da Assembleia Geral são independentes, sendo-lhes aplicáveis os requisitos de independência e incompatibilidades previstos para o Conselho Fiscal.</p>
<b>Conselho Consultivo</b>	<p>Constituído habitualmente por cerca de quinze membros, dele fazem parte os principais acionistas do BiG e outros elementos cuja presença seja considerada relevante. O Presidente e membros deste órgão são convidados pelo Presidente do Conselho de Administração, que tem igualmente assento no mesmo. O Conselho Consultivo reúne-se em média três vezes por ano, ou sempre que convocado pelo seu Presidente, para discutir orientações estratégicas e principais políticas do Banco, formulando eventuais recomendações neste âmbito. As decisões do Conselho Consultivo não são, formalmente, vinculativas para o Conselho de Administração.</p>
<b>Conselho de Administração</b>	<p>Constituído por oito membros: três membros com responsabilidades de supervisão e cinco membros com funções executivas ("Comissão Executiva"), a quem o Conselho de Administração delegou responsabilidades e gestão diária do Banco. Os três membros não executivos/supervisores incluem o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração e um membro independente, que presidem aos seguintes Comitês do Conselho: Risco, Nomeações e Remunerações. O Presidente da Comissão Executiva ("CEO") é nomeado, entre os cinco membros com funções executivas, para presidir à Comissão Executiva.</p>
<b>Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas</b>	<p>O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização independente, constituído por três membros efetivos e por um suplente, eleitos por períodos de quatro anos. Este órgão reporta diretamente aos acionistas. As suas responsabilidades incluem a fiscalização das contas, revisões periódicas e validação dos mecanismos de controlo interno, de acordo com o normativo interno e externo a todo o momento em vigor e em linha com as políticas contabilísticas internacionais. O Conselho Fiscal é também responsável pela proposta de eleição do Revisor Oficial de Contas. O Revisor Oficial de Contas independente assegura a realização de auditorias periódicas e emite, igualmente, uma opinião relativamente à certificação legal de contas.</p>
<b>Comissão de Remunerações</b>	<p>Constituído por três membros independentes, eleitos por períodos de quatro anos, este órgão reporta diretamente aos acionistas. A Assembleia Geral delega nesta comissão a definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. É ainda responsável pela análise e revisão periódica das políticas de remuneração.</p>

responsáveis pelas diversas áreas de negócio, de suporte e de controlo. No âmbito do seu sistema de controlo interno, o Banco dispõe ainda de um conjunto de comités, que desempenham funções de gestão e supervisão. Em conjunto, estes asseguram a gestão informada e independente das principais áreas do Banco e medem os riscos e a efetividade dos sistemas de controlo do Banco ao assegurarem funções de supervisão por área.

**Base Acionista**

No final de 2019, 232 acionistas detinham ações ordinárias com direito a voto. A base acionista do Banco continua a ser composta quase na totalidade por acionistas de nacionalidade Portuguesa ou por residentes fiscais em Portugal. No final de 2019, 53,7% do capital do Banco era detido por particulares, enquanto os restantes 46,3% eram detidos por instituições,

fundações, empresas ou *holdings*. O principal acionista individual é um investidor particular Português que detém uma posição direta de 12,2%, com correspondentes direitos de voto.

Na mesma data, nove dos acionistas do Banco, todos eles independentes entre si, detinham participações de pelo menos 2%, representando, em conjunto, 63,1% do capital. Os membros do Conselho de

F.7

**Comitês Internos**

Trading Book Review	Ativos e Passivos (ALCO)	All Risks	Compliance	Risco de Crédito
Whistleblowing	Business Recovery Plan (BRP)	Product Governance	Validação de Findings	Validação de Modelos



Administração do Banco, no seu conjunto, representam uma posição combinada de 18,3% do capital e, no final do ano, incluíam 2 dos 5 maiores acionistas. Os grupos referidos são meramente indicativos, uma vez que não existem quaisquer acordos entre acionistas.

## Recursos Humanos

A distribuição do número médio de colaboradores por localização, categoria e género pode ser consultada na nota 12. O número total de colaboradores numa base consolidada era de 293 no final de 2019 (média de 277): 248 baseados em Portugal, 7 em Espanha e 38 em Moçambique.

A cultura de negócio do Banco decorre do seu modelo de negócio resiliente, da capacidade do Conselho de Administração executar as suas estratégias e de controlar os riscos, e da qualidade, formação e carácter dos seus colaboradores. Como resultado, os diretores responsáveis pelas diferentes áreas são envolvidos diretamente nos processos de recrutamento, formação e desenvolvimento de carreiras dos colaboradores. O BiG perceciona o desenvolvimento dos colaboradores como um investimento chave e procura recompensar o talento desde o início. Na contratação de pessoal, o Banco promove a diversidade, mas não nos seus valores fundamentais. Estes incluem a excelência académica, um sentido de compromisso, trabalho de equipa, energia, inovação, respeito pelos outros e, acima de tudo, integridade.

## Sumário Executivo: Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco

De uma forma geral, o Banco opera através de tomada e gestão de riscos, de forma prudente, de modo a criar valor para os acionistas. As políticas e práticas definidas tendo em vista o controlo destes aspetos fundamentais do negócio asseguram um contexto operacional sólido e facilitam o cumprimento das expectativas dos *stakeholders*.

A gestão do risco na organização envolve contactos regulares entre as várias unidades de negócio e de controlo, de forma a

garantir que as políticas e procedimentos estão bem concebidos, disciplinados, independentes, objetivos e quantitativos. Este processo também visa garantir o cumprimento das normas regulamentares e práticas empresariais sensatas. Os processos de gestão de risco associados com os mercados globais, operações de crédito, processamento, tecnologia e riscos genéricos de negócio, exigem um sistema integrado de políticas e controlos, de modo a garantir a integridade do modelo de negócio do Banco e preservar a sua estabilidade e potenciar a rentabilidade. A Administração enfatiza uma cultura de responsabilidade pessoal e vigilância mútua tendo em vista o interesse comum.

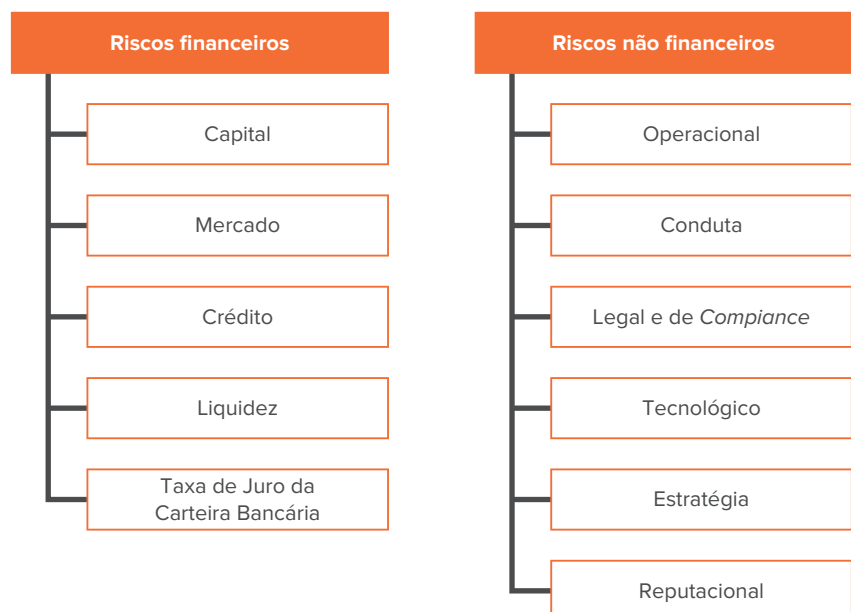
De uma forma geral, o Banco procura gerar receitas através de fontes diversificadas – cada uma das quais implicando a exposição a diferentes riscos – assegurando ao mesmo tempo a operação em linha com orientações prudentes e razoáveis. Estas orientações combinam aspetos prudenciais básicos do negócio bancário, refletem a experiência do Conselho de Administração e dos gestores de negócio do Banco e são atualizadas através de medidas regulatórias ou legislativas. A comunicação interna regular e frequente das políticas de gestão de riscos e apetite ao risco incluem, embora não limitadas: o cumprimento pelo

Banco de orientações regulatórias prudenciais, a capacidade de monitorizar transações apropriadamente, o conhecimento dos Clientes e a compreensão dos mercados, o ambiente legal em que o Banco opera, e o seu interesse em cada momento por certos riscos tendo em conta determinadas condições de mercado.

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto estão resumidos na figura F.8 e são descritos na secção GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO deste Relatório.

O apetite por risco é revisto periodicamente, em intervalos regulares, desde diários a anuais, conforme refletido no documento *Risk Appetite Framework* (RAF), que constitui parte integrante do processo de autoavaliação de adequação do capital realizado anualmente. Este nível é traduzido em limites à exposição e nos controlos aos limites estabelecidos. O negócio do Banco assenta significativamente na confiança dos seus Colaboradores e na fiabilidade dos seus sistemas para processar operações, numa base contínua e relativamente livre de erros. Geralmente, o processo começa com a identificação do risco, seguindo-se a sua quantificação, controlo e eventual reporte interno e externo em intervalos apropriados.

F.8



No Banco, de forma transversal, o Conselho de Administração e as unidades de controlo utilizam diferentes técnicas para rever e analisar os riscos aos quais a atividade está exposta. Estes incluem riscos financeiros, não financeiros e outros, com enfoque em riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e riscos reputacionais. Os processos de controlo incluem um conjunto de testes de esforço, realizados diariamente e ajustados periodicamente, que envolvem uma análise ao impacto de cenários para todas as grandes classes de ativos e carteiras.

Em 2019, a exposição a crédito, envolvendo principalmente riscos *investment grade*, cresceu de forma controlada, enquanto a qualidade dos ativos, medida através de níveis atuais e históricos de crédito vencido e crédito em risco, manteve-se em níveis satisfatórios. As análises realizadas pelas agências de *rating* externas à qualidade creditícia da dívida de longo prazo dos principais emissores portugueses, designadamente do Estado português e dos maiores bancos, melhoraram ou mantiveram-se estáveis. No caso da dívida soberana portuguesa, diversas agências de *rating* mantiveram a notação de *investment grade* atribuída a Portugal durante o ano. As notações de *rating* internas e externas são utilizadas para medir níveis de perdas esperadas e avaliar as posições e a sua respetiva evolução.

**Para o BiG, as perdas relacionadas com crédito, bem como os custos associados com riscos operacionais, foram imateriais no exercício de 2019, em linha com o verificado em anos anteriores.**

### Fatores que Afetam o Negócio do BiG

O Banco gere vários riscos inerentes ao negócio bancário. Para além dos riscos resumidos anteriormente, e que são discutidos em maior detalhe neste Relatório de Gestão e nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, as condições e alterações económicas, políticas, competitivas e regulatórias também afetam o negócio do Banco.

Um conjunto de fatores de risco que poderão ter impacto nos mercados financeiros e no BiG são apresentados seguidamente:

▲ Riscos de disrupção nos mercados financeiros e na economia internacional decorrentes da crise pandémica provocada pela propagação do vírus Covid-19;

▲ Alterações no contexto económico e financeiro internacional, designadamente abrandamento económico generalizado ou recessão em importantes economias internacionais (ex.: China, Alemanha, Espanha);

▲ Impactos nos mercados financeiros decorrentes do contexto de instabilidade política (ex.: eleições nos EUA) e tensões de diversa ordem a nível internacional, designadamente associadas a conflitos comerciais entre grandes potências internacionais (ex.: EUA e China);

▲ Incertezas e impactos (ex.: comerciais e políticos) associados à saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit);

▲ Impactos resultantes de alterações nas políticas de expansão monetária para estímulo às economias Europeias e consequências para países periféricos com situações financeiras debilitadas;

▲ Políticas orçamentais e bloqueios de natureza diversa que possam ser interpretados pelos mercados como um menor compromisso com a redução do nível de endividamento público e privado;

▲ Políticas de retrocesso ou atraso na implementação de reformas estruturais necessárias para restaurar a competitividade económica do País;

▲ Impacto da regulação excessiva e complexa, com peso nas estruturas de custos/ recursos necessários (sistemas, pessoas, etc.) e agravamento do risco operacional associado à eventual incapacidade das infraestruturas operacionais de dar resposta ao crescente número e complexidade de normas, regulamentos, leis, orientações, etc.;

▲ Reduções de *rating* em títulos / emissões com potencial impacto negativo na respetiva ponderação de risco;

▲ Impactos negativos do enquadramento fiscal em Portugal, que atualmente atinge níveis de tributação máxima insustentáveis e excessivamente elevados, quase

confiscatórios, e que pode determinar deslocalizações de negócios e capitais para o exterior ao longo dos próximos anos;

▲ Concorrência acrescida do Estado na captação de depósitos, com novas ofertas de produtos de poupança em condições não comportáveis pelos bancos;

▲ Restrições no acesso a financiamento junto de contrapartes de mercado, designadamente na utilização de títulos como colaterais de financiamento, associadas à perceção do risco de Portugal;

▲ Redução das exportações e subseqüentes impactos na balança comercial externa e crescimento económico;

▲ Riscos de disrupção no contexto económico internacional decorrentes de fatores diversos (ex.: EUA – Irão, Coreia do Norte, etc.);

▲ Impactos económicos e financeiros decorrentes de eventual instabilidade política ou governativa em Portugal, nomeadamente associados à solução governativa minoritária atual;

▲ Potenciais impactos negativos decorrentes dos encargos substanciais com o Fundo de Resolução.

### Eventos Ocorridos Desde o Final de 2019

#### Condições de mercado – Coronavírus

No passado dia 11 de março a Organização Mundial da Saúde qualificou a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional. O alastramento desta pandemia gerou, entre outros aspetos, elevada incerteza e, conseqüentemente, forte volatilidade nos mercados financeiros, os quais registaram quedas significativas nas últimas semanas.

É entendimento do Conselho de Administração que (i) o posicionamento e a qualidade do balanço, (ii) a solidez da estrutura de capital, (iii) a baixa alavancagem, (iv) os elevados níveis de liquidez e (v) a política de diversificação das fontes de financiamento,

tal como descrito no presente Relatório, permitem ao Banco fazer face a situações de mercado adversas.

O Conselho de Administração encontra-se a acompanhar em permanência a evolução da pandemia e dos mercados financeiros, tendo tomado um conjunto de medidas para mitigar os possíveis impactos na atividade do BiG. Com efeito, desde o início do ano foi reduzida a exposição a alguns mercados e o nível de alavancagem do balanço, tendo-se recentemente reforçado os níveis de liquidez do Banco. Em termos operacionais, a natureza digital desde a sua génese possibilitou ao BiG enfrentar o desafio de mobilidade da operação interna, tendo sido implementado um conjunto de medidas que permitiu dotar a totalidade dos colaboradores essenciais ao desenvolvimento normal da atividade do Banco dos recursos necessários para poderem trabalhar remotamente. Adicionalmente, foi definido um plano de contingência COVID-19 que contém um conjunto de procedimentos operacionais para fazer face aos possíveis eventos adversos decorrentes da propagação da pandemia.

As perspetivas para a atividade do Banco até ao final do ano dependerão do desenvolvimento da pandemia, da evolução das condições dos mercados financeiros e das consequências que se vierem a verificar na economia global. Para mitigar os impactos deste contexto adverso, foram já tomadas algumas medidas e estão a ser preparadas várias adicionais por entidades reguladoras e governos dos vários países, sendo de destacar as medidas laborais e fiscais de proteção do emprego e rendimento de empresas e particulares, os mecanismos de apoio à liquidez das empresas mais afetadas pela pandemia, assim como o reforço dos mecanismos de liquidez no setor financeiro. Neste âmbito, é também de destacar as medidas de flexibilização de requisitos regulatórios e de supervisão tomadas pelos Bancos Centrais a nível europeu, que permitem, entre outros aspetos, a utilização de reservas de capital e liquidez, possibilitando assim às instituições de crédito operarem temporariamente com um nível inferior ao da recomendação de fundos próprios (Pillar 2 Guidance) e da reserva combinada de fundos próprios, e com níveis de liquidez inferiores ao requisito de cobertura de liquidez.

## BiG Espanha

Durante o ano de 2020, o BiG prevê lançar a sua estratégia de banca digital para o mercado espanhol. Numa primeira fase, o foco será essencialmente em plataformas de negociação, na captação de recursos de clientes, na gestão de ativos e na prestação de serviços de assessoria financeira.

## BiG Moçambique – Aumento de Capital

Por forma a cumprir os requisitos mínimos de capital exigidos aos bancos, recentemente revistos e definidos pelo regulador em Moçambique, o BiG Portugal subscreveu, no primeiro trimestre de 2020, pelo valor aproximado € 6,3 milhões na moeda local (436.863.985 Meticais) parte do aumento total de capital de 528.655.000 Meticais. A diferença foi subscrita pelos outros acionistas, investidores institucionais locais, na proporção das suas posições acionistas no BiG Moçambique. Como resultado da operação e da conclusão da venda de um lote de 15.823 ações a um dos acionistas, o BiG Portugal passou a deter 82,64% do capital do BiG Moçambique (correspondente na moeda local a cerca de € 20,1 milhões).

## Processo BiG vs. BIC – confundibilidade das marcas

O processo que o BiG intentou há vários anos contra o Banco BIC (que utiliza atualmente a marca comercial “EuroBic”) continua, com a EUIPO (*European Union Intellectual Property Office* – Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia) a tomar geralmente decisões favoráveis à posição do BiG em não permitir o registo da marca “EuroBic”, enquanto que decisões recentes pela entidade nacional equivalente, o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual), aparentam ser contraditórias a este respeito, posição essa apoiada pelo Tribunal de Propriedade Intelectual. A decisão deste tribunal, que inicialmente tinha decidido em favor da posição do BiG relativamente à confundibilidade das marcas, aceitou parcialmente o recurso do Banco BIC, confirmando, contudo, a decisão original que obriga o Banco BIC a pagamento por danos compensatórios.

## ▲ RESULTADOS DAS OPERAÇÕES EM 2019

T.14

(Euro 000)

Proveitos	2019	2018	2017	2016
Receitas de juros	45.005	51.296	46.402	46.143
Despesas de juros	-20.798	-27.715	-30.448	-20.930
<b>Margem financeira</b>	<b>24.207</b>	<b>23.582</b>	<b>15.953</b>	<b>25.214</b>
Receitas de dividendos	26	0	0	929
Receitas de taxas e comissões	13.560	12.184	12.375	9.680
Despesas de taxas e comissões	-2.485	-2.149	-1.783	-2.019
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	4.656	4.667	14.125	-9.265
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados	49.127	17.424	42.711	51.541
Diferenças cambiais	610	760	-3.580	-2.863
Resultados de alienação de outros ativos	0	124	25.165	3.966
Outros resultados de exploração	-1.615	-1.408	-1.228	-1.491
<b>Proveitos operacionais</b>	<b>88.086</b>	<b>55.184</b>	<b>103.737</b>	<b>75.692</b>

Fonte: BIG

Os componentes do resultado operacional do Banco têm-se mantido genericamente consistentes nos últimos anos, podendo apresentar variações de ano para ano em função de alterações no contexto financeiro, regulatório e económico, tanto a nível global como nacional. Em 2019, os resultados operacionais do Banco incluíram (i) uma margem financeira mais elevada, (ii) um aumento das comissões líquidas, (iii) resultados significativamente superiores nas atividades de investimento e de crédito, (iv) aumento dos custos de funcionamento para suportar o crescimento orgânico e (v) impostos mais elevados devido ao aumento dos Resultados Antes de Impostos.

A margem financeira foi de € 24,2 milhões em 2019 face a € 23,6 milhões em 2018. A base de ativos remunerados foi, em média, ligeiramente inferior em 2019, mas os custos de financiamento mais reduzidos resultaram na melhoria desta rubrica. O Conselho de Administração tende a limitar o crescimento dos ativos remunerados aos aumentos na base de depósitos de Clientes e fundos próprios. O recurso a financiamento junto de contrapartes de mercado, relativamente mais barato, decresceu em média, em parte devido às poucas oportunidades para aumentar a base de ativos a um nível apropriado de risco. A margem financeira representou 27,5% do Produto Bancário em 2019, face a 42,7% em 2018.

As outras receitas excluindo margem líquida atingiram os € 63,9 milhões em

2019, traduzindo um crescimento anual de 102% face aos € 31,6 milhões registados em 2018. As componentes desta categoria incluem (i) rendimentos de instrumentos de capital, (ii) comissões da atividade de negociação dos clientes de retalho, da gestão e distribuição de ativos e serviços de assessoria a empresas e clientes institucionais, (iii) ganhos realizados associados à gestão do risco de crédito e risco de taxa de juro, através da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) outros rendimentos.

As comissões líquidas decorrem, em grande parte, das atividades de gestão de ativos e corretagem para clientes de retalho e institucionais. Estes podem negociar e investir num conjunto de mercados e plataformas *online* seguras, colocadas à disposição dos clientes para negociação de *warrants*, futuros, *forex* e CFD's. Esta categoria inclui ainda comissões de serviços bancários, tal como receitas de multibanco, serviços de distribuição e custódia e comissões relacionadas com mandatos de assessoria financeira a empresas. As receitas geradas com a gestão de ativos e intermediação financeira encontram-se em linha com 2018, em parte devido às taxas de juro próximas de zero, que incentivaram os clientes a procurar alternativas aos depósitos de baixo rendimento. O Banco tem-se focado no desenvolvimento da área de negócio de *Wealth Management* ao longo dos últimos anos, tendência esta que se deverá manter.

As receitas provenientes das atividades de crédito e investimento incluem todas as categorias de rendimentos não provenientes de juros, excluindo os proveitos com comissões. De modo agregado, e numa base de gestão interna, o rendimento da área de Tesouraria e Mercado de Capitais<sup>1</sup> em 2019, ascendeu a € 59,6 milhões, o que compara com € 28,4 milhões em 2018. Nesta categoria incluem-se os proveitos das atividades de negociação, que se mantiveram estáveis relativamente ao ano passado, ao passo que os "resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" mais do que duplicaram. Ambas representam categorias-chave no modelo de negócio do Banco, ainda que dependentes das condições de mercado e, uma vez que a maioria das receitas resulta das visões de mercado e da gestão das posições tomadas de modo a suportar a atividade dos clientes, encontram-se sujeitas a uma revisão diária. Estes proveitos incluem ganhos realizados com atividades de investimento e crédito numa carteira diversificada de ativos líquidos de renda fixa e estão associados a uma gestão ativa de concentrações de crédito, de maturidades e de riscos de país diversificados. Esta carteira é chave para a gestão da liquidez e das posições de taxa de juro do Banco.

O Conselho de Administração antecipa que os rendimentos no futuro resultem essencialmente das categorias descritas

<sup>1</sup> Valores não auditados

anteriormente. Mesmo com ajustamentos na gestão e mensuração de ativos financeiros decorrentes da IFRS 9 em 2018, o Conselho de Administração não efetuou alterações significativas no modelo de negócio atual nem antecipa um aumento da complexidade num futuro próximo. As respetivas proporções poderão variar à medida que os depósitos de clientes e os ativos sob supervisão aumentem, o Balanço cresça gradualmente e a reputação do Banco no mercado doméstico continue a aumentar. As áreas de destaque incluem serviços de aconselhamento, ativos sob supervisão, produtos de poupança e a gestão do Balanço, tendo continuamente em vista a sólida qualidade dos ativos e níveis confortáveis de liquidez.

O total de custos inclui custos operacionais, provisões e imparidades. Estes são essencialmente influenciados pelas remunerações, pelo crescimento no número de colaboradores e pela confiança do Conselho de Administração relativamente aos níveis da atividade de negócio.

Em 2019, o total de custos líquidos, incluindo imparidades e provisões, ascendeu a € 30,6 milhões, comparativamente a € 27,7 milhões em 2018, o que representa um aumento de 12,4%. As imparidades foram positivas em 2019 e 2018.

Os *custos operacionais líquidos*, ou custos de transformação líquidos de imparidades e provisões – i.e. custos com pessoal, despesas administrativas e

depreciações/amortizações – totalizaram € 33,3 milhões, um aumento de 11% face a 2018, decorrente de custos com pessoal mais elevados e investimentos associados à unidade planeada para Madrid. Apesar do aumento do número de colaboradores e do facto de o Banco se encontrar em fase de desenvolvimento de negócio em Moçambique e Espanha, os custos operacionais de 2019 encontram-se em linha com a média dos últimos quatro anos. Com o aumento das receitas, o rácio de custos de transformação/produto bancário do Banco em 2019 foi de 37,8%, uma melhoria face ao rácio de 54,4% em 2018.

De uma forma geral, a visão do Conselho de Administração relativamente ao crescimento anual do balanço do Banco foi conservadora, em conformidade com a visão relativamente à gestão de riscos. O Banco gere a sua atividade com uma estrutura operacional leve e focada no reforço do capital e no controlo rigoroso de gastos. Os custos com pessoal, tradicionalmente a maior categoria de custos do Banco, aumentaram 3,6% e representaram 61,1% dos custos operacionais líquidos em 2019, o que compara com 70,8% em 2018. As componentes remuneratórias são influenciadas, entre outros aspetos, pelo nível de proveitos, desempenho do Banco, contributos das linhas de negócio e individuais, planos de expansão, legislação laboral em vigor e ambiente de mercado.

Para além dos custos com pessoal, outras categorias relevantes de despesa

incluem custos administrativos, que por sua vez incluem comunicações, serviços de informação, publicidade, licenciamentos, acordos com bolsas e fornecedores relacionados, consultores, rendas e outras despesas relacionadas com o normal funcionamento do Banco. Estes custos estão, normalmente, correlacionados com o crescimento do número de Colaboradores, dos níveis de atividade de negócio e/ou associados a investimentos específicos. Os custos administrativos aumentaram 25% em 2019 e incluem investimentos específicos em sistemas e *software* relacionados com a unidade em Espanha.

Os *custos com amortizações* estão relacionados principalmente com os imóveis ocupados pelo Banco, investimentos em *hardware* e outros equipamentos, custos de licenças iniciais associados com acordos de fornecimento de *software* e direito de uso resultante de locações, nomeadamente contratos de arrendamento de imóveis e *renting* de veículos. A componente referente às instalações inclui custos com o edifício sede e novos investimentos e melhorias na rede de agências do Banco, bem como na sua rede de ATM's. O Banco investe regularmente na sua infraestrutura de Tecnologias de Informação (TI), de modo a assegurar qualidade de execução e segurança ao nível dos melhores padrões da indústria, e mantém recursos dedicados à gestão da infraestrutura com soluções desenvolvidas internamente. Esta categoria de custos

T.15

(Euro 000)

Custos	2019	2018	2017	2016
Despesas administrativas				
Despesas de pessoal	-20.325	-19.608	-23.090	-18.581
Outras despesas administrativas	-10.568	-8.453	-9.627	-7.659
Depreciação	-2.375	-1.962	-2.110	-1.576
Provisões ou reversão de provisões	1.731	1.403	2.002	10.883
Imparidade ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados				
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	566	1.256	0	0
Ativos financeiros pelo custo amortizado	394	-318	-5	-3
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	260	-283
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros				
Outros	-6	1	11	-31
<b>Custos operacionais</b>	<b>-30.583</b>	<b>-27.681</b>	<b>-32.560</b>	<b>-17.249</b>

Fonte: BIG

T.16

(Euro 000)

Resultados e Impostos	2019	2018	2017	2016
<b>Resultado Operacional</b>	<b>57.503</b>	<b>27.502</b>	<b>71.178</b>	<b>58.443</b>
<b>Resultado antes de impostos e de interesses minoritários</b>	<b>57.503</b>	<b>27.502</b>	<b>71.178</b>	<b>58.443</b>
<b>Despesas ou receitas com impostos relacionados com os resultados de unidades operacionais em continuação</b>				
Correntes	-11.611	-3.830	-18.520	-14.805
Diferidos	-3.341	-526	-311	74
<b>Lucros ou prejuízos de exercício antes de interesses minoritários</b>	<b>42.551</b>	<b>23.146</b>	<b>52.347</b>	<b>43.712</b>
Interesses minoritários	-473	-89	0	0
<b>Lucros ou prejuízos de exercício</b>	<b>42.078</b>	<b>23.056</b>	<b>52.347</b>	<b>43.712</b>

Fonte: BiG

representou 7,1% do total dos custos operacionais em 2019, em linha com anos anteriores.

Os custos associados a imparidades líquidas foram negligenciáveis, em virtude da reversão de provisões. As imparidades associadas a crédito registadas em 2019 foram imateriais e consistentes com os valores próximos de zero apresentados em anos anteriores.

*Resultado Antes de Impostos e Impostos* – o Resultado Antes de Impostos foi de € 57,5 milhões em 2019, que compara com € 27,5 milhões em 2018. Em 2019, o valor de provisões líquidas para pagamento de impostos foi de € 14,9 milhões, face a € 4,4 milhões em 2018 (ver nota 34). A taxa de imposto efetiva em 2019 do Banco foi de 26,0%, que compara com 15,8% em 2018.

### Resultados Operacionais por Área de Negócio

O Conselho de Administração revê internamente o desempenho do Banco ao nível das principais áreas de negócio, equipas de venda e áreas de produto, através de critérios objetivos e tendo como referência os resultados contabilísticos do Banco. O desempenho é analisado a vários níveis e, para efeitos de apresentação, as áreas de negócio são agrupadas em dois segmentos mais abrangentes: atividades de *Wealth Management* e *Advisory* e Tesouraria e Mercado de Capitais. Os resultados operacionais numa base de gestão interna envolvem a alocação de receitas e gastos por segmento de cliente ou área de negócio; os custos são alocados com base nas despesas efetivas por área e uma segmentação generalizada de outros custos operacionais tendo

em consideração critérios definidos pela Administração.

As áreas de negócio do segmento de *Wealth Management* e *Advisory* contribuíram com uma receita líquida<sup>2</sup> de € 33,4 milhões em 2019, comparativamente a € 32,1 milhões em 2018. Para este valor, contribuíram as comissões líquidas – provenientes dos serviços de corretagem e gestão de ativos – e a margem financeira associada à margem de responsabilidades alocada aos produtos de poupança e produtos de investimento, ao invés de produtos de crédito. As comissões líquidas aumentaram 27,9%, num ano em que os clientes foram mais ativos na negociação de ativos financeiros e demonstraram maior interesse em soluções de gestão de ativos. O crescimento neste segmento

<sup>2</sup> Valores não auditados

T.17

(Euro 000)

<i>Wealth Management</i> e <i>Advisory Services</i>	2019	(%)	2018	(%)	2017	(%)	2016	(%)
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	9.676	29%	7.563	24%	9.972	38%	6.779	23%
Margem financeira	7.972	24%	7.266	23%	5.177	20%	5.023	17%
Comissões bancárias	1.161	3%	1.678	5%	1.194	5%	1.988	7%
Negociação de ativos financeiros / vendas	825	2%	887	3%	338	1%	323	1%
Assessoria financeira	2.131	6%	2.567	8%	849	3%	503	2%
Margem adicional alocada	11.633	35%	12.166	38%	8.478	33%	15.321	51%
<b>Proveitos Líquidos</b>	<b>33.397</b>	<b>100%</b>	<b>32.127</b>	<b>100%</b>	<b>26.009</b>	<b>100%</b>	<b>29.935</b>	<b>100%</b>
Custos operacionais	-21.422		-21.399		-20.196		-17.672	
Resultados antes de Impostos	11.975		10.729		5.812		12.264	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	36%		53%		24%		38%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	72%		75%		79%		76%	

Nota: Valores não auditados

tende a apresentar uma tendência sustentável, não exponencial. O financiamento relacionado com clientes do Banco provém essencialmente desta área. A contribuição deste segmento para a receita líquida total decresceu em termos relativos, tendo em consideração o aumento dos proveitos gerados em mercados financeiros.

As comissões de corretagem, gestão de ativos e operações bancárias representaram 32% do total em 2019, face a 29% no ano anterior. Esta tendência reflete a ênfase na acumulação de ativos de atividades de poupança, investimento, negociação, custódia e outras transações bancárias. Por diversas razões – concorrência por parte de bancos com diferentes necessidades de financiamento através da captação de depósitos e as taxas de mercado em valores próximos de zero num panorama de lento crescimento da Europa – o Banco tem como objetivo para o futuro um aumento das comissões superior ao da margem relacionada com atividades de financiamento.

O subsegmento de retalho da área de negócios de *Wealth Management e Advisory* do BiG é uma combinação de

plataformas especializadas de corretagem e investimento, com uma oferta de um serviço especializado integral para o cliente individual. A abordagem combina um serviço personalizado (*“high touch”*) com um meio eletrónico para transmissão de negócios (*“low touch”*). Os produtos e serviços oferecidos incluem contas à ordem, cartões de débito e crédito, serviços de pagamentos e soluções de crédito específicas, como conta margem. A plataforma proporciona acesso a um leque alargado de produtos de poupança e investimento, desde produtos bancários em geral a soluções para os clientes que solicitem apoio, até sofisticadas plataformas *online* de negociação de ativos financeiros e investimento para clientes *self-directed*. Estas plataformas permitem a negociação de ações, *warrants*, contratos de futuros, mercado cambial (FX), CFD's (contratos por diferença) e fundos de entidades terceiras. O BiG comunica com os Clientes através de diversos canais, que incluem internet, telefone e as agências físicas, que contam com consultores financeiros. As ofertas de produtos e abordagens de distribuição são concebidas para atingir, de forma eficiente, um conjunto de Clientes-alvo com diferentes perfis de investi-

mento, apetência por risco e necessidades transacionais.

O subsegmento de Clientes Institucionais e Assessoria Financeira desta área de negócio baseia-se em equipas de vendas especializadas e soluções concebidas à medida das necessidades específicas dos clientes. Os produtos e serviços oferecidos são, designadamente, corretagem institucional, gestão de risco, gestão de ativos, venda de produtos de investimento e serviços de assessoria financeira independente para clientes empresariais e institucionais.

A área de negócio de Tesouraria e Mercado de Capitais procura gerar receitas, enquanto gere, simultaneamente, a exposição do Banco em áreas tais como taxas de juro, cambial, rendimento fixo, ações e instrumentos derivados. O negócio foca-se em gerir a liquidez e exposição ao risco de taxa de juro do Banco, em conjunto com os controlos de risco de crédito e concentração. A exposição a crédito inclui obrigações de emitentes empresariais, financeiros e soberanos de qualidade, com variadas maturidades. O Banco também negocia os principais instrumentos monetários internacionais, futuros

T.18

(Euro 000)

Tesouraria e Mercado de Capitais	2019	(%)	2018	(%)	2017	(%)	2016	(%)
Rendimentos de instrumentos de capital	26	0%	0	0%	0	0%	929	2%
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	4.656	8%	4.667	16%	14.125	17%	-9.265	-19%
Ganhos ou perdas com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	49.127	82%	17.424	61%	42.711	53%	51.541	105%
Diferenças cambiais, valor líquido	610	1%	760	3%	-3.580	-4%	-2.863	-6%
Resultados da alienação de outros ativos	0	0%	124	0%	25.165	31%	3.966	8%
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	566	1%	1.256	4%	0	0%	0	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0%	0	0%	260	0%	-283	-1%
Margem adicional alocada	4.603	8%	4.150	15%	2.298	3%	4.870	10%
<b>Proveitos Líquidos</b>	<b>59.588</b>	<b>100%</b>	<b>28.381</b>	<b>100%</b>	<b>80.978</b>	<b>100%</b>	<b>48.895</b>	<b>100%</b>
Custos operacionais	-8.476		-7.299		-5.474		-5.617	
Resultados antes de Impostos	51.113		21.082		75.504		43.278	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	64%		47%		76%		62%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	28%		25%		21%		24%	

Nota: Valores não auditados

sobre taxas de juro e futuros sobre os principais índices, bem como instrumentos financeiros similares, principalmente em conexão com as suas atividades de *hedging* do Banco. Na gestão das várias carteiras de ativos financeiros, a atividade da equipa de Tesouraria e Mercado de Capitais abrange muitas áreas internas, sendo uma fonte de *expertise*, de gestão de risco de mercado e de rentabilidade consistente para a organização.

### Estratégia de Balanço e Fontes de Financiamento

#### Gestão de Balanço

A visão do Conselho de Administração relativamente à gestão do Balanço nos últimos anos tem passado pela limitação do nível de crescimento dos ativos remunerados aos níveis de crescimento dos depósitos de retalho, às oportunidades de aquisição de ativos líquidos com financiamento por via de acordos de venda/recompra e com reinvestimento dos resultados. Esta estratégia conservadora tem vindo a ser reforçada durante este período de forte procura por crédito ao consumo, descida das margens de risco e taxas de juro historicamente baixas. Em 2019, a gestão dos ativos e passivos do Banco caracterizou-se por uma base segura de depósitos estáveis de clientes de retalho, um nível moderado de financiamento grossista a taxas negativas e um aumento do capital total, o que em conjunto financiou um nível inalterado de carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, compostas maioritariamente por ativos financeiros líquidos de rendimento fixo e ativos de crédito. De uma forma geral, as modificações na natureza do Balanço foram graduais, em linha com os últimos anos, não se verificando dife-

renças materiais nos níveis de ativos registados no final do ano face a outras datas ao longo do exercício.

A atenção dada pelo Conselho de Administração à dimensão e composição do balanço do Banco constitui um dos exercícios de gestão de risco mais importantes. Os ativos e passivos podem alterar-se em função das atividades de clientes, condições do mercado e oportunidades de negócio. No entanto, a dimensão e a composição do balanço do Banco em cada momento refletem uma variedade de fatores, incluindo: (i) a natureza e disponibilidade de fontes de financiamento estáveis, (ii) o nível de capitais ou fundos próprios do Banco e (iii) a visão global do Conselho de Administração relativamente a oportunidades e aos riscos associados. O processo envolve revisão frequente e o planeamento das oportunidades de investimento disponíveis e estratégias de financiamento através do ALCO – Comité de Ativos e Passivos, limites de crescimento do Balanço por linha de negócio, classe de ativos ou concentração, monitorização diária dos indicadores chave pela Gestão de Risco e o importante uso de análise de cenários e testes de esforço como instrumentos essenciais para manter a disciplina financeira. A maioria dos ativos remunerados do Banco é classificada como ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral. Estes são mensurados diariamente a preços de mercado e utilizados na gestão da exposição do Banco aos movimentos das taxas de juro bem como no investimento de excedentes de liquidez.

A estrutura de risco é concebida e gerida à volta de uma estratégia central de manutenção de um Balanço excecionalmente líquido. Os processos e procedimentos do

Banco encorajam uma gestão dinâmica dos ativos e responsabilidades e incluem:

- ▲ Uma revisão diária e planeamento, pelo menos, semanal de ativos e responsabilidades chave;
- ▲ Monitorização diária de indicadores de risco chave e de utilização de capital;
- ▲ Análises de diferentes cenários, compiladas e aferidas diariamente;
- ▲ Projeções anuais de fontes de financiamento e requisitos de capital para os 3 anos seguintes;
- ▲ Revisão anual de limites, ou quando solicitado.

Conceitos chave inter-relacionados de gestão da liquidez, controlo da qualidade dos ativos e adequação de capital são discutidos nos capítulos contidos neste Relatório do Conselho de Administração, que cobre a Gestão do Risco de Mercado, Gestão do Risco de Crédito e Adequação do Capital Interno.

O total do Ativo Líquido no final de 2019 era ligeiramente inferior a € 2,3 mil milhões, praticamente inalterado face a 31/12/18. O total de ativos remunerados a 31/12/19 era de cerca de € 2,2 mil milhões, nível semelhante ao que havia sido registado no período homólogo, e correspondia a 96,3% do total do Ativo Líquido.

Os depósitos junto de outros bancos são utilizados para gerir a liquidez de curto prazo e as reservas mínimas junto do Banco Central e das contrapartes. Uma parte relativamente pequena da carteira de crédito do Banco correspondia, essencialmente, a créditos em conta corrente (contas margem) de clientes de retalho.

T.19

(Euro 000)

Indicadores Chave de Balanço	2019	2018	2017	2016
Total do Ativo Líquido	2.268.414	2.277.990	1.851.222	1.759.030
Ativos Remunerados	2.185.302	2.179.606	1.797.877	1.660.135
Crédito Concedido / Ativo	0,9%	1,7%	16,7%	24,9%
Recursos do Banco Central	0	0	0	0
Recursos de Outras Instituições de Crédito	491.760	554.334	410.261	396.823
Recursos de Clientes	1.289.576	1.312.211	1.035.794	1.049.050

Fonte: BIG



T.20

(Euro 000)

Ativos Remunerados	2019	2018	2017	2016
Disponibilidades e aplicações em bancos	187.013	160.835	157.734	126.138
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Títulos de dívida	384.840	336.293	0	0
Empréstimos e adiantamentos - Clientes	21.117	38.827	309.094	437.485
Ativos financeiros detidos para negociação	50.444	73.246	30.330	13.482
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.541.888	1.570.405	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	1.300.718	1.083.030
<b>Total</b>	<b>2.185.302</b>	<b>2.179.606</b>	<b>1.797.877</b>	<b>1.660.135</b>

Fonte: BIG

Estes créditos são por natureza de curto prazo e estruturados para se auto liquidarem em condições de *stress*. No final de 2019, praticamente todos os ativos de crédito estavam integralmente garantidos por valores imobiliários e/ou mobiliários e eram, conseqüentemente, de baixo risco. Os financiamentos desta natureza a Clientes tendem a crescer com subidas nos mercados financeiros e a registar declínios em períodos de *stress* (ver Risco de Crédito e de Investimento).

A carteira de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral (HTCS) manteve-se estável em relação ao ano anterior e aumentou devido aos maiores níveis de liquidez, representando 70,5% dos ativos remunerados em 31/12/19, aproximadamente o mesmo nível que se observava no final do ano anterior, e incluía uma variedade de títulos de dívida soberana, financeira e dívida sénior. Entre os fatores que poderão afetar a dimensão da carteira incluem-se oportunidades para criar margem ou proveitos de investimento durante o ano. A decisão de deter ativos para tirar proveito da margem ou desinvestir é tomada pelo Comité de Ativos e Passivos (ALCO), que tem em consideração as concentrações de mercado e o perfil global de liquidez do Banco.

As principais fontes de financiamento do Banco corresponderam, como em anos anteriores, a recursos de Clientes, capital acionista, e ainda, o acesso a financiamento por via de acordos de venda/recompra a taxas favoráveis junto de contrapartes de mercado, como a EUREX Repo e outros bancos. Os recursos de Clientes são, na sua natureza, fundamentalmente de retalho e decresceram ligeiramente para um valor pouco inferior a € 1,3 mil milhões. Os depósitos de outros bancos são maioritariamente acordos de venda/recompra com contrapartes internacionais e que incluem a EUREX Repo, a qual o Banco integrou como membro em 2011.

O ALCO fornece uma visão da natureza das concentrações e liquidez dos ativos do Banco e da gestão conservadora relativamente à composição do financiamento referida anteriormente. O Conselho de Administração procura assegurar que existam posições substanciais de excedente líquido de tesouraria de modo a cobrir as saídas de capital normais ou hipotéticas, conforme analisadas nos testes de esforço realizados. Para mais informações relativamente ao financiamento assegurado e depósitos de clientes, ver *Risco de Liquidez* e Nota 40.

*Capitais Próprios* – Os capitais próprios em 31/12/19 eram de € 399,2 milhões, face a € 347,1 milhões em 31/12/18. O número de ações ordinárias emitidas – cada uma com um valor nominal de um euro, totalmente subscritas e pagas – manteve-se em 171,9 milhões.

*Capital Regulatório*: O BiG é regulado pelo Banco de Portugal e, de acordo com as regulações bancárias, o Banco está sujeito aos requisitos consolidados de capital calculado com base no risco. Em termos gerais, o capital regulatório, objeto de reporte regular, é utilizado como base para avaliar aspetos chave do negócio bancário, e envolve vários ajustamentos regulares à rubrica de capital do Banco. Os requisitos de capital são apresentados como rácios de capital que comparam o capital ajustado com o valor dos ativos ponderados pelo risco. A rubrica Rácio de Fundos Próprios Totais de nível 1 e outros rácios de solvabilidade reportados regularmente pelo Banco constituem parte fundamental do processo de capital regulatório.

Os indicadores de rentabilidade melhoraram em 2019. A Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE) foi de 11,4% por comparação com 6,7%, em 2018. O rácio de custos de transformação/produto bancário do Banco correspondeu a 37,8% face a 54,4% em 2018.

T.21

(Euro 000)

Principais Rubricas do Passivo e Capitais Próprios	2019	2018	2017	2016
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	60	183	543	1.148
Recursos de outras instituições de crédito	491.760	554.334	410.261	396.823
Recursos de Clientes	1.289.576	1.312.211	1.035.794	1.049.050
Capitais próprios	399.255	347.148	339.533	265.611

Fonte: BIG

T.22

(Euro 000)

Capital	2019	2018	2017	2016
Capital	171.947	171.947	171.947	156.000
Prémios de Emissão	1.362	1.362	1.362	1.362
Ações Próprias	-2	-2	-2	-2
Outro rendimento integral acumulado	-2.296	-34.016	-63.827	-87.095
Outras reservas	197.867	184.800	188.627	160.994
Resultados atribuíveis ao proprietários da empresa mãe	42.078	23.056	52.347	43.712
Dividendos Antecipados	-15.475	0	-10.920	-9.360
Interesses Minoritários	3.774	0	0	0
Capitais Próprios	399.255	347.148	339.533	265.611
Valor patrimonial por ação	2,32	2,02	1,97	1,70
Ativos / Capital	5,68x	6,56x	5,45x	6,62x

Fonte: BIG

T.23

(Euro 000)

Capital Regulatório Consolidado	2019	2018	2017	2016
<b>Capitais Próprios</b>	<b>399.255</b>	<b>347.148</b>	<b>339.533</b>	<b>265.611</b>
<b>Fundos Próprios</b>	<b>367.515</b>	<b>329.411</b>	<b>329.790</b>	<b>290.951</b>
Ativos Ponderados pelo Risco	851.619	1.047.326	731.483	921.344
Rácio de Fundos Próprios Totais de nível 1	43,2%	31,5%	45,1%	31,6%
Rácio de Fundos Próprios Totais	43,2%	31,5%	45,1%	31,6%

Fonte: BIG

T.24

Medidas de Desempenho	2019	2018	2017	2016
<b>Rendibilidade</b>				
Rendibilidade dos ativos médios (ROA)	1,9%	1,1%	2,9%	2,6%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	11,4%	6,7%	17,3%	16,1%
Produto bancário / Ativo médio	3,9%	2,7%	5,7%	4,6%
<b>Eficiência</b>				
Margem financeira / Ativo remunerado	1,1%	1,1%	0,9%	1,5%
Custos transformação / Produto bancário	37,8%	54,4%	33,6%	36,7%
Custos pessoal / Produto bancário	23,1%	35,5%	22,3%	24,5%
<b>Solvência</b>				
Rácio de Fundos Próprios Totais de nível 1	43,2%	31,5%	45,1%	31,6%
Rácio de Fundos Próprios Totais	43,2%	31,5%	45,1%	31,6%

Fonte: BIG

# ▲ GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

## Introdução

A assunção e controlo de Riscos constituem fatores básicos inerentes à atividade do Banco. Estes incluem riscos financeiros, tais como capital, mercado, liquidez, taxa de juro e crédito, bem como riscos não financeiros, incluindo operacional, tecnológico, *Compliance*, estratégico e reputacional. Para auxiliar nestes controlos, o Conselho de Administração reforça (i) a necessidade de ter uma estrutura interna de governo societário bem delineada, (ii) a compreensão, identificação e reconhecimento de responsabilidade pelos colaboradores da organização, e (iii) a responsabilização e supervisão de riscos assumidos tanto pelas funções de controlo quanto pelas áreas tomadoras de risco.

Para identificar e gerir estes riscos, que se encontram geralmente inter-relacionados, o Banco mantém, e atualiza regularmente, sistemas de controlo interno que contêm políticas e procedimentos integrados e compreensivos, assumindo uma natureza quantitativa e qualitativa. Estes procedimentos são revistos, aprovados e supervisionados pelo Conselho de Administração, quer em grupo, quer por delegação. As políticas e sistemas do Banco

são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, sistemas fiáveis, tomada de risco apropriada, medição diária ou intra-diária das posições, reporte independente e comportamento responsável. As políticas e procedimentos visam igualmente garantir o respeito por, e a adesão a orientações internas, legais e prudenciais concebidas para proteger os interesses dos clientes e dos acionistas, enquanto preservam e protegem a reputação do Banco.

Como parte dos procedimentos, acima mencionados, de mensuração dos principais riscos inerentes à atividade bancária, o Conselho de Administração baseia-se em medidas de *value-at-risk* e em diversos cenários de testes de esforço, conjuntamente com outras metodologias. Estes estão sujeitos a uma revisão contínua e têm-se demonstrado adequados aos eventos que definem novos paradigmas a nível político e económico, nacional e global que têm caracterizado os anos recentes. Estes eventos tiveram um impacto significativo nas práticas de mercado existentes, no enquadramento regulatório, na natureza das auditorias e atribuição de *ratings*, assim como na concorrência, no planeamento estratégico, nos preços e nas expectativas de mercado. Estes riscos

constam regularmente da perspetiva do BiG e aferição de riscos de mercado, liquidez e crédito. Para informação adicional, incluindo testes de esforço para risco reputacional e riscos de correlação, consulte a Nota 40.

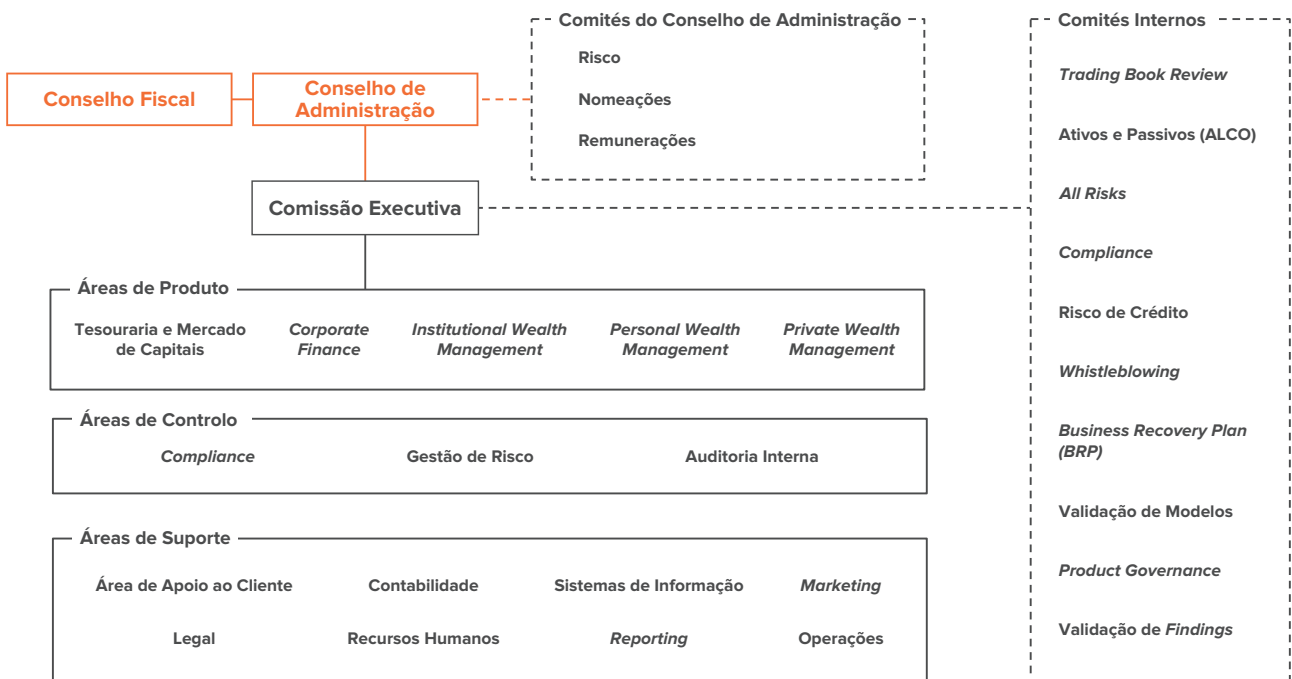
O enquadramento do risco, em termos gerais, inclui (i) a estrutura de governo, (ii) as políticas e procedimentos do Banco e (iii) as pessoas envolvidas diretamente nas unidades de controlo de risco, quer individuais quer transversais ao Banco.

## Estrutura de Governo

Compete ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva, ao Comité de Todos os Riscos do Banco (*All Risks*), às unidades de negócio e aos vários subgrupos que controlam áreas específicas de risco, a responsabilidade pela monitorização dos riscos associados ao Banco. O Comité de Todos os Riscos concilia as várias funções individuais de controlo e os grupos funcionais que supervisionam a Gestão de Risco (maior detalhe mais à frente) e a área de *Compliance* do Banco.

O Conselho de Administração preside à estrutura de governo societário, que delega

F.9



a gestão diária do Banco na Comissão Executiva. Esta pode redirecionar assuntos para o Conselho de Administração. É da responsabilidade de todo o Conselho de Administração e dos seus membros – tanto os que exercem funções de supervisão como executivas – estabelecer a orientação estratégica do Banco e os níveis de risco aceites, aprovar políticas, e ainda manter uma visão integrada das exposições às diferentes tipologias de risco.

A figura F.9 ilustra a estrutura de governo para gestão do risco do Banco.

### Políticas Gerais e Procedimentos

O Conselho de Administração revê periodicamente as políticas, procedimentos e as alterações regulatórias subjacentes, de forma a difundir-las a toda a organização. A natureza da estrutura de governação para o risco e a existência de políticas claras visam assegurar que os processos associados aos quatro passos fundamentais no processo de gestão de risco – a identificação, mensuração, controlo e reporte das exposições de risco a perdas potenciais – se encontram em conformidade com as melhores práticas bancárias e regulamentares.

Na gestão das suas exposições a diversos riscos, o Banco pauta-se pelos seguintes princípios básicos:

- ▲ Revisão regular das políticas, procedimentos e regulações pelo Conselho de Administração;
- ▲ Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Banco;

- ▲ Políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- ▲ Diversificação de riscos apropriada e revisão formal dos níveis de concentração;
- ▲ Sistemas de mensuração e reporte independentes;
- ▲ Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- ▲ Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

Entre as políticas e procedimentos essenciais incluem-se: (i) gestão e revisão ativas das posições do Banco, (ii) *mark to market* diário de praticamente todos os ativos remunerados, (iii) revisão diária ou intra-diária das exposições financeiras e do produto bancário, (iv) revisão diária, e independente, das exposições de crédito, e controlo diário dos limites e processos contabilísticos, (v) reportes independentes e diálogo frequente entre as equipas geradoras de receitas e as equipas de controlo de risco e funções de suporte; (vi) testes de esforço, incluindo a aplicação de cenários extremos e (vii) proximidade do Conselho de Administração ao processo de controlo e de avaliação do apetite por risco do Banco e encorajamento na comunicação rápida de tendências importantes e questões relevantes.

### Quantificação do Risco

Na tomada de decisões e na gestão de risco, o Conselho de Administração aplica o seu julgamento de negócio em combi-

nação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorizar e medir as exposições. Estes aspetos são discutidos nas secções seguintes e incluem:

- ▲ Cenários de testes de esforço;
- ▲ Limites de risco de mercado com base em VaR (*Value at Risk*);
- ▲ Análises de sensibilidade, em particular a taxas de juro;
- ▲ Medição das exposições com base em *Basis Point Values (bpv's)*;
- ▲ Controlo de limites por contraparte, família, classe de ativos e carteira;
- ▲ Limites de concentração;
- ▲ Análise qualitativa e procedimentos.

A quantificação do risco requer exercícios regulares de autoavaliação, atualizações nas técnicas e mudanças nos pressupostos, bem como a adesão a normas regulamentares e contabilísticas. Isto constitui um foco diário do Conselho de Administração, das equipas responsáveis e das áreas de suporte, assumindo como parte do processo que nenhuma metodologia isolada é suficiente na análise global das exposições. O Conselho de Administração e as equipas de gestão de risco, como tal, revêm, em particular, os riscos de mercado, através de um conjunto de processos e abordagens. Como política, procura-se quantificar o potencial de perdas associado a todos os aspetos do negócio, de forma a realizar uma estimativa razoável dos potenciais danos em caso de

F.10



ocorrência de eventos inesperados. Estes eventos abrangem aqueles que são observados, com base em dados históricos, e aqueles considerados altamente improváveis, mas que, ainda assim, podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Geralmente:

▲ **Risco de mercado** envolve pelo menos uma revisão diária de todas as medidas mencionadas anteriormente;

▲ **Risco de liquidez e de taxa de juro** foca-se em diversas metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenários;

▲ **Risco de crédito** geralmente foca-se em exposições nominais e fracionadas, concentrações por mutuário ou grupo, setor ou geografia e testes de esforço;

▲ As exposições a **derivados** são medidas através de análises de sensibilidade;

▲ **Riscos operacionais, o risco reputacional e o risco de correlação**, que engloba alguns dos riscos mais subjetivos aos quais o Banco pode estar exposto, geralmente depende de análises de cenários de modo a atingir estimativas quantitativas.

## Limites e Controlo

A existência de limites em todas as atividades com risco é essencial ao processo de controlo de riscos, e envolve uma série de controlos revistos com frequência, organizados por classe de produto, maturidade e por operador. Estes limites podem ser medidos através de uma combinação de medidas não estatísticas, designadamente *basis point values (bpv's)*, e medidas estatísticas, tais como o *value at risk (VaR)*, discutido à frente.

Constitui responsabilidade do Conselho de Administração e da função de Risco de Mercado garantir a atualização contínua, o reporte diário, o diálogo e a revisão dos pressupostos dos modelos. Vários critérios são adotados para determinar os limites apropriados na tomada de riscos associada à negociação de ativos financeiros e investimento, incluindo a análise

corrente e histórica dos mercados, estatísticas de volatilidade de liquidez, análise técnica e fundamental, o nível de experiência e desempenho dos gestores e, constituindo um fator importante, o apetite do Banco pelo risco em função das condições de mercado.

Os limites aprovados, especificando as exposições autorizadas por contraparte e concentração por tipo de ativos, são revistos e comunicados numa base periódica aos gestores e colaboradores de *front* e *back office* e são sujeitos a revisão e atualização regular. Todos os colaboradores são responsáveis por aderir aos limites aprovados, que são monitorizados por funções de suporte independentes, que asseguram que as posições são valorizadas e registadas corretamente.

## Reporte

Diariamente, as áreas responsáveis pela gestão de risco e *back office* compilam e reportam posições ao Conselho de Administração com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas. Os limites excedidos são reportados ao Conselho de Administração, que toma as medidas necessárias para garantir o cumprimento dos mesmos. Os controlos formais são ainda acompanhados por sistemas informais de monitorização de tomada de posições e limites, incluindo reuniões, no mínimo diárias, do Conselho de Administração com as áreas de mercado para rever posições e avaliar tendências. Os relatórios diários de testes de esforço servem como base de discussão sobre os níveis apropriados de exposição e da necessidade de agir de modo a reduzir concentrações de risco, quer através da venda ou do reposicionamento das posições, quer através da realização do *hedging* dos riscos.

## Unidades de Controlo de Risco

Cada um dos comités internos de risco – Comité de Ativos e Passivos, função de Risco de Crédito e os grupos responsáveis por áreas como Auditoria Interna, *Compliance*, riscos Operacionais e riscos Tecnológicos – inclui responsáveis pelos mecanismos de controlo no dia-a-dia.

Cada comité envolve, normalmente, pelo menos dois membros do Conselho de Administração. Dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho, estes grupos de risco têm autoridade para tomar decisões nas áreas respetivas. Os eventos diários de natureza excecional requerem a aprovação de pelo menos dois membros do Conselho de Administração. Exposições significativas ou decisões políticas relevantes que caiam fora destes limites requerem revisão e aprovação pelo Conselho de Administração. Acresce ainda que o Comité de Todos os Riscos reúne regularmente para assegurar uma comunicação adequada, conformidade com regulamentos e compreensão das inter-relações dos riscos entre as várias áreas do Banco.

## Risco de Capital

**A gestão do risco de capital assegura que o Banco possui fundos próprios aceitáveis e rácios operacionais que oferecem suporte à estratégia definida, às atividades de negócio e à gestão dos riscos subjacentes ao negócio, tanto em períodos de operação normal como em momentos desafiantes.**

O risco de capital e a estratégia encontram-se proximamente relacionados no negócio do Banco. Desta forma, a visão do Conselho de Administração relativamente aos níveis de alavancagem, rácios mínimos de capital e crescimento sustentado dos fundos próprios, essencialmente através da retenção de resultados, determina efetivamente a estratégia e apetite por risco do Banco, dentro do contexto competitivo, de mercado e regulatório. Estas matérias são discutidas de forma pormenorizada no *Plano de Financiamento e Capital*, reportado anualmente ao Banco de Portugal, bem como no processo de Autoavaliação de Adequação de Capital Interno. A gestão de risco de capital encontra-se diretamente interligada com as perspetivas desde há muito defendidas pelo Conselho de Administração quanto aos rácios de capital aceitáveis, à qualidade de ativos e à gestão de balanço, política de dividendos, metas de ROE, natureza dos fundos próprios *versus* capital regulatório e gestão global de risco.

Os resultados dos controlos diários nos riscos individuais, mas interrelacionados, discutidos abaixo, proporcionam, em conjunto, ao Conselho de Administração uma visão clara da gestão do risco de capital. O objetivo é manter níveis de capital que permitam:

- ▲ Investir e crescer a atividade ao longo de diversos ciclos e diferentes momentos de *stress*;
- ▲ Cumprir requisitos regulatórios com margens confortáveis;
- ▲ Distribuir dividendos, assegurando simultaneamente o estatuto de “bem-capitalizado”;
- ▲ Manter a flexibilidade nos momentos em que surjam oportunidades;
- ▲ Proteger a integridade do modelo de negócio do Banco e a sua reputação.

### Risco Estratégico

Risco Estratégico é o risco de disrupção das orientações chave da estratégia do Banco. Trata-se de um risco transversal aos vários riscos acima descritos. Inclui riscos relativos aos resultados atuais ou antecipados, à integridade do capital e das posições de liquidez, ao valor intrínseco e/ou reputação do Banco, decorrentes de decisões de negócio ou a falhas de execução, requerendo que sejam tidos em consideração fatores externos.

A supervisão do risco de estratégia passa pela revisão diária de resultados, estratégia do balanço e apetite por risco, o processo de planeamento anual, a revisão de novos investimentos e a elaboração formal bianual de um Plano Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

O processo envolve:

- ▲ O processo de planeamento de cada unidade de negócio;
- ▲ A revisão das estratégias de risco;
- ▲ A evolução dos proveitos, a composição e qualidade de ativos e concentrações;

- ▲ Planeamento de cenários;
- ▲ A transformação digital e investimento;
- ▲ A revisão das necessidades e expectativas dos clientes;
- ▲ Análise do enquadramento competitivo, regulatório e de mercado.

A visão global do Banco sobre os riscos acima mencionados decorre de decisões estratégicas do Conselho de Administração e de como os resultados são gerados e mensurados. Neste âmbito, salienta-se a importância da existência de processos de aferição dos riscos – bem como de oportunidades e ameaças – com potencial impacto no modelo de negócio resultantes de fatores concorrenciais, tecnológicos, regulatórios ou alterações no ambiente externo, podendo ainda verificar-se decisões de investimento em novas oportunidades de negócio e / ou alteração ou saída de atividades atuais. O processo prevê também interações frequentes e regulares com clientes, fornecedores, analistas, contrapartes, Conselho Consultivo e acionistas do Banco.

### Risco de Mercado

**Risco de Mercado representa o possível declínio no valor de instrumentos financeiros em resultado de alterações nas condições de mercado. Dada a possibilidade de impacto direto na demonstração de resultados e/ou nas reservas de justo valor, os principais riscos que o Banco gere na sua atividade de mercado incluem:**

- ▲ *Risco de ativos de rendimento fixo*, resultante de mudanças dos preços de ativos financeiros detidos para negociação ou durante períodos de maior duração;
- ▲ *Risco de preço de ativos financeiros*, resultante de exposições a mudanças nos preços dos ativos e volatilidade;
- ▲ *Risco de taxa de câmbio*, resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, preços futuros, e volatilidade;
- ▲ *Risco de derivados*, resultante da gestão da exposição a mudanças de preços

dos ativos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

Na gestão dos riscos acima identificados, o Conselho de Administração delega o controlo e supervisão diária na Comissão Executiva, no ALCO e na Direção de Risco de Mercado. O ALCO é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração e inclui outros membros do Conselho de Administração, além de outros gestores envolvidos nas atividades geradoras de receitas e da equipa de controlo de risco.

Em suporte aos Comitês estão as unidades principais de controlo de risco – Risco de Mercado e de Crédito – que são responsáveis pela revisão de metodologias de medição de risco e limites para todas as atividades de investimento e negociação de ativos financeiros. Controlam ainda as decisões genéricas de investimento discutidas no ALCO, reveem modelos e análises associadas ao cálculo dos limites de *Value at Risk* para a carteira do Banco e são responsáveis pela condução diária dos testes de esforço às carteiras. Estas unidades supervisionam também o controlo independente e verificam o cumprimento dos limites de tomada de risco pelos colaboradores de *front office*. Como resultado, o Banco procura assegurar um equilíbrio eficiente entre riscos e retorno, bem como um nível apropriado de volatilidade nos resultados operacionais.

Nas suas atividades de Tesouraria e Mercado de Capitais, o BiG procura gerar ou proteger receitas através da gestão de exposições a mudanças no valor dos instrumentos financeiros em vários mercados, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, o Conselho de Administração estabelece e revê, periodicamente, os procedimentos e sistemas definidos para assegurar níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objetivos de negócio.

A função de Risco, em colaboração com o Conselho de Administração, com o *Compliance* e outras áreas operacionais, revê as políticas e procedimentos de desenvolvimento de produtos para assegurar que os níveis de risco assumidos pelos Clientes, e oferecidos pelo Banco, são apropriados às circunstâncias. Alguns dos membros do ALCO também integram o

*Comité de Investimento do Banco*, que acompanha as tendências, alocações e políticas com respeito à gestão de ativos de terceiros, incluindo responsabilidades associadas com mandatos de assessoria e gestão discricionária. As atividades desta área, embora separada da carteira própria do Banco, encontram-se sujeitas ao mesmo tipo de mecanismos e procedimentos de controle que são utilizados pelo Banco na gestão do seu capital. Ambos os grupos reúnem regularmente e, uma vez que incluem normalmente dois ou mais administradores, têm a autoridade para decidir questões do dia-a-dia. As grandes exposições ou políticas significativas são geralmente apresentadas para revisão prévia pelo Conselho de Administração.

## Metodologias

O Banco utiliza um conjunto de metodologias para medir e controlar a exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informação cobrindo os riscos de país e contraparte. Os riscos são frequentemente geridos através do processo de diversificação de exposições, controle de dimensão de posições e estabelecendo coberturas em valores mobiliários ou derivados relacionados. As ferramentas quantitativas chave utilizadas para medir e controlar as exposições eficientemente incluem medidas estatísticas e medidas não estatísticas, entre as quais:

### ▲ *VaR (Value at Risk)*:

### ▲ *Testes de esforço*;

### ▲ *Cálculo de basis point values*;

### ▲ *Testes de sensibilidade*.

O Banco utiliza estes sistemas em simultâneo com outros, tais como relatórios de perdas e controlos diários sobre concentrações, para garantir a integridade do processo em potenciais falhas numa ou mais metodologias, em consequência de um evento extraordinário que ocorra nos mercados.

## Value at Risk (VaR)

A análise de *VaR*, que mede o risco assumindo condições normais de mercado, é combinada com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *back testing* e *stop loss advisories*, para assegurar controlos adequados de resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Banco calcula o *VaR* usando uma série histórica de um ano para o cálculo da volatilidade e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Banco deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exatas sobre o risco de mercado futuro. As variações de *VaR* entre períodos de

reporte, por exemplo, são geralmente resultantes de alterações nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre ativos financeiros.

A utilização de limites de negociação, e em linha com os anos anteriores, foi, inferior e menos utilizada, em média, que os limites de investimento, concentrando-se grande parte do risco na carteira de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral (HTCS).

As componentes e as concentrações da carteira são tipicamente dinâmicas, uma vez que o Banco procura maximizar fluxos estáveis de receita, enquanto otimiza a flexibilidade de reconhecer proveitos mantendo níveis elevados de liquidez disponível. Os níveis mais elevados de *VaR* estiveram associados à carteira de títulos de rendimento fixo, refletindo concentrações nesta classe de ativos. Mais detalhes destas exposições estão disponíveis na secção deste relatório dedicada à *Concentração de Risco*.

As análises de *VaR* para o setor das classes de ativos de rendimento fixo e variável indicam que as exposições médias mais elevadas durante 2019 estiveram associadas às emissões de dívida soberana, seguidas pelos setores de Materiais Básicos, Energia e Consumo Não-cíclico. A concentração no setor governamental esteve relacionada com a maior disponibilidade e liquidez de emissões desse segmento face a outros emitentes que tipicamente proporcionam retornos inferiores, tendo em conta o risco de crédito que lhes está associado.

T.25

(Euro)

<i>VaR de Negociação 2019 (vs 2018)</i>	2019				2018			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	19.365	19.344	91.684	1.762	5.217	137.727	708.515	212
Risco de taxa de juro	186.479	247.146	2.521.885	15.208	173.360	736.505	4.317.670	44.294
Ações	18.983	86.944	305.057	0	0	208.103	807.059	0
Opções	3.393	8.671	29.809	3.393	19.439	73.393	353.064	13.368
Efeito de diversificação	39%	29%			16%	28%		
	<b>139.486</b>	<b>258.371</b>	<b>2.492.079</b>	<b>36.515</b>	<b>167.094</b>	<b>835.467</b>	<b>4.256.929</b>	<b>44.410</b>

Fonte: BIG

### Resumo de termos chave:

**VaR:** Perda esperada no pior caso para o nível de confiança indicado; perdas maiores são possíveis, mas têm uma probabilidade mais baixa de acontecer.

**Back-testing:** Processo de validação de um modelo por via da comparação das suas estimativas com os resultados reais.

**Nível de confiança:** Probabilidade de que uma perda efetiva não exceda o *VaR* estimado. Quanto maior o nível de confiança, maior o *VaR*.

**Efeito de diversificação:** Representa o ganho, em termos de risco, resultante de uma carteira diversificada.

T.26 (Euro)

Setor	VaR Médio
Soberano	10.422.118
Materiais básicos	803.838
Energia	621.242
Consumidor, não cíclicos	463.341
Utilities	431.936
Financeiro	299.799
Industrial	122.723
Consumidor, cíclicos	46.036
Fundos	34.676
Telecomunicações	20.901

Nota: Valores não auditados

### Testes de Esforço Sobre Carteiras de Negociação e Investimento

O Banco efetua diariamente testes de esforço das suas posições e considera esta abordagem, em conjunto com as avaliações de VaR, uma ferramenta essencial para a gestão de riscos de mercado. Ao utilizar testes de esforço económico, o Banco procura estimar as perdas potenciais associadas a um determinado instrumento ou carteira, em diferentes cenários. Diariamente, o Banco aplica 16 cenários para desenvolver testes a 96 posições nas carteiras de negociação e de investimento, assumindo certos eventos históricos. Estes cenários são revistos frequentemente e de acordo com a evolução das condições de mercado. Quando os

dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados ativos subjacentes de classes de ativos idênticos e com um nível elevado de correlação.

A maioria dos testes é realizada com base em eventos históricos e consequentes impactos de mercado decorrentes desses eventos.

Os cenários históricos observados são utilizados como períodos adversos de mercado, para a realização de testes diários, estando identificados em baixo como "C1, C2...C5.". Os cenários históricos descritos na tabela T.28 são aplicados às exposições atuais para estimar potenciais ganhos ou perdas das principais carteiras de negociação

T.27

(Euro 000)

Negociação	Piores cenários - Ações					Piores cenários - Obrigações					Piores cenários - FX					Matérias Primas
	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1
Ações	47	8	24	20	12	32	(5)	1	18	3	30	37	15	(5)	6	24
Opções	(11)	(3)	(5)	(5)	(9)	(3)	(3)	(3)	(3)	(6)	(1)	(1)	(11)	0	(0)	(0)
FX	8	21	11	(0)	114	8	41	(4)	(0)	(18)	20	3	59	(2)	7	(18)
Taxa de Juro	308	(36)	75	(26)	(148)	28	(373)	(239)	(147)	(16)	5	119	(30)	(43)	4	(234)
<b>Total</b>	<b>351</b>	<b>(10)</b>	<b>106</b>	<b>(10)</b>	<b>(30)</b>	<b>66</b>	<b>(340)</b>	<b>(245)</b>	<b>(133)</b>	<b>(36)</b>	<b>55</b>	<b>159</b>	<b>32</b>	<b>(50)</b>	<b>16</b>	<b>(228)</b>

### Investimento

Investimento	Piores cenários - Ações					Piores cenários - Obrigações					Piores cenários - FX					Matérias Primas
	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1
Taxa de Juro	1.807	(3.407)	1.936	(6.148)	(2.875)	(8.899)	(9.902)	(4.881)	(13.664)	(13.704)	(2.059)	(3.575)	(5.480)	(5.432)	(2.069)	(4.069)
Ações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.807</b>	<b>(3.407)</b>	<b>1.936</b>	<b>(6.148)</b>	<b>(2.875)</b>	<b>(8.899)</b>	<b>(9.902)</b>	<b>(4.881)</b>	<b>(13.664)</b>	<b>(13.704)</b>	<b>(2.059)</b>	<b>(3.575)</b>	<b>(5.480)</b>	<b>(5.432)</b>	<b>(2.069)</b>	<b>(4.069)</b>

T.28

(Euro 000)

Piores cenários de Ações	
C1	Descida de Rating dos EUA 09-08-2011
C2	Receio de saída da Grécia da Zona Euro 23-07-2012
C3	Crescimento económico baixo para a Europa 06-11-2012
C4	Impacto dos indicadores económicos abaixo do esperado, para a zona Euro 23-01-2014
C5	Decisão do FED de cortar o programa de estímulos 14-10-2014

Piores cenários de Obrigações	
C1	Flash Crash, pico da crise na Grécia 05-05-2010
C2	Descida do Rating de Portugal pela Moody's 05-07-2011
C3	Descida do Rating de Portugal pela Standard & Poors 27-01-2012
C4	Crise política na Grécia 11-05-2012
C5	Alemanha rejeita Eurobonds 22-06-2012

Piores cenários de FX	
C1	Economia Europeia a crescer mais rápido que os EUA 02-04-2001
C2	Expetativa de que a crise europeia se alastre 17-08-2011
C3	Manipulação da Libor 02-04-2012
C4	Poucas expetativas na economia Americana 05-06-2013
C5	Recuperação da economia Americana 24-09-2014

Piores cenários de Matérias Primas	
C1	Impacto na decisão do FED: O preço do ouro afundou 19-06-2013



e investimento de ativos financeiros. Os resultados são então compilados e reportados diariamente ao Conselho de Administração pela área de risco do Banco.

## Risco de Liquidez

### Risco de Liquidez decorre da gestão dos ativos e passivos do Banco.

A política do BiG relativa à liquidez e financiamento baseia-se nos seguintes princípios: (i) financiamento dos ativos antes da sua aquisição, (ii) capacidade para converter uma parte significativa dos investimentos em liquidez num curto espaço de tempo, (iii) um programa para construir uma base estável de depósitos de clientes e (iv) assumir que o BiG manterá um razoável nível de independência do mercado de financiamento junto de outras instituições. Estes princípios definem o modelo de negócio do BiG, que não é focado na prestação de crédito, mas sim baseado em comissões e prestação de serviços e pressupõe uma base de ativos composta por ativos líquidos, em detrimento de crédito ilíquido.

Na prática, o processo de gestão de liquidez do Banco é uma questão estratégica e diária do Conselho de Administração. Este engloba os detalhes de controlos dos fluxos de entrada e saída, as questões de preçário e reputação, o controlo sobre colaterais, o processo do Comité de Ativos e Passivos e os aspetos do plano de recuperação que transmite a natureza fundamental do modelo de negócio: ativos líquidos, flexíveis e de qualidade financiados de forma conservadora por depósitos estáveis e capital.

### Risco de Taxa de Juro

#### O Risco de Taxa de Juro resulta da exposição ao declive e curvatura das curvas de taxa de juro, volatilidade nas taxas de juro, duração e *spreads* de crédito.

O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital do Banco, causados por movimentos dos níveis absolutos das taxas de juro, em *spreads* entre duas taxas, ou na configuração da curva de taxas de juro, entre ou-

tros fatores. O BiG controla a sua exposição a eventos adversos através da diversificação e de técnicas de cobertura de risco.

O Banco utiliza, como medida de risco de taxa de juro os *bpv's*. Este fator de risco representa a exposição por cada ponto base (0,01%) nas taxas de juro, e permite calcular o impacto económico destes movimentos na carteira de ativos, nomeadamente em ativos de rendimento fixo, que são sensíveis a flutuações de taxas de juro.

A tabela T.29 apresenta os ativos e passivos por maturidade a 31 de dezembro de 2019 e respetivos *bpv's* por banda temporal.

Os *earnings at risk* (proveitos em risco) associados a movimentos em taxas de juro são medidos assumindo um conjunto de cenários numa base regular, nomeadamente um aumento ou queda de 200 *pontos base* (p.b.) ou um aumento ou queda de 50 *pontos* para maturidades superiores a 1 ano.

T.29

(Euro)

Risco Taxa de Juro						
Maturidade	Ativos	Passivos	Derivados de Cobertura (+)	Derivados de Cobertura (-)	Líquido	<i>bpv's</i>
1/jan/20	241.365.342	142.272.731	0	0	99.092.612	110
1/fev/20	334.880.972	366.223.234	228.062.482	0	196.720.220	-972
1/abr/20	240.143.280	344.756.251	40.763.697	0	-63.849.274	-433
1/jul/20	127.820.390	158.758.485	52.776.957	0	21.838.862	-1.026
1/out/20	1.052.656	57.419.744	0	0	-56.367.089	3.476
1/jan/21	2.428.177	39.976.075	0	0	-37.547.898	3.204
1/jul/21	83.659	48.925.709	0	0	-48.842.050	6.013
1/jan/22	46.938	43.995.147	0	52.595.350	-96.543.559	17.862
1/jan/23	50.096.359	579.544.393	0	0	-529.448.035	130.713
1/jan/24	20.479.385	1.404.207	0	0	19.075.178	-6.107
1/jan/25	57.298.276	4.168.644	0	132.293.411	-79.163.780	40.529
1/jan/26	42.060.940	58.959	0	0	42.001.981	-20.792
1/jan/27	77.860.771	0	0	0	77.860.771	-43.937
1/jan/28	129.759.633	0	0	0	129.759.633	-91.005
1/jan/29	231.918.040	0	0	0	231.918.040	-180.052
1/jan/30	26.348.788	0	0	326.474.940	-300.126.152	263.976
1/jan/35	348.430.636	0	0	338.493.704	9.936.931	-8.245
1/jan/40	206.432.122	0	0	7.538.440	198.893.682	-265.750
1/jan/45	17.566.310	0	0	0	17.566.310	-26.994
	2.156.072.674	1.787.503.579	321.603.136	857.395.846	(167.223.615)	(179.429)

Fonte: BiG

T.30

(Euro)

Dezembro 2019			
Aumento paralelo de 200 pb	Redução paralela de 200 pb	Aumento de 50 pb após 1 ano	Redução de 50 pb após 1 ano
-35.885.882	35.885.882	-9.189.424	9.189.424

Fonte: BiG

T.31

Risco de Taxa de Juro: Evolução Semestral		
Data	Aumento paralelo de 200 p.b. na curva de Taxa de juro	% Impacto nos Fundos próprios
dez/18	-21.993.547	-6,7%
jun/19	-1.615.766	-0,4%
dez/19	-35.885.882	-9,8%

Fonte: BiG

A tabela T.30 mede o impacto dos choques atrás referidos à data de dezembro de 2019.

A tabela T.31 indica o impacto que um choque de 200 p.b. na curva de taxas de juro tem no valor dos fundos próprios para os últimos 3 semestres.

## Risco de Crédito e de Investimento

**O risco de crédito define-se como a perda em que o Banco incorreria se um mutuário, contraparte ou emitente de valores mobiliários que o Banco detém nos seus investimentos falhasse no cumprimento das suas obrigações contratuais para com o Banco.**

### Introdução

O BiG está exposto a riscos de crédito na maioria das suas atividades, que incluem, principalmente, a exposição direta a emittentes de valores mobiliários detidos pelo Banco como ativos de investimento. O risco de crédito associado a relações com contrapartes profissionais, bem como emittentes de valores mobiliários admitidos a negociação, é avaliado em combinação com os procedimentos de gestão de risco referidos anteriormente no capítulo referente a *Risco de Mercado*. Em menor escala, estes incluem também a exposição direta a clientes titulares de operações de crédito, maioritariamente associado a contas margem que fazem parte da sua atividade de negociação.

As exposições a crédito no BiG genericamente incluem obrigações de empresas, obrigações soberanas, empréstimos, créditos interbancários, riscos relacionados com a liquidação de valores mobiliários, valores cobráveis em contratos de derivados e mercados monetários e compromissos relacionados com a concessão de garantias ou outros créditos. No processo de análise e aprovação, o Banco avalia estas exposições a vários níveis: (i) ao nível das transações individuais, assim como ao nível da exposição máxima ao Cliente ou Grupo, e, separadamente, (ii) ao nível das respetivas carteiras para medir a concentração de riscos num determinado setor, indústria ou localização geográfica. Por questões de política interna, todas as exposições são avaliadas e processadas para aprovação, quer a sua natureza seja dentro ou fora do Balanço.

### Processos

Constituindo um fator inerente à banca, o Conselho de Administração percebe o risco de crédito como parte integrante do modelo de negócio, fundamental para a geração de receitas e valor para os acionistas. Considerando a importância do desenvolvimento de um negócio rentável, aceitando risco e utilizando o capital de uma forma prudente, o processo de risco de crédito visa preservar a independência do processo de aprovação, permitindo também uma integração efetiva com os objetivos de negócio definidos pelo Con-

selho de Administração. Este processo começa com o Conselho de Administração, que aprova as políticas gerais e orientações para riscos de crédito. O Conselho de Administração posteriormente delega nos responsáveis de crédito e pessoal de suporte, a autoridade necessária e a implementação diária das respetivas políticas e responsabilidades. Estas correspondem a:

- ▲ Orientações quantitativas e qualitativas para revisão de créditos;
- ▲ Orientações e procedimentos quantitativos e qualitativos para questões de controlo da qualidade de crédito;
- ▲ Controlo do Cliente, família e grandes riscos;
- ▲ Documentação, gestão e arquivo de documentação;
- ▲ Gestão e controlo de procedimentos e sistemas de monitorização de riscos;
- ▲ Manutenção de um sistema de avaliação e de aprovação de crédito;
- ▲ Atenção à integridade e independência do processo de aprovação;
- ▲ Adesão a orientações regulamentares;
- ▲ Política de preços.

### Natureza das Exposições de Crédito

A natureza dos riscos de crédito geridos pelo Banco não tem variado substancialmente ao longo dos últimos anos e reflete os objetivos da atividade do Banco e do modelo de negócio subjacente.

Em termos genéricos, a estratégia de negócio do Banco reduz o risco de crédito a duas categorias abrangentes:

- ▲ *Risco de Crédito garantido*, associado principalmente às atividades de negociação e intermediação para Clientes. Estas são garantidas geralmente por liquidez ou ativos financeiros elegíveis. Esta categoria inclui as emissões de bancos de ativos financeiros com colaterais (RMBS) e obrigações cobertas;

▲ *Risco de Crédito não garantido*, que surge da gestão dos principais riscos de crédito do Banco: carteira de investimento em obrigações de empresas ou dívida pública, e das atividades de negociação no mercado com contrapartes profissionais. As exposições classificadas pelo Banco como não garantidas podem envolver emissões de dívida soberana ou dívida de emissões de outras entidades garantidas por entidades soberanas. Considerando a dimensão da carteira de investimento em dívida sénior empresarial e soberana do Banco, este tipo de crédito representa a maior porção da exposição de risco do Banco.

### Procedimentos de Crédito

De acordo com a política de crédito do Banco, a base para aprovação de exposições a crédito, com ou sem garantia, inclui a determinação da notação de risco (*scoring*) para a exposição ao crédito, calculada com base em critérios maioritariamente objetivos. Os resultados do processo de análise financeira e pontuação de risco servem de base para decidir a rentabilidade associada ao risco assumido, incluindo considerações sobre preço mínimo, estrutura

T.32 (Euro)

Exposição por Setor	Montante
Soberano	1.083.214.321
ABS	446.786.053
Financeiro	160.968.398
Utilities	91.785.329
Energia	62.801.638
Materiais básicos	54.560.871
Industrial	37.789.651
Consumidor, não cíclicos	24.232.106
Telecomunicações	8.419.626
Consumidor, cíclicos	3.719.128
<b>Total</b>	<b>1.974.277.122</b>

T.33 (Euro)

Dezembro 2019 Exposição por estratégia de investimento	Montante
Títulos de dívida	1.974.277.122
Ações	1.984.223
Caixa e disponibilidades	173.355.296
Forex	10.593.700
<b>Total</b>	<b>2.160.210.340</b>

aceitável, prazos e documentação apropriada.

Como parte do processo de aprovação de qualquer exposição de crédito, o Banco segue uma matriz de aprovação pré-definida, que combina os resultados da avaliação de crédito, prazos, níveis máximos de exposição global, incluindo quaisquer transações em consideração e os níveis pré-aprovados de poderes de aprovação atribuídos pelo Conselho de Administração aos responsáveis de crédito. Outros critérios para determinação dos níveis de aprovação incluem a existência e tipo de garantia subjacente à exposição global.

### Exposições não garantidas

As linhas de crédito ou exposições conexas que não são integralmente garantidas, ou nas quais a garantia oferecida pode não ser líquida, estão sujeitas a uma revisão objetiva e periódica dos dados financeiros históricos e projeções conservadoras como base para aprovação de qualquer proposta de crédito. Este processo pode ser acompanhado por informação de agências internacionais de *rating*, particularmente nos casos dos emitentes não-domésticos e instituições financeiras. Outros critérios utilizados como parte do processo de aprovação incluem critérios qualitativos, tais como a base acionista, a qualidade e reputação da gestão, o posicionamento do devedor e o seu desempenho face aos seus pares, e outra informação relevante.

As principais exposições globais não garantidas são a instituições financeiras através do mercado monetário interbancário, por exemplo, quando o Banco opera na qualidade de credor de outros bancos, do setor financeiro, empresarial e de dívida

soberana, representada por dívida cotada com diferentes maturidades.

### Gestão de Concentração de Riscos

O Banco analisa a sua exposição à concentração de riscos por categoria – risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional.

No que diz respeito à gestão de concentrações de risco de crédito, o Conselho de Administração e a área de risco do Banco analisam os relatórios diários que resumem as maiores concentrações de risco, incluindo exposições diretas, indiretas e contingentes. Estes relatórios são também desagregados por exposições financeiras e não financeiras. Para além da sua função de gestão e monitorização regular, servem também como base para reporte periódico de limites regulamentares, incluindo exposições superiores a 10% dos fundos próprios e limites legais de concessão de crédito, representando 25% dos fundos próprios consolidados. Nas tabelas T.32 a T.35 são apresentadas as exposições por setor, país e *rating* a 31 de dezembro de 2019.

T.34 (Euro)

Exposição por país	Montante
Itália	795.859.567
Portugal	704.681.904
Espanha	248.471.382
México	65.002.977
Colombia	41.112.602
França	33.938.371
Moçambique	25.344.167
Estados Unidos	20.509.548
Alemanha	11.874.682
Reino Unido	10.138.802
Indonésia	5.370.382
Noruega	3.067.740
Holanda	2.991.446
Suécia	2.520.411
Chile	2.181.674
Finlândia	1.083.923
Grécia	127.544
<b>Total</b>	<b>1.974.277.122</b>

T.35

(Euro)

Exposição por Rating	Aaa	Aa	A	Baa	Ba	B	Caa	NA	Total
Garantida Estado	0	0	18.172.091	1.042.734.078	0	9.645	21.764.113	3.233.494	1.085.913.422
Banca Covered	8.187.349	2.041.111	44.016.497	0	0	0	0	0	54.244.958
Banca Senior	0	0	29.553.070	21.169.717	13.055.237	0	0	9.594.213	73.372.237
Banca Subordinada	0	0	0	9.554.382	2.042.187	0	0	6.460.012	18.056.581
Dívida Senior Corp	0	0	2.396.886	164.998.468	0	0	0	108.810.125	276.205.479
Dívida Subordinada Corp	0	0	2.150.458	8.770.303	1.080.670	0	0	0	12.001.431
Financeira Subordinada	0	0	4.683.467	0	0	0	0	3.013.494	7.696.961
ABS	0	134.097.625	281.190.148	0	0	0	0	31.498.280	446.786.053
<b>Total</b>	<b>8.187.350</b>	<b>136.138.736</b>	<b>382.162.617</b>	<b>1.247.226.948</b>	<b>16.178.094</b>	<b>9.645</b>	<b>21.764.113</b>	<b>162.609.618</b>	<b>1.974.277.122</b>

Fonte: BIG

### Testes de Esforço

O Banco mede todas as exposições relevantes de várias formas, nenhuma das quais considerada tão importante pelo Conselho de Administração quanto os testes de esforço realizados pelo Banco. Similarmente a outras carteiras, cujos riscos são medidos diariamente, a carteira de investimento do Banco, constituída maioritariamente por ativos de rendimento fixo de diferentes maturidades, é sujeita a vários exercícios de testes de esforço, de modo a proporcionar ao Conselho de Administração uma avaliação das potenciais perdas num conjunto de cenários hipotéticos. Adicionalmente aos cenários históricos, o Banco foca-se diariamente em cenários extremos, ou altamente improváveis, os quais são aplicados às posições de modo a testar a resiliência do Balanço do Banco e a adequação do capital. Quando aplicados a esta carteira, estes cenários representam um indicador diário das perdas potenciais por classe, considerando as maiores perdas individuais por setor de atividade.

As simulações seguidamente apresentadas baseiam-se no impacto que variações nas *yields* e nos *spreads* de crédito têm no valor dos instrumentos de dívida, dependendo da sua maturidade e duração. Outra variável que se tem em conta é o nível de cobertura do *portefólio* de ativos de renda fixa. O objetivo destes testes consiste em determinar até que ponto os proveitos poderão vir a ser afetados e os capitais próprios delapidados num cenário extremo, baseado em circunstâncias teóricas. Os resultados destes testes são utilizados para manter a disciplina e controlar a tomada de posições ou concentrações excessivas.

T.36

(Euro)

Exposição por país	Montante de Perda Potencial
Itália	-34.346.784
Portugal	-6.463.735
México	-3.203.382
Espanha	-1.602.863
França	-924.003
Colombia	-581.256
Alemanha	-517.954
Estados Unidos	-365.327
Reino Unido	-190.026
Indonésia	-143.537
Holanda	-97.625
Chile	-22.567
Grécia	-6.401
<b>Total</b>	<b>-48.465.460</b>

Os resultados deste teste a 31 de dezembro de 2019 são apresentados na tabela T.36, evidenciando que, nas circunstâncias mais extremas, as perdas teóricas seriam relevantes, mas não afetariam a solvabilidade global do Banco, que continuaria confortavelmente acima dos mínimos regulatórios.

A tabela T.37 apresenta a evolução dos resultados deste teste ao longo do ano de 2019.

T.37

(Euro 000)

Perdas máximas e mínimas			
Máximo (*)	Mínimo (*)	Média	Desvio Padrão
-78.178	-36.501	-57.171	13.446

(\*) Valores máximos e mínimos de perdas

Fonte: BIG

### Exposição de Crédito por via de Contratos Derivados

Contratos derivados são instrumentos financeiros, tais como futuros, *forwards*, *swaps* e opções, cujo valor deriva dos ativos subjacentes: índices, taxas de juro, taxas de câmbio, entre outros. O BIG utiliza estes instrumentos financeiros derivados para gerir as exposições do Banco aos mercados, para gerar receitas através das suas atividades de negociação de ativos financeiros. Na avaliação de riscos, o Banco segue os mesmos procedimentos de crédito para exposições a contratos derivados e exposições relacionadas com o mercado cambial que utiliza nos produtos de crédito tradicionais descritos anteriormente. Os limites de crédito para estes produtos são calculados e controlados com base na exposição potencial, que tem em consideração os valores atuais de mercado e estima o movimento futuro das taxas de mercado com base em critérios estatísticos.

Como parte do processo, o BIG calcula o custo de substituição de um contrato derivado ou de mercado cambial como medida primária de exposição ao risco de crédito. Este é definido como o custo de substituir um contrato em condições de mercado extremas na eventualidade de um *default* da contraparte anterior à data de liquidação do ativo. O Banco

utiliza procedimentos de contabilização de ativos ao justo valor de mercado para aferir o custo de substituição de um contrato derivado ou cambial em mercado aberto.

Um resumo da exposição nominal a contratos derivados e valores a receber de contrapartes com suporte em contratos desta natureza a 31 de dezembro de 2019 pode ser encontrado na Nota 24.

## Risco Operacional

**O risco operacional pode surgir como resultado de falhas ocorridas por procedimentos ou sistemas inadequados, risco humano ou eventos externos.**

Tendo em conta a natureza do seu negócio, o Banco encontra-se exposto a potenciais perdas e/ou riscos do negócio desenvolvido, com impacto na sua atividade e reputação. Estes eventos podem resultar de erros humanos, erros de sistemas e operacionais, interrupções inesperadas no processamento de negócio ou execução deficiente ou insuficiente por fornecedores terceiros, de componentes significativas do modelo de negócio.

Limitar os riscos operacionais através da implementação de procedimentos internos adequados e suficientemente robustos é essencial para oferecer um serviço completo e competente aos Clientes e reduzir o risco de sanções regulatórias.

Tendo em mente esses objetivos, o Banco mantém um processo de gestão pró-ativa de riscos operacionais, de modo a manter as exposições em níveis mínimos, revendo regularmente os seus sistemas de controlo interno para assegurar o bom funcionamento do negócio em circunstâncias normais e anormais.

Os sistemas e procedimentos são desenhados não apenas para maximizar a eficiência e eficácia dos processos, mas também para reduzir os riscos de fraude de fontes internas ou externas, e de erros ou quebras de serviço, resultantes de eventos associados com a tecnologia e infraestrutura de sistemas, procedimentos e telecomunicações (ver Nota 40).

A responsabilidade direta pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis de cada unidade de negócio e órgão de estrutura. Para monitorizar os riscos e a aplicação dos procedimentos no Banco, existe uma estrutura autónoma de governação, constituída por diferentes grupos de supervisão interna e que se reúnem separadamente com os seus supervisores na Comissão Executiva, e formam parte do Comité de Todos os Riscos:

▲ *Risco Operacional*: revê a adequação dos procedimentos internos, do suporte humano e de sistemas na condução normal das funções de negócio e riscos operacionais diários a que o Banco se encontra exposto, com base em processos de autoavaliação, controlos dos erros operacionais e em relatórios de auditorias internas e externas.

▲ *Risco Tecnológico*: supervisiona a adequação e segurança da complexa infraestrutura tecnológica que suporta todos os aspetos do processamento interno do Banco, informação de gestão e ligações com fornecedores terceiros de informação e serviços de execução. Tem também como missão, manter a infraestrutura tecnológica adequada para responder a eventos de desastre (*disaster recovery*), de forma a minimizar os tempos de paragem e assegurar a continuidade da prestação dos serviços do Banco.

Os comités internos também realizam exercícios regulares de autoavaliação para identificar e atuar sobre os riscos associados a operações, tecnologia e *compliance*. Os processos de controlo incluem, por exemplo, a revisão frequente dos procedimentos operacionais relevantes, o cumprimento de orientações normativas, auditorias internas e externas às operações, sistemas e áreas comerciais e de negociação, procedimentos de *back-up* e a manutenção dos acordos de *outsourcing* e de um plano de recuperação de negócio apropriado para reduzir os efeitos de qualquer interrupção imprevista das atividades do Banco.

Constitui um objetivo da estrutura de governação acima identificada, e de todos os departamentos internos, garantir o cumprimento das orientações prudenciais e regulatórias para que os custos de tais

erros sejam mantidos em níveis consentâneos com o capital do Banco e estratégia de negócio.

Para apoiar este controlo, o Banco tem procedimentos internos de reporte de erros operacionais ao Conselho de Administração numa base regular. Este reporte, e posterior análise, permitem a identificação de problemas na sua fonte e a sua resolução em conformidade. Os dados recolhidos são extensos e permitem uma análise detalhada das perdas operacionais reais por tipo de evento, linha de negócio, por impacto, e por montantes médios ou específicos.

O impacto dos eventos nas receitas operacionais do Banco é bastante baixo, conforme se pode constatar observando a tabela T.43.

Um dos aspetos chave no controlo dos riscos operacionais e na manutenção de perdas operacionais a níveis aceitáveis é a cultura de tempestiva identificação e mitigação de riscos do Banco.

O Banco encoraja a comunicação dos problemas operacionais, quer potenciais quer reais, ao Conselho de Administração e a sua resolução pró-ativa. Para melhorar a gestão desta tipologia de risco, durante 2019 o Banco implementou:

▲ Uma nova aplicação para gerir o risco operacional, auditoria interna, políticas e procedimentos, reclamações de clientes e governo de IT (*Logic Manager*);

▲ Uma revisão aprofundada da metodologia de avaliação interna de processos, atualmente em curso.

T.38

Tipos de Eventos de Risco Operacional (Basileia)	Nº Eventos					Total '19
	Total '18	TRIM I '19	TRIM II '19	TRIM III '19	TRIM IV '19	
Fraude interna	0	1	0	1		2
Fraude externa	4	0	1		1	2
Políticas de RH e segurança no local de trabalho	0	0	0			0
Clientes, produtos e práticas de negócio	5	3	1	8	5	17
Danos em ativos tangíveis	1	0	0			0
Perturbações na atividade e falhas nos sistemas	22	2	1	6	5	14
Execução, entrega e gestão de processos	92	17	16	18	20	71
	<b>124</b>	<b>23</b>	<b>19</b>	<b>33</b>	<b>31</b>	<b>106</b>

T.39

(Euro)

Tipos de Eventos de Risco Operacional (Basileia)	Valor dos Eventos					Total '19
	Total '18	TRIM I '19	TRIM II '19	TRIM III '19	TRIM IV '19	
Fraude interna	0	-16.805		0		-16.805
Fraude externa	0	0	0		0	0
Políticas de RH e segurança no local de trabalho	0	0				0
Clientes, produtos e práticas de negócio	-37.763	-723	-7.163	-6.253	-444	-14.584
Danos em ativos tangíveis	0	0				0
Perturbações na atividade e falhas nos sistemas	-4.617	-364	0	10	0	-354
Execução, entrega e gestão de processos	-29.214	-6.235	-273	-2.110	-1.560	-10.178
	<b>-71.593</b>	<b>-24.128</b>	<b>-7.436</b>	<b>-8.353</b>	<b>-2.004</b>	<b>-41.921</b>

T.40

Eventos por Linha de Negócio (Basileia)	Nº Eventos					Total '19
	Total '18	TRIM I '19	TRIM II '19	TRIM III '19	TRIM IV '19	
1. Corporate finance	0					0
2. Trading and sales	8		1	1	2	4
3. Payment and settlement	6	2		4	1	7
4. Commercial banking	0	3	3	1	1	8
5. Agency services	4				1	1
6. Retail banking	44	5	4	9	12	30
7. Retail brokerage	35	6	4	3	5	18
8. Asset management	17	5	2	4		11
9. Outros	10	2	5	11	9	27
	<b>124</b>	<b>23</b>	<b>19</b>	<b>33</b>	<b>31</b>	<b>106</b>

T.41

(Euro)

Eventos por Linha de Negócio (Basileia)	Valor dos Eventos					Total '19
	Total '18	TRIM I '19	TRIM II '19	TRIM III '19	TRIM IV '19	
1. Corporate finance	0					0
2. Trading and sales	-4.210		0	0	0	0
3. Payment and settlement	-52	-686		-1.753	-414	-2.854
4. Commercial banking	0	-19.574	0	0	-50	-19.624
5. Agency services	0				0	0
6. Retail banking	-11.182	-356	-37	-307	-566	-1.265
7. Retail brokerage	-25.046	-622	-236	-50	-461	-1.369
8. Asset management	2.451	-2.890	0	-280		-3.170
9. Outros	-33.553	0	-7.163	-5.963	-513	-13.639
	<b>-71.593</b>	<b>-24.128</b>	<b>-7.436</b>	<b>-8.353</b>	<b>-2.004</b>	<b>-41.921</b>

T.42

Repartição de eventos por região	Portugal	Moçambique	Total Grupo
# Eventos	96	10	106
Montante	-17.902	-24.018	-41.921

T.43

Ano	Eventos RO (€)	Prod. Bancário	%
2011	-32.712	33.177.000	0,10%
2012	-20.272	80.328.000	0,03%
2013	-25.984	125.022.000	0,02%
2014	-9.158	169.375.000	0,01%
2015	-14.484	148.706.000	0,01%
2016	-36.738	75.692.000	0,05%
2017	-78.385	103.737.000	0,08%
2018	-71.593	55.184.000	0,13%
2019	-41.921	88.086.021	0,05%

### Continuidade do Negócio e Segurança de Informação

O Banco trabalha com o objetivo de assegurar que o negócio está apto para operar sob as condições mais exigentes e que os processos, gestão de risco e controlo interno, informação e sistemas são seguros e fiáveis. Estas questões complexas exigem uma regular atenção, revisão e melhoria à medida que o Banco cresce e que as condições de mercado e o ambiente regulatório mudam. Como referido anteriormente, os controlos diários de riscos endereçam a capacidade de garantir a sustentabilidade financeira do Banco.

A continuidade do negócio do Banco em circunstâncias de tensão, ou num cenário de desastre, constitui uma prioridade, objeto de planeamento exaustivo, o principal pressuposto subjacente ao modelo de negócio e um tema de atenção diária do Conselho de Administração.

Desde 2018, o Banco tem estado a implementar um plano de transferência de dados não-core para a *cloud* e completou durante o ano de 2019 a migração para Microsoft 365. Estes acontecimentos dotam o Banco de um nível de segurança sem paralelo para os documentos e e-mails, e asseguraram um cumprimento integral das disposições do RGPD. Relativamente à melhoria da estrutura de governo dos Sistemas de Informação, o Banco implementou o COBIT 5 nas seguintes áreas:

- ▲ Governo de TI;
- ▲ Gestão de fornecedores;
- ▲ Segurança;
- ▲ Continuidade do negócio.

O Banco decidiu transferir o seu centro de dados principal para a IBM sob uma configuração mista de *IaaS* (Infraestrutura como Serviço) e *Housing* (Infraestrutura gerida pelo BiG). O BiG continuará a gerir de forma direta as principais componentes da sua infraestrutura, mas utilizará tecnologia e serviços da IBM, de forma a garantir a continuidade e segurança dos seus sistemas. Esta parceria inclui adicionalmente um Plano de Continuidade de Negócios que assenta nas melhores práticas e nos centros de dados da IBM na Europa, contribuindo assim para um cenário de recuperação mais robusto e efetivo da infraestrutura e sistemas do Banco, em caso de interrupção abrupta das operações.

O aumento e sofisticação dos eventos relacionados com cibersegurança à escala global é uma área de foco e resultou num aumento do investimento em sistemas e colaboradores. Antecipa-se que esta tendência se mantenha em 2020.

### Auditoria Interna

A função de Auditoria Interna desempenha um papel central e constitui parte integrante do sistema de monitorização contínua do controlo interno da instituição, responsável pela verificação independente da adequação e conformidade das políticas e procedimentos internos.

A Auditoria Interna é responsável por avaliar a eficácia e adequação (i) dos processos de controlo e gestão de riscos do BiG, (ii) dos mecanismos de controlo interno, (iii) do sistema de governo e (iv) da aplicação e correta observância das políticas e regulamentos internos. A função de auditoria é objetiva e independente e, através das suas análises periódicas, desempenha um papel essencial na identificação de deficiências e visa assegurar a conformidade com os procedimentos internos e os padrões gerais de integridade e qualidade definidos pelo Banco, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho de Administração.

De forma a que a função de Auditoria Interna se mantenha objetiva e imparcial, esta reporta diretamente as conclusões das suas inspeções ao Conselho de Administração, tendo por base as prioridades definidas por aquele órgão. Estas prioridades são definidas tendo em vista os riscos inerentes às várias atividades e negócios da Instituição.

### Gestão do Risco de *Compliance*

O sistema de controlo interno do BiG baseia-se numa cultura de conformidade com a legislação e com os diversos normativos, aplicáveis à atividade bancária, bem como as políticas e procedimentos relacionados com obrigações contratuais, conduta pessoal e relacionamento com clientes.

No seu conjunto, estes sistemas e procedimentos visam mitigar o risco do Banco incorrer em prejuízos associados a potenciais sanções, litigâncias, limitações à sua atividade e expansão e / ou perdas de reputação associadas ao incumprimento contratual ou a uma perceção negativa da imagem pública do Banco.

A função de *Compliance* assume um papel chave no banco e constitui uma parte integrante da cultura interna. Cada linha de negócio é, por conseguinte, responsável por gerir o risco de *compliance*. Neste contexto, o Banco seleciona os Colaboradores não apenas com base na sua experiência, competência e capacidade técnica, mas também tendo por base os seus valores éticos, transparência e comportamento responsável, elementos que no seu conjunto constituem fatores competitivos de diferenciação do Banco na sua relação com Clientes.

A função de *compliance* é independente e reporta ao Conselho de Administração. O *Compliance* possui a necessária autonomia para atuar de forma independente das áreas de negócio do Banco, de modo a assegurar uma adequada monitorização e manutenção dos sistemas de controlo interno.

A política de *Compliance* do Banco é comunicada a todos os colaboradores e atualizada, pelo menos, numa base anual. Esta política constitui o núcleo da abordagem cultural do Banco ao risco, assente na identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos de *compliance*.

Em traços gerais, a função de *Compliance* do BiG é responsável por:

▲ (i) Assegurar o respeito pelas disposições legais e regulamentos aplicáveis,

incluindo os termos e padrões de códigos de conduta internos;

▲ (ii) Promover um ambiente de controlo e transparência na estrutura organizacional adequado à complexidade dos serviços prestados e à dimensão da instituição;

▲ (iii) Monitorizar a adequabilidade e eficiência dos controlos associados com riscos bancários;

▲ (iv) Proteger a reputação do Banco;

▲ (v) Assegurar e manter contactos e interações com entidades de supervisão.

Especificamente em matéria de prevenção ao branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a função *Compliance* é responsável pelo desenvolvimento dos mecanismos de controlo, monitorização e deteção de operações suspeitas e pela verificação do cumprimento dos deveres previstos na legislação em vigor relativamente à abertura de contas bancárias e conhecimento do Cliente (*Know Your Client*). É ainda responsável pelos mecanismos de prevenção e combate ao abuso de mercado, designadamente por via da monitorização de transações e eventos, assegurando a existência de controlos robustos no âmbito de defesa de mercado. Em ambas as matérias, compete a esta função a centralização do reporte e interação com as entidades judiciais e órgãos de supervisão na investigação e análise de processos e operações suspeitas.

A função de *Compliance* é ainda responsável pela análise e emissão de pareceres sobre novos produtos e serviços, à luz da regulamentação em vigor, promovendo uma gestão proativa dos mesmos, um controlo e uma validação prévia dos riscos desses serviços e a identificação e prevenção ativa de conflitos de interesses.

### Gestão de Risco de Conduta

O risco de conduta tem vindo a assumir uma importância crescente no setor financeiro, atendendo principalmente ao seu potencial impacto reputacional e repercussões negativas ao nível da confiança

dos clientes e restantes *stakeholders*. O risco de conduta está intrinsecamente relacionado com o risco de cumprimento e é de importância primordial para o Conselho de Administração do Banco e restantes *stakeholders*.

Conforme referido, o BiG procura fomentar uma cultura de transparência e rigor, com linhas de comunicação claras, ações de formação regulares e fomentando a orientação para o Cliente. O Conselho de Administração do Banco é responsável por transmitir, a toda a organização, orientações claras para que cada colaborador, na sua atividade diária, atue com elevada ética profissional e de forma socialmente responsável. O Código Conduta do Banco, documento que estabelece os princípios, valores e regras de natureza ética e deontológica que a instituição segue na prossecução das suas atividades e no relacionamento com os clientes, é um instrumento fundamental para orientar e disciplinar a conduta dos colaboradores do Banco. Durante 2019, e especificamente para este efeito, o Banco reviu o seu normativo interno nestas matérias, complementando-o sempre que necessário, com ações de formação dedicadas a estas temáticas.

A política interna de remuneração enfatiza a necessidade de promover serviços de qualidade, com base em elevados padrões comportamentais e assegura o alinhamento dos incentivos concedidos com os melhores interesses dos clientes. A política de adequação, revista também à luz da entrada em vigor do pacote normativo DMIF II/RMIF, assegura a prestação de aconselhamento financeiro independente e profissional, com base na prestação de informação completa e clara aos seus clientes. Ao nível do governo do Banco e sistema de controlo interno, foram reforçados os mecanismos que permitem o envolvimento e responsabilização do Conselho de Administração e dos responsáveis pelas principais direções do Banco nos processos de tomada de decisão relativamente a novos produtos e serviços, assegurando igualmente a capacidade das funções de controlo interno atuarem de forma independente na avaliação dos riscos e processos inerentes aos mesmos.



### Aplicação de resultados do Banco de Investimento Global, S.A.

No exercício de 2019, o Banco de Investimento Global, S.A. teve um lucro consolidado de € 42.078.478,89 (quarenta e dois milhões setenta e oito mil quatrocentos e setenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos de euro) e um lucro individual de € 40.318.127,14 (quarenta milhões trezentos e dezoito mil cento e vinte e sete euros e catorze cêntimos de euro). Nas contas individuais, o Banco de Investimento Global, S.A. deverá, nos termos do n.º 1 do artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, destinar 10% dos lucros líquidos à formação da reserva legal.

Em novembro de 2019, o Banco procedeu a uma distribuição de € 15.475.031,10 (quinze milhões quatrocentos e setenta e cinco mil trinta e um euros e dez cêntimos), correspondente a € 0,09 (nove cêntimos de euro) / ação.

O total de dividendos de ações ordinárias corresponde a uma distribuição de 38,38% do lucro individual do exercício. Assim, nos termos do disposto no artigo 30º, n.º 1 dos Estatutos, o Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta de aplicação do lucro individual do exercício:

Reserva Legal .....	4.031.812,71 €
Dividendos .....	15.475.031,10 €
Reserva Livre .....	20.811.283,33 €

Propõe-se ainda deliberar a atribuição a colaboradores do BiG, do montante máximo de € 3.150.000, a título de participação nos lucros do BiG (Gratificações de Balanço já refletidas no resultado líquido individual, de acordo com as regras contabilísticas em vigor), nos termos a definir pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 26 de março de 2020

O Conselho de Administração,

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues  
Presidente

Nicholas Leo Racich  
Vice-Presidente

José Galamba de Oliveira  
Administrador

Mário João Abreu Galhardo Bolota  
Presidente da Comissão Executiva / CEO

Paulo José Caramelo de Figueiredo  
Administrador e membro da Comissão Executiva

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho  
Administrador e membro da Comissão Executiva

Ana Rita Gil Simões  
Administradora e membro da Comissão Executiva

Peter Alexander Baptista Rodrigues  
Administrador e membro da Comissão Executiva



## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco de Investimento Global, S.A. (adiante designado por “o Grupo”), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2 268 414 317 euros e um total de capital próprio de 399 255 331 euros, incluindo um resultado líquido de 42 078 479 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, e a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Banco de Investimento Global, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Ênfase**

Chamamos a atenção para a informação divulgada na nota 43 do anexo contendo as notas explicativas, relativa aos possíveis impactos da pandemia do COVID-19 na economia e, consequentemente, na atividade futura do Banco.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

---

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

**Justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo**

Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo apresentadas nas notas anexas 18, 19, 20 e 39 das demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras do Banco e pelo grau de julgamento associado, o apuramento do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2019 os saldos de balanço dos instrumentos financeiros de níveis 2 e 3 da hierarquia de justo valor ou sujeitos a correções de valor por via da contabilização de coberturas contabilísticas ascendem a 950 007 240 euros de ativos e a 59 932 euros de passivos.

Em 31 de dezembro de 2019 os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo são compostos por (i) instrumentos financeiros de dívida cujo modelo de negócio é "hold to collect and sale" classificados nas rubricas de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, e ativos financeiros detidos para negociação, (ii) derivados classificados como negociação ou cobertura; (iii) instrumentos de capital próprio; (iv) ativos e passivos sujeitos a correções de valor por via da contabilização de coberturas contabilísticas, nomeadamente títulos cujo modelo de negócio é *hold to collect*.

Para os instrumentos financeiros classificados nos níveis 2 e 3 da hierarquia de justo valor, e quando não estão disponíveis dados observáveis de mercado, o Banco procede à determinação do justo valor com recurso a estimativas, nomeadamente através de (i) preços praticados em transações análogas e recentes de mercado; (ii) múltiplos de sociedades comparáveis, nomeadamente, em termos de setor de atividade, dimensão, alavancagem e rendibilidade; (iii) modelos de fluxos de caixa descontados; (v) modelos de Black-Scholes ou simulações de Monte Carlo; e (vi) outras metodologias baseadas no cumprimento das principais *milestones* definidas aquando do investimento inicial, tal como previsto no International Private Equity and Venture Capital Valuation Guidelines, Os quais usualmente envolvem um

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação dos controlos chave instituídos pelo Banco para identificar, quantificar e monitorizar o risco de mercado, bem como os controlos chave subjacentes às metodologias de apuramento do justo valor.

No âmbito específico do nosso trabalho, desenvolvemos entre outros, os seguintes procedimentos:

- Compreensão do processo de *governance* do Banco, nomeadamente quanto aos controlos implementados sobre a revisão e aprovação dos principais pressupostos e julgamentos utilizados na definição e acompanhamento dos resultados dos modelos de valorização utilizados;
- Análise dos documentos metodológicos de valorização destes instrumentos financeiros, preparados pelo Banco, e revisão da sua aderência aos princípios presentes na IFRS 9;
- Revisão, em base de amostragem, da aplicação combinada dos testes às características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros e aos modelos de negócio do Banco, com recurso à análise da documentação de suporte disponibilizada; e
- Para uma amostra de instrumentos financeiros cuja mensuração tenha consistido substancialmente em dados não observáveis em mercado, os nossos procedimentos incluíram igualmente a avaliação se (i) os modelos desenvolvidos pelo Banco, (ii) os dados e (iii) pressupostos utilizados são adequados, tendo para o efeito comparado os dados passíveis de observação com a informação de mercado recolhida de fontes externas e independentes, sempre que disponível.

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>elevado grau de julgamento do órgão de gestão na definição dos pressupostos e inputs a utilizar.</p> <p>Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas podem originar impactos no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para uma amostra de instrumentos financeiros cuja mensuração tenha consistido substancialmente em dados não observáveis em mercado, recalculamos o justo valor dos referidos instrumentos financeiros, tendo em consideração os modelos e <i>inputs</i> previamente analisados.</li> </ul> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.</p>
<p><b>Perdas por imparidade de crédito titulado</b></p> <p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade registadas para a carteira de crédito titulado apresentado nas notas 19, 20, e 40 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco</u></p>	
<p>A significativa expressão das rubricas de crédito titulado bem como as perdas por imparidade de crédito que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Banco no que respeita à identificação de títulos com aumento significativo de risco de crédito, bem como do correspondente montante de perdas esperadas de crédito, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2019 o valor bruto do crédito titulado ascende a 1 926 715 029 euros (dos quais 1 541 834 790 euros classificados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, tal como descrito na nota 19 anexa às demonstrações financeiras, e 384 880 239 euros, classificados como ativos financeiros ao custo amortizado sob a epígrafe títulos de dívida tal como descrito na nota 20 anexa às demonstrações financeiras). As respetivas perdas de crédito esperadas reconhecidas a essa data ascendem a 566 842 euros.</p> <p>A mensuração das perdas de crédito esperadas de crédito titulado, bem como o respetivo aumento significativo do risco de crédito, são apurados pelo</p>	<p>Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação dos controlos chave instituídos pelo Banco no que se refere à aprovação, registo e monitorização do risco de crédito do crédito titulado, bem como os controlos chave do Banco subjacentes à atempada identificação, registo e correta mensuração das perdas de crédito esperadas.</p> <p>No âmbito específico do nosso trabalho, desenvolvemos entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Compreensão do processo de <i>governance</i> do Banco, nomeadamente quanto aos controlos implementados sobre a revisão e aprovação dos principais pressupostos, julgamentos e perspetivas económicas futuras utilizados nos modelos definidos para a mensuração das perdas por imparidade;</li> <li>Leitura e análise dos documentos metodológicos preparados pelo Banco e revisão da sua aderência aos princípios da referida norma; e</li> </ul> <p>No que respeita aos modelos utilizados pelo Banco, foram desenvolvidos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar se os pressupostos considerados pelo órgão de gestão</p>

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>Banco, maioritariamente com recurso a informação disponibilizada por fornecedores externos como agências de <i>rating</i>, e/ou informação de mercado proveniente de <i>data providers</i>.</p> <p>Para estas exposições, o Banco desenvolveu modelos de análise para apuramento das perdas esperadas de crédito, à luz dos requisitos da IFRS 9, nomeadamente a classificação das exposições por diferentes <i>stages</i> consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão (<i>stages</i> 1, 2 ou 3). Estes modelos baseiam-se em (i) informação histórica de <i>defaults</i> e recuperações disponibilizada por fornecedores externos e (ii) outra informação proveniente do mercado, como seja os <i>credit spreads</i> subjacentes ao emitente extraído por via da transação de <i>credit default swaps</i> ou das respetivas <i>yields curves</i> do emitente.</p> <p>Neste contexto, alterações nos pressupostos ou metodologias ou de informação disponibilizada por fornecedores externos utilizados pelo Banco na análise e quantificação das perdas de crédito esperadas do crédito titulado, podem ter impacto relevante na estimativa dos fluxos de recuperação e o <i>timing</i> do seu recebimento, e conseqüentemente na determinação do montante de perdas de crédito esperadas reconhecidas como imparidade nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2019.</p>	<p>respondem aos requisitos da IFRS 9, nomeadamente: (i) revisão da documentação metodológica subjacente ao modelo utilizado; (ii) revisão e testes à segmentação da carteira; (iii) análise à definição de <i>default</i> do Banco e aos critérios aplicados na classificação de <i>staging</i>, em base de amostragem; (iv) revisão e teste dos principais parâmetros de risco; (v) análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizadas nas recuperações futuras incorporadas no apuramento da LGD (<i>Loss Given Default</i>); e (vi) recálculo da <i>Expected Credit Loss</i>.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre a carteira de crédito titulado, bem como as respetivas imparidades, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.</p>

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

#### ***Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014***

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores do Banco de Investimento Global, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 08 de maio de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2017. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 10 de maio de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e

execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 31 de março de 2020.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

31 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

  
Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.



***Relatório e Parecer do Conselho Fiscal do  
Banco de Investimento Global, S.A.***



Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco de Investimento Global, S.A relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No decurso do exercício de 2019 acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Grupo e das suas filiais mais significativas, a sua gestão e resultados. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e a exatidão da respetiva documentação de prestação de contas consolidadas.

Foi igualmente verificada a eficácia do sistema de controlo interno, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna, quer em geral, quer especificamente no que respeita ao sistema de Branqueamento de Capitais e Financiamento de Terrorismo, nomeadamente os controlos relevantes para a atividade do Grupo. O Conselho Fiscal deu um parecer sobre o relatório sobre a adequação do sistema do controlo interno de Grupo.

Analisámos e acompanhámos o plano de Auditoria, também numa perspetiva de Grupo.

Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers e Associados - SROC, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos. Na apreciação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício, o Conselho Fiscal teve também em especial consideração o Relatório ao órgão de Fiscalização elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, entidade que auditou ao longo do ano e no final do exercício de 2019 as contas consolidadas que o Conselho de Administração elaborou nos termos legais e estatutários.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Grupo e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspetos mais significativos;

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório consolidado de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração, e a todos os colaboradores do Grupo com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 31 de março de 2020

**Presidente do Conselho Fiscal**

**Dr. Pedro Rogério Barata do Ouro Lameira**

Vogal

Dr. Jorge Alegria Garcia de Aguiar

Vogal

Dr. João Augusto Cantiga Esteves

# ▲ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em Euros)

## ▲ DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Notas	2019	2018
Receitas de juros	4	45.005.713	51.296.385
Despesas de juros	4	(20.798.412)	(27.714.870)
<b>Margem financeira</b>		<b>24.207.301</b>	<b>23.581.515</b>
Receitas de dividendos	5	25.798	-
Receitas de taxas e comissões	6	13.560.058	12.184.368
Despesas de taxas e comissões	6	(2.485.355)	(2.149.409)
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	7	49.127.291	17.423.740
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação e contabilidade de cobertura	8	4.655.993	4.667.066
Diferenças cambiais	9	610.373	760.356
Resultados de alienação de outros ativos	10	-	123.930
Outros resultados de exploração	11	(1.615.438)	(1.407.970)
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>88.086.021</b>	<b>55.183.596</b>
Despesas administrativas			
Despesas de pessoal	12	(20.324.787)	(19.608.214)
Outras despesas administrativas	14	(10.567.845)	(8.452.926)
Depreciação	25 e 26	(2.375.391)	(1.961.867)
Provisões ou reversão de provisões	31	1.730.876	1.402.500
Imparidade ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados			
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	19	566.316	1.256.096
Ativos financeiros pelo custo amortizado	20, 21 e 22	393.918	(318.205)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros			
Outros	28	(6.234)	1.444
<b>Custos operacionais</b>		<b>(30.583.147)</b>	<b>(27.681.172)</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>57.502.874</b>	<b>27.502.424</b>
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação			
Correntes	34	(11.610.532)	(3.830.382)
Diferidos	34	(3.340.919)	(526.438)
<b>Lucros ou prejuízos do exercício antes de interesses minoritários</b>		<b>(14.951.451)</b>	<b>23.145.604</b>
Interesses minoritários		(472.944)	(89.388)
<b>Lucros ou prejuízos do exercício</b>		<b>42.078.479</b>	<b>23.056.216</b>
Resultados por ação básicos	15	0,24	0,13
Resultados por ação diluídos	15	0,24	0,13

## ▲ DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Nota	2019	2018
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>42.078.479</b>	<b>23.056.216</b>
Items que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral			
Ganhos e perdas do exercício	36	32.130.346	(13.166.009)
Reclassificação de ganho e perdas	36	13.232.487	(20.823.591)
Impostos diferidos	36	(14.248.124)	10.686.718
Diferenças cambiais	36	843.268	844.133
Items que não poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Instrumentos de dívida detidos para negociação			
Ganhos e perdas do exercício	36	793.415	-
Impostos correntes	36	(238.407)	-
		32.512.985	(22.458.749)
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>74.591.464</b>	<b>597.467</b>
Atribuível a:			
Acionistas do Banco		74.591.464	597.467
<b>Ganhos e perdas totais reconhecidos no exercício</b>		<b>74.591.464</b>	<b>597.467</b>
<b>Impacto IFRS 9</b>		<b>-</b>	<b>52.270.550</b>
<b>Varição de Outro Rendimento Integral do exercício</b>		<b>74.591.464</b>	<b>52.868.017</b>

## ▲ BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Nota	2019	2018
<b>Ativo</b>			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem			
Dinheiro em caixa e Saldos de caixa em bancos centrais	16	99.160.498	71.318.698
Outros depósitos à ordem	17	74.194.798	85.451.838
Ativos financeiros detidos para negociação	18	50.444.469	73.246.011
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	19	1.541.888.204	1.570.404.852
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Títulos de dívida	20	384.839.548	336.293.487
Empréstimos e adiantamentos - Clientes	21	21.116.693	38.826.818
Empréstimos e adiantamentos - Bancos Centrais	22	8.785.469	1.161.691
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito	23	4.871.836	2.902.751
Ativos tangíveis	25	21.119.974	15.452.911
Ativos intangíveis	26	2.937.612	2.114.081
Ativos por impostos			
Ativos por impostos correntes	27	-	17.709.259
Ativos por impostos diferidos	34	627.803	14.871.407
Outros ativos	28	58.427.413	48.235.999
<b>Ativos Totais</b>		<b>2.268.414.317</b>	<b>2.277.989.803</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	19	59.932	183.444
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Recursos de outras instituições de crédito	29	491.760.263	554.333.884
Recursos de clientes	30	1.289.576.472	1.312.210.871
Derivados - Contabilidade de cobertura	24	37.626.227	18.197.101
Provisões	31	1.607.412	3.338.288
Passivos por impostos			
Passivos por impostos correntes	27	8.453.341	-
Capital social reembolsável à vista	32	-	16.341.508
Outros passivos	35	40.075.339	26.237.110
<b>Passivos Totais</b>		<b>1.869.158.986</b>	<b>1.930.842.206</b>
<b>Capital</b>			
Capital	36	171.947.388	171.947.388
Prêmios de emissão	36	1.362.281	1.362.281
Outro rendimento integral acumulado	36	(2.296.118)	(34.015.688)
Outras reservas	36	197.866.669	184.799.726
Ações próprias	36	(2.326)	(2.326)
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		42.078.479	23.056.216
Dividendos antecipados	36	(15.475.031)	-
Interesses Minoritários		3.773.989	-
<b>Capital Próprio Total</b>		<b>399.255.331</b>	<b>347.147.597</b>
<b>Capital Próprio Total e Passivos Totais</b>		<b>2.268.414.317</b>	<b>2.277.989.803</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

## ▲ DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Capital	Prêmios de emissão	Ações próprias	Reserva de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do exercício	Dividendos antecipados	Interesses Minoritários	Total de capital próprio
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>171.947.388</b>	<b>1.362.281</b>	<b>(2.326)</b>	<b>(63.827.489)</b>	<b>36.511.801</b>	<b>152.114.774</b>	<b>52.346.618</b>	<b>(10.919.818)</b>	-	<b>339.533.229</b>
Impacto da transição para a IFRS 9	-	-	-	52.270.550	-	(29.974.557)	-	-	-	22.295.993
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>171.947.388</b>	<b>1.362.281</b>	<b>(2.326)</b>	<b>(11.556.939)</b>	<b>36.511.801</b>	<b>122.140.217</b>	<b>52.346.618</b>	<b>(10.919.818)</b>	-	<b>361.829.222</b>
Rendimento integral										
Outro rendimento integral	-	-	-	(22.458.749)	-	-	-	-	-	(22.458.749)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	23.056.216	-	-	23.056.216
<b>Total de rendimento integral reconhecido no exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(22.458.749)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.056.216</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>597.467</b>
Distribuição do resultado do exercício de 2018										
Transferência para reservas	-	-	-	-	5.082.311	21.065.397	(27.671.217)	-	-	(1.523.509)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(24.675.401)	10.919.818	-	(13.755.583)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>171.947.388</b>	<b>1.362.281</b>	<b>(2.326)</b>	<b>(34.015.688)</b>	<b>41.594.112</b>	<b>143.205.614</b>	<b>23.056.216</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>347.147.597</b>
Rendimento integral										
Outro rendimento integral	-	-	-	31.719.570	-	793.415	-	-	-	32.512.985
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	42.078.479	-	3.773.989	45.852.468
<b>Total de rendimento integral reconhecido no exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31.719.570</b>	<b>-</b>	<b>793.415</b>	<b>42.078.479</b>	<b>-</b>	<b>3.773.989</b>	<b>78.365.453</b>
Distribuição do resultado do exercício de 2019										
Transferência para reservas	-	-	-	-	2.005.905	10.267.623	(10.160.357)	-	-	2.113.171
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(12.895.859)	(15.475.031)	-	(28.370.890)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>171.947.388</b>	<b>1.362.281</b>	<b>(2.326)</b>	<b>(2.296.118)</b>	<b>43.600.017</b>	<b>154.266.652</b>	<b>42.078.479</b>	<b>(15.475.031)</b>	<b>3.773.989</b>	<b>399.255.331</b>



## ▲ DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Nota	2019	2018
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		52.852.169	46.835.142
Juros e custos pagos		(21.681.868)	(27.327.964)
Serviços e comissões		11.075.403	10.033.849
Contribuições para o fundo de pensões		(344.501)	(758.458)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(30.863.250)	(28.807.898)
Outros custos e proveitos pagos/recebidos		(1.624.928)	(1.412.470)
		<b>9.413.025</b>	<b>(1.437.799)</b>
<i>Varição nos ativos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		(27.861.685)	13.054.653
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação		28.177.254	227.556.132
Aplicações em instituições de crédito		(9.855.771)	(360.578)
Recursos de instituições de crédito		(61.946.805)	143.513.278
Crédito a clientes		(30.267.022)	(27.487.123)
Recursos de clientes		(22.359.173)	276.727.617
Derivados para gestão de risco		18.608.544	21.642.936
Outros ativos e passivos operacionais		(9.205)	(49.003.120)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>(96.100.838)</b>	<b>604.205.996</b>
Impostos sobre os lucros pagos / recebidos		14.552.068	(19.656.318)
		<b>(81.548.770)</b>	<b>584.549.678</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Dividendos recebidos		25.798	-
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		116.208.792	(553.399.884)
Compra de imobilizações		(5.647.884)	(1.995.974)
		<b>110.586.706</b>	<b>(555.395.858)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos de ações ordinárias pagos		(28.370.890)	(13.755.583)
Instrumentos representativos de capital		(16.341.504)	-
Aumento / (diminuição) em outras contas de passivo		(624.034)	-
Aumento de Capital		4.624.392	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>(40.712.036)</b>	<b>(13.755.583)</b>
Caixa e equivalentes no início do período		87.771.180	72.267.744
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(11.674.100)	15.398.237
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		397.174	105.199
Caixa e equivalentes no fim do período		76.494.254	87.771.180
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	2.299.456	2.319.342
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	74.194.798	85.451.838
<b>Total</b>		<b>76.494.254</b>	<b>87.771.180</b>

# ▲ NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em Euros)

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Investimento Global, S.A. (Banco ou BiG) foi constituído por escritura de 10 de dezembro de 1998, tendo iniciado a sua atividade bancária no dia 1 de março de 1999. O Banco tem por objeto a realização de todas as operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos, sem quaisquer limitações de natureza estatutária.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco detinha uma participação de 34,76% no capital social da ONETIER PARTNERS, S.G.P.S., S.A. (ONETIER). Em novembro de 2014 o Banco recomprou uma participação de 65,24% na ONETIER aos restantes acionistas, passando a deter 100% do capital social desta sociedade. Esta aquisição foi efetuada a um preço por ação de 0,94 euros, a que correspondeu um preço total de 9.811.590 euros. Esta Sociedade foi constituída no dia 29 de novembro de 1999, e tem por objeto principal a gestão de participações sociais de outras sociedades com o fim indireto de exercício de atividades económicas. Esta entidade é consolidada pelo método integral.

A BiG Serviços Financeiros, S.A. integralmente detida pelo Banco, foi constituída no dia 11 de setembro de 2008, e tem por objeto principal a prestação de serviços de assessoria financeira, bem como a detenção ou gestão de imóveis. Esta entidade é consolidada pelo método integral.

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco detém uma participação de 83,99% no capital do Banco BiG Moçambique, S.A. (BiG Moçambique). O BiG Moçambique foi constituído a 8 de outubro de 2014, com sede em Maputo, tendo por objeto principal a realização de quaisquer operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos em Moçambique, sem qualquer limitação estatutária.

O BiG Moçambique, constituído inicialmente com um capital social de 70.000.000 meticais, realizou em 2015 um primeiro aumento do capital para 226.125.000 meticais e em 2016 um segundo aumento de capital para 370.000.000 meticias, ambos subscritos na íntegra pelo Banco. No decorrer de 2017 foi feito um reforço na participação do BiG no BiG Moçambique em 114.791.661 meticais, e em 2018 foi realizado um aumento de capital por incorporação de reservas e resultados no montante de 87.133.000 meticais. Em 2019 foi realizada uma nova operação que incluiu (i) o aumento do capital do BiG Moçambique no montante de 599.421.000 meticais, o qual foi subscrito pelo BiG e por 3 novos acionistas institucionais, assim como (ii) a venda de um lote de ações pelo BiG aos 3 novos acionistas. Após esta operação, o BiG passou a deter 83,99% do capital do BiG Moçambique. Esta entidade é consolidada pelo método integral.

O BiG *Diversified Macro Fund*, um organismo de investimento coletivo aberto, constituído a 25 de abril de 2018, com sede em Dublin, Irlanda, e regulado no âmbito da diretiva europeia dos fundos de investimento alternativos (AIFMD), é detido pelo Banco em 92,1% das suas unidades de participação e é consolidado pelo método integral.

## ▲ NOTA 1 BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Investimento Global, S.A. (BiG ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*IFRS*), tal como adotadas na União Europeia.

As *IFRS* incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foram preparadas de acordo com as *IFRS*, tal como adotadas na União Europeia até 31 de dezembro de 2019. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2019 são consistentes com as utilizadas com referência a 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral e obrigações cujo risco de taxa de juro se encontra a ser coberto por derivados na componente que está a ser objeto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as *IFRS* requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na nota 3.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, exceto no que se refere às alterações decorrentes da adoção com referência a 1 de janeiro de 2019 da *IFRS 16 – Locações*.

A *IFRS 16* vem substituir a *IAS 17 – Locações* e estabelece novas regras para a contabilização de contratos de locação. As principais alterações introduzidas pela *IFRS 16*, podem ser resumidas em duas grandes áreas; (i) na posição do locatário, a norma introduz um modelo único para a contabilização, com o reconhecimento de ativos sob direito de uso representativos dos seus direitos de uso dos ativos subjacentes e passivos da locação representativos das suas obrigações de efetuar pagamentos de locação; e (ii) – na posição do locador, a contabilização permanece idêntica às políticas contabilísticas já existentes, podendo as locações ser classificadas de financeiras ou operacionais. (ver Nota 2.11. – Locações *IFRS 16*).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 26 de março de 2020.

## ▲ NOTA 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais relevantes que foram utilizadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Aquando da adoção da *IFRS 16*, o Grupo optou por não reexpressar os comparativos com referência a 31 de dezembro de 2018, pelo que as políticas contabilísticas relacionadas com locações abaixo mencionadas encontram-se divididas em duas epígrafes distintas, (i) locações *IFRS 16* (ii) locações *IAS 17*.

### 2.1. Especialização dos exercícios

O Grupo adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

### 2.2. Transações em moeda estrangeira

As contas do Grupo são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (moeda funcional), sendo expressas em euros.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado, as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros mensurados ao justo valor por outro rendimento integral, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios e resultados.

## 2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

### Classificação e mensuração

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos detidos para negociação, mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados, com exceção dos derivados de cobertura, são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor destes instrumentos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

A cobertura poderá ser de dois tipos variando a mensuração consoante a natureza da mesma:

- ▲ *Cobertura de justo valor* consiste na cobertura da exposição às alterações no justo valor de um ativo e passivo reconhecido. Qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura e de sinal contrário no instrumento coberto serão incluídos nos resultados do exercício;
- ▲ *Cobertura de fluxos de caixa*, consiste na cobertura da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível i) a um risco particular de ativo ou passivo reconhecido ii) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar os lucros e prejuízos. A variação dos ganhos e perdas no instrumento de cobertura será reconhecido no capital próprio.

### Contabilidade de cobertura

#### Critérios de classificação

O Grupo aplica a partir de 1 de janeiro de 2018 as disposições da IFRS 9 em relação à contabilidade de cobertura por entender que esta opção é a mais alinhada com a sua gestão de risco, nomeadamente no que respeita ao risco de taxa de juro.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- ▲ Deve haver uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- ▲ o risco de crédito da contraparte do item coberto ou do instrumento de cobertura não deve ter um efeito dominante sobre as alterações de valor resultantes dessa relação económica; e
- ▲ o rácio de cobertura da relação de contabilidade de cobertura, entendida como a parte do item coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão.

Aquando do estabelecimento de uma relação de cobertura, o Grupo procede à elaboração de um dossier onde se encontra formalizada toda a informação relativa às diferentes relações de cobertura onde se encontram identificados os instrumentos de cobertura e o item coberto, a natureza do risco a ser coberto e como o Grupo avalia se a relação de cobertura cumpre os requisitos de eficácia da cobertura.

Estes pressupostos são monitorizados de forma a garantir a efetividade da cobertura.

#### Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto.

As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios de exigibilidade da contabilidade de cobertura:

- (i) O instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente.
- (ii) No que respeita ao instrumento coberto, o ajustamento ao valor contabilístico do instrumento coberto é amortizado em resultados pelo período de vida útil remanescente do item coberto.

- (iii) No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

## 2.4. Outros ativos financeiros

### **Classificação e mensuração**

No momento do reconhecimento inicial de um instrumento financeiro a sua classificação é função:

- ▲ do tipo de instrumento financeiro, de dívida ou de capital;
- ▲ do modelo de negócio do Grupo;
- ▲ em função dos elementos acima elencados, o respetivo instrumento financeiro será classificado numa das seguintes categorias, nomeadamente:
  - ▲ ativos financeiros ao custo amortizado;
  - ▲ ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
  - ▲ ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

### **Avaliação do modelo de negócio**

O Grupo procedeu a uma análise ao modelo de negócio por forma a determinar como é que os seus ativos são geridos e como é que a informação é disponibilizada e analisada pela Gestão, por forma a determinar a classificação e mensuração dos seus instrumentos financeiros. Anualmente, o Grupo garante que o seu modelo de negócio continua alinhado com o modo como são geridos os instrumentos financeiros do Grupo.

A análise ao modelo de negócio foi realizada tendo em conta o objetivo da gestão numa ótica de *portfolio*, tendo sido considerada entre outros os seguintes elementos:

- ▲ As políticas e objetivos estabelecidos para o *portfolio* e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia de gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, mantendo um determinado perfil de taxa de juro, adequando a duração dos ativos financeiros a duração dos passivos que financiam estes ativos ou na realização de *cash flows* através da venda dos ativos;
- ▲ A forma como a *performance* do *portfolio* é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Grupo;
- ▲ A avaliação dos riscos que afetam a *performance* do modelo de negócio (e dos ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como esses riscos são geridos;
- ▲ Tendo por base o modelo de negócio e a análise realizada o Grupo classificará contabilisticamente os seus instrumentos financeiros numa das três categorias abaixo apresentadas:
  - ▲ ativos financeiros ao custo amortizado nas situações em que o Grupo pretende receber os seus *cash flows* contratuais, a mensuração destes instrumentos é efetuada ao custo amortizado;
  - ▲ ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral nas situações em que o Grupo (i) pretende recolher os *cash flows* contratuais e (ii) caso surja uma boa oportunidade de realizar os fluxos de caixa através da sua venda;
  - ▲ ativos financeiros ao justo valor através de resultados, bem como os ativos financeiros classificados na opção de justo valor são mensurados ao justo valor através de resultados, uma vez que o Grupo não pretende (i) receber os seus *cash flows* contratuais ou (ii) recolher os fluxos de caixa contratuais e caso surja uma boa oportunidade realizar os fluxos de caixa através da sua venda.

### **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

#### **Classificação**

Um ativo financeiro de dívida é classificado na categoria de Ativos financeiros ao custo amortizado se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- ▲ O ativo financeiro é gerido num modelo de negócio cujo objetivo principal à detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e
- ▲ Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro sobre o montante em dívida (*SPPI Solely Payments of Principal and Interest*). Para efeitos desta avaliação, o Grupo, utiliza as seguintes definições (i) Capital foi definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial, (ii) Juro foi definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida e para outros riscos e custos associados a atividade (ex. risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro. Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a capital e juros, o Grupo considerou os termos contratuais aquando da aquisição dos respetivos instrumentos financeiros.

Para garantir que os seus instrumentos financeiros de dívida cumprem com os requisitos SPPI, o Grupo procedeu a uma análise exaustiva dos mesmos tendo em consideração entre outros, os seguintes elementos:

- ▲ Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa;
- ▲ Características que resultem em alavancagem;
- ▲ Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- ▲ Cláusulas que possam limitar o direito do Grupo reclamar os fluxos de caixa em relação a ativos específicos (e.g. contratos com cláusulas que impedem o acesso a ativos em caso de default – non-recourse asset); e
- ▲ Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

#### **Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Os ativos financeiros mensurados nesta rubrica nomeadamente, as aplicações em instituições de crédito, os créditos a clientes e os títulos de dívida são reconhecidos na data de negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a desembolsar os respetivos montantes ou adquirir os respetivos títulos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade nomeadamente perdas de crédito esperadas (ver nota 21), as quais são registadas por contrapartida da rubrica Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado (demonstração de resultados).

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de Receitas com juros, com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas gerados no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado.

#### **Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral**

##### *Classificação*

Um ativo financeiro de dívida é classificado na categoria de Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- ▲ O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e caso surja uma oportunidade favorável proceder à venda desse ativo financeiro;
- ▲ Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

No que respeita aos instrumentos de capital próprio classificados nesta rubrica (que não os instrumentos de capital próprio cuja classificação como instrumento de capital próprio na ótica do emitente apenas seja efetuada ao abrigo das exceções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32.), no seu reconhecimento inicial, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classificá-los nesta categoria.

Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento.

#### **Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Os instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento integral e, no momento da sua alienação, os respetivos ganhos ou

perdas acumulados em outro rendimento integral são reclassificados para uma rubrica específica de resultados designada Ganhos ou perdas como desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade mais concretamente perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, na rubrica Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, por contrapartida de outro rendimento integral, não o reduzindo a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na rubrica de Receitas de juros com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento integral. Os dividendos, caso remunerem o capital investido são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respetivos ganhos ou perdas acumulados registados em variações de justo valor transferidos para resultados transitados no momento do seu desreconhecimento.

#### **Ativos financeiros ao justo valor através de resultados**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (*FVPL*) se o modelo de negócio definido pelo Grupo para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para serem mensurados ao custo amortizado, nem ao justo valor através de outro rendimento integral (*FVOCI*).

Adicionalmente, o Grupo pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao *FVOCI*, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

#### **Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Considerando que as transações efetuadas pelo Grupo no decurso normal da sua atividade são em condições de mercado, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidas em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

A especialização dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) são reconhecidas na rubrica de Juros e proveitos equiparados com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a especialização dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica Ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica Passivos financeiros detidos para negociação.

#### **Reclassificação entre categorias de ativos financeiros**

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data da respetiva reclassificação, não sendo reexpresso quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionados com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos. Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados (opção de justo valor).

#### **Imparidade**

O Grupo avalia em cada data de reporte se existe (i) evidência objetiva de imparidade; ou (ii) um aumento significativo do risco de crédito, para os seus instrumentos financeiros de dívida, de acordo com as regras do IFRS9. As perdas de crédito esperadas (*ECL – Expected Credit Losses*) calculadas, são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas em resultados caso, num período posterior o montante da perda estimada diminua.

Para a execução dos processos incluídos neste procedimento, o Grupo divide a sua carteira de crédito por operações, nomeadamente entre crédito titulado e crédito não titulado.



O Grupo determina as perdas de crédito esperadas de cada operação em função da deterioração do risco de crédito verificada desde o seu reconhecimento inicial. Para este efeito, as operações são classificadas num dos seguintes três *stages*:

- ▲ *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se venha a verificar um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecido em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses após a data de reporte;
- ▲ *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial, ainda que essa situação não se tenha materializado em perdas concretas e sejam apenas indícios. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos (*lifetime*). No entanto, o juro continuará a ser calculado sobre o montante bruto do ativo;
- ▲ *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, será reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos ativos financeiros. O juro é calculado sobre o valor líquido de balanço dos ativos.

#### **Principais drivers no cálculo das perdas esperadas**

A mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre a probabilidade de *default* (*PD*) do instrumento financeiro, a perda dado o *default* (*LGD*) e a exposição na data do *default* (*EAD*).

No que respeita ao crédito não titulado, o Grupo usa as *default rates* trimestrais divulgadas pela *EBA* como base para o cálculo da probabilidade de *default*. Quanto à *Loss Given Default* é calculada tendo por base o risco e tipologia de crédito associado. As respetivas *PD*'s são ajustadas por forma a incorporarem informação *forward looking*.

Para o crédito titulado, as *PD*'s e *LGD*s são inferidas com recurso a informação proveniente de *providers* externos, nomeadamente a *Bloomberg* e *Moody's*.

A principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos *stages 1* e *2* é o respetivo horizonte temporal no cálculo da *PD*. As perdas esperadas para os ativos financeiros em *stage 1* serão calculadas com recurso a uma *PD* a 12 meses enquanto que as perdas esperadas em *stage 2* utilizam uma *PD-lifetime*.

O cálculo da perda esperada para os ativos financeiros em *stage 1, 2* e *3* considera sempre informação *point in time* e *forward-looking*.

#### **Aumento significativo do risco de crédito e definição de default**

Os ativos financeiros transitam de *stage 1* para o *stage 2* quando o risco de crédito aumenta significativamente quando comparado com o risco de crédito na data do seu reconhecimento inicial. O aumento significativo do risco de crédito deverá ser determinado através da análise de indicadores quantitativos e/ou qualitativos internos utilizados pelo Grupo.

O Grupo efetua uma avaliação regular da sua carteira de títulos de forma a estimar as perdas esperadas a doze meses, e avaliar a existência de um aumento significativo do risco de crédito e caso se confirme, estimar perda esperada para a vida do instrumento financeiro.

Para determinar que existiu um aumento significativo do risco de crédito, o Grupo implementou um conjunto de variáveis que devem ser analisadas, nomeadamente:

- ▲ Evolução negativa do *rating* face à data de aquisição;
- ▲ Evolução negativa do preço face ao custo amortizado;
- ▲ Dívida do emitente reestruturada por dificuldades financeiras;
- ▲ Atrasos nos pagamentos de capital e/ou juros entre 30 e 90 dias;
- ▲ Incapacidade de mensurar o risco de crédito no momento da sua origem e/ou aquisição;

O conceito de imparidade, tendo por base uma perda objetiva, isto é classificação dos títulos em *stage 3*, é também regularmente avaliada pelo Grupo, sendo que são considerados os seguintes indicadores, nomeadamente:

- ▲ Evolução negativa do preço face ao preço de aquisição;
- ▲ Atrasos nos pagamentos de capital e/ou juros superiores a 90 dias;
- ▲ Títulos com *rating* igual ou inferior a CCC+ (não POCl);
- ▲ Perda de atribuição de *rating*;
- ▲ Desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro em análise devido a dificuldades financeiras;
- ▲ Falência/insolvência do emitente;
- ▲ Dívida do emitente reestruturada por dificuldades financeiras.

No que respeita ao crédito não titulado, a carteira de crédito do Grupo é constituída principalmente por créditos concedidos a clientes e a colaboradores. O Grupo efetua uma avaliação regular da sua carteira de crédito não titulado de forma a estimar as perdas esperadas a doze meses, e avaliar a existência de um aumento significativo do risco de crédito e caso se confirme, estimar perda esperada para a vida do instrumento financeiro.

Para determinar se existiu um aumento significativo do risco de crédito na carteira não titulada, o Grupo implementou um conjunto de variáveis que devem ser analisadas. Estas variáveis, por sua vez, determinarão a classificação em termos de *staging* das operações de crédito.

Os critérios utilizados pelo banco para análise e classificação das operações de crédito não titulado em stage 2 são os seguintes:

- ▲ Atrasos nos pagamentos de capital e/ou juros entre 30 e 90 dias;
- ▲ Crédito vencido ou abatido ao ativo na CRC-Central de Responsabilidades de Crédito do BdP;
- ▲ Índícios de risco registados nas Observações das Contas dos Clientes;
- ▲ Penhoras ou bloqueios bancários registados nas Contas dos Clientes;
- ▲ Inclusão na LUR-Lista de Utilizadores de Risco (cheques);
- ▲ Inclusão na “blacklist” interna;
- ▲ Reestruturação significativa de operação de crédito por dificuldades financeiras do devedor.

O conceito de imparidade, tendo por base uma perda objetiva, isto é classificação dos créditos em *stage 3*, é também regularmente avaliada pelo Grupo, sendo que são considerados os seguintes indicadores, nomeadamente:

- ▲ Atrasos nos pagamentos de capital e/ou juros superiores a 90 dias;
- ▲ Falência/insolvência do cliente;
- ▲ Contágio – Para os clientes nos quais a exposição em *default* representa mais de 20% da exposição total, todas as operações são classificadas em *stage 3*;
- ▲ Entrega de ativos em dação em pagamento.

#### **Política de Write-Off de crédito**

O abate de créditos ao ativo ocorre quando um crédito é considerado definitivamente incobrável (ex: decisão de Tribunal) ou o Grupo decidir proceder ao perdão da dívida ou ceder o seu direito sobre o crédito a terceiro, conforme referido acima. Os créditos só são propostos para *write-off* quando todos os passos do procedimento foram cumpridos e não existam expectativas de recuperação da totalidade do crédito em dívida.

Os créditos abatidos ao ativo são registados em rubricas extrapatrimoniais no momento em que são desreconhecidos do balanço. Os registos em rubricas extrapatrimoniais mantêm-se até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais e contratuais aplicáveis (por exemplo: perdão de dívida, sentença judicial ou cessão de créditos vencidos a título definitivo), sem prejuízo de serem mantidos todos os registos extracontabilísticos relativos aos clientes com operações de crédito registadas em balanço.

Os créditos abatidos ao ativo e registados em rubricas extrapatrimoniais são mantidos pelo montante a que a instituição tem direito, nos termos legais e contratuais aplicáveis, independentemente das expectativas de cobrança.

Os registos contabilísticos em rubricas extrapatrimoniais relativos a créditos abatidos ao ativo são adequadamente suportados para permitir a reconciliação sistemática das suas componentes agregadas com o movimento de saídas por abate de crédito ao ativo.

#### **Política de reversão de imparidade**

O Grupo avalia à data de cada relato se há indicação de que uma perda por imparidade esperada reconhecida em períodos anteriores relativamente a um ativo, possa ter sido alterada, através da utilização de mecanismos (*triggers* e alertas) que confirmem a eventual reversão do aumento significativo do risco de crédito anteriormente estimado.

A evolução das expectativas do Grupo é traduzida na classificação da exposição numa das 3 categorias de *stage*: *Stage 1*, *Stage 2* ou *Stage 3*.

A cada categoria de *stage* correspondem pressupostos de cálculo diferentes em relação à estimativa da perda por imparidade esperada calculada a cada período de relato.

Uma alteração de uma perda por imparidade esperada de um ativo, é reconhecida imediatamente nos lucros ou prejuízos.

## **2.5. Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados, são mensurados ao seu justo valor. O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação, os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização são registados na rubrica Resultados em operações financeiras. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado.

Os Outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, entre outros passivos.

Estes passivos são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros reconhecidos na demonstração de resultados.

O passivo financeiro será desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada.

## **2.6. Instrumentos de capital**

### ***Instrumentos de capital próprio com a natureza de passivo***

Nos instrumentos de capital próprio com a natureza de passivos, encontram-se registadas ações preferenciais remíveis sem direito de voto cujas características conferem a este instrumento uma natureza híbrida, por partilharem características marcantes de instrumentos de dívida.

Segundo a IAS 32, este tipo de instrumentos são classificados como passivo financeiro, na rubrica Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo.

Os rendimentos deste instrumento consistem em (i) eventuais dividendos recebidos que são registados na demonstração de resultados na rubrica de outros juros e encargos e (ii) um prémio de remição, caso a diferença entre o valor contabilístico por ação ordinária no último balanço anual anterior à data de remição e o último balanço anual anterior à data de emissão seja positiva (> 0), que será contabilizado como custo, na conta de juros e encargos similares de instrumentos representativos de capital com natureza de passivo, por contrapartida da conta de Balanço outros juros e encargos similares. Durante a vida das ações, o valor estimado do prémio de remição irá sendo reconhecido e contabilizado de forma incremental em função da fórmula de cálculo referida na nota 32.

### ***Outros instrumentos de capital próprio***

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando o direito ao seu recebimento é declarado.

### ***Ações próprias***

As ações próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

## **2.7. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal exercível de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal exercível não pode ser contingente de eventos futuros e deve ser exercível no decurso normal da atividade do Grupo, assim como em caso de *default*, falência ou insolvência do Grupo ou contraparte.

## **2.8. Operações de venda com acordo de recompra**

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

## 2.9. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciáveis. As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens, conforme abaixo:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	5
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	3 e 4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8
Imóveis de serviço próprio	50

Sempre que exista indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o Grupo estima o seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para o efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas por imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.10. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo e são amortizados de forma linear pelo período de vida útil estimado de três anos.

## 2.11. Locações IFRS 16

A IFRS 16 define uma locação como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período de tempo, em troca de um valor.

O Grupo avalia no início do contrato se um contrato é ou contém uma locação, i.e., se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma consideração. Esta avaliação implica um exercício de julgamento por parte da gestão sobre se (i) cada contrato identifica um ativo específico, (ii) a entidade obtém substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo, e se (iii) a entidade tem o direito de controlar o uso do ativo.

No caso dos contratos que constituam, ou contenham, uma locação, a norma refere que as entidades devem contabilizar cada componente da locação contida no contrato como uma locação, separadamente dos outros componentes do contrato que não sejam locações, exceto se a entidade aplicar o expediente prático previsto na norma. O Grupo não adotou este expediente prático, fazendo a separação dessas componentes para cada classe de ativo da locação.

### Grupo como locatário

O Grupo aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todas as locações, com exceção das locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor.

Na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo que corresponde ao direito de usar o ativo subjacente durante o período da locação e a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (ou o passivo da locação). O termo do contrato da locação é o período não cancelável da locação e é determinado tendo em conta (i) a opções de término e renovação do locador e locatário, e (ii) incentivos económicos subjacentes, quando aplicável. Nos contratos celebrados o Grupo avalia os termos canceláveis mínimos associados a cada contrato.

A IFRS 16 refere que na data de início do contrato, o locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data e descontar esses pagamentos à taxa de juro implícita na locação, ou, caso esta não puder ser facilmente determinada, utilizar a taxa incremental de financiamento do locatário.

#### **Direito de uso**

O Grupo reconhece o direito de uso dos ativos na data de início da locação, data em que o ativo subjacente está disponível para uso.

O direito de uso dos ativos encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade e ajustado pelas mensurações do passivo das locações, caso existam. O custo do direito de uso dos ativos inclui o valor reconhecido do passivo da locação, quaisquer custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data inicial da locação, deduzido de quaisquer incentivos recebidos.

Os direitos de uso dos ativos reconhecidos pelo Grupo são depreciados numa base linear durante o período mais curto entre a sua vida útil estimada do ativo subjacente e o prazo da locação. Periodicamente, o Grupo realiza testes de imparidade aos seus ativos de direito de uso, reduzindo o seu valor em situações de perdas por imparidade.

Os direitos de uso encontram-se apresentados dentro da Nota 24 – Ativos Tangíveis e estão sujeitos a imparidades de acordo com a política do Grupo, conforme referido na Nota 2.

#### **Passivo da locação**

Na data de início da locação, o Grupo reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo os pagamentos fixos em substância), deduzidos de incentivos à locação a receber, pagamentos variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa e os valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo rescinda o contrato.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, caso a taxa de juro implícita não for facilmente determinável, o Grupo usa a taxa de financiamento incremental na data de início da locação.

O passivo de locação, após o seu reconhecimento inicial, é mensurado pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efetiva, sendo remensurado sempre que ocorra a alteração de uma das seguintes variáveis:

- (i) Alteração do valor dos pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (unicamente para o período em questão);
- (ii) Alteração da avaliação quanto à decisão de exercer, ou não, a opção de compra, extensão ou rescisão sobre o ativo subjacente;
- (iii) Alteração do valor residual do ativo;
- (iv) Alteração do termo do contrato. Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração da avaliação do exercício da opção de compra, extensão e rescisão (pontos (ii) e (iv)), uma nova taxa de desconto deverá ser apurada para a mensuração do passivo.

Quando o passivo de locação é reavaliado, a respetiva diferença proveniente da reavaliação é efetuada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registado em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero

Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento que lhes der origem ocorra.

O passivo por locações encontra-se apresentado dentro da Nota 35 – Outros passivos.

#### **Expedientes práticos**

Tal como previsto na IFRS 16, o Grupo adotou os seguintes expedientes práticos:

- ▲ Não contabilização do passivo de locação e respetivo direito de uso em operações em que o contrato de locação tenha uma maturidade não superior a 12 meses – locações de curto-prazo;
- ▲ Não contabilização do passivo de locação e respetivo direito de uso em operações em que o valor do ativo subjacente ao contrato de locação, no seu estado em novo, tenha um valor inferior a 5.000 euros – locações de baixo-valor;
- ▲ Não inclusão dos custos diretos iniciais incorridos no cálculo direito de uso associado à locação;
- ▲ Recurso a uma taxa de juro incremental, para todas as tipologias de ativos subjacentes.

**Grupo como locador**

O Grupo classifica os contratos de locação como locações financeiras se o contrato transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo subjacente. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Os pagamentos das locações operacionais são reconhecidos como rendimento de rendas numa base linear ao longo do período do contrato e encontram-se incluídos nas receitas na demonstração dos resultados devido à sua natureza de exploração.

Na ótica do locador os contratos de locação financeira são registados na demonstração da posição financeira como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como rendimentos. As amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locados, juntamente com qualquer valor residual não garantido a favor do Grupo.

**2.12. Locações IAS 17**

O Grupo, até 31 de dezembro de 2018, classificou as operações de locação como locações financeiras ou operacionais cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. Esta classificação era efetuada tendo por base a substância e não a forma legal da operação, sendo consideradas como locações financeiras as locações em que riscos e benefícios intrínsecos à propriedade de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

**Locações operacionais**

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional eram registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

**Locações financeiras**

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira eram registados na data do seu início, no ativo e no passivo, sendo capitalizado ao menor entre o justo valor dos bens locados e os pagamentos mínimos de locação contratualizados pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas eram constituídas (i) pelo encargo financeiro que era debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que era deduzida ao passivo. Os encargos financeiros eram reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período. Os bens adquiridos em regime de locação financeira eram depreciados ao menor entre a vida útil dos bens e o período de locação.

Na ótica do locador os contratos de locação financeira eram registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes eram registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas eram deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador, juntamente com qualquer residual não garantido a favor do BIG. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes eram registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas eram deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

**2.13. Benefícios a empregados**

Os colaboradores com vínculo contratual ao Banco de Investimento Global estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social. As responsabilidades do Banco com pensões consistem, desta forma, no pagamento de um suplemento que completará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

O Banco tem vindo a assegurar os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de dois planos de pensões, um plano de contribuição definida e um plano de benefício definido, este último implementado na sequência das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais de 8 de abril de 2005 e de 5 de abril de 2006.

Desde aquela data que cada titular do órgão de administração ou trabalhador do Banco podia optar, de entre os dois planos existentes, por aquele de que pretendia beneficiar para efeitos de reforma.

O Conselho de Administração do Banco procedeu a uma análise do impacto da existência de dois planos, que apesar de terem diferentes naturezas (benefício definido vs. contribuição definida) foram estabelecidos, de forma igualitária, para a generalidade dos colaboradores. Neste contexto, verificou-se que desde a data de criação do Plano de Benefício Definido em 2006, e após as adesões iniciais ao mesmo, não se registaram quaisquer outras adesões a este plano, tendo igualmente sido verificado a existência de uma tendência no mercado para a conversão dos planos de benefício definido em contribuição definida, nomeadamente atendendo à maior previsibilidade, limitação e menor volatilidade das responsabilidades inerentes.

Neste contexto, foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 8 de maio de 2014 a extinção do plano de benefício definido, passando o Banco a dispor de apenas de um plano de contribuição definida que passará a abranger todos os titulares do órgão de administração e trabalhadores do Banco.

Os participantes do plano de pensões de benefício definido foram integrados no plano de pensões de contribuição definida, tendo o Banco assumido o compromisso de manter um registo para quaisquer diferenças que se possam evidenciar face a responsabilidades futuras.

No âmbito do plano de pensões de benefício definido, não existiam pensões em pagamento ou direitos adquiridos que pudessem obstar à sua extinção. Estas alterações foram devidamente autorizadas pela Autoridade dos Seguros e Fundos de Pensões.

#### **Plano de Pensões**

O Banco até 2014, assegurou os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de dois planos de pensões, um plano de contribuição definida e outro de benefício definido.

Em 2015 deu-se a extinção do plano de benefício definido, passando o Banco a dispor apenas de um plano de contribuição definida.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por atuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A cada data de balanço, o Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

#### **Remunerações variáveis aos empregados e Órgãos de Administração**

As remunerações variáveis atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

### **2.14. Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado a essa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para cumprimento das obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixam de se observar.

### **2.15. Impostos sobre lucros**

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente, são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos, sempre que estejam cumpridos os critérios estabelecidos na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos sobre lucros reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada na jurisdição do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com as regras fiscais em vigor ou substancialmente aprovadas, e utilizando as taxas de imposto à data de balanço em cada jurisdição e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

## 2.16. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- ▲ quando obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitem;
- ▲ quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os rendimentos de serviços e comissões são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

## 2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros não derivados, são reconhecidos nas rubricas de receitas e despesas de juros, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos restantes instrumentos financeiros ativos e passivos são também incluídos nesta, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. No caso da taxa de juro fixa, a taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de receitas e despesas de juros.

Os proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento. Os rendimentos são reconhecidos na medida em que é provável o seu benefício económico fluir para o Grupo.

## 2.18. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações próprias ordinárias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias emitidas é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

## 2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, com risco imaterial de flutuação do justo valor, onde se incluem a caixa as disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

## 2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é declarado.

## 2.21. Normas e interpretações recentemente adotadas

A partir de 1 de janeiro de 2019, o Grupo adotou a IFRS 16 tendo por base a abordagem retrospectiva modificada. A abordagem adotada permitiu a não reexpressão das contas para o período comparativo de 2018, sendo as reclassificações e ajustamentos resultantes dos novos princípios introduzidos pela norma reconhecidos, na data de transição, em balanço ou resultados transitados (quando aplicável).



No âmbito do processo de adoção da IFRS 16, na data de transição, o Grupo analisou a totalidade dos contratos relevantes de forma a reavaliar se os mesmos constituem, ou contêm, uma locação, não aplicando o expediente prático de definição de locação definido na norma, isto é, considerar apenas os contratos que cumprem com os requisitos de leasing definidos na IAS 17.

A partir das operações consideradas como locações segundo a norma IFRS 16, o passivo de locação foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos remanescentes da locação, descontados com base na taxa incremental de financiamento do locatário, com referência a 1 de janeiro de 2019.

Na data de transição, e para o apuramento do passivo de locação, o Grupo apurou uma taxa incremental de financiamento relativamente aos contratos de locação em vigor, tendo em consideração a maturidade definida, e a moeda do contrato. A metodologia subjacente ao cálculo da mesma pode ser vista na nota 3.4 – Estimativas e julgamentos (IFRS 16).

Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de locação, ajustado por montantes pagos antecipadamente, entre outros.

Com a alteração na política contabilística o Grupo registou Ativos de Direito de Uso e Passivos de Locação nas rubricas de Balanço de Ativos Tangíveis e Outros Passivos, respetivamente.

A distribuição de ativos do direito de uso por tipologia é a seguinte:

	31-12-2019	01-01-2019
Imóveis	1.906.371	1.400.997
Veículos	497.265	422.233
	<b>2.403.636</b>	<b>1.823.230</b>

O Passivo de Locação por tipologia é a seguinte:

	31-12-2019	01-01-2019
Imóveis	1.943.812	1.400.997
Veículos	503.829	422.233
	<b>2.447.641</b>	<b>1.823.230</b>

Com a transição da IFRS 16, não se verificaram impactos nos Resultados Transitados.

## 2.22. Subsidiárias

Subsidiárias são todas as Entidades sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma Entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, através do seu poder sobre a entidade.

As participações financeiras em subsidiárias são registadas pelo valor de aquisição nas contas individuais do Grupo. São constituídos ajustamentos para perdas por imparidade nos casos em que se justifique, ou seja, quando estas participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira. Tal contabilização ocorre na sequência de testes de imparidade realizados pelo Grupo, através dos quais se conclui que é necessário registar perdas por imparidade em relação a estas participações.

## 2.23. Reporte por segmentos

Considerando que o Grupo não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8, o Grupo não apresenta informação relativa aos segmentos.

## ▲ NOTA 3

**PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a gestão efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são apresentadas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na nota 2 às demonstrações financeiras.

**3.1. Imparidade dos ativos financeiros**

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto aos ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurado ao justo valor através de capital próprio.

Para registar as perdas de imparidade esperadas para os instrumentos financeiros são utilizados vários julgamentos nomeadamente:

***Aumento significativo do risco de crédito e definição de default***

A passagem dos ativos financeiros do *stage 1* para o *stage 2* ocorre no momento em que o seu risco de crédito aumenta significativamente quando comparado com o risco de crédito na data do seu reconhecimento inicial. O aumento significativo do risco de crédito deverá ser determinado através da análise de indicadores quantitativos e/ou qualitativos internos utilizados pelo Grupo na sua gestão de risco de crédito, exigindo assim a uma maior articulação dos requisitos contabilísticos com as políticas de gestão de risco de crédito instituídas pelo Grupo.

A avaliação do aumento significativo do risco de crédito é um novo conceito introduzido pela IFRS 9, o qual requer a aplicação de uma forte componente de julgamento. A existência do aumento significativo do risco de crédito é avaliada para cada ativo financeiro, considerando um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos. As transições de ativos financeiros do *stage 2* para o *stage 3* ocorrem quando estes se encontrem em *default*.

***Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da ECL*****Crédito Titulado**

O Grupo utiliza um conjunto alargado de dados de mercado na estimação da ECL para esta tipologia de ativos.

**I – Staging**

Para determinação do *staging*, além dos indicadores regulamentares relacionados com a mora (< 30 dias, 30-90 dias, > 90 dias), e de outros alertas e *triggers* mais qualitativos, o Grupo avalia a existência de aumento significativo do risco de crédito baseado em dois critérios/alertas:

- ▲ variação de *rating*;
- ▲ variação de preço.

**a) Variação do preço**

No caso da variação de preço, é utilizado um conjunto de dados externos, nomeadamente, a Matriz de transição e as PD acumuladas da Moodys. Neste caso, o Grupo procedeu à construção de Matrizes de Preços onde são definidos os limiares a partir dos quais ocorre o aumento significativo de risco de crédito. A construção destas matrizes tem por base as *yields curves* por *rating*, provenientes da Bloomberg.

**b) Variação do *rating***

A atribuição de um *rating* assenta nas seguintes regras, seja na data de originação, seja na data referência:

- (i) se existirem *ratings* de 3 agências, o Grupo seleciona o melhor dos 2 piores;
- (ii) se existirem *ratings* de 2 agências, o Grupo seleciona o mais baixo;
- (iii) se não existir maioria, escolhe-se o *rating* intermédio.

Uma vez que a maioria dos ativos em carteira são adquiridos em diferentes momentos temporais, a data de aquisição considerada para determinar o *rating* na originação é calculada pela ponderação do montante adquirido e a respetiva data de aquisição.

A Matriz de *Ratings*, construída a partir de dados observáveis da Moody's, permite determinar em quantos *notches* pode um título variar sem que implique um aumento significativo do risco de crédito. Esta matriz depende do *rating* e do número de anos que o Grupo detém a posição.

## II – Cálculo da ECL

Para estimação da ECL são utilizados os parâmetros PD, LGD.

- ▲ As *PD-Probability of Default* são determinadas de forma distinta, conforme a informação de mercado disponível:
  - ▲ Títulos soberanos: a *PD* pode ser inferida com base na curva de *CDS/Yield* do próprio emitente, considerando igualmente as características do título. (e.g tenor, moeda, subordinação entre outros);
  - ▲ Títulos não soberanos: a *PD* é estimada com base nas curvas genéricas disponibilizadas pelo mercado, provenientes de emitentes comparáveis por *rating*.
- ▲ A *LGD-Loss Given Default* utilizada para o cálculo das perdas de crédito esperadas baseia-se em estudos efetuados pela Moody's por tipologia de ativo financeiro e colateral (soberano, obrigações colateralizadas, não colateralizadas).

Uma vez que os parâmetros utilizados têm por base informação de mercado estão assegurados os pressupostos da IFRS 9 *point-in-time*, *forward-looking* e *through-the-cycle*.

Na estimação destes parâmetros são assumidos ciclos económicos de 7 anos.

### Crédito Não Titulado

Considerando a simplicidade e dimensão da carteira, assim como a ausência de histórico de incumprimento estatisticamente relevante, em complemento aos dados internos disponíveis, o Grupo utiliza alguns dados da *EBA – CREDIT RISK PARAMETERS*, relativos a Portugal, no apuramento dos seus parâmetros de risco.

## I – Staging

Além dos critérios mandatórios definidos na IFRS 9, relativos à antiguidade da mora (< 30 dias, 30-90 dias, > 90 dias), o Grupo utiliza complementarmente um conjunto de alertas e *triggers* qualitativos para determinar se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito, nomeadamente:

- ▲ Crédito vencido ou abatido ao activo na CRC-Central de Responsabilidades de Crédito do BdP;
- ▲ Indícios de risco registados nas Observações das Contas dos Clientes;
- ▲ Penhoras ou bloqueios bancários registados nas Contas dos Clientes;
- ▲ Inclusão na LUR-Lista de Utilizadores de Risco (cheques);
- ▲ Inclusão na "blacklist" interna;
- ▲ Reestruturação significativa de operação de crédito por dificuldades financeiras do devedor;
- ▲ Falência/insolvência do cliente;
- ▲ Entrega de ativos em dação em pagamento.

## II – Cálculo da ECL

Para estimação da ECL são utilizados os parâmetros PD, LGD.

- ▲ Considerando que a carteira de crédito desta tipologia é de Retalho, para a estimativa das *PD-Probability of Default*, o Grupo baseia-se nas *Default Rates* publicadas pela EBA, para os segmentos *Retail – Secured on real estate property* (Crédito hipotecário) e *Retail – Other Retail* (Outros Créditos não hipotecários);
- ▲ Para estimar as *LGD-Loss Given Default*, o Grupo utiliza dados internos para a carteira de Crédito Automóvel, Crédito Hipotecário e Conta Margem. Para os restantes produtos, é utilizada a *LGD* publicada no estudo da *EBA* acima mencionado, para o segmento *Retail – Other Retail* (Outros Créditos não hipotecários).

Tal como para carteira de crédito titulado, o Grupo pressupõe nos seus cálculos um ciclo económico de 7 anos, que abrange 4 anos passados e 3 futuros, sendo estes extrapolados com base em estimativas macroeconómicas que os possam influenciar no futuro.

### 3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### 3.3. Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Grupo durante um período de 4 anos, exceto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Desta forma, podem ser eventualmente feitas correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### 3.4. Locações

De acordo com a IFRS 16, o passivo de locação é mensurado pelo valor presente do somatório dos pagamentos futuros a incorrer com o contrato de locação. Para descontar os pagamentos o Grupo deverá utilizar a taxa de juro implícita do contrato, considerando que é conhecida toda a informação para determiná-la. Caso a taxa implícita não seja determinável, deverá ser utilizada uma taxa de juro incremental, requerendo que a entidade desenvolva uma metodologia devidamente sustentada em informação interna e externa para o apuramento da mesma.

I. Taxa de juro implícita: é a taxa de desconto que iguala o justo valor das rendas previstas no contrato (incluindo o valor residual) ao justo valor do ativo adicionado de todos os custos diretos iniciais. A principal dificuldade no apuramento desta taxa está, na maioria dos casos, na escassa informação disponível ao locatário relacionada como o valor residual do ativo subjacente e/ou o montante de custos diretos incorridos pelo locador.

II. Taxa de juro incremental: é a taxa que um terceiro cobraria ao Grupo num financiamento para aquisição de um ativo semelhante ao subjacente da locação, com condições similares, nomeadamente em termos de prazo e garantias. No apuramento da taxa de juro incremental, o Grupo construiu uma curva de rendimento sem risco, ao qual foi adicionado o seu risco de crédito devidamente ajustado pela existência de colateral.

Importa, no entanto, salientar que na data de transição, foram utilizadas taxas de juro incrementais no apuramento do passivo de locação para a totalidade das operações abrangidas pela norma. Com exceção desse período, os pagamentos de rendas são atualizados utilizando a taxa de desconto implícita no contrato, caso a mesma seja determinável.

III. Maturidade dos contratos de leasing – Relativamente à maturidade do contrato de locação a considerar no cálculo do passivo de locação, o seu apuramento deverá tomar em consideração o período não cancelável do contrato, bem como o período abrangido por eventuais opções de extensão do prazo e/ou cancelamento antecipado, caso exista uma certeza razoável quanto ao seu exercício. Em situações em que existem opções de extensão e/ou cancelamento do prazo compete à Gestão avaliar a razoabilidade da sua ocorrência – conceito de “razoavelmente certo”, relativamente à sua futura decisão.

Para suportar a sua análise o Grupo recorreu a dados internos e de mercado que poderão carecer de julgamento profissional, tais como:

1. Importância do ativo para a atividade do Grupo e inexistência de alternativas adequadas;
2. Benefícios económicos significativos para o Grupo no caso de exercer a opção de extensão/cancelamento do contrato, ou compra do ativo subjacente;
3. Eventuais custos associados ao cancelamento antecipado do contrato, custos de mudança e/ou devolução do ativo;
4. Comparação dos termos e condições do contrato com as condições atuais de mercado; entre outros dados considerados relevantes.

## NOTA 4 MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	2019			2018		
	De ativos/passivos ao custo amortizado e avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/passivos ao custo amortizado e avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/passivos ao justo valor através de resultados	Total
<b>Receitas de juros</b>						
Juros de disponibilidades	154.515	-	154.515	106.129	-	106.129
<b>Juros de ativos financeiros ao custo amortizado</b>						
Juros de aplicações	1.270.430	-	1.270.430	862.934	-	862.934
Juros de crédito a clientes	748.252	-	748.252	960.659	-	960.659
Juros de títulos de dívida	5.571.054	-	5.571.054	4.926.478	-	4.926.478
<b>Juros de ativos financeiros detidos para negociação</b>						
Títulos de dívida	-	499.068	499.068	-	1.916.542	1.916.542
Juros de títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	35.756.542	-	35.756.542	33.376.593	-	33.376.593
Juros de derivados de cobertura	172.611	-	172.611	-	-	-
Outras receitas de juros	833.241	-	833.241	9.147.050	-	9.147.050
	<b>44.506.645</b>	<b>499.068</b>	<b>45.005.713</b>	<b>49.379.843</b>	<b>1.916.542</b>	<b>51.296.385</b>
<b>Despesas de juros</b>						
<b>Juros de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>						
Juros de recursos de outras instituições de crédito	1.356.473	-	1.356.473	4.536.061	-	4.536.061
Juros de recursos de clientes	4.461.013	-	4.461.013	3.290.543	-	3.290.543
Juros de títulos de dívida	7.124.347	-	7.124.347	-	-	-
Juros de derivados de cobertura	7.837.993	-	7.837.993	-	-	-
Outras despesas de juros	18.586	-	18.586	19.888.266	-	19.888.266
	<b>20.798.412</b>	<b>-</b>	<b>20.798.412</b>	<b>27.714.870</b>	<b>-</b>	<b>27.714.870</b>
	<b>23.708.233</b>	<b>499.068</b>	<b>24.207.301</b>	<b>21.664.973</b>	<b>1.916.542</b>	<b>23.581.515</b>

O montante relativo a Outras receitas de juros e Outras despesas de juros refere-se essencialmente à amortização do prémio/desconto resultante do diferencial entre o valor nominal das obrigações adquiridas, face ao seu valor de aquisição. O valor da amortização do desconto e do prémio é calculado pelo método da taxa efetiva e é registado em resultados do exercício ao longo da vida da obrigação.

A rubrica Outras despesas de juros inclui ainda a especialização dos juros a pagar relativos a posições de derivados de cobertura.

Os juros suportados das locações registados em 2019 ascendem a 14.483 euros.

## NOTA 5 RECEITAS DE DIVIDENDOS

Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica, no montante de 25.798 euros é composta por dividendos de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral.

## NOTA 6

### RESULTADOS DE TAXAS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2019	2018
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	4.932.108	4.313.480
Por serviços prestados	5.007.896	4.674.780
Outras receitas de taxas e comissões	1.060.560	845.700
Por comissões de retrocesso	1.523.554	1.456.159
Por serviços de assessoria financeira	1.021.344	876.468
Por compromissos perante terceiros	1.400	2.200
Por garantias prestadas	13.196	15.581
	<b>13.560.058</b>	<b>12.184.368</b>
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por terceiros	907.089	896.958
Outras despesas de taxas e comissões	203.902	206.195
Por serviços bancários de terceiros	904.861	663.009
Por operações sobre instrumentos financeiros	469.503	383.247
	<b>2.485.355</b>	<b>2.149.409</b>
	<b>11.074.703</b>	<b>10.034.959</b>

## NOTA 7

### GANHOS OU PERDAS COM O DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO MENSURADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos nacionais	11.158.299	8.190.249	2.968.050	4.557.967	928.738	3.629.229
De emissores públicos estrangeiros	68.261.510	28.310.071	39.951.439	11.713.617	593.879	11.119.738
De outros emissores nacionais	1.085.255	-	1.085.255	626.515	-	626.515
De outros emissores estrangeiros	11.163.065	6.098.130	5.064.935	2.966.789	946.087	2.020.702
Ações de emissores estrangeiros	57.619	7	57.612	27.577	21	27.556
	<b>91.725.748</b>	<b>42.598.457</b>	<b>49.127.291</b>	<b>19.892.465</b>	<b>2.468.725</b>	<b>17.423.740</b>

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – De emissores públicos estrangeiros, inclui as mais-valias resultantes da alienação de obrigações do tesouro de dívida pública italiana no montante de 35.546.506 euros.

## NOTA 8

### GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E CONTABILIDADE DE COBERTURA

O valor desta rubrica é composto por:

	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Ativos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos nacionais	1.563.772	798.983	764.789	1.027.480	191.276	836.204
De emissores públicos estrangeiros	5.022.602	890.239	4.132.363	4.590.806	3.119.288	1.471.518
De outros emissores nacionais	369.345	28.700	340.645	64.286	161.240	(96.954)
De outros emissores estrangeiros	839.596	330.952	508.644	1.528.190	1.252.254	275.936
Ações de emissores nacionais	200.558	10.186	190.372	1.488.991	938.540	550.451
Ações de emissores estrangeiros	360.788	294.292	66.496	785.608	541.110	244.498
Unidades de participação de emissores estrangeiros	320.508	297.727	22.781	2.384.961	2.015.492	369.469
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	2.366.408	885.493	1.480.915	1.926.910	4.834.850	(2.907.940)
Contratos sobre taxas de juro	3.355.598	5.314.164	(1.958.566)	29.126.490	29.404.307	(277.817)
Contratos sobre ações/índices	2.378.242	2.349.796	28.446	4.189.522	4.576.430	(386.908)
Outros	64.973	165.282	(100.309)	1.835.009	692.235	1.142.774
Resultados de contabilidade de cobertura						
Derivados de cobertura	67.017.889	75.761.911	(8.744.022)	17.173.652	38.423.704	(21.250.052)
Elementos cobertos	25.957.973	18.034.534	7.923.439	32.449.553	7.753.666	24.695.887
	<b>109.818.252</b>	<b>105.162.259</b>	<b>4.655.993</b>	<b>98.571.458</b>	<b>93.904.392</b>	<b>4.667.066</b>

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica Ganhos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo – De emissores públicos estrangeiros inclui o montante de 4.437.201 relativos a ganhos provenientes da negociação de obrigações do tesouro de dívida pública italiana.

## NOTA 9

### DIFERENÇAS CAMBIAIS

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2.

Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica é composta por ganhos, no montante de 610.373 euros dos quais 6.339 euros relativos a perdas com reavaliação cambial a prazo e 616.712 euros relativos a ganhos provenientes de reavaliação cambial à vista (31 de dezembro de 2018: ganhos 760.356 euros).

## NOTA 10

### RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2019	2018
Operações financeiras		
Outras perdas	-	(7.043)
Outros ganhos	-	130.973
	-	<b>123.930</b>

Os ganhos de Operações financeiras registados nesta rubrica resultam essencialmente de diferenças de estimativa na amortização do prémio ou desconto aquando do reembolso antecipado de capital.

## NOTA 11 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2019	2018
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	153.774	145.458
Reembolsos de despesas	389	352
Outros	879.005	660.726
	<b>1.033.168</b>	<b>806.536</b>
Outros custos de exploração		
Impostos diretos e indiretos	1.442.047	1.329.637
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	1.583	1.474
Quotizações e donativos	118.159	87.834
Outros	1.086.817	795.561
	<b>2.648.606</b>	<b>2.214.506</b>
<b>Outros resultados de exploração</b>	<b>(1.615.438)</b>	<b>(1.407.970)</b>

A rubrica Outros proveitos de exploração – Outros inclui valores referentes a operações da rede multibanco.

A rubrica Outros custos de exploração – Outros inclui essencialmente contribuições para o Fundo de Resolução nacional e para o Fundo Único de Resolução europeu.

## NOTA 12 DESPESAS ADMINISTRATIVAS – DESPESAS DE PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2019	2018
Remunerações	14.267.369	14.050.938
Custos com pensões de reforma		
de Contribuições definidas	193.644	554.120
Encargos sociais obrigatórios	2.843.432	2.872.946
Outros custos com o pessoal	3.020.342	2.130.210
	<b>20.324.787</b>	<b>19.608.214</b>

Em 31 de dezembro de 2019 estavam registados custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Administração, no valor de 5.732.110 euros (31 de dezembro de 2018: 7.879.152 euros).

A rubrica Outros custos com o pessoal inclui seguros saúde, seguros vida, entre outros. Esta rubrica inclui ainda o reconhecimento do diferencial da taxa de juro dos créditos concedidos a colaboradores e a taxa de juro de mercado.

As despesas com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da instituição com funções diretivas podem ser analisados como se segue:

	2019	2018
Benefícios a curto prazo de empregados	5.023.360	4.928.365
Benefícios pós-emprego	113.181	259.896
Outros benefícios a longo prazo	20.695	20.699
	<b>5.157.236</b>	<b>5.208.960</b>



Por categoria profissional, o número de colaboradores em 31 de dezembro de 2019 e 2018 analisa-se como se segue:

	2019	2018
Funções específicas	181	169
Funções de chefia	31	34
Funções diretivas	60	52
Funções administrativas	11	12
Funções auxiliares	5	5
	<b>288</b>	<b>272</b>

## NOTA 13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco assegura os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de um plano de Pensões de contribuição definida.

Em 2019 a contribuição base definida para o Fundo de Pensões alterou de 5% para 2% e a contribuição adicional (incentivo) de valor igual ao da contribuição voluntária dos colaboradores, alterou de 4,5% para 3% do vencimento base mensal.

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco reconheceu como despesa o montante total de 337.689 euros (31 de dezembro de 2018: 758.458 euros) relativo ao Plano de Contribuição Definida, sendo que 150.857 euros são relativos à contribuição adicional (incentivo).

Desde 2006 o Banco assegurava os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de dois planos de pensões, um plano de contribuição definida e um plano de benefício definido, este último implementado na sequência das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais de 8 de abril de 2005 e de 5 de abril de 2006.

Desde aquela data que cada titular do órgão de administração da sociedade ou trabalhador do Banco podia optar, de entre os dois planos existentes, por aquele de que pretendia beneficiar para efeitos de reforma.

O Conselho de Administração do Banco procedeu a uma análise do impacto da existência de dois planos, que apesar de terem uma diferente natureza (benefício definido vs contribuição definida) foram estabelecidos, de forma igualitária, para a generalidade dos colaboradores. Neste contexto, verificou que desde a data de criação do Plano de Benefício Definido em 2006, e após as adesões iniciais ao mesmo, não se registaram quaisquer outras adesões a este plano, tendo igualmente verificado a existência de uma tendência no mercado para a conversão dos planos de benefício definido em contribuição definida, nomeadamente atendendo à maior previsibilidade, limitação e menor volatilidade das responsabilidades inerentes.

Neste contexto, foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 8 de maio de 2014 a extinção do plano de benefício definido, passando o Banco a dispor de apenas de um plano de contribuição definida que passou a abranger todos os titulares do órgão de administração da sociedade e trabalhadores do Banco.

No âmbito do plano de pensões de benefício definido, não existiam pensões em pagamento ou direitos adquiridos que pudessem obstar à sua extinção. Estas alterações foram devidamente autorizadas pela Autoridade dos Seguros e Fundos de Pensões.

Os participantes do plano de pensões de benefício definido foram integrados no plano de pensões de contribuição definida, tendo o Banco assumido o compromisso de manter uma conta de reserva para quaisquer diferenças que se possam evidenciar face aos benefícios definidos estabelecidos para os participantes do anterior plano de benefício definido.

Os participantes no Plano de Benefícios Definidos eram 6 colaboradores em atividade. De acordo com os termos do Plano, os benefícios definidos eram de direitos adquiridos após os 60 anos com um número mínimo de serviço de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco efetuou a sua melhor estimativa da responsabilidade com pensões inerentes ao plano de benefício definido, tendo em consideração o número de colaboradores que esperava viessem a optar por este benefício. O valor das responsabilidades correspondentes a serviços passados, até 2012, encontrava-se a ser diferido ao longo de um período de 11,5 anos, à data de introdução do plano, correspondente ao período de tempo de serviço estimado destes colaboradores. A taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, denominadas na moeda na qual os benefícios serão pagos.

Em 2019 foi atualizada a provisão constituída em 2018, correspondente à estimativa de base atuarial do compromisso assumido pelo Banco na sequência do plano de benefício definido, em 3.914.019 euros (31 de dezembro de 2018: 1.360.870 euros), totalizando 124.472 euros (31 de dezembro de 2018: 4.038.491 euros).

**Plano de remunerações com base em ações do BiG**

Em 31 de dezembro de 2019, os programas de opções sobre ações do BiG apresentavam as seguintes principais características:

Plano	Caducidade do plano (1)	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções	Número de ações por opção
2012	jan/2025	7.150.000	1,00	4.544.121	1,94
2013	jan/2027	5.000.000	1,00	4.500.000	1,58

(1) A data de caducidade refere-se ao vencimento do último exercício para cada Plano.

Em 31 de dezembro de 2018, os programas de opções sobre ações do BiG apresentavam as seguintes principais características:

Plano	Caducidade do plano (1)	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções	Número de ações por opção
2012	jan/2025	7.150.000	1,00	4.544.121	1,94
2013	jan/2027	5.000.000	1,00	4.500.000	1,58

(1) A data de caducidade refere-se ao vencimento do último exercício para cada Plano.

As opções caducam, individualmente, após o decurso de dez anos a partir das respectivas datas de vencimento.

Os regulamentos relativamente ao plano de remunerações com base em ações, mantiveram-se substancialmente iguais, desde 2005, exceto no que se refere às datas de vencimento e ao financiamento. Por norma os vencimentos são distribuídos por 3 anos, exceto no caso dos Órgãos Sociais que se vencem após 3 anos da sua atribuição. O prazo de caducidade, 10 anos após o primeiro vencimento, manteve-se inalterado. Tendo em consideração que o Banco não é cotado, o exercício das opções ocorre apenas quando o Banco realiza um aumento de capital, o que pode não coincidir com a comunicação de intenção de exercício por parte dos titulares das opções.

**Metodologia de valorização das opções**

A valorização das opções sobre ações do BiG baseia-se na adoção de metodologias de mercado internacionalmente aceites e tem em consideração as características específicas dos programas de opções sobre ações do BiG e dados de mercado.

Para efeitos da aplicação do modelo de valorização das opções, o valor das ações do BiG é estimado com base numa conjugação das metodologias de *Discounted Cash Flows to Equity*, de Múltiplos de Mercado e de *Adjusted Book Value* baseado no modelo de Gordon.

## NOTA 14

### DESPESAS ADMINISTRATIVAS – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O valor desta rubrica é composto por:

	2019	2018
Fornecimentos	1.392.168	1.354.215
Locações excluídas da IFRS 16	12.517	-
Rendas e alugueres	599.169	1.019.648
Comunicações	520.138	597.001
Deslocações, estadas e representação	507.562	588.026
Publicidade e edição de publicações	897.648	206.434
Serviços especializados		
Avenças e honorários	308.549	242.008
Informática	3.422.877	1.957.471
Segurança e vigilância	140.507	182.952
Informações	575.135	491.455
Bancos de dados	52.375	49.027
Mão de obra eventual	58.507	66.283
Outros serviços especializados	1.480.004	1.218.547
Outros serviços	600.689	479.859
	<b>10.567.845</b>	<b>8.452.926</b>

Os honorários faturados durante o exercício pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas encontram-se discriminados da seguinte forma:

	2019	2018
Revisão legal das contas	216.726	162.706
Serviços distintos da auditoria, que são exigidos pela legislação aplicável	46.261	39.385
	<b>262.987</b>	<b>202.091</b>

Os honorários relativos aos serviços distintos da auditoria incluem os serviços prestados com vista à emissão do Relatório de Imparidade e dos Pareceres sobre o Sistema de Controlo Interno do Grupo sobre a Salvaguarda de Bens de Clientes.

## NOTA 15

### RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Grupo.

	2019	2018
Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco	42.078.479	23.056.216
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	171.944.790	171.947.388
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	(2.598)	(2.598)
<b>Número médio de ações ordinárias em circulação</b>	<b>171.942.192</b>	<b>171.944.790</b>
<b>Resultados por ação básico atribuível aos acionistas do Banco</b>	<b>0,24</b>	<b>0,13</b>

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos por não existirem instrumentos emitidos com efeito diluidor, em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

## ▲ NOTA 16

### CAIXA, SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM – DINHEIRO EM CAIXA E SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Caixa	2.299.456	2.319.342
Depósitos à ordem em bancos centrais	96.861.042	68.999.356
	<b>99.160.498</b>	<b>71.318.698</b>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de reservas mínimas do sistema europeu de bancos centrais. De acordo com o regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema europeu de bancos centrais.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2019 inclui uma reserva média obrigatória de 12.826.600 euros que corresponde ao período de manutenção de 18 de dezembro de 2019 a 28 de janeiro de 2020.

Esta rubrica inclui ainda os depósitos à ordem junto do Banco de Moçambique para satisfazer as exigências do regime de constituição de reservas obrigatórias mínimas conforme regulamentado pelo Aviso 12/GBM/2017 de 8 de junho de 2017. De acordo com o referido aviso, as reservas obrigatórias correspondem, em percentagem dos saldos de depósitos de clientes, a 14% e 27% em moeda nacional e em moeda estrangeira, respetivamente, das quais são excluídas as instituições de crédito sujeitas ao regime de constituição de reservas obrigatórias. A constituição é efetuada em Meticais para os depósitos em moeda nacional e em Dólares Norte-americanos para os depósitos em moeda estrangeira e, não são remunerados.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de constituição, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Moçambique durante o referido período. O saldo das contas no Banco de Moçambique em 31 de dezembro de 2019 inclui 143.924.822 meticais e 53.385 dólares norte americanos correspondentes às reservas obrigatórias mínimas a observar no período de constituição de 7 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existe imparidade alocada a Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem – Dinheiro em caixa e saldos de caixa em bancos centrais, uma vez que estes instrumentos financeiros são resgatáveis a qualquer momento, e o Grupo, de acordo com as suas políticas de gestão de risco de crédito, controla e avalia diariamente a qualidade creditícia das respetivas contrapartes (instituições de crédito).

## ▲ NOTA 17

### CAIXA, SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM – OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	1.318.358	2.622.319
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	72.876.440	82.829.519
	<b>74.194.798</b>	<b>85.451.838</b>

As instituições depositantes onde o BIG possui disponibilidades têm um elevado *rating*, sendo que no final do exercício 77% destas encontram-se em instituições cujo *rating* é *investment grade*. As restantes disponibilidades encontram-se em instituições que não são classificadas (23%).

**NOTA 18**

**ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos nacionais	4.257.785	6.910.085
De emissores públicos estrangeiros	10.385.885	9.075.113
De outros emissores nacionais	8.894.358	8.497.882
De outros emissores estrangeiros	24.064.755	45.046.345
Ações de emissores nacionais	1.117.498	932.824
Ações de emissores estrangeiros	813.311	1.326.616
Unidades de participação de emissores estrangeiros	-	621.666
	<b>49.533.592</b>	<b>72.410.531</b>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	13.185	384.497
Créditos e outros valores a receber	727.288	381.008
Outros instrumentos de capital próprio	170.404	69.975
	<b>50.444.469</b>	<b>73.246.011</b>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	59.932	183.444
	<b>59.932</b>	<b>183.444</b>

Conforme política contabilística descrita na nota 2.4 os ativos financeiros detidos para negociação, são aqueles que são adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo, independentemente da sua maturidade, ou geridos numa ótica de justo valor.

Nas rubricas de Ações e Outros instrumentos de capital próprio estão incluídas participações em *start-ups early-stage* localizadas em Portugal, Alemanha e Reino Unido no montante global de 2.101.213 euros. Os montantes registados na rubrica Créditos e Outros Valores a Receber referem-se a outros instrumentos de dívida (727.288 euros).

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é analisada como se segue:

	2019			2018		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Options	1.010.000	-	52.711	6.983.137	332.870	132.965
Equity / Index Futures	2.643.855	-	-	-	-	-
Operações a prazo	-	2.019	7.221	-	-	-
Outras	-	11.166	-	157.205	51.627	50.479
	<b>3.653.855</b>	<b>13.185</b>	<b>59.932</b>	<b>7.140.342</b>	<b>384.497</b>	<b>183.444</b>

O valor registado em balanço, na rubrica Instrumentos financeiros derivados, em linha com a nota 2.3. é o justo valor dos derivados, sendo que o nocional se encontra registado em extrapatrimonial.

Em 31 de dezembro de 2019 o total de nocional de derivados associados a produtos financeiros complexos comercializados pelo Grupo encontram-se registados nas classes de *Equity/Index Options* e Operações a prazo, ascende a 1.010.000 euros. O justo valor passivo destes derivados é de 52 711, representando 88% do total dos passivos detidos para negociação.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a distribuição dos Ativos financeiros detidos para negociação – Títulos por prazos de maturidade residual, é como se segue:

	2019	2018
Títulos		
Até 3 meses	-	306.568
De 3 meses a 1 ano	120.380	1.707.127
De 1 a 5 anos	29.529.375	43.721.340
Mais de 5 anos	17.953.029	23.794.390
Duração indeterminada	1.930.808	2.881.106
	<b>49.533.592</b>	<b>72.410.531</b>

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a distribuição dos Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação – Instrumentos financeiros derivados, por prazos de maturidade residual, é apresentado como se segue:

	2019		2018	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Instrumentos financeiros derivados				
Até 3 meses	250.000	(13.650)	1.775.248	(97.147)
De 3 meses a 1 ano	-	-	4.136.753	197.595
De 1 a 5 anos	760.000	(33.097)	1.228.341	100.605
Mais de 5 anos	2.643.855	-	-	-
	<b>3.653.855</b>	<b>(46.747)</b>	<b>7.140.342</b>	<b>201.053</b>

## NOTA 19

### ATIVOS FINANCEIROS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Custo (1)	Reserva de justo valor			Expected credit loss	Valor balanço
		Positiva	Negativa	Cobertura de justo valor		
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos nacionais	204.217.529	86.732	(883.107)	(4.757.159)	-	198.681.034
De emissores públicos estrangeiros	585.838.028	125.545	(12.640.783)	(8.877.812)	709.582	563.569.258
De outros emissores nacionais	239.492.797	345.934	(3.843.973)	(1.543.993)	192.537	234.628.879
De outros emissores estrangeiros	589.469.893	2.342.363	(13.190.784)	(6.799.672)	186.484	573.495.203
Ações de emissores nacionais	13.978	-	-	-	-	13.978
Ações de emissores estrangeiros	16.500	-	-	-	-	16.500
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.619.048.725</b>	<b>2.900.574</b>	<b>(30.558.646)</b>	<b>(21.978.636)</b>	<b>1.088.603</b>	<b>1.570.404.852</b>
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos nacionais	113.994	3.773	-	-	88.642	117.767
De emissores públicos estrangeiros	691.611.254	3.511.760	(13.509.888)	2.000.210	126.400	683.613.336
De outros emissores nacionais	247.374.035	2.380.846	(79.592)	(1.591.213)	144.827	248.084.076
De outros emissores estrangeiros	606.422.936	13.358.762	(606.940)	(9.155.147)	166.282	610.019.611
Ações de emissores nacionais	13.978	-	-	-	-	13.978
Ações de emissores estrangeiros	39.436	-	-	-	-	39.436
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.545.575.633</b>	<b>19.255.141</b>	<b>(14.196.420)</b>	<b>(8.746.150)</b>	<b>526.151</b>	<b>1.541.888.204</b>

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às ações e outros.

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – De outros emissores nacionais e estrangeiros inclui 442.761.333 euros referentes a *ABS (asset backed securities)*.

Em 31 de dezembro de 2019, cerca de 49% da carteira de Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, composta por obrigações e outros títulos de rendimento fixo, encontrava-se coberta com instrumentos financeiros derivados, nomeadamente futuros de taxa de juro.

A taxa de juro média, antes de cobertura de taxa de juro, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ascendeu a 1,6% (31 de dezembro de 2018: 2,1%).

Em 2018 e 2019 e de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.4. Outros ativos financeiros o Grupo avalia regularmente o aumento significativo do risco de crédito dos Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na nota 37 – Extrapatrimoniais.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a distribuição destas rubricas por prazos de maturidade residual é como se segue:

	2019	2018
Até 3 meses	1.156.050	52.202
De 3 meses a 1 ano	73.052	148.561
De 1 a 5 anos	146.212.482	205.514.058
Mais de 5 anos	1.394.393.206	1.364.659.553
Duração indeterminada	53.414	30.478
	<b>1.541.888.204</b>	<b>1.570.404.852</b>

Os movimentos ocorridos em *expected credit loss* em Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral são apresentados como se segue:

	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.088.603</b>	-
Implementação IFRS 9	-	2.337.387
Dotações	3.405.288	3.760.513
Reversões	(3.971.603)	(5.009.297)
Cambial	3.863	-
<b>Saldo final</b>	<b>526.151</b>	<b>1.088.603</b>

## NOTA 20

### ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO – TÍTULOS DE DÍVIDA

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos de dívida é constituída por títulos de rendimento fixo de emissores públicos, no montante de 384.839.548 euros (31 de dezembro de 2018: 336.293.487) com um prazo de maturidade superior a 5 anos, e cujo risco de taxa de juro se encontra coberto através da contratação de IRS (*interest rate swap*), para a maturidade de cada um dos títulos.

O Grupo avalia regularmente o aumento significativo do risco de crédito destes instrumentos financeiros de dívida, conforme nota 2.4. Outros ativos financeiros. A 31 de dezembro de 2019 a imparidade de crédito, constituída para créditos *performing*, (*stage 1*) ascendeu a 40.691 euros (31 de dezembro 2018: 434.996).

A taxa de juro média, antes de cobertura de taxa de juro durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ascendeu a 1,49% (31 de dezembro de 2018: 1,6%).

	Custo	Cobertura de justo valor	Expected credit loss	Valor balanço
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos estrangeiros	343.655.387	(6.926.904)	434.996	336.293.487
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>343.655.387</b>	<b>(6.926.904)</b>	<b>434.996</b>	<b>336.293.487</b>
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos estrangeiros	419.381.965	(34.501.726)	40.691	384.839.548
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2019</b>	<b>419.381.965</b>	<b>(34.501.726)</b>	<b>40.691</b>	<b>384.839.548</b>

O ajustamento referente às relações de cobertura a 31 de dezembro, foi de -34.501.726 euros (-6.926.904 euros em 31 de dezembro de 2018). Este ajustamento resulta da cobertura de instrumentos de dívida a taxa fixa que com a respetiva perda de crédito esperada apresentavam um valor de balanço de 364.112.398 euros (336.293.487 euros em 31 de dezembro de 2018).

## NOTA 21

### ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO – EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS – CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	87.859	321.986
Créditos em conta corrente	2.856.646	5.371.936
Descobertos	38.383	38.627
Locação financeira	384.113	445.087
Outro crédito especializado	5.161	11.629
A particulares		
Créditos em conta corrente	8.260.695	9.617.640
Habitação	6.026.290	5.838.539
Locação financeira	1.449.107	1.988.841
Descobertos	25.647	88.155
Outro crédito especializado	424.855	585.410
Outro crédito	568.939	12.839.458
	<b>20.127.695</b>	<b>37.147.308</b>
Crédito ao exterior		
A empresas		
Descobertos	56	5.598
A particulares		
Créditos em conta corrente	644.571	1.315.113
Habitação	345.681	360.025
Descobertos	1.522	3.653
	<b>991.830</b>	<b>1.684.389</b>
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	29.790	27.472
	<b>29.790</b>	<b>27.472</b>
	<b>21.149.315</b>	<b>38.859.169</b>
Imparidade de crédito a clientes	(32.622)	(32.351)
<b>Crédito a clientes</b>	<b>21.116.693</b>	<b>38.826.818</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica Crédito em conta corrente reflete o crédito concedido ao abrigo da Conta margem, o qual tem subjacente um colateral de depósitos e/ou títulos domiciliados no Grupo.



Em 31 de dezembro de 2019, a carteira de crédito do Grupo inclui crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante nominal de 778.544 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do n.º 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de dezembro de 2018: 8.772.984 euros). Em 31 de dezembro de 2019 o crédito ao pessoal chave da instituição com funções diretivas, ascendia a 1.435.291 euros (31 de dezembro de 2018: 5.828.119 euros).

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 ascendeu a 2,4%.

Os prazos residuais dos Empréstimos e adiantamentos – Clientes, incluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2019	2018
Até 3 meses	11.846.140	16.456.604
De 3 meses a 1 ano	240.100	12.047.065
De 1 a 5 anos	2.423.435	2.966.289
Mais de 5 anos	6.609.850	7.361.739
Duração indeterminada	29.790	27.472
	<b>21.149.315</b>	<b>38.859.169</b>

Os movimentos ocorridos na imparidade dos Empréstimos e adiantamentos – Clientes são apresentados como se segue:

	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>32.351</b>	<b>248.282</b>
Dotações	2.318	2.549
Reversões	(2.047)	(119.340)
Utilizações	-	(1.374)
IFRS 9	-	(97.766)
<b>Saldo final</b>	<b>32.622</b>	<b>32.351</b>

A distribuição dos Empréstimos e adiantamentos – Clientes por tipo de taxa pode ser apresentada como se segue:

	2019	2018
Taxa variável	20.737.357	38.331.362
Taxa fixa	411.958	527.807
	<b>21.149.315</b>	<b>38.859.169</b>

Os prazos residuais do capital em locação, apresentavam a seguinte estrutura:

	2019	2018
Rendas e valores residuais vincendos		
Até 3 meses	10.638	7.128
De 3 meses a 1 ano	85.981	65.255
De 1 a 5 anos	1.648.557	1.659.813
Mais de 5 anos	202.204	877.825
	<b>1.947.380</b>	<b>2.610.021</b>
Juros vincendos		
Até 3 meses	55	18
De 3 meses a 1 ano	1.445	1.136
De 1 a 5 anos	93.962	91.419
Mais de 5 anos	18.698	83.520
	<b>114.160</b>	<b>176.093</b>
Capital vincendo		
Até 3 meses	10.583	7.110
De 3 meses a 1 ano	84.536	64.119
De 1 a 5 anos	1.554.595	1.568.394
Mais de 5 anos	183.506	794.305
	<b>1.833.220</b>	<b>2.433.928</b>

O detalhe da carteira de crédito não titulado (retalho e garantias e avales prestados) ano de produção, apresenta-se como se segue:

31-12-2019	Crédito em Conta Corrente			Crédito Habitação			Outros		
	Número de operações	Exposição bruta	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição bruta	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição bruta	Imparidade constituída
2006 e anteriores	104	2.558.009	-	17	556.379	81	2	61.139	9
2007	28	75.245	-	9	411.309	61	1	17.370	2
2008	31	560.925	-	3	277.786	42	1	52	52
2009	21	142.090	-	3	240.786	36	1	111	111
2010	31	1.304.212	-	10	538.748	81	3	15.038	54
2011	27	354.377	-	1	54.106	8	6	363	363
2012	25	240.015	-	-	-	-	12	4.810	2.215
2013	44	337.798	-	3	161.798	23	54	183.066	14.473
2014	37	1.594.100	-	4	495.404	75	157	156.921	1.793
2015	28	1.234.292	-	8	437.178	73	176	775.548	3.018
2016	56	1.032.401	-	8	792.231	121	272	1.766.265	2.012
2017	72	1.596.974	-	10	859.806	131	232	942.944	3.575
2018	46	731.474	-	1	164.215	25	1.329	735.305	4.305
	<b>550</b>	<b>11.761.912</b>	-	<b>77</b>	<b>4.989.746</b>	<b>757</b>	<b>2.246</b>	<b>4.658.932</b>	<b>31.982</b>

31-12-2018	Crédito em Conta Corrente			Crédito Habitação			Outros		
	Número de operações	Exposição bruta	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição bruta	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição bruta	Imparidade constituída
2006 e anteriores	46	2.557.911	-	14	454.487	68	2	44.200	6
2007	16	545.460	-	4	191.888	29	1	50.844	8
2008	16	142.855	-	9	439.504	67	1	20.052	3
2009	15	826.098	-	4	393.729	61	-	-	-
2010	12	173.575	-	3	251.410	39	-	-	-
2011	16	1.176.515	-	10	563.973	87	2	15.675	2
2012	10	775.326	-	1	56.278	9	2	2.812	66
2013	13	988.579	-	2	74.178	12	11	18.583	11.151
2014	26	828.934	66	5	286.217	43	24	221.657	4.576
2015	12	4.009.324	-	4	514.525	80	41	240.978	1.362
2016	13	1.376.888	-	8	451.832	84	94	13.039.946	2.402
2017	18	1.694.146	-	8	823.252	122	144	2.578.284	2.664
2018	38	1.209.050	-	10	892.436	140	1.745	1.599.332	9.204
	<b>251</b>	<b>16.304.661</b>	<b>66</b>	<b>82</b>	<b>5.393.709</b>	<b>841</b>	<b>2.067</b>	<b>17.832.363</b>	<b>31.444</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da imparidade apresenta-se como se segue:

2019												
	Stage 1		Stage 2			Stage 3			TOTAL			
	Exposição bruta	Imparidade	Exposição Líquida	Exposição bruta	Imparidade	Exposição Líquida	Exposição bruta	Imparidade	Exposição Líquida	Exposição bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Crédito concedido												
Empresas	2.616.631	(527)	2.616.104	706.846	-	706.846	1.372	(1.372)	-	3.324.849	(1.899)	3.322.950
Particulares	17.312.718	(1.715)	17.311.003	520.879	(15)	520.864	28.993	(28.993)	-	17.862.590	(30.723)	17.831.867
Garantias e avales prestados												
Empresas	9.350	-	9.350	-	-	-	-	-	-	9.350	-	9.350
Particulares	213.800	-	213.800	-	-	-	-	-	-	213.800	-	213.800
<b>Total</b>	<b>20.152.499</b>	<b>(2.242)</b>	<b>20.150.257</b>	<b>1.227.725</b>	<b>(15)</b>	<b>1.227.710</b>	<b>30.365</b>	<b>(30.365)</b>	<b>-</b>	<b>21.410.589</b>	<b>(32.622)</b>	<b>21.377.967</b>

2018												
	Stage 1		Stage 2			Stage 3			TOTAL			
	Exposição bruta	Imparidade	Exposição Líquida	Exposição bruta	Imparidade	Exposição Líquida	Exposição bruta	Imparidade	Exposição Líquida	Exposição bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Crédito concedido												
Empresas	6.257.825	(1.720)	6.256.105	5.495	(60)	5.435	-	-	-	6.263.320	(1.780)	6.261.540
Particulares	32.883.255	(2.848)	32.880.407	120.744	-	120.744	27.762	(27.723)	39	33.031.761	(30.571)	33.001.190
Garantias e avales prestados												
Empresas	44.350	-	44.350	-	-	-	-	-	-	44.350	-	44.350
Particulares	191.302	-	191.302	-	-	-	-	-	-	191.302	-	191.302
<b>Total</b>	<b>39.376.732</b>	<b>(4.568)</b>	<b>39.372.164</b>	<b>126.239</b>	<b>(60)</b>	<b>126.179</b>	<b>27.762</b>	<b>(27.723)</b>	<b>39</b>	<b>39.530.733</b>	<b>(32.351)</b>	<b>39.498.382</b>

## ▲ NOTA 22

### ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO – EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS – BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Empréstimos e adiantamentos - Bancos Centrais		
Aplicações a muito curto prazo	8.785.469	1.161.691
	<b>8.785.469</b>	<b>1.161.691</b>

Os prazos residuais dos Empréstimos e adiantamentos – Bancos Centrais apresentavam a seguinte estrutura:

	2019	2018
Até 3 meses	8.785.469	1.161.691
	<b>8.785.469</b>	<b>1.161.691</b>

## ▲ NOTA 23

### ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO – EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS – INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito no país		
Depósitos	700.000	700.000
Empréstimos	39.268	68.921
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	4.132.568	2.133.830
	<b>4.871.836</b>	<b>2.902.751</b>

Os prazos residuais dos Empréstimos e adiantamentos – Instituições de Crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2019	2018
Até 3 meses	3.782.585	994.391
De 3 meses a 1 ano	1.068.234	1.839.825
De 1 a 5 anos	21.017	68.535
	<b>4.871.836</b>	<b>2.902.751</b>

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existe imparidade alocada a Empréstimos e adiantamentos – Instituições de crédito, uma vez que estes empréstimos são resgatáveis a qualquer momento, e o Grupo, de acordo com as suas políticas de gestão de risco de crédito, controla e avalia diariamente a qualidade creditícia das respetivas contrapartes (instituições de crédito).

## NOTA 24 DERIVADOS – CONTABILIDADE DE COBERTURA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

2019							
Produto derivado	Ativo/passivo financeiro associado	Instrumento de cobertura			Instrumento coberto <sup>(2)</sup>		
		Nocional	Justo valor <sup>(1)</sup>	Varição de justo valor no ano	Componente coberto (risco de taxa de juro)	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço
Interest Rate Swap	Instrumentos de dívida	316.000.000	(37.626.227)	(19.429.127)	(34.501.726)	(22.985.475)	358.473.066
Futuros	Instrumentos de dívida	503.344.603	-	(2.573.972)	(3.811.911)	13.599.823	506.067.142
		<b>819.344.603</b>	<b>(37.626.227)</b>	<b>(22.003.099)</b>	<b>(38.313.637)</b>	<b>(9.385.652)</b>	<b>864.540.208</b>

2018							
Produto derivado	Ativo/passivo financeiro associado	Instrumento de cobertura			Instrumento coberto		
		Nocional	Justo valor <sup>(1)</sup>	Varição de justo valor no ano	Componente coberto (risco de taxa de juro)	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço
Interest Rate Swap	Instrumentos de dívida	494.000.000	(18.197.101)	(18.197.101)	(11.516.251)	(15.740.951)	544.523.381
Futuros	Instrumentos de dívida	640.335.641	-	(17.944.223)	(17.411.734)	165.661	754.901.913
		<b>1.134.335.641</b>	<b>(18.197.101)</b>	<b>(36.141.324)</b>	<b>(28.927.985)</b>	<b>(15.575.290)</b>	<b>1.299.425.294</b>

(1) Inclui juro corrido

(2) Elemento coberto - Modelo de negócio HTCS

As variações de justo valor associadas aos ativos acima descritos e os respetivos derivados de cobertura, encontram-se registados em resultados do exercício na rubrica de Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados (nota 7). No que respeita ao justo valor dos futuros, este encontra-se refletido na rubrica de Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 17).

Os prazos residuais do nocionais dos Instrumentos de cobertura podem ser analisados na tabela abaixo:

2019				
Produto derivado	Ativo/passivo financeiro associado	Nocionais		Justo Valor
		De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo
Interest Rate Swap	Instrumentos de dívida	20.000.000	296.000.000	(37.626.227)
Futuros	Instrumentos de dívida	164.833.263	338.511.340	
		<b>184.833.263</b>	<b>634.511.340</b>	<b>(37.626.227)</b>

2018				
Produto derivado	Ativo/passivo financeiro associado	Nocionais		Justo Valor
		De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo
Interest Rate Swap	Instrumentos de dívida	-	494.000.000	(18.197.101)
Futuros	Instrumentos de dívida	99.455.050	540.880.591	-
		<b>99.455.050</b>	<b>1.034.880.591</b>	<b>(18.197.101)</b>

## ▲ NOTA 25 ATIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Imóveis		
Beneficiações em imóveis	4.289.165	4.188.807
De serviço próprio	19.270.528	15.888.882
	<b>23.559.693</b>	<b>20.077.689</b>
Equipamento		
Equipamento informático	5.583.933	5.497.154
Mobiliário e material	1.476.999	1.457.989
Instalações e interiores	2.424.485	2.406.506
Equipamento de segurança	266.597	244.705
Máquinas e ferramentas	276.524	264.415
Outro equipamento	232.055	222.277
Material de transporte	101.419	93.023
	<b>10.362.012</b>	<b>10.186.069</b>
Direito de uso		
Imóveis	2.384.385	-
Veículos	668.704	-
	<b>3.053.089</b>	<b>-</b>
Ativos tangíveis em curso	121.982	100.968
Imparidade	(183.502)	(301.115)
Depreciação acumulada	(15.793.300)	(14.610.700)
	<b>21.119.974</b>	<b>15.452.911</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Direito de uso		Total
				Imóveis	Veículos	
<b>Custo de aquisição</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.961.759	9.681.421	83.293	-	-	29.726.473
Adições	116.362	662.717	17.957	-	-	797.036
Abates	-	(156.830)	-	-	-	(156.830)
Diferenças de conversão cambial	(433)	(1.239)	(281)	-	-	(1.953)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	20.077.688	10.186.069	100.969	-	-	30.364.726
Adições	326.541	134.301	3.623.838	2.384.385	668.704	7.137.769
Transferências	3.559.070	45.946	(3.605.016)	-	-	-
Abates	(113.536)	(6.812)	-	-	-	(120.348)
Saídas	(295.344)	(15.316)	-	-	-	(310.660)
Diferenças de conversão cambial	5.276	17.823	2.190	-	-	25.289
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.559.695	10.362.011	121.981	2.384.385	668.704	37.096.776
<b>Depreciações</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.381.372	8.968.433	-	-	-	14.349.805
Abates do exercício	-	(156.830)	-	-	-	(156.830)
Amortizações do exercício	443.241	279.885	-	-	-	723.126
Diferenças de conversão cambial	(3.916)	(370)	-	-	-	(4.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.820.697	9.091.118	-	-	-	14.911.815
Abates do exercício	(198.530)	(2.157)	-	-	-	(200.687)
Saídas	(64.995)	(15.316)	-	-	-	(80.311)
Amortizações do exercício	458.393	231.459	-	478.014	171.439	1.339.305
Diferenças de conversão cambial	1.498	5.182	-	-	-	6.680
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.017.063	9.310.286	-	478.014	171.439	15.976.802
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>14.256.991</b>	<b>1.094.951</b>	<b>100.969</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.452.911</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>17.542.632</b>	<b>1.051.725</b>	<b>121.981</b>	<b>1.906.371</b>	<b>497.265</b>	<b>21.119.974</b>

## NOTA 26 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	12.156.319	11.678.022
Outros	587.197	587.197
	12.743.516	12.265.219
<b>Ativos intangíveis em curso</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	2.121.878	738.609
	2.121.878	738.609
	14.865.394	13.003.828
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(11.927.782)</b>	<b>(10.889.747)</b>
	<b>2.937.612</b>	<b>2.114.081</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Outros	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.814.250	587.197	244.659	11.646.106
Adições	645.612	-	712.399	1.358.011
Transferências	218.319	-	(218.319)	-
Diferenças de conversão cambial	(159)	-	(130)	(289)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.678.022	587.197	738.609	13.003.828
Adições	341.194	-	1.518.423	1.859.617
Transferências	135.154	-	(135.154)	-
Diferenças de conversão cambial	1.949	-	-	1.949
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.156.319	587.197	2.121.878	14.865.394
<b>Amortizações</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.064.033	587.197	-	9.651.230
Amortizações do exercício	1.238.741	-	-	1.238.741
Diferenças de conversão cambial	(224)	-	-	(224)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.302.550	587.197	-	10.889.747
Amortizações do exercício	1.036.086	-	-	1.036.086
Diferenças de conversão cambial	1.949	-	-	1.949
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.340.585	587.197	-	11.927.782
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.375.472</b>	<b>-</b>	<b>738.609</b>	<b>2.114.081</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>815.734</b>	<b>-</b>	<b>2.121.878</b>	<b>2.937.612</b>

## NOTA 27

### ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Estimativa de imposto do exercício	(12.581.925)	(8.145.259)
Pagamentos por conta	114.433	11.687.104
Retenções na fonte	676.095	877.145
Correção de impostos relativos a exercícios anteriores	3.338.056	3.338.056
Estimativa de imposto sobre os resultados transitados	-	9.952.213
<b>Ativos / (Passivos) por impostos correntes</b>	<b>(8.453.341)</b>	<b>17.709.259</b>

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de Estimativa de imposto do exercício inclui 1.225.000 euros relativa à contribuição do setor bancário (31 de dezembro de 2018: 1.200.000 euros).



## ▲ NOTA 28 OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Devedores e outras aplicações		
Aplicações - Contas caução	54.582.651	43.274.132
Sector público administrativo	94.189	50.136
Devedores diversos	682.726	556.668
Crédito e Juros Vencidos - Devedores e outras aplicações	143.745	144.080
Outros ativos	133.899	133.899
	<b>55.637.210</b>	<b>44.158.915</b>
Perdas por imparidade para outros ativos	(59.783)	(53.549)
	<b>55.577.427</b>	<b>44.105.366</b>
Despesas com custo diferido	780.106	915.294
Rendimentos a receber	1.254.506	841.948
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	815.374	2.373.391
	<b>58.427.413</b>	<b>48.235.999</b>

A rubrica Aplicações – Conta caução é referente a colaterais mantidos junto de contrapartes para negociação em instrumentos derivados.

A rubrica Outros respeita essencialmente a operações que estavam por liquidar à data de 31 de dezembro.

A 31 de dezembro de 2019 a rubrica Despesas com custo diferido inclui um montante de 159.354 euros (31 de dezembro de 2018: 377.131 euros) relativo ao reconhecimento do diferencial da taxa de juro dos créditos concedidos a colaboradores para habitação, pessoal e aquisição de valores mobiliários e a taxa de juro de mercado.

Os movimentos ocorridos em Perdas por imparidade para outros ativos são apresentados como se segue:

	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>53.549</b>	<b>55.265</b>
Dotações	56.758	25.849
Reversões	(50.524)	(27.293)
IFRS 9	-	(272)
<b>Saldo final</b>	<b>59.783</b>	<b>53.549</b>

## ▲ NOTA 29 PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
No país		
Depósitos	29.815.238	133.043.092
	<b>29.815.238</b>	<b>133.043.092</b>
No estrangeiro		
Depósitos	1.529.416	9.597.593
Empréstimos	460.415.609	411.693.199
	<b>461.945.025</b>	<b>421.290.792</b>
	<b>491.760.263</b>	<b>554.333.884</b>

As rubricas de Depósitos são constituídas essencialmente por depósitos efetuados por instituições de crédito junto do Grupo. Os montantes referentes a Empréstimos dizem respeito a empréstimos obtidos, com colateral de títulos, contratados junto de instituições internacionais.

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ascendeu a 0,4% (31 de dezembro de 2018: 0,6%).

O prazo residual dos Recursos de outras instituições de crédito pode ser analisado como se segue:

	2019	2018
Até 3 meses	485.110.263	499.155.986
De 3 meses a 1 ano	5.500.000	55.177.898
De 1 a 5 anos	1.150.000	-
	<b>491.760.263</b>	<b>554.333.884</b>

### ▲ NOTA 30

#### PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO – RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Depósitos à ordem	803.363.045	626.908.585
Depósitos a prazo	460.186.447	661.937.827
Outros	26.026.980	23.364.459
	<b>1.289.576.472</b>	<b>1.312.210.871</b>

A rubrica Outros respeita essencialmente aos saldos disponíveis bem como aos saldos utilizados em margem, necessários para a manutenção de posições de derivados dos clientes nas plataformas externas de negociação.

Os prazos residuais dos Recursos de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2019	2018
Até 3 meses	1.060.217.464	1.110.441.752
De 3 meses a 1 ano	199.259.405	188.750.443
De 1 a 5 anos	30.042.103	13.018.676
Mais de 5 anos	57.500	-
	<b>1.289.576.472</b>	<b>1.312.210.871</b>

### ▲ NOTA 31

#### PROVISÕES OU REVERSÃO DE PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Outras provisões
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>4.740.788</b>
Dotações	50.000
Reversões	(1.452.500)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.338.288</b>
Dotações	-
Reversões	(1.730.876)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.607.412</b>

A rubrica Outras provisões inclui provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, processos judiciais e outras perdas decorrentes da atividade do Grupo.

As reversões ocorridas em 2018 e 2019 respeitam essencialmente a outras perdas decorrentes da atividade do Grupo.

## NOTA 32

### CAPITAL SOCIAL REEMBOLSÁVEL À VISTA

As Assembleias Gerais do BiG realizadas em 08 de maio de 2014 e em 21 de abril de 2016, autorizaram o Conselho de Administração a deliberar um aumento de capital através da emissão de ações preferenciais remíveis destinadas a trabalhadores e titulares do órgão de administração do Banco. Na sequência das referidas deliberações, o Conselho de Administração do Banco procedeu, em julho de 2016, a um aumento de capital por emissão de 12.000.000 (doze milhões) de ações preferenciais remíveis sem direito de voto.

As ações preferenciais remíveis sem direito de voto têm características que conferem a este instrumento uma natureza híbrida, por partilharem características marcantes de instrumentos de dívida. É por essa razão que, segundo as Normas Internacionais de Contabilidade, são classificadas como passivo financeiro, na rubrica Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo, e os respetivos rendimentos pagos contabilizados como juro.

As ações preferenciais remíveis emitidas pelo BiG estão, de acordo com a deliberação para a sua emissão e da atual redação dos Estatutos do BiG, sujeitas a remição no prazo de 38 meses a contar da data da sua emissão, ou seja, as ações são emitidas por prazo certo e quer o emitente quer o seu titular têm um direito incondicional à remição, com reembolso da participação de capital realizada e ao prémio de remição, de acordo com a seguinte fórmula:

Prémio de remição por ação:  $\text{Max} [0; 1,5 \times (\text{VCPAn} - \text{VCPAi}) / \text{VCPAi}] \times \text{VN}$

VN – Valor Nominal

VCPAi – Valor contabilístico por ação no momento i (último balanço anual anterior à data de emissão)

VCPAn – Valor contabilístico por ação no momento n (último balanço anual anterior à data de remição)

1,5 – Múltiplo de valor contabilístico

Para efeitos do cálculo do valor contabilístico por ação considerar-se-á o número total de ações ordinárias.

Prazo / Data remição: 38 meses

Em dezembro de 2017, realizaram-se dois aumentos de capital, deliberados pelo Conselho de Administração do Banco em 15 de novembro de 2017 e 14 de dezembro de 2017, com a emissão de 15.947.388 novas ações ordinárias que se repercutiram, por si só, numa direta diminuição do valor contabilístico por ação. Antes destes aumentos de capital o valor contabilístico por ação era € 2,1384 e passou para € 2,0328, pelo que se deverá realizar um ajustamento à fórmula de cálculo do prémio de remição das ações preferenciais remíveis por forma a assegurar a neutralidade destes eventos.

A necessidade de ajustamento do cálculo do prémio de remição foi consagrada no relatório justificativo sobre a proposta de supressão do direito de preferência no aumento de capital com emissão de ações preferenciais remíveis, aprovada pelos Acionistas do BiG na Assembleia Geral de 21 de abril de 2016, nos seguintes termos: Em caso de ocorrência de evento societário excecional que tenha impacto no valor contabilístico das ações, o prémio de remição poderá ser ajustado de maneira a que o titular não seja afetado positivamente ou negativamente pelo referido evento, nos termos constantes do Regulamento de Atribuição de Ações Preferenciais Remíveis em vigor no Banco.

Nessa medida, a ficha técnica do aumento de capital aprovada pelo Conselho de Administração do Banco em 15 de maio de 2016 prevê também a aplicação desse mecanismo de ajuste para garantir a integralidade do prémio de remição previsto perante eventos societários excecionais, praticados pelo BiG, que possam prejudicar artificialmente o prémio de remição previsto.

Da mesma forma, o Regulamento de subscrição de ações preferenciais remíveis e de opções de subscrição ou aquisição de ações para colaboradores, trabalhadores, empregados e titulares de órgãos sociais do Banco de Investimento Global, S.A., de maio de 2016, aprovado pelo BiG e aceite pelos subscritores das ações preferenciais remíveis estabelece que: Caso o Banco de Investimento Global, S.A. pratique qualquer ato que possa afetar os direitos dos titulares das Ações Preferenciais Remíveis, designadamente no que se refere ao cálculo do prémio de remição, o Grupo assegurará os necessários ajustamentos para que os referidos direitos dos titulares das Ações Preferenciais Remíveis sejam idênticos aos que existiriam caso o ato não fosse realizado.

Consequentemente, para compensar o impacto dos aumentos de capital realizados em dezembro de 2017, o valor contabilístico por ação apurado com base no último balanço anual anterior à Data de Remição deverá ser multiplicado pelo fator de correção 1,051937907 (correspondente ao resultado de € 2,1384 / € 2,0328), conforme fórmula:

$$PR = \text{MAX} [0; 1,5 \times (VCPA_n \times F - VCPA_j) / VCPA_j] \times VN$$

Em que:

PR – Prémio de remição

VN – Valor Nominal

VCPAi – Valor contabilístico por ação apurado com base no último balanço anual anterior à Data de Emissão

VCPAn – Valor contabilístico por ação apurado com base no último balanço anual anterior à Data de Remição

F – Fator de correção de eventos societários, correspondente a 1,051937907

1,5 – Múltiplo de valor contabilístico

Para efeitos do cálculo do valor contabilístico por ação considerar-se-á o número total de ações ordinárias.

A política contabilística inerente ao registo deste tipo de instrumento encontra-se descrita na nota 2.5. Passivos financeiros.

Em 2018, de acordo com a fórmula de cálculo do prémio de remição o valor registado em balanço foi de 3.441.508 relativo à especialização do referido prémio (em 2017: 3.805.716).

Do total de 12.000.000 de ações preferenciais remíveis emitidas, 8.000.000 foram subscritas pelos membros do Conselho de Administração e 4.000.000 pelos colaboradores relevantes.

	2019	2018
Instrumentos representativos de capital	-	16.341.508

A redução da rubrica de Instrumentos representativos de capital em 2019 decorre da remição das ações preferenciais remíveis em 16 de setembro de 2019, realizada de acordo com os termos previstos na deliberação da emissão destas ações.

### NOTA 33 PASSIVOS CONTINGENTES – FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Grupo, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2019 a contribuição periódica efetuada ascendeu a 528.136 euros (31 de dezembro de 2018: 319.903 euros), tendo por base uma taxa contributiva de 0,057% calculada em conformidade com a Instrução 32/2018 do Banco de Portugal.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (Novo Banco), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 377 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 700 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.823 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Em dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif) ao Banco Santander Totta, S.A. (Santander Totta), por 150 milhões de Euros, também no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros, que visou cobrir contingências futuras, financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de Euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português.

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao BES (processo que deu origem à criação do Novo Banco) e em 2015 ao Banif criaram incertezas relacionadas com o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução, que é significativo, bem como com o risco de uma

eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

Foi neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução, por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o setor bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução assumiu que está assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário.

Também no dia 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção, pelo novo acionista, de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. O Fundo Lone Star passou a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%. Adicionalmente, as condições aprovadas incluem um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições cumulativas, relacionadas com: (i) o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e (ii) a evolução dos níveis de capitalização do banco, nomeadamente a prevista emissão em mercado de 400 milhões de Euros de instrumentos de capital Tier 2. As eventuais injeções de capital a realizar nos termos deste mecanismo contingente estão sujeitas a um limite máximo absoluto de 3.890 milhões de Euros durante um período de 8 anos.

Atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual o Banco não se inclui, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças que referem que essa possibilidade não será utilizada, não obstante esta possibilidade estar prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, as presentes demonstrações financeiras não refletem qualquer eventual exigência futura ao Banco de contribuições especiais ou quaisquer contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif, bem como o mecanismo de capitalização contingente referido no parágrafo precedente.

Atendendo à relevância e materialidade do tema, o BiG tem acompanhado de forma próxima todos os eventos que implicaram alterações no âmbito de atuação do Fundo de Resolução, tendo reconhecido, logo em 2014, na rubrica de provisões para riscos bancários gerais, uma provisão para fazer face às contingências decorrentes desse evento, com base numa interpretação prudente do Banco relativamente ao parágrafo 14 da IAS 37.

Neste contexto de incerteza, e apesar do enquadramento apresentado, de forma a ir de encontro às orientações transmitidas pelo Banco de Portugal nesta matéria, o BiG procedeu em 2017 à reversão do montante remanescente de 3.500.000 euros da provisão relativa ao Fundo de Resolução constante na rubrica de provisões para riscos bancários gerais; a referida provisão foi constituída em 2014, apresentando um saldo de 8.000.000 euros no fecho desse exercício; o saldo dessa provisão foi reforçado em 2015 para 9.000.000 euros, e parcialmente revertido em 2016 para o montante de 3.500.000 euros.

## ▲ **NOTA 34** **IMPOSTOS**

O Banco e as suas subsidiárias determinaram o montante do seu imposto corrente sobre os rendimentos para os exercícios de 2019 e 2018 tendo por base uma taxa nominal de imposto de 21%, acrescida de uma taxa de 1,5% referente a Derrama Municipal. Para o ano de 2019 e 2018, adicionalmente, é aplicada uma taxa adicional de 3% relativa à Derrama Estadual no rendimento tributável superior a 1,5 milhões de euros até 7,5 milhões de euros, uma taxa de 5% relativa à Derrama Estadual no rendimento tributável entre 7,5 milhões de euros e 35 milhões de euros, e uma taxa de 9% relativa à Derrama Estadual no rendimento tributável superior a 35 milhões.

O Grupo determinou o montante dos seus impostos diferidos para os exercícios de 2019 e 2018 tendo por base uma taxa de imposto de 31,5%. A decomposição desta taxa reflete uma taxa nominal de 21%, acrescida de uma taxa de 1,5% referente à Derrama Municipal, e uma taxa de 9% correspondente à Derrama Estadual.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco e das suas subsidiárias durante um período de 4 anos, exceto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Desta forma, podem ser efetuadas correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2019 e 2018 podem ser analisados como se segue:

	2019	2018
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	548.624	15.275.805
Outros	79.179	(404.398)
<b>Imposto diferido ativo / (passivo) líquido</b>	<b>627.803</b>	<b>14.871.407</b>
<b>Movimento do imposto no ano</b>	<b>(14.243.604)</b>	<b>(13.846.386)</b>

O imposto sobre o rendimento reportado em resultados e reservas, explica-se como se segue:

	2019	2018
Reconhecido em reservas		
Imposto corrente		
Do exercício	(164.922)	9.952.213
	<b>(164.922)</b>	<b>9.952.213</b>
Imposto diferido		
Do exercício	(14.801.924)	(13.346.533)
De exercícios anteriores	-	26.585
	<b>(14.966.846)</b>	<b>(3.367.735)</b>
Reconhecido em resultados		
Imposto corrente		
Do exercício	(11.827.133)	(7.250.240)
De exercícios anteriores	216.601	3.419.858
	<b>(11.610.532)</b>	<b>(3.830.382)</b>
Imposto diferido		
	(3.340.919)	(526.438)
	<b>(14.951.451)</b>	<b>(4.356.820)</b>
	<b>(29.918.297)</b>	<b>(7.724.555)</b>

A reconciliação da taxa de imposto para os exercícios de 2019 e 2018 pode ser analisada como se segue:

	2019		2018	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos		57.502.874		27.502.424
Resultado apurado com base na taxa de imposto	31,78%	18.272.998	27,50%	7.563.166
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	6,85%	3.937.363	1,74%	479.480
Benefícios fiscais	-0,06%	(35.392)	-0,31%	(85.745)
Prejuízo fiscal	-6,54%	(3.763.183)	-0,06%	(17.073)
Tributação autónoma e dupla tributação internacional	0,00%	-	0,04%	9.861
Contribuição sobre o setor bancário	0,57%	328.665	1,20%	330.000
Outros	-6,59%	(3.789.000)	-14,26%	(3.922.869)
	<b>26,00%</b>	<b>14.951.451</b>	<b>15,85%</b>	<b>4.356.820</b>

## NOTA 35 OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Credores e outros recursos		
Recursos diversos	-	4.402.000
Setor público administrativo	1.228.825	1.225.736
Passivos de locação	2.447.641	-
Outros credores	5.972.714	163.196
	<b>7.201.539</b>	<b>5.790.932</b>
Custos a pagar		
Encargos com o pessoal	6.152.959	7.452.887
Outros encargos a pagar	2.920.233	1.985.156
	<b>9.073.192</b>	<b>9.438.043</b>
Receitas com rendimento diferido	32.978	38.141
Interesses minoritários	-	5.089.388
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	23.767.630	5.880.606
	<b>23.767.630</b>	<b>5.880.606</b>
	<b>40.075.339</b>	<b>26.237.110</b>

A rubrica Outras operações a regularizar respeita essencialmente a operações que estavam por liquidar à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Os passivos de locação são referentes ao valor referente aos pagamentos futuros atualizados das operações de locação do Banco, nomeadamente respeitantes a imóveis e viaturas.

## NOTA 36 CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, AÇÕES PRÓPRIAS E RESERVAS

### Capital

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital do Banco encontra-se representado por 171 947 388 ações ordinárias, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a estrutura acionista do Banco é a seguinte:

	2019	2018
	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Ações Ordinárias</b>
António da Silva Rodrigues	12,18%	12,18%
Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues	11,31%	11,31%
Adger – SGPS, S.A.	10,43%	10,43%
WWC World Wide Capital - SPGS, S.A.	9,30%	9,30%
Nicholas Leo Racich	5,67%	5,67%
JRI – SGPS, S.A.	4,81%	4,81%
Bâloise Vie Luxembourg S.A.	4,60%	4,66%
Oceangest - Gestão e Empreendimentos Imobiliários, S.A.	4,34%	4,34%
LNKM Hospitality Capital - Fundo Capital de Risco	2,14%	2,14%
Outros	35,22%	35,16%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Em 2018 o Banco detinha 12.000.000 (doze milhões) de ações preferenciais remíveis sem direito de voto emitidas, que tinham natureza de Passivo (nota 32). Desta forma, ainda que para efeitos estritamente estatutários se considerasse que o capital social do Banco era de 183.947.388 euros, atendendo ao tratamento contabilístico e características das ações preferenciais remíveis sem direito de voto, a rubrica Capital Social era representada por 171.947.388 ações ordinárias com o valor nominal de 1 euro cada.

Em 16 de setembro de 2019 foi realizada a remição das ações preferenciais remíveis, de acordo com os termos previstos na deliberação da emissão destas ações.

#### Prêmios de emissão

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os prêmios de emissão no montante de 1.362.281 euros referem-se aos prêmios pagos pelos acionistas nos aumentos de capital realizados.

#### Ações próprias

Durante os anos de 2019 e 2018, não existiram movimentos na rubrica de ações próprias.

#### Outro rendimento integral acumulado

A rubrica Outro rendimento integral acumulado representa as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral deduzidas da imparidade reconhecida em resultados. O valor desta rubrica é apresentado líquido de impostos diferidos e impostos correntes.

A rubrica Outro rendimento integral acumulado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é analisada da seguinte forma:

	2019	2018
Custo dos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.545.575.633	1.619.048.725
Valor de mercado dos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.541.888.204	1.570.404.852
Reserva de justo valor de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	5.058.682	(27.753.840)
Reserva de justo valor associada à macro cobertura de risco de taxa de juro	(8.746.150)	(21.978.636)
Imparidade de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	426.056	1.088.603
Diferenças cambiais	-	(843.268)
Impostos diferidos	1.027.681	15.275.805
Impostos correntes	(62.387)	176.019
Outros	-	19.629
	<b>(2.296.118)</b>	<b>(34.015.688)</b>

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às ações e outros.

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos, para os exercícios de 2019 e 2018 é analisado da seguinte forma:

	2018	Variações de justo valor	Ajustamento de cobertura de justo valor	Alienações	Impostos	2019
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
Instrumentos de dívida	(34.015.688)	32.881.840	58.006.761	(44.774.274)	(14.394.757)	(2.296.118)
	<b>(34.015.688)</b>	<b>32.881.840</b>	<b>58.006.761</b>	<b>(44.774.274)</b>	<b>(14.394.757)</b>	<b>(2.296.118)</b>

	2017	Variações de justo valor	Ajustamento de cobertura de justo valor	Alienações	Impostos	2018
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
Instrumentos de dívida	(63.787.680)	50.824.255	(11.325.665)	3.712.186	(13.438.784)	(34.015.688)
Instrumentos de capital	(39.808)	39.808	-	-	-	-
	<b>(63.827.488)</b>	<b>50.864.063</b>	<b>(11.325.665)</b>	<b>3.712.186</b>	<b>(13.438.784)</b>	<b>(34.015.688)</b>



**Reserva legal**

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/91, de 31 de dezembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 25 de setembro, as Sociedades do Grupo devem destinar uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

**Dividendos antecipados**

O Conselho de Administração procedeu a um pagamento de dividendos parcial e antecipado, no valor de 0,09 euros por ação, em novembro de 2019, no montante de 15.475.031 euros, tendo por base os resultados certificados do período de 1 de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2019.

## ▲ NOTA 37

### CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	1.336.064.761	1.368.917.425
Garantias e avales	223.150	235.652
	<b>1.336.287.911</b>	<b>1.369.153.077</b>
Garantias recebidas		
Garantias pessoais		
Garantias e avales	3.749.606	3.803.736
Outras	11.705	11.705
Garantias reais		
Títulos	81.958.595	86.595.549
Créditos	8.354.905	6.294.019
Valores imobiliários	8.061.487	7.904.824
	<b>102.136.298</b>	<b>104.609.833</b>
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores	674.614	674.614
Contratos a prazo de depósitos	25.000.000	-
Compromissos revogáveis		
Facilidades de descoberto em conta	69.588.799	59.880.973
	<b>95.263.413</b>	<b>60.555.587</b>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	1.795.139.495	1.492.776.117
Por valores administrados pela instituição	428.400.458	308.024.594
Por cobrança de valores	849.753	535.527
	<b>2.224.389.706</b>	<b>1.801.336.238</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica Ativos dados em garantia inclui:

- ▲ títulos dados em garantia ao Sistema de indemnização ao investidor no montante de 731.759 euros (31 de dezembro de 2018: 667.926 euros);
- ▲ títulos dados em garantia ao Sistema europeu de bancos centrais no montante de 414.457.771 euros (31 de dezembro de 2018: 343.917.331 euros). Os ativos dados em garantia correspondem a uma pool de títulos, os quais à data de 31 de dezembro de 2019 não estavam a ser usados como colateral em operações de liquidez;
- ▲ outros títulos dados em garantia 920.875.231 euros (31 de dezembro de 2018: 1.024.332.168 euros). Os ativos dados em garantia correspondem a uma pool de títulos, dos quais uma parte significativa não estava a ser usada como colateral em operações de liquidez.

## NOTA 38 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Política de transações com partes relacionadas do Grupo estabelece as regras a observar e procedimentos a seguir, sempre que ocorram transações com partes relacionadas. Nos termos previstos no IAS 24, e tendo por base a referida política, são consideradas partes relacionadas do Grupo, designadamente:

- (i) os acionistas cuja participação ultrapasse, diretamente ou indiretamente, nos termos dos artigos 13º-A e 13º-B do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), 10% do capital social ou dos direitos de voto do Banco. (A estrutura acionista do Grupo pode ser consultada na nota 36);
- (ii) os membros dos órgãos de administração e fiscalização do Grupo;
- (iii) o cônjuge, unido de facto, parente ou afim em 1.º grau das pessoas referidas na alínea (ii) anterior;
- (iv) quadros dirigentes responsáveis pela gestão de sociedades do Grupo, que correspondam a pessoas com categoria ou funções, com autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo de atividades do Grupo;
- (v) qualquer fundo ou plano de benefícios, tais como pensões, outros benefícios de reforma, seguro de vida e cuidados médicos, para benefício dos empregados do Grupo;
- (vi) outras entidades em que qualquer Parte relacionada do Grupo seja: (i) sócia; (ii) dirigente, nomeadamente por ser membro dos órgãos de administração ou fiscalização (iii) titular, individual ou conjuntamente, e direta ou indiretamente de, pelo menos, metade do respetivo capital social ou direitos de voto;
- (vii) entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Grupo ou onde este exerça influência significativa, de acordo com a definição constante da Norma Internacional de Contabilidade IAS – 24 Divulgações de Partes Relacionadas.

À data de 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos refletidos nas rubricas de Ativo referentes às partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

2019	Crédito	Outros Ativos
Acionistas detentores de participação superior a 10%	-	1.227
Órgão de Administração		
Membros do Conselho de Administração	956.413	251
Quadros Dirigentes de empresas do Grupo	-	3.934
	<b>956.413</b>	<b>5.412</b>
<b>2018</b>	<b>Crédito</b>	<b>Outros Ativos</b>
Acionistas detentores de participação superior a 10%	-	1.138
Órgão de Administração		
Membros do Conselho de Administração	8.617.817	159.354
Pessoas estreitamente relacionadas	761.006	11.813
Quadros Dirigentes de empresas do Grupo	-	3.859
	<b>9.378.823</b>	<b>176.164</b>

À data de 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos refletidos nas rubricas de Passivo referentes às partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

<b>2019</b>	<b>Recursos de Clientes</b>	<b>Outros Passivos</b>
Acionistas detentores de participação superior a 10%	9.403.479	-
Órgão de Administração		
Membros do Conselho de Administração	7.242.117	780
Pessoas estreitamente relacionadas	522.822	-
Membros do Órgão Fiscalização		
Membros do Conselho Fiscal	233.217	-
Pessoas estreitamente relacionadas	167.655	-
Quadros Dirigentes de empresas do Grupo	127.909	-
	<b>17.697.199</b>	<b>780</b>
<b>2018</b>	<b>Recursos de Clientes</b>	<b>Outros Passivos</b>
Acionistas detentores de participação superior a 10%	6.796.323	-
Órgão de Administração		
Membros do Conselho de Administração	3.949.217	40
Pessoas estreitamente relacionadas	369.979	-
Membros do Órgão Fiscalização		
Membros do Conselho Fiscal	249.331	-
Pessoas estreitamente relacionadas	274.985	-
Fundo de Pensões	-	-
Quadros Dirigentes de empresas do Grupo	53.856	-
	<b>11.693.691</b>	<b>40</b>

## NOTA 39

### JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o justo valor dos ativos e passivos financeiros é apresentado da seguinte forma:

	Custo amortizado	Cotação de mercado (nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros / preços observáveis no mercado (nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)	Total de valor de balanço	Justo valor
<b>31 de dezembro de 2019</b>						
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem						
Dinheiro em caixa e Saldos de caixa em bancos centrais	99.160.498	-	-	-	99.160.498	99.160.498
Outros depósitos à ordem	74.194.798	-	-	-	74.194.798	74.194.798
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	14.522.358	121.312	-	14.643.670	14.643.670
De outros emissores	-	2.775.098	30.184.015	-	32.959.113	32.959.113
Ações	-	-	-	1.930.809	1.930.809	1.930.809
Derivados						
Operações a prazo	-	11.166	2.019	-	13.185	13.185
Créditos e outros valores a receber	-	-	-	727.288	727.288	727.288
Outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	170.404	170.404	170.404
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	662.088.302	21.642.801	-	683.731.103	683.731.103
De outros emissores	-	327.017.971	531.085.716	-	858.103.687	858.103.687
Ações	-	22.936	-	30.478	53.414	53.414
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Títulos de dívida	384.839.548	-	-	-	384.839.548	353.930.656
Empréstimos e adiantamentos - Clientes	21.116.693	-	-	-	21.116.693	21.116.693
Empréstimos e adiantamentos - Bancos Centrais	8.785.469	-	-	-	8.785.469	8.785.469
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito	4.871.836	-	-	-	4.871.836	4.871.836
<b>Ativos financeiros</b>	<b>592.968.842</b>	<b>1.006.437.831</b>	<b>583.035.863</b>	<b>2.858.979</b>	<b>2.185.301.515</b>	<b>2.154.392.623</b>
Passivos financeiros detidos para negociação						
Derivados						
Contratos sobre ações/índices	-	-	33.097	19.614	52.711	52.711
Operações a prazo	-	-	7.221	-	7.221	7.221
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Recursos de outras instituições de crédito	491.760.263	-	-	-	491.760.263	491.760.263
Recursos de clientes	1.289.576.472	-	-	-	1.289.576.472	1.289.576.472
<b>Passivos financeiros</b>	<b>1.781.336.735</b>	<b>-</b>	<b>40.318</b>	<b>19.614</b>	<b>1.781.396.667</b>	<b>1.781.396.667</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>						
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem						
Dinheiro em caixa e Saldos de caixa em bancos centrais	71.318.698	-	-	-	71.318.698	71.318.698
Outros depósitos à ordem	85.451.838	-	-	-	85.451.838	85.451.838
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	15.985.198	-	-	15.985.198	15.985.198
De outros emissores	-	45.924.638	7.619.589	-	53.544.227	53.544.227
Ações	-	441.162	-	1.818.278	2.259.440	2.259.440
Unidades de participação emissores estrangeiros	-	621.666	-	-	621.666	621.666
Derivados						
Contratos sobre ações/índices	-	-	297.520	35.350	332.870	332.870
Operações a prazo	-	-	49.994	-	49.994	49.994
Outros	-	-	1.633	-	1.633	1.633
Créditos e outros valores a receber	-	-	-	381.008	381.008	381.008
Outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	69.975	69.975	69.975
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	700.758.424	61.491.868	-	762.250.292	762.250.292
De outros emissores	-	424.690.311	383.433.771	-	808.124.082	808.124.082
Ações	-	-	-	30.478	30.478	30.478
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Títulos de dívida	336.293.487	-	-	-	336.293.487	285.741.932
Empréstimos e adiantamentos - Clientes	38.826.818	-	-	-	38.826.818	38.826.818
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito	2.901.612	-	-	-	4.064.442	4.064.442
<b>Ativos financeiros</b>	<b>534.792.453</b>	<b>1.188.421.399</b>	<b>452.894.375</b>	<b>2.335.089</b>	<b>2.179.606.146</b>	<b>2.129.054.591</b>
Passivos financeiros detidos para negociação						
Derivados						
Contratos sobre ações/índices	-	-	132.965	-	132.965	132.965
Operações a prazo	-	-	48.857	-	48.857	48.857
Outras	-	-	1.622	-	1.622	1.622
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Recursos de outras instituições de crédito	554.333.884	-	-	-	554.333.884	554.333.884
Recursos de clientes	1.312.210.871	-	-	-	1.312.210.871	1.312.210.871
Capital social reembolsável à vista	-	-	-	16.341.508	16.341.508	16.341.508
<b>Passivos financeiros</b>	<b>1.866.544.755</b>	<b>-</b>	<b>183.444</b>	<b>16.341.508</b>	<b>1.883.069.707</b>	<b>1.883.069.707</b>

<sup>a)</sup> Os preços mencionados podem não refletir condições normais de mercado como mencionado na nota 21, são valores sem suporte de transações efetivas no mercado, em virtude de este se encontrar inativo.

Os Ativos e Passivos financeiros ao justo valor do Grupo, são valorizados, nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13, de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Instrumentos financeiros registados ao justo valor tendo por base as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos.

Nível 2 – Instrumentos financeiros registados ao justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e cotações de índices. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Nível 3 – São classificados neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados com base em modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades, mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado:

*Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito*  
Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

#### *Crédito a clientes*

Considerando que a carteira do Grupo é composta essencialmente por créditos de curto prazo e créditos recentemente originados, considera-se o valor de balanço como uma estimativa razoável de justo valor do crédito a clientes.

#### *Recursos de outras instituições de crédito*

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

#### *Recursos de clientes*

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

#### *Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos de dívida*

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros-títulos de dívida registados ao custo amortizado, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

As curvas das taxas de juro das principais moedas, para os anos 2019 e 2018, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2019		2018	
	EUR	USD	EUR	USD
<i>Overnight</i>	-0,625	1,560	-0,430	2,400
1 mês	-0,438	1,763	-0,363	2,503
3 meses	-0,383	1,908	-0,309	2,808
6 meses	-0,324	1,912	-0,237	2,876
1 ano	-0,249	1,996	-0,117	3,005
3 anos	-0,238	1,689	-0,077	2,590
5 anos	-0,129	1,729	0,198	2,570
7 anos	0,017	1,797	0,469	2,624
10 anos	0,211	1,895	0,811	2,705
15 anos	0,455	2,010	1,170	2,801
20 anos	0,587	2,066	1,327	2,836
25 anos	0,625	2,085	1,373	2,839
30 anos	0,628	2,093	1,377	2,838

As volatilidades a 90 dias dos instrumentos de taxas de juro, calculadas sobre os preços dos instrumentos de dívida pública para os prazos mais líquidos (futuros de obrigações), nos anos 2019 e 2018, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2019		2018	
	EUR	USD	EUR	USD
3 anos	0.927	2.207	0,857	1,021
5 anos	1.819	3.320	1,757	2,175
7 anos	3.128	4.936	2,638	3,317
10 anos	4.792	5.144	3,749	3,265

A evolução das taxas de câmbio das principais moedas, para os anos 2019 e 2018, e respetivas volatilidades históricas utilizadas na valorização dos derivados cambiais, pode ser analisada como se segue:

	2019	2018	Volatilidades 2019 (em %)		
			3 meses	6 meses	1 ano
EUR/USD	1,123	1,145	4,475	4,642	4,907
EUR/GBP	0,851	0,895	7,777	7,169	7,486
EUR/JPY	121,940	125,850	5,538	5,635	5,838
EUR/CHF	1,085	1,127	3,842	3,848	3,925

A evolução dos principais índices de ações, para os anos 2019 e 2018, e respetivas volatilidades utilizadas na valorização dos derivados sobre ações e índices de ações, pode ser analisada como se segue:

	Cotação			Volatilidade histórica %		Volatilidade implícita %	
	2019	2018	Variação %	1 mês	3 meses	Call	Put
PSI20	5.214,14	4.731,47	10,2	9.667	10.419	12,090	12,090
Eurostoxx	3.745,15	3.001,42	24,8	11.147	11.680	11,910	11,910
DAX	13.249,01	10.588,96	25,1	10.701	12.112	12,880	12,880
S&P	3.230,78	2.506,85	28,9	7.318	9.531	11,610	11,610
Nasdaq 100	8.733,07	6.329,96	38,0	9.270	12.155	14,960	14,960
Dow Jones Ind.	28.538,44	23.327,46	22,3	7.938	9.821	12,050	12,050

## NOTA 40 GESTÃO DE RISCO DE ATIVIDADE

### Enquadramento

O Grupo procura gerir diariamente os riscos inerentes ao negócio bancário, designadamente riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Informação adicional sobre este tema encontra-se disponível no Relatório de Gestão do Conselho de Administração.

Pelo facto destes riscos estarem, por norma, relacionados, o Grupo estruturou um sistema de controlo interno que, mediante procedimentos, políticas e outros instrumentos de controlo, procura gerir todos os riscos de forma abrangente e integrada. Estes procedimentos e políticas são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, a existência de sistemas robustos, a tomada de risco apropriada, o reporte independente e um comportamento responsável, bem como o respeito pela aderência a orientações regulamentares, legais e prudenciais.

Na gestão da sua exposição ao risco, o Grupo guia-se pelos seguintes princípios básicos:

- ▲ Revisão regular das políticas e procedimentos pelo Conselho de Administração;
- ▲ Estabelecimento formal de responsabilidades pela gestão de risco no Grupo;
- ▲ Processo de vigilância independente das unidades de negócio;
- ▲ Políticas e procedimentos destinados a assegurar uma apropriada diversificação das categorias de riscos;
- ▲ Manutenção de um sistema apropriado de reporte interno;
- ▲ Avaliação e medição disciplinada dos riscos, incluindo medidas estatísticas e qualitativas;
- ▲ Formação em identificação de riscos nas diversas unidades de negócio.

**Medição de risco**

O Grupo utiliza uma série de metodologias diferentes para medir e controlar os diferentes tipos de exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informações sobre o risco específico de contraparte ou de país, designadamente:

- ▲ *Value at Risk (VaR)*;
- ▲ Limites por contraparte, família, classe de ativos ou *portfolio*;
- ▲ Limites de concentração;
- ▲ *Basis Point Values*;
- ▲ Medidas não estatísticas, tais como testes de *stress* (testes de esforço hipotéticos e testes de esforço com base em cenários históricos) e análises de sensibilidade a parâmetros de risco de produtos derivados (*greeks*);
- ▲ *Backtesting*.

A gestão do risco é um processo evolutivo e é um dos focos diários da atenção do Conselho de Administração, especialmente porque uma qualquer metodologia isolada é habitualmente insuficiente para proporcionar uma visão completa das exposições. Enquanto política, o Grupo procura quantificar as potenciais perdas associadas com todos os aspetos do negócio, de modo a ter uma estimativa prévia razoável dos potenciais danos em caso de eventos inesperados. Estes podem ter por base dados históricos recentes ou cenários altamente improváveis, mas que ainda assim podem ser estimados com base na assunção de certos pressupostos extremos.

Uma avaliação de risco de mercado envolve uma revisão diária, de todas as medidas acima mencionadas. O risco de crédito geralmente concentra o seu foco em exposições nominais e fracionais, concentrações por mutuário ou grupo, setor ou geografia. A gestão dos riscos de liquidez, taxa de juro e cambial combinam um conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenário. As exposições a derivados são medidas com análises de sensibilidade, gregos. Uma avaliação dos riscos mais subjetivos aos quais o Grupo pode estar exposto, tais como o risco reputacional e o risco de correlação, dependem de análises de cenário de modo a atingir estimativas quantitativas.

**Risco de Mercado**

O Risco de Mercado representa a possível perda no valor dos instrumentos financeiros como resultado de alterações nas condições de mercado.

Em termos de mercados financeiros, os riscos chave a gerir estão relacionados com:

- ▲ Risco de liquidez: resultante da gestão da tesouraria e nas diferenças de maturidade dos ativos e passivos;
- ▲ Risco de taxa de juro: resultantes de mudanças no nível, declive e curvatura da curva de taxas de juro, volatilidade de taxas de juro e duração das margens de crédito;
- ▲ Risco de preço de valores mobiliários e matérias-primas: resultantes de exposições a mudanças nos preços dos ativos subjacentes e volatilidade;
- ▲ Risco de taxa de câmbio: resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, em momento futuro, e volatilidade;
- ▲ Cobertura de risco: resultante da gestão da exposição a mudanças de preços dos ativos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

**VaR**

Ao nível das linhas individuais de produtos e carteiras de clientes, medidas estatísticas tais como o *VaR* são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *backtesting* e *stop loss advisories* para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Grupo calcula o *VaR* diário usando para o cálculo da volatilidade um horizonte temporal de um ano e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Grupo deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exatas sobre o risco de mercado futuro. As mudanças de *VaR* entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente devidas a mudanças nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre valores mobiliários.

O *VaR* para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontra-se apresentado conforme segue:

	2019				2018			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	19.365	19.344	91.684	1.762	5.217	137.727	708.515	212
Risco taxa de juro	186.479	247.146	2.521.885	15.208	173.360	736.505	4.317.670	44.294
Ações	18.983	86.944	305.057	-	-	208.103	807.059	-
Opções	3.393	8.671	29.809	3.393	19.439	73.393	353.064	13.368
Efeito da diversificação	39%	29%			16%	28%		
<b>VaR Total</b>	<b>139.486</b>	<b>258.371</b>	<b>2.492.079</b>	<b>36.515</b>	<b>167.094</b>	<b>835.467</b>	<b>4.256.929</b>	<b>44.410</b>

O *Var* médio das exposições alocadas às várias carteiras de negociação diminuiu em 2019 face aos valores registados em 2018.

### Análise de sensibilidade

No âmbito da análise de sensibilidade aos índices acionistas detidos em carteira, ou dos índices acionistas para os quais tenhamos ações em carteira do respetivo índice, é apresentada de seguida a variação dos preços dos mesmos, relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Cotação			Volatilidade histórica 2019	
	2019	2018	Varição %	1 mês	3 meses
DAX	13 249,01	10 558,96	25,48	10,70	12,12
IBEX 35	9 549,20	8 539,90	11,82	12,15	12,24
FTSE MIB	23 506,37	18 324,03	28,28	12,77	13,25
PSI20	5 214,14	4 731,47	10,20	9,67	10,42
Eurostoxx	3 745,15	3 001,42	24,78	11,15	11,68
S&P	3 230,78	2 506,85	28,88	7,32	9,53
Dow Jones	28 538,44	23 327,46	22,34	7,94	9,82

Com o intuito de analisar o impacto que um choque no preço dos índices acionistas tem nas ações da carteira de negociação procedeu-se a uma análise de sensibilidade dos mesmos. Enquadrada nesta análise aplicou-se um choque de +/- 10% em todos os índices, e para cada ação ponderou-se a amplitude do choque pelo Beta da ação com o respetivo índice de referência.

A análise de sensibilidade resultante de um choque de +/- 10% nos índices acionistas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontra-se apresentada conforme segue:

Impacto resultante de um choque nos índices acionistas	2019		2018	
	+10%	-10%	+10%	-10%
DAX	-	-	3.143	(3.143)
IBEX 35	-	-	(75)	75
FTSE MIB	-	-	349	(349)
PSI20	(3.410)	3.410	10.590	(10.590)
Eurostoxx	3.652	(3.652)	36.815	(36.815)
S&P	-	-	12.733	(12.733)
Dow Jones	(101.506)	101.506	-	-
<b>Total do impacto</b>	<b>(101.264)</b>	<b>101.264</b>	<b>63.555</b>	<b>(63.555)</b>

### Stress Testing

Estes testes são complementares aos limites de *Var* e são uma ferramenta essencial para gerir o risco de mercado. Ao utilizar o *stress testing* económico, o Grupo procura estimar as perdas potenciais associadas a um determinado instrumento ou carteira, em diferentes cenários. Os *stress tests* de proveitos em risco proporcionam ao Conselho de Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, são realizados testes de esforço às carteiras do Grupo em que se assumem diferentes eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular as potenciais perdas. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados ativos ou classes de ativos idênticos e com um elevado nível de correlação.

Atualmente, o Grupo utiliza 16 cenários diferentes para simular as perdas potenciais nos 96 *stress tests* diários realizados às várias posições de *trading* e investimento. Diariamente é ainda estimado o potencial impacto nas carteiras do Grupo quando são admitidos cenários mais adversos no mercado de crédito, *Stress Test Debt*. Estes testes de esforço são apresentados e discutidos no Relatório do Conselho de Administração.



**Risco de Liquidez**

A estratégia do Grupo assume como um dos seus pressupostos uma reduzida exposição ao risco de liquidez. Os princípios base desta estratégia são (i) obter disponibilidade de liquidez em momento anterior à aquisição/constituição de qualquer ativo, (ii) garantir que grande parte do Balanço do Grupo pode ser convertido em liquidez num curto prazo e (iii) assumir uma completa independência face ao mercado interbancário em termos de financiamentos.

A gestão dos recursos imediatos do Grupo é desenvolvida de forma a minimizar o risco de um aumento das atividades de crédito que possam implicar um decréscimo na liquidez, isto é, um ritmo de crescimento no crédito superior ao dos recursos.

As exposições por maturidade dos ativos e passivos do Balanço do Grupo encontram-se assim distribuídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

<b>2019</b>							
	<b>À vista</b>	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>Entre 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Indeterminado</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo</b>							
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem							
Dinheiro em caixa e Saldos de caixa em bancos centrais	99.160.498	-	-	-	-	-	99.160.498
Outros depósitos à ordem	74.194.798	-	-	-	-	-	74.194.798
Ativos financeiros detidos para negociação	-	13.185	120.380	29.529.375	17.953.029	2.828.500	50.444.469
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	1.156.050	73.052	146.212.482	1.394.393.206	53.414	1.541.888.204
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Títulos de dívida	-	-	-	-	384.839.548	-	384.839.548
Empréstimos e adiantamentos - Clientes	11.837.379	8.761	240.100	2.423.435	6.609.850	29.790	21.149.315
Empréstimos e adiantamentos - Bancos Centrais	-	8.785.469	-	-	-	-	8.785.469
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito	-	3.782.585	1.068.234	21.017	-	-	4.871.836
	<b>185.192.675</b>	<b>13.746.050</b>	<b>1.501.766</b>	<b>178.186.309</b>	<b>1.803.795.633</b>	<b>2.911.704</b>	<b>2.185.334.137</b>
<b>Passivo</b>							
Passivos financeiros detidos para negociação	-	26.835	-	33.097	-	-	59.932
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado							
Recursos de outras instituições de crédito	29.288.934	455.821.329	5.500.000	1.150.000	-	-	491.760.263
Recursos de clientes	829.429.667	230.787.797	199.259.405	30.042.103	57.500	-	1.289.576.472
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	598.054	37.028.173	-	37.626.227
	<b>858.718.601</b>	<b>686.635.961</b>	<b>204.759.405</b>	<b>31.823.254</b>	<b>37.085.673</b>	<b>-</b>	<b>1.819.022.894</b>

2018							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>							
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem							
Dinheiro em caixa e Saldos de caixa em bancos centrais	71.318.698	-	-	-	-	-	71.318.698
Outros depósitos à ordem	85.451.838	-	-	-	-	-	85.451.838
Ativos financeiros detidos para negociação	-	376.199	1.909.516	43.833.817	23.794.390	3.332.089	73.246.011
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	52.202	148.561	205.514.058	1.364.659.553	30.478	1.570.404.852
Ativos financeiros disponíveis para venda							
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Títulos de dívida	-	-	-	-	336.293.487	-	336.293.487
Empréstimos e adiantamentos - Clientes	-	16.456.604	12.047.065	2.966.289	7.361.739	27.472	38.859.169
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito	-	2.156.082	1.839.825	68.535	-	-	4.064.442
	<b>156.770.536</b>	<b>19.041.087</b>	<b>15.944.967</b>	<b>252.382.699</b>	<b>1.732.109.169</b>	<b>3.390.039</b>	<b>2.179.638.497</b>
<b>Passivo</b>							
Passivos financeiros detidos para negociação	-	166.778	4.794	11.872	-	-	183.444
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado							
Recursos de outras instituições de crédito	-	499.155.986	55.177.898	-	-	-	554.333.884
Recursos de clientes	-	1.110.441.752	188.750.443	13.018.676	-	-	1.312.210.871
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	18.197.101	-	18.197.101
	-	<b>1.609.764.516</b>	<b>243.933.135</b>	<b>13.030.548</b>	<b>18.197.101</b>	-	<b>1.884.925.300</b>

### Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital do Grupo causados por movimentos dos níveis absolutos de taxas de juro, em *spreads* entre duas taxas, ou na configuração da curva de taxas de juro, entre outros fatores.

A exposição dos ativos e passivos suscetíveis a risco de taxa de juro por maturidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontra-se apresentada na tabela abaixo:

2019				
Banda Temporal	Carteira <sup>(1)</sup>		Extrapatrimonial <sup>(2)</sup>	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
à vista - 1 mês	576.246.314	508.495.965	228.062.482	-
1 - 3 meses	240.143.280	344.756.251	40.763.697	-
3 - 6 meses	127.820.390	158.758.485	52.776.957	-
6 - 12 meses	3.480.833	97.395.819	-	-
1 - 2 anos	130.597	92.920.856	-	-
2 - 3 anos	50.096.359	579.544.393	-	52.595.350
3 - 4 anos	20.479.385	1.404.207	-	-
4 - 5 anos	57.298.276	4.168.644	-	20.735.660
5 - 7 anos	119.921.711	58.959	-	111.557.751
7 - 10 anos	388.026.461	-	-	-
10 - 15 anos	348.430.636	-	-	664.968.644
15 - 20 anos	206.432.122	-	-	-
> 20 anos	17.566.310	-	-	7.538.440
<b>Total</b>	<b>2.156.072.674</b>	<b>1.787.503.579</b>	<b>321.603.136</b>	<b>857.395.845</b>

(1) Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral e carteira de retalho

(2) Instrumentos de cobertura para risco de taxa de juro

2018				
Banda Temporal	Carteira <sup>(1)</sup>		Extrapatrimonial <sup>(2)</sup>	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
à vista - 1 mês	468.199.575	500.720.596	335.565.531	-
1 - 3 meses	258.200.814	469.963.890	39.972.128	-
3 - 6 meses	62.903.040	235.397.279	117.947.625	-
6 - 12 meses	15.865.620	98.707.922	-	-
1 - 2 anos	1.088.449	87.346.261	-	-
2 - 3 anos	293.925	455.018.328	-	-
3 - 4 anos	104.655.665	372.810	-	-
4 - 5 anos	69.086.635	961.578	-	-
5 - 7 anos	174.514.522	1.000	-	130.572.385
7 - 10 anos	397.316.314	-	-	-
10 - 15 anos	327.811.851	-	-	833.768.465
15 - 20 anos	270.804.281	-	-	185.513.353
> 20 anos	248.629	-	-	10.114.720
<b>Total</b>	<b>2.150.989.320</b>	<b>1.848.489.664</b>	<b>493.485.284</b>	<b>1.159.968.923</b>

(1) Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral e carteira de retalho

(2) Instrumentos de cobertura para risco de taxa de juro

### Análise de sensibilidade

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *Basis Point Values* a sensibilidade ao risco de taxa de juro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontra-se apresentada conforme segue:

	2019				2018			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb
Em 31 de dezembro	(17.942.941)	17.942.941	(9.189.424)	9.189.424	10.996.773	(10.996.773)	5.121.886	(5.121.886)

**Risco de Re-pricing dos Ativos e Passivos**

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *earnings at risk*, os escalões de *repricing* para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontram-se apresentados conforme se segue:

2019						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem						
Dinheiro em caixa e Saldos de caixa em bancos centrais	99.160.498	99.160.498	-	-	-	-
Outros depósitos à ordem	74.194.798	74.194.798	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	50.444.469	2.828.500	13.185	120.380	29.529.375	17.953.029
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.541.888.204	53.414	1.156.050	73.052	146.212.482	1.394.393.206
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Títulos de dívida	384.839.548	-	-	-	-	384.839.548
Empréstimos e adiantamentos - Clientes	21.149.315	29.790	11.846.140	240.100	2.423.435	6.609.850
Empréstimos e adiantamentos - Bancos Centrais	8.785.469	-	8.785.469	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito	4.871.836	-	3.782.585	1.068.234	21.017	-
<b>Total</b>	<b>2.185.334.137</b>	<b>176.267.000</b>	<b>25.583.429</b>	<b>1.501.766</b>	<b>178.186.309</b>	<b>1.803.795.633</b>
Passivos financeiros detidos para negociação	59.932	-	26.835	-	33.097	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Recursos de outras instituições de crédito	491.760.263	-	485.110.263	5.500.000	1.150.000	-
Recursos de clientes	1.289.576.472	-	1.060.217.464	199.259.405	30.042.103	57.500
Derivados - Contabilidade de cobertura	37.626.227	-	-	-	598.054	37.028.173
<b>Total</b>	<b>1.819.022.894</b>	<b>-</b>	<b>1.545.354.562</b>	<b>204.759.405</b>	<b>31.823.254</b>	<b>37.085.673</b>
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>	<b>366.311.243</b>	<b>176.267.000</b>	<b>(1.519.771.133)</b>	<b>(203.257.639)</b>	<b>146.363.055</b>	<b>1.766.709.960</b>

2018						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem						
Dinheiro em caixa e Saldos de caixa em bancos centrais	71.318.698	71.318.698	-	-	-	-
Outros depósitos à ordem	85.451.838	85.451.838	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	73.246.011	3.028.748	376.199	1.909.516	44.137.158	23.794.390
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.570.404.852	30.478	52.202	148.561	205.514.058	1.364.659.553
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Títulos de dívida	336.293.487	-	-	-	-	336.293.487
Empréstimos e adiantamentos - Clientes	38.859.169	27.472	16.456.604	12.047.065	2.966.289	7.361.739
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito	4.064.442	-	2.156.083	1.839.824	68.535	-
<b>Total</b>	<b>2.179.638.497</b>	<b>159.857.234</b>	<b>19.041.088</b>	<b>15.944.966</b>	<b>252.686.040</b>	<b>1.732.109.169</b>
Passivos financeiros detidos para negociação	183.444	-	166.778	4.794	11.872	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Recursos de outras instituições de crédito	554.333.884	-	499.155.986	55.177.898	-	-
Recursos de clientes	1.312.210.871	-	1.110.441.752	188.750.443	13.018.676	-
Derivados - Contabilidade de cobertura	18.197.101	-	-	-	-	18.197.101
<b>Total</b>	<b>1.884.925.300</b>	<b>-</b>	<b>1.609.764.516</b>	<b>243.933.135</b>	<b>13.030.548</b>	<b>18.197.101</b>
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>	<b>294.713.197</b>	<b>159.857.234</b>	<b>(1.590.723.428)</b>	<b>(227.988.169)</b>	<b>239.655.492</b>	<b>1.713.912.068</b>

**Risco Cambial**

Nos mercados cambiais registou-se uma diminuição dos níveis de volatilidade para os principais pares de moedas, nomeadamente Eurodólar, Euro iene e Euro franco Suíço. Relativamente à Euro libra assistimos a um aumento dos níveis de volatilidade, sendo o máximo do ano atingido em outubro.

A taxa de juro de referência do Euro situa-se nos 0%, valor registado desde o primeiro trimestre de 2016, nível mínimo histórico.

Relativamente às taxas de câmbio do Euro face às principais divisas há a salientar uma tendência de desvalorização do Euro face ao Dólar e face ao iene até agosto de 2019, tendo recuperado no último trimestre de 2019, contudo ainda a níveis mais baixos dos registados no início do ano. Relativamente ao Euro face à Libra, verificou-se uma tendência de desvalorização no primeiro trimestre do ano, tendo valorizado até agosto, seguindo-se de uma forte desvalorização nos últimos meses do ano fechando o ano em valores próximos do seu mínimo. Assistimos também a uma desvalorização de forma consistente ao longo do ano de 2019 do Euro face ao Franco Suíço.

A repartição do balanço por moeda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontra-se apresentada conforme se segue:

	2019				
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
<b>Ativo por moeda</b>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem					
Dinheiro em caixa e Saldos de caixa em bancos centrais	98.141.960	985.110	15.404	18.024	99.160.498
Outros depósitos à ordem	49.934.593	19.409.914	2.062.757	2.787.534	74.194.798
Ativos financeiros detidos para negociação	50.045.731	46.251	-	352.487	50.444.469
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.506.726.482	10.147.105	-	25.014.617	1.541.888.204
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Títulos de dívida	384.839.548	-	-	-	384.839.548
Empréstimos e adiantamentos - Clientes	21.086.430	28	-	30.235	21.116.693
Empréstimos e adiantamentos - Bancos Centrais	-	-	-	8.785.469	8.785.469
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito	1.789.268	-	-	3.082.568	4.871.836
Ativos tangíveis	16.700.637	-	-	4.419.337	21.119.974
Ativos intangíveis	2.937.612	-	-	-	2.937.612
Ativos por impostos diferidos	1.031.249	-	-	-	1.031.249
Outros ativos	56.672.271	1.604.232	1.021	148.893	58.426.417
	<b>2.189.905.781</b>	<b>32.192.640</b>	<b>2.079.182</b>	<b>44.639.164</b>	<b>2.268.816.767</b>
<b>Passivo por moeda</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação					
	59.932	-	-	-	59.932
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Recursos de outras instituições de crédito	490.380.828	834.450	544.660	325	491.760.263
Recursos de clientes	1.201.948.512	68.250.328	1.422.393	17.955.239	1.289.576.472
Derivados - Contabilidade de cobertura	37.626.227	-	-	-	37.626.227
Provisões	1.607.412	-	-	-	1.607.412
Passivos por impostos correntes	8.525.471	-	-	-	8.525.471
Outros passivos	39.211.562	57.000	10.480	855.043	40.134.085
	<b>1.779.359.944</b>	<b>69.141.778</b>	<b>1.977.533</b>	<b>18.810.607</b>	<b>1.869.289.862</b>
	<b>410.545.837</b>	<b>(36.949.138)</b>	<b>101.649</b>	<b>25.828.557</b>	<b>399.526.905</b>

2018					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
<b>Ativo por moeda</b>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem					
Dinheiro em caixa e Saldos de caixa em bancos centrais	69.513.872	547.260	28.958	1.228.608	71.318.698
Outros depósitos à ordem	65.474.171	15.643.925	1.420.462	2.913.280	85.451.838
Ativos financeiros detidos para negociação	71.961.517	1.284.494	-	-	73.246.011
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.339.426.944	217.209.588	-	13.768.320	1.570.404.852
Ativos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	-	-
Títulos de dívida	336.293.487	-	-	-	336.293.487
Empréstimos e adiantamentos - Clientes	38.826.698	41	79	-	38.826.818
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito	1.393.699	-	-	2.670.743	4.064.442
Ativos tangíveis	14.534.778	-	-	918.133	15.452.911
Ativos intangíveis	2.114.081	-	-	-	2.114.081
Ativos por impostos correntes	17.365.129	-	-	344.130	17.709.259
Ativos por impostos diferidos	14.846.944	-	-	24.463	14.871.407
Outros ativos	46.787.786	1.094.796	14.265	339.152	48.235.999
	<b>2.018.539.106</b>	<b>235.780.104</b>	<b>1.463.764</b>	<b>22.206.829</b>	<b>2.277.989.803</b>
<b>Passivo por moeda</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação	68.011	115.433	-	-	183.444
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	377.417.501	176.915.564	-	819	554.333.884
Recursos de clientes	1.239.692.191	61.649.800	1.403.461	9.465.419	1.312.210.871
Derivados - Contabilidade de cobertura	18.197.101	-	-	-	18.197.101
Provisões	3.338.288	-	-	-	3.338.288
Instrumentos representativos de capital	16.341.508	-	-	-	16.341.508
Outros passivos	24.044.912	1.503.260	12.212	676.726	26.237.110
	<b>1.679.099.512</b>	<b>240.184.057</b>	<b>1.415.673</b>	<b>10.142.964</b>	<b>1.930.842.206</b>
	<b>339.439.594</b>	<b>(4.403.953)</b>	<b>48.091</b>	<b>12.063.865</b>	<b>347.147.597</b>

### Análise de sensibilidade

O Grupo não especula em mercados cambiais (FX) e a exposição em moeda estrangeira reflete fundamentalmente os negócios de clientes, fluxos associados, bem como exposições das subsidiárias ou filiais do Grupo. Durante o ano de 2019 o Grupo teve exposição a alguns ativos em moeda estrangeira, nomeadamente futuros e obrigações.

Com o intuito de analisar o impacto de um choque nas taxas cambiais nas exposições detidas na carteira de negociação de FX Cambial, aplicou-se um choque de +/- 15% em todas as taxas de câmbio.

A análise de sensibilidade resultante de um choque de +/- 15% nas taxas de câmbio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontra-se apresentada conforme segue:

2019				
Moeda	Cenário base		Impacto resultante de um choque de:	
	Moeda original	Contra-valor	+15%	-15%
Dólar Australiano	89.556	55.990	(7.303)	9.881
Real Brasileiro	10.499.932	2.325.206	(303.288)	410.330
Dólar Canadano	1.017.961	697.329	(90.956)	123.058
Franco Suíço	(1.026.230)	(945.485)	123.324	(166.850)
Chinês Yuan	1.610.223	206.210	(26.897)	36.390
Coroa Dinamarquesa	1.043.518	139.666	(18.217)	24.647
Libra Esterlina	943.015	1.108.386	(144.572)	195.598
Yene	(180.067.610)	(1.476.690)	192.612	(260.592)
Won	(210.553.365)	(162.429)	21.186	(28.664)
Coroa Norueguesa	29.887.415	3.030.010	(395.219)	534.708
Coroa Sueca	(16.481.504)	(1.577.661)	205.782	(278.411)
Dólar Americano	(4.220.126)	(3.756.566)	489.987	(662.923)
Dólar de Hong-Kong	1.435	164	(21)	29
Rupia Indiana	150.000.000	1.870.627	(243.995)	330.111
Peso Mexicano	112.695.720	5.310.776	(692.710)	937.196
Dólar da Nova Zelândia	700.000	420.345	(54.828)	74.178
Lira Turca	(7)	(1)	0	(0)
Metical	85.450.902	1.236.224	(161.247)	218.157
Rublo russo	105.000.000	1.500.937	(195.774)	264.871
Dólar de Singapura	58.796	38.973	(5.083)	6.878
Rand Sul Africano	9.019.698	571.688	(74.568)	100.886
<b>Total do impacto</b>			<b>(1.381.787)</b>	<b>1.869.476</b>

2018				
Moeda	Cenário base		Impacto resultante de um choque de:	
	Moeda original	Contra-valor	+15%	-15%
Dólar Australiano	(7.679.850)	(4.734.803)	617.583	(835.553)
Peso Argentino	(20.086)	(466)	61	(82)
Real Brasileiro	(9)	(2)	0	(0)
Dólar Canadano	(24.071.814)	(15.425.706)	2.012.049	(2.722.183)
Franco Suíço	(4.794.738)	(4.254.803)	554.974	(750.848)
Coroa Dinamarquesa	257.293	34.456	(4.494)	6.080
Libra Esterlina	(4.062.625)	(4.541.631)	592.387	(801.464)
Yene	299.397	2.379	(310)	420
Coroa Norueguesa	(17.788)	(1.788)	233	(316)
Coroa Sueca	376.710	36.735	(4.792)	6.483
Dólar Americano	34.155.353	29.830.003	(3.890.870)	5.264.118
Dólar de Hong-Kong	52.872	5.896	(769)	1.040
Peso Mexicano	180	8	(1)	1
Lira Turca	(1.757)	(290)	38	(51)
Metical	(15.245.455)	(216.524)	28.242	(38.210)
Rand Sul Africano	4.707	286	(37)	50
<b>Total do impacto</b>			<b>(95.706)</b>	<b>129.485</b>

#### Cobertura de risco

A quantificação do risco do livro de produtos derivados do Grupo depende de várias variáveis relacionadas com o mercado, incluindo o preço de um ativo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Grupo quantifica as suas exposições a estas variáveis efetuando análises de sensibilidade conhecidas como *gregos* que são termos matemáticos definidos abaixo.

Em termos médios os níveis de sensibilidade à volatilidade (vega) registaram valores significativamente mais baixos em relação aos valores registados no ano de 2018. A reduzida exposição a esta classe de ativos prende-se com a perspetiva estratégica não tendo havido apetência pela contratação por novos produtos ao longo do ano de 2019. Esta decisão estratégica teve igualmente impacto nos valores do delta, em que foram mais baixos dos que os registados no ano de 2018.

Nos produtos de taxa fixa, optou-se por uma estratégia longa em obrigações. A exposição ao risco de taxa de juro foi mais baixa durante o ano de 2019, esta diminuição refletiu tanto a exposição a ativos de taxa fixa como também os níveis de cobertura de risco de taxa de juro mais elevados.

2019				
	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(402.944)	(3.612)	(41.069)	(2.429)
Máximo	54.287	3.068	(3.875)	143
Média	(183.189)	233	(16.546)	(388)
Desvio padrão	103.595	1.301	9.758	436

2018				
	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(768.866)	(3.408)	(168.041)	(11.645)
Máximo	72.087	75.774	182.292	(98)
Média	(123.207)	11.817	(36.351)	(1.758)
Desvio padrão	133.027	16.075	29.319	2.195

<i>Rho</i>	Sensibilidade da taxa de juro
<i>Vega</i>	Sensibilidade da volatilidade
<i>Delta</i>	Sensibilidade do subjacente
<i>Theta</i>	Sensibilidade ao tempo

### Limites e Reporte

Os limites à atividade de trading são essenciais ao processo, existindo limites aprovados por classe de produto e por carteira e podem ser calculados através de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo BPV's (Basis Point Value), e medidas estatísticas, tais como o VaR (Value at Risk), analisadas anteriormente. Diariamente, é preparado um reporte ao Conselho de Administração com todos os indicadores e posições relevantes, com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas.

### Risco de Crédito

O Risco de Crédito representa o risco de perda em consequência de incumprimento por parte de um devedor ou contraparte.

#### A. Gestão do Risco de Crédito

O Grupo está exposto a risco de crédito em várias das suas atividades. Estas incluem necessariamente (i) exposição direta a clientes que contraíram empréstimos, (ii) exposição direta a risco de crédito associado a valores mobiliários emitidos por entidades terceiras e detidos pelo Grupo, e (iii) o risco de mercado ou de liquidação associado às atividades de *trading* dos clientes.

O risco de crédito que deriva dos riscos associados à negociação com contrapartes profissionais, assim como o risco associado com emitentes de títulos cotados é avaliado em conjunto com procedimentos para a gestão do Risco de Mercado, conforme acima descrito no ponto Risco de Mercado.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a execução das políticas gerais e orientações sobre a gestão do Risco de Crédito que, juntamente com o departamento de Risco de Crédito e outros membros do Comité de Risco de Crédito e equipas das áreas de suporte, procede à implementação diária destas políticas e responsabilidades. Nessas atividades, estão incluídas nomeadamente:

- ▲ Definição de diretivas quantitativas e qualitativas para análise de crédito;
- ▲ Análise e controlo do risco da contraparte;
- ▲ Manutenção de uma matriz de pontuação e aprovação de crédito;
- ▲ Integridade do processo de aprovação de crédito;
- ▲ Controlo e acompanhamento da posição do cliente, "família" de riscos e grandes riscos;
- ▲ Documentação, sistemas de controlo e preenchimento;
- ▲ Gestão e controlo das políticas e sistemas de risco;



- ▲ Estrita aderência a normas e princípios regulamentares;
- ▲ Aplicação de preços apropriados aos riscos tomados.

No âmbito do processo de análise e aprovação, o Grupo considera e analisa a sua exposição tanto ao nível das transações individuais, respeitante à exposição máxima do cliente e, separadamente, ao nível das respetivas carteiras, para assegurar um controlo adequado sobre concentrações de riscos em cada setor ou indústria. Assim, a Gestão do Risco de Crédito no Grupo é um processo integrado quer ao nível das transações quer ao nível de *portfolios*:

- ▲ Ao nível das transações: significa que todas as transações necessitam de aprovação de pelo menos dois representantes com autoridade de crédito, concedida pelo Conselho de Administração e pelos membros seniores do Comité de Gestão de Risco de Crédito. No caso das carteiras de títulos, os limites são aprovados por elementos do Conselho de Administração.
- ▲ Ao nível de *portfolios*: significa que a exposição será gerida – sejam empréstimos, títulos, derivados, cambiais, etc. – de forma a minimizar concentrações excessivas de risco relativamente a clientes, indústrias, produtos ou localização geográfica. São também analisados os créditos problemáticos, índices de cobertura por provisões, *write-offs* e recuperações. Existem em vigor vários reportes de crédito disponíveis internamente, para informação do Conselho de Administração do Banco.

Como política, todas as exposições são avaliadas e aprovadas, quer digam respeito a operações dentro ou fora de balanço.

A correta gestão de risco é fundamental para o BiG criar valor para os acionistas. Em termos gerais, o Grupo encontra-se exposto a risco em resultado direto da tomada de posições com respeito a mercados particulares ou combinações de mercados, produtos ou Clientes.

No decorrer da atividade corrente do Grupo, os sistemas integrados de controlo das exposições são um elemento essencial do processo de gestão do risco de crédito.

Na gestão da exposição a riscos, o Grupo é guiado pelos seguintes princípios básicos:

- ▲ Revisão frequente das políticas e procedimentos pelo Conselho de Administração;
- ▲ Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Grupo;
- ▲ Existência de políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- ▲ Política de diversificação de riscos apropriada;
- ▲ Sistemas de reporte independentes;
- ▲ Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- ▲ Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

O risco de crédito é gerido de forma a alcançar um desempenho sustentável da organização dentro de parâmetros aceitáveis de risco *versus* retorno. Este objetivo é alcançado através de uma combinação de políticas, sistemas e controlos, sempre sustentados por decisões comerciais ponderadas e cautelosas, devido a diversas razões, tais como:

- ▲ Natureza não estratégica do negócio de crédito, típico da banca comercial;
- ▲ Foco noutros negócios de banca de investimento e *Wealth Management*;
- ▲ Falta de escala/dimensão do Grupo.

No âmbito do seu apetite pelo risco, estrategicamente o BiG procura limitar as exposições ao risco de crédito essencialmente a:

- ▲ Exposições a empresas *investment grade*, soberanos com *rating* ou bancos com boa qualidade creditícia, cuja aprovação é suportada por análises internas e/ou por *research* da Moody's (ou outro fornecedor de *research* independente);
- ▲ *Foreign Exchange* ou exposições de *settlement* associadas a Empresas, Investidores institucionais e Investidores privados. Neste último grupo, frequentemente, sem o benefício de uma avaliação adequada ou controlo apropriado sobre a exposição ao risco, existem limites aprovados casuisticamente;
- ▲ Exposições ao risco de crédito ocasionais analisadas ao pormenor por analistas internos;
- ▲ Crédito colateralizado, sobretudo ligado ao negócio de *Wealth Management*.

Na tomada de decisões e na gestão de risco do Grupo, a Administração aplica a sua estratégia e modelo de negócio em combinação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorizar e medir as exposições. Estes aspectos incluem:

- ▲ Medidas não estatísticas, tais como análises de cenários, testes de esforço e sensibilidade;
- ▲ Limites por contraparte, família, classe de ativos e carteira;
- ▲ Limites de concentração;
- ▲ Análise qualitativa e procedimentos de controlo.

A quantificação do risco é um processo evolutivo que requer exercícios regulares de autoavaliação, atualizações nas técnicas e mudanças nos pressupostos, para além da aderência a normas regulamentares e contabilísticas. Em resultado, o processo é um foco

diário do Conselho de Administração, especialmente porque qualquer metodologia autónoma de medição de riscos é geralmente insuficiente por si própria para proporcionar uma perspetiva completa de todas as exposições.

Como política, o Grupo procura quantificar o potencial de perdas associado com todos os aspetos do negócio, de forma a realizar uma estimativa razoável dos potenciais danos em caso de ocorrência de eventos inesperados. Estes eventos abrangem aqueles que são observados, com base em dados históricos e aqueles que consideramos altamente improváveis, mas que, ainda assim, podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

A exposição ao risco de crédito do BiG pode incluir a concessão de crédito a clientes, investimentos em obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos de liquidação de determinados títulos, valores a receber ao abrigo de contratos de derivados e de moeda estrangeira, obrigações soberanas, e compromissos assumidos ao abrigo de garantias ou de programas de papel comercial.

O risco de crédito geralmente concentra o seu foco em exposições nominais e fraccionais, concentrações por mutuário ou grupo, setor ou geografia, numa análise que se baseia em testes de esforço.

A carteira de crédito de retalho é segmentada em 5 sub-carteiras, em que estão agrupadas operações com características semelhantes:

- ▲ Crédito Habitação;
- ▲ Crédito em conta corrente;
- ▲ Crédito Automóvel;
- ▲ Crédito Colaboradores para Aquisição Ações BiG;
- ▲ Outros (descobertos, crédito pessoal, etc).

#### B. Apuramento da imparidade

Durante o exercício de 2019 o Grupo continuou a calibrar os modelos que desenvolveu para dar cumprimento aos requisitos da IFRS 9 e acompanhar eventuais orientações dos reguladores nacionais e internacionais a respeito da aplicação da referida norma.

A IFRS 9 prevê a classificação dos ativos financeiros segundo três critérios:

- ▲ O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- ▲ O tipo de instrumento financeiros, isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- ▲ As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (se representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9 resumem-se da seguinte forma:

- ▲ Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida, deve ser mensurado ao Custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – *Hold to Collect*;
- ▲ Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida, deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de capitais próprios (*FVTOCI*), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – *Hold to Collect & Sell*.
- ▲ Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados (*FVTPL*).

O Grupo avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios, mas também as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio *Hold to Collect*, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos *thresholds* quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os *thresholds* definidos pelo Grupo.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes são, por definição, classificados ao justo valor através de resultados.

Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas seja aplicado a todos os ativos financeiros, exceto aos ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurado ao justo valor através de capital próprio.

Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de capital próprio, exposições extrapatrimoniais, *leasing* financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Os ativos financeiros sujeitos a imparidade são classificados em diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- ▲ *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se venha a verificar um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses após a data de reporte;
- ▲ *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial, ainda que essa situação não se tenha materializado em perdas concretas e sejam apenas indícios. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos (*lifetime*). No entanto, o juro continuará a ser calculado sobre o montante bruto do ativo;
- ▲ *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, será reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos ativos financeiros. O juro é calculado sobre o valor líquido de balanço dos ativos.

O BIG avalia, a cada data de reporte, se existe um aumento significativo do risco de crédito, com vista a apurar o *stage* em que cada exposição deve ser classificada.

A passagem dos ativos financeiros do *stage 1* para o *stage 2* ocorre no momento em que o seu risco de crédito aumenta significativamente quando comparado com o risco de crédito na data do seu reconhecimento inicial. As transições de ativos financeiros do *stage 2* para o *stage 3* ocorrem quando estes se encontrem em *default*. O aumento significativo do risco de crédito deverá ser determinado através da análise de indicadores quantitativos e/ou qualitativos internos utilizados pelo BIG na normal gestão de risco de crédito, exigindo assim a uma maior articulação dos requisitos contabilísticos com as políticas de gestão de risco de crédito instituídas pelo Grupo.

Na identificação e na avaliação do aumento significativo do risco de crédito, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados, suportando as suas decisões em função de um conjunto alargado de *triggers* e alertas.

O Grupo utiliza um conjunto de ferramentas, onde considera, entre outros, os seguintes fatores:

- ▲ a evolução do *rating* do emitente e dos preços dos títulos em carteira (quando aplicável);
- ▲ a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- ▲ a existência de outros *triggers* (ainda que indiretos) que possam levar o Grupo a suspeitar de imparidade (evidências/indícios);
- ▲ a viabilidade económico-financeira do negócio ou atividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- ▲ a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- ▲ a existência de credores privilegiados;
- ▲ o endividamento do cliente com o setor financeiro;
- ▲ a análise efetuada semanalmente no âmbito do PARI – Plano de Ação para o Risco de Incumprimento
- ▲ o montante e os prazos de recuperação estimados.

O montante da ECL reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico da exposição e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato.

Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva ECL é a taxa de juro efetiva original contratualizada, determinada com base nas cláusulas de cada contrato.

A mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, (ii) a perda dado o *default* (LGD – *Loss Given Default*) e (iii) a exposição na data do incumprimento (EAD – *Exposure at Default*), descontado à taxa de juro efetiva inicial do contrato. Esta mensuração, bem como a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, deve considerar não só informação sobre acontecimentos passados, mas também as condições atuais e previsões fundamentadas e razoáveis sobre eventos e condições económicas futuras (i.e informação *forward looking*).

Estes parâmetros são obtidos através de modelos estatísticos, de dados de mercado, de dados históricos ou através de *benchmark* externos, no caso de fontes internas não estarem disponíveis, sendo o seu cálculo validado por órgãos independentes e os seus valores atualizados de forma regular.

A *EAD* representa a exposição esperada, no caso de incumprimento por parte do cliente e/ou da exposição. O Grupo obtém os valores da *EAD* através da exposição atual da contraparte e de alterações previsíveis ao respetivo valor atual, em função das condições contratuais, incluindo amortizações e pagamentos antecipados. Para garantias e avales prestados, o valor da *EAD* considera o valor total garantido pelo Grupo, no pressuposto que o montante poderá ser utilizado na íntegra.

As *PD* são estimadas considerando um determinado período histórico, ou através de indicadores externos de *benchmark*, no caso de histórico não estar disponível. O Grupo recolhe com regularidade indicadores de performance e *default* das suas exposições com risco de crédito, com análises por tipo exposição/cliente. Para os segmentos onde não existe informação disponível, mas é possível determinar o *rating* externo do devedor, o BiG usou informação externa divulgada pelas agências de *rating* ou dados de mercado, como sejam *CDS spreads* e *Yields* de obrigações para aferir a *PD*.

A *LGD* traduz o valor da perda que o Grupo espera em caso de ocorrer um incumprimento. O Grupo estima os parâmetros utilizando dados externos de *benchmark* (ex: Moody's) ou dados internos, quando disponíveis, através das taxas de recuperação.

Como mencionado anteriormente, a principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos *stages* 1 e 2 é o respetivo horizonte temporal no cálculo da *PD*. As perdas esperadas para os ativos financeiros em *stage* 1 serão calculadas com recurso a uma *PD* a 12 meses enquanto que as perdas esperadas em *stage* 2 utilizam uma *PD lifetime*. O cálculo da perda esperada para os ativos financeiros considera sempre informação *point in time* e *forward looking*.

As estimativas têm em consideração fatores macroeconómicos que as possam influenciar. Nos modelos de cálculo da ECL, foram utilizadas as seguintes estimativas:

	2020e	2021e
PIB	1,7%	1,6%
Taxa Desemprego	5,5%	5,31%

As diferentes áreas geradoras de negócio envolvidas neste processo são alheias ao cálculo, revisão e aprovação de perdas por imparidade mantendo assim a independência que é absolutamente necessária neste tipo de análise.

#### C. Política relativa aos graus de risco internos

O BiG não utiliza *ratings* de crédito internos no tratamento de crédito irregular.

O tratamento interno de um cliente classificado em incumprimento deve contemplar a realização de todas as medidas operacionais que se demonstrem necessárias, designadamente a inibição de (i) movimentos nas contas e meios de movimentação, (ii) transferências de montantes para fora do Grupo, (iii) tentativas de diminuição ou remoção de colaterais e (iv) aumento de exposição por parte do mutuário.

Caso se revele necessário, ainda no âmbito desta análise interna, serão despoletados os mecanismos legais que garantam a execução de garantias ou a instauração de processos executivos. Esta ação será coordenada pelo *Compliance*, em conjunto com a sociedade de advogados que auxilia o Grupo em matéria legal.

As ações acima descritas devem ainda ter em consideração (i) o conhecimento do cliente, (ii) a sensibilidade acerca do produto, (iii) o entendimento necessário sobre normas, regulamentos, procedimentos, *timings* de reporte às entidades de supervisão e (iv) a necessidade de ajustamento da contabilidade interna e reportes do Grupo.

#### D. Cálculo do valor atual dos fluxos de caixa futuros no apuramento das perdas por imparidade avaliadas individual e coletivamente

Numa base individual, e para a carteira de crédito de retalho, o método de cálculo adotado pelo Grupo para a determinação da imparidade de crédito é o método do *discounted cash flow (DCF)* ou seja, calcular o *PV (Present Value)* dos *cash-flows* vincendos para o momento da análise, descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. Esse *PV* é depois comparado com o valor em exposição e, se a diferença for negativa, existirá então uma imparidade.

No cálculo das *ECL*, o Grupo determina o valor líquido de cada exposição (montante crédito – montante colateral). Este montante de colateral é ajustado por *haircuts*, de acordo com as regras definidas no ponto valorização de colaterais. Para efeitos de análise de imparidade, apenas nas operações com garantias financeiras (conta margem) ou reais (crédito hipotecário ou crédito automóvel) são valorizados os respetivos colaterais, sendo nas restantes operações assumido um colateral igual a zero, mesmo no caso das locações de automóveis onde o bem pertence ao Grupo.

No caso do método *DCF*, a taxa de juro utilizada no cálculo da imparidade é determinada de acordo com as seguintes regras:

- ▲ contratos com taxa fixa: taxa fixa inicial;
- ▲ contratos com taxa variável: taxa de juro efetiva original, resultante das cláusulas contratuais (ex: indexado à Euribor).

Quando as exposições forem garantidas por colateral, o Grupo tem em consideração o valor esperado do colateral assim como as expectativas de recuperação do mesmo, e os custos de recuperação e venda.

#### E. Conversão de dívida em capital do devedor

O Grupo não utiliza normalmente este tipo de solução e não detém exposição sobre qualquer grupo económico objeto desta forma de reestruturação de crédito.

#### F. Período emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

O BiG não tem um período emergente considerado no seu modelo. Em todos os segmentos, é utilizada a regra definida pela IFRS9, perdas esperadas a 12 meses, no caso de exposições classificadas em *stage 1*, e perdas esperadas *lifetime*, para exposições em *stage 2* e *stage 3*.

#### G. Triggers e alertas para aumento significativo do risco de crédito

<b>Critério de Staging – Passagem a stage 2</b>		
	<b>Carteira de títulos</b>	<b>Carteira de crédito</b>
<i>TRIGGERS (automáticos)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Atrasos nos pagamentos de capital e/ou juros entre 31 e 90 dias;</li> <li>ii. Dívida do emitente reestruturada por dificuldades financeiras</li> <li>iii. Incapacidade de mensurar o risco de crédito no momento da sua originação e/ou aquisição;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Atrasos nos pagamentos de capital e/ou juros entre 31 e 90 dias;</li> </ul>
<i>OUTROS ALERTAS (sujeitos a revisão e análise em comité de Risco de Crédito)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Evolução negativa do <i>rating</i> face à data de aquisição (conforme matriz de <i>ratings</i>);</li> <li>ii. Evolução negativa do preço face ao custo amortizado e comparação da mesma com o <i>threshold</i> permitido na matriz de preços);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Indícios de risco na CRC-Central de Responsabilidades de Crédito do BdP;</li> <li>ii. Indícios de risco nas contas dos Clientes;</li> <li>iii. Penhoras ou bloqueios bancários registados nas Contas dos Clientes;</li> <li>iv. Inclusão na LUR-Lista de Utilizadores de Risco (cheques);</li> <li>v. Inclusão na <i>blacklist</i> interna;</li> <li>vi. Reestruturação significativa de operação de crédito por dificuldades financeiras do devedor;</li> </ul>
<b>Critério de Staging – Passagem a stage 3</b>		
	<b>Carteira de títulos</b>	<b>Carteira de crédito</b>
<i>TRIGGERS (automáticos)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Atrasos nos pagamentos de capital e/ou juros iguais ou superiores 91 dias;</li> <li>ii. Dívida do emitente reestruturada por dificuldades financeiras</li> <li>iii. Incapacidade de mensurar o risco de crédito no momento da sua originação e/ou aquisição;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Atrasos nos pagamentos de capital e/ou juros iguais ou superiores 91 dias;</li> </ul>
<i>OUTROS ALERTAS (sujeitos a revisão e análise em comité de Risco de Crédito)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Evolução negativa do <i>rating</i> (mais 2 <i>notches</i> do que o registado para o <i>stage 2</i>) face à data de aquisição.</li> <li>ii. Declínio do justo valor do ativo financeiro de forma continuada durante 12 meses ou declínio do justo valor do ativo financeiro de forma significativa (superior a 30%);</li> <li>iii. Títulos com <i>rating</i> igual ou inferior a CCC+ (não POCI);</li> <li>iv. Perda de atribuição de <i>rating</i>, sendo o BiG incapaz de inferir o risco associado ao ativo;</li> <li>v. Desaparecimento de mercado ativo para a obrigação em análise devido a dificuldades financeiras;</li> <li>vi. Falência/insolvência do emitente;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Cliente em processo de Insolvência, PER-Plano Especial de Recuperação, ou qualquer outra situação de proteção equivalente;</li> <li>ii. Classificação da operação em estado "improdutivo" (sem vencimento de juros);</li> <li>iii. Resolução do contrato por incumprimento e consequente propositura de processo judicial de recuperação;</li> <li>iv. Venda, por parte do BiG, de operação de crédito com perda financeira significativa (&gt;20% do valor nominal em dívida à data da venda) por razões exclusivamente ligadas à qualidade do risco de crédito do devedor;</li> </ul>

A repartição por setores de atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontra-se apresentada conforme se segue:

<b>2019</b>					
	Ativos financeiros ao custo amortizado		Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Garantias e avals prestados
	Empréstimos e adiantamentos Clientes	Títulos de dívida			
	Valor de balanço	Valor de balanço			
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	6.368	-	-	-	-
Indústrias transformadoras	241	-	7.901.253	141.427.796	-
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	11	-	25.108	6.437.161	-
Construção	43.449	-	46.455	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	155.886	-	-	-	-
Transportes e armazenagem	159	-	1.060.172	22.126.937	-
Atividades financeiras e de seguros	1.769.027	-	21.227.833	673.928.542	-
Atividades imobiliárias	748.667	-	-	-	-
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	292.212	-	1.117.498	30.478	-
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	21	384.839.548	14.574.315	683.660.183	-
Atividades de saúde humana e apoio social	106.041	-	161.372	6.094.553	-
Crédito à habitação	6.364.513	-	-	-	-
Crédito a particulares	11.380.796	-	-	-	213.800
Outros	249.302	-	4.330.463	8.182.554	9.350
	<b>21.116.693</b>	<b>384.839.548</b>	<b>50.444.469</b>	<b>1.541.888.204</b>	<b>223.150</b>

<b>2018</b>					
	Ativos financeiros ao custo amortizado		Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Garantias e avals prestados
	Empréstimos e adiantamentos Clientes	Títulos de dívida			
	Valor de balanço	Valor de balanço			
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	10.132	-	-	-	-
Indústrias extrativas	-	-	416.498	76.025.110	-
Indústrias transformadoras	77	-	8.934.096	84.536.445	-
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	-	33.637.610	-
Construção	55.233	-	2.059.274	2.257.704	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	21.279	-	1.547	-	-
Transportes e armazenagem	451	-	1.892.005	13.749.700	-
Atividades financeiras e de seguros	3.949.985	-	34.618.901	600.328.337	-
Atividades imobiliárias	714.944	-	-	-	-
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	863.068	-	485.701	30.478	15.000
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	336.293.487	16.012.491	750.715.640	-
Atividades de saúde humana e apoio social	151.705	-	51.663	9.123.828	-
Crédito à habitação	5.831.411	-	-	-	-
Crédito a particulares	26.829.681	-	258.971	-	191.302
Outros	398.852	-	8.514.864	-	29.350
	<b>38.826.818</b>	<b>336.293.487</b>	<b>73.246.011</b>	<b>1.570.404.852</b>	<b>235.652</b>

(1) inclui 301.260.606 euros referentes a ABS (*asset backed securities*)

(2) obrigações de dívida soberana

### Exposição a dívida pública

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a exposição do Grupo a dívida pública apresenta-se como se segue:

	2019		
	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros ao custo amortizado
Portugal	4.257.784	117.767	-
Espanha	10.137.028	216.004.134	-
Itália	-	381.311.328	384.839.548
Grécia	127.544	-	-
Outros	-	64.655.075	-
	<b>14.522.356</b>	<b>662.088.304</b>	<b>384.839.548</b>

	2018		
	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros ao custo amortizado
Portugal	6.910.085	179.091.229	-
Espanha	-	159.738.064	-
Itália	-	229.591.039	336.293.487
Grécia	38.992	-	-
Outros	-	174.208.168	-
	<b>6.949.077</b>	<b>742.628.500</b>	<b>336.293.487</b>

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, Ativos Financeiros Detidos para Negociação E Ativos financeiros ao custo amortizado é como se segue:

	2019				
	Valor nominal	Valor de cotação	Juro corrido	Valor de balanço <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor <sup>(2)</sup>
Ativos financeiros detidos para negociação					
Portugal					
Maturidade superior a 1 ano	3.739.596	4.219.697	38.087	4.257.784	-
Espanha					
Maturidade superior a 1 ano	10.000.000	10.126.700	10.328	10.137.028	-
Grécia					
Maturidade superior a 1 ano	160.850	124.842	2.702	127.544	-
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral					
Portugal					
Maturidade superior a 1 ano	113.000	116.931	836	117.767	3.733
Espanha					
Maturidade superior a 1 ano	198.000.000	214.767.380	1.236.754	216.004.134	(701.984)
Itália					
Maturidade superior a 1 ano	341.331.000	378.965.200	2.346.128	381.311.328	10.804.993
Outros					
Maturidade superior a 1 ano	56.000.000	63.374.775	1.280.300	64.655.075	86.551
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Itália					
Maturidade superior a 1 ano	345.000.000	352.160.982	1.769.675	384.839.548	-
	<b>954.344.446</b>	<b>1.023.856.507</b>	<b>6.684.810</b>	<b>1.061.450.208</b>	<b>10.193.293</b>

(1) o valor de balanço dos Ativos financeiros ao custo amortizado - Títulos de dívida, inclui a componente de imparidade de cobertura.

(2) a reserva de justo valor apresentada inclui a componente de imparidade e cobertura.

2018					
	Valor nominal	Valor de cotação	Juro corrido	Valor de balanço <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor <sup>(2)</sup>
Ativos financeiros detidos para negociação					
Portugal					
Maturidade inferior a 1 ano	6.572.722	6.842.362	49.353	6.891.715	-
Maturidade superior a 1 ano	17.503	17.913	458	18.370	-
Grécia					
Maturidade superior a 1 ano	76.082	37.837	1.155	38.992	-
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral					
Portugal					
Maturidade superior a 1 ano	182.713.000	176.656.910	2.434.319	179.091.229	5.481.098
Espanha					
Maturidade superior a 1 ano	123.838.000	155.571.664	4.166.400	159.738.064	9.819.053
Itália					
Maturidade superior a 1 ano	234.000.000	228.648.892	942.147	229.591.039	5.851.467
Outros					
Maturidade superior a 1 ano	173.637.436	170.404.432	3.803.735	174.208.168	6.438.910
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Itália					
Maturidade superior a 1 ano	325.000.000	283.997.850	1.744.082	336.293.487	-
	<b>1.045.854.743</b>	<b>1.022.177.860</b>	<b>13.141.649</b>	<b>1.085.871.064</b>	<b>27.590.528</b>

(1) o valor de balanço dos Ativos financeiros ao custo amortizado - Títulos de dívida, inclui a componente de imparidade de cobertura.

(2) a reserva de justo valor apresentada inclui a componente de imparidade e cobertura.

### Exposição a dívida por rating

O Grupo não utiliza notação de *rating* interno, pelo que se consideram os *ratings* de entidades externas (*Moody's*, *S&P* e *Fitch*).

No caso das notações de *rating* divergirem entre as entidades externas, o Grupo utiliza os seguintes critérios:

- ▲ Existindo três notações de *rating* distintas, utiliza o melhor dos dois piores *ratings*;
- ▲ Existindo duas notações de *rating* distintas, utiliza a pior dos dois *ratings*;
- ▲ Existindo apenas uma notação de *rating*, é utilizado esse *rating*.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a exposição do Grupo a dívida por *rating* apresenta-se como se segue:

EXPOSIÇÃO 31-12-2019								
	Rating AAA - AA	Rating A - BBB	Rating BB - B	CCC	Unrated	EXPOSIÇÃO BRUTA	ECL	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
<b>Crédito Titulado</b>								
<b>Hold to Collect</b>								
Stage 1	-	384.880.240	-	-	-	384.880.240	40.691	384.839.549
<b>Hold to Collect and Sell</b>								
Stage 1	159.627.890	1.252.772.497	10.307.409	21.660.456	97.566.633	1.541.934.885	526.151	1.541.408.735
	<b>159.627.890</b>	<b>1.637.652.737</b>	<b>10.307.409</b>	<b>21.660.456</b>	<b>97.566.633</b>	<b>1.926.815.125</b>	<b>566.842</b>	<b>1.926.248.284</b>

EXPOSIÇÃO 31-12-2018								
	Rating AAA - AA	Rating A - BBB	Rating BB - B	CCC	Unrated	EXPOSIÇÃO BRUTA	ECL	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
<b>Crédito Titulado</b>								
<b>Hold to Collect</b>								
Stage 1	-	336.728.483	-	-	-	336.728.483	434.996	336.293.487
<b>Hold to Collect and Sell</b>								
Stage 1	125.109.378	1.191.245.699	103.679.416	-	150.410.171	1.570.435.330	1.088.603	1.569.346.727
	<b>125.109.378</b>	<b>1.527.974.182</b>	<b>103.679.416</b>	<b>-</b>	<b>150.410.171</b>	<b>1.907.163.813</b>	<b>1.523.599</b>	<b>1.905.640.214</b>



**Exposição por tipo e staging**

Por uma questão de apresentação, o Grupo decidiu agregar os segmentos de Crédito Não Titulado em apenas 3 segmentos: Crédito em Conta Corrente, Crédito Habitação e Outros Créditos.

Considerando as carteiras indicadas na alínea A. acima, as exposições de crédito de retalho foram agrupadas da seguinte forma:

- ▲ Crédito em Conta Corrente;
- ▲ Crédito Habitação;
- ▲ Outros (crédito automóvel, crédito colaboradores para aquisições de ações BiG e outros créditos, onde estão incluídos descobertos e créditos pessoais).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a exposição do Grupo por tipo e *staging* apresenta-se como segue:

a.1)

	Exposição bruta 31-12-2019			TOTAL
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Crédito Não Titulado				
Crédito em Conta Corrente	10.641.931	1.119.980	-	11.761.911
Crédito Habitação	4.989.746	-	-	4.989.746
Outros	4.297.672	107.745	30.365	4.435.782
Crédito Titulado				
Hold to Collect	384.880.240	-	-	384.880.240
Hold to Collect and Sell	1.541.934.885	-	-	1.541.934.885
Garantias e avales prestados	223.150	-	-	223.150
<b>TOTAL</b>	<b>1.946.967.624</b>	<b>1.227.725</b>	<b>30.365</b>	<b>1.948.225.714</b>

	Imparidade 31-12-2019			TOTAL
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Crédito Não Titulado				
Crédito em Conta Corrente	-	-	-	-
Crédito Habitação	757	-	-	757
Outros	1.602	15	30.365	31.982
Crédito Titulado				
Hold to Collect	40.691	-	-	40.691
Hold to Collect and Sell	526.151	-	-	526.151
Garantias e avales prestados	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>569.201</b>	<b>15</b>	<b>30.365</b>	<b>599.581</b>

	Exposição líquida 31-12-2019			TOTAL
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Crédito Não Titulado				
Crédito em Conta Corrente	10.641.931	1.119.980	-	11.761.911
Crédito Habitação	4.988.989	-	-	4.988.989
Outros	4.296.070	107.730	-	4.403.800
Crédito Titulado				
Hold to Collect	384.839.549	-	-	384.839.549
Hold to Collect and Sell	1.541.408.735	-	-	1.541.408.735
Garantias e avales prestados	223.150	-	-	223.150
<b>TOTAL</b>	<b>1.946.398.424</b>	<b>1.227.710</b>	<b>-</b>	<b>1.947.626.134</b>

	Exposição bruta 31-12-2018			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	TOTAL
Crédito Não Titulado				
Crédito em Conta Corrente	16.232.319	72.276	66	16.304.661
Crédito Habitação	5.393.709	-	-	5.393.709
Outros	17.515.052	53.963	27.696	17.596.711
Crédito Titulado				
Hold to Collect	336.728.483	-	-	336.728.483
Hold to Collect and Sell	1.570.435.330	-	-	1.570.435.330
Garantias e avales prestados	235.652	-	-	235.652
<b>TOTAL</b>	<b>1.946.540.545</b>	<b>126.239</b>	<b>27.762</b>	<b>1.946.694.546</b>

	Imparidade 31-12-2018			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	TOTAL
Crédito Não Titulado				
Crédito em Conta Corrente	-	-	66	66
Crédito Habitação	841	-	-	841
Outros	3.727	60	27.657	31.444
Crédito Titulado				
Hold to Collect	434.996	-	-	434.996
Hold to Collect and Sell	1.088.603	-	-	1.088.603
Garantias e avales prestados	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.528.167</b>	<b>60</b>	<b>27.723</b>	<b>1.555.950</b>

	Exposição líquida 31-12-2018			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	TOTAL
Crédito Não Titulado				
Crédito em Conta Corrente	16.232.319	72.276	-	16.304.595
Crédito Habitação	5.392.868	-	-	5.392.868
Outros	17.511.325	53.903	39	17.565.267
Crédito Titulado				
Hold to Collect	336.293.487	-	-	336.293.487
Hold to Collect and Sell	1.569.346.727	-	-	1.569.346.727
Garantias e avales prestados	235.652	-	-	235.652
<b>TOTAL</b>	<b>1.945.012.378</b>	<b>126.179</b>	<b>39</b>	<b>1.945.138.596</b>

a.2)

EXPOSIÇÃO BRUTA 31-12-2019	Stage 1	Stage 2			Total	Stage 3			TOTAL
		Sem atrasos	Atrasos <= 30 dias	Atrasos > 30 dias		Atrasos <= 90 dias	Atrasos > 90 dias	Total	
Crédito Não Titulado									
Crédito em Conta Corrente	10.641.931	1.105.080	-	14.900	1.119.980	-	-	-	11.761.911
Crédito Habitação	4.989.746	-	-	-	-	-	-	-	4.989.746
Outros	4.297.672	107.627	-	118	107.745	575	29.790	30.365	4.435.782
Crédito Titulado									
Hold to Collect	384.880.240	-	-	-	-	-	-	-	384.880.240
Hold to Collect and Sell	1.541.934.885	-	-	-	-	-	-	-	1.541.934.885
Garantias e avales prestados	223.150	-	-	-	-	-	-	-	223.150
	<b>1.946.967.624</b>	<b>1.212.707</b>	<b>-</b>	<b>15.018</b>	<b>1.227.725</b>	<b>575</b>	<b>29.790</b>	<b>30.365</b>	<b>1.948.225.714</b>

IMPARIIDADE 31-12-2019	Stage 1	Stage 2			Total	Stage 3			TOTAL
		Sem atrasos	Atrasos <= 30 dias	Atrasos > 30 dias		Atrasos <= 90 dias	Atrasos > 90 dias	Total	
Segmento									
Crédito Não Titulado									
Crédito em Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Habitação	(757)	-	-	-	-	-	-	-	(757)
Outros	(1.602)	(13)	-	(2)	(15)	(575)	(29.790)	(30.365)	(31.982)
Crédito Titulado									
Hold to Collect	40.691	-	-	-	-	-	-	-	40.691
Hold to Collect and Sell	526.151	-	-	-	-	-	-	-	526.151
Garantias e avales prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>564.483</b>	<b>(13)</b>	-	<b>(2)</b>	<b>(15)</b>	<b>(575)</b>	<b>(29.790)</b>	<b>(30.365)</b>	<b>534.103</b>

EXPOSIÇÃO LÍQUIDA 31-12-2019	Stage 1	Stage 2			Total	Stage 3			TOTAL
		Sem atrasos	Atrasos <= 30 dias	Atrasos > 30 dias		Atrasos <= 90 dias	Atrasos > 90 dias	Total	
Segmento									
Crédito Não Titulado									
Crédito em Conta Corrente	10.641.931	1.105.080	-	14.900	1.119.980	-	-	-	11.761.911
Crédito Habitação	4.988.989	-	-	-	-	-	-	-	4.988.989
Outros	4.296.070	107.614	-	116	107.730	-	-	-	4.403.800
Crédito Titulado									
Hold to Collect	384.839.549	-	-	-	-	-	-	-	384.839.549
Hold to Collect and Sell	1.541.408.735	-	-	-	-	-	-	-	1.541.408.735
Garantias e avales prestados	223.150	-	-	-	-	-	-	-	223.150
	<b>1.946.398.424</b>	<b>1.212.694</b>	-	<b>15.016</b>	<b>1.227.710</b>	-	-	-	<b>1.947.626.134</b>

EXPOSIÇÃO BRUTA 31-12-2018	Stage 1	Stage 2			Total	Stage 3			TOTAL
		Sem atrasos	Atrasos <= 30 dias	Atrasos > 30 dias		Atrasos <= 90 dias	Atrasos > 90 dias	Total	
Segmento									
Crédito Não Titulado									
Crédito em Conta Corrente	16.232.319	72.276	-	-	72.276	-	66	66	16.304.661
Crédito Habitação	5.393.709	-	-	-	-	-	-	-	5.393.709
Outros	17.515.052	48.468	5.495	-	53.963	290	27.406	27.696	17.596.711
Crédito Titulado									
Hold to Collect	336.728.483	-	-	-	-	-	-	-	336.728.483
Hold to Collect and Sell	1.570.435.330	-	-	-	-	-	-	-	1.570.435.330
Garantias e avales prestados	235.652	-	-	-	-	-	-	-	235.652
	<b>1.946.540.545</b>	<b>120.744</b>	<b>5.495</b>	-	<b>126.239</b>	<b>290</b>	<b>27.472</b>	<b>27.762</b>	<b>1.946.694.546</b>

IMPARIIDADE 31-12-2018	Stage 1	Stage 2			Total	Stage 3			TOTAL
		Sem atrasos	Atrasos <= 30 dias	Atrasos > 30 dias		Atrasos <= 90 dias	Atrasos > 90 dias	Total	
Segmento									
Crédito Não Titulado									
Crédito em Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	66	66	66
Crédito Habitação	841	-	-	-	-	-	-	-	841
Outros	3.727	-	60	-	60	251	27.406	27.657	31.444
Crédito Titulado									
Hold to Collect	434.996	-	-	-	-	-	-	-	434.996
Hold to Collect and Sell	1.088.603	-	-	-	-	-	-	-	1.088.603
Garantias e avales prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>1.528.167</b>	-	<b>60</b>	-	<b>60</b>	<b>251</b>	<b>27.472</b>	<b>27.723</b>	<b>1.555.950</b>

EXPOSIÇÃO LÍQUIDA 01-01-2018	Stage 1	Stage 2				Stage 3			TOTAL
		Sem atrasos	Atrasos <= 30 dias	Atrasos > 30 dias	Total	Atrasos <= 90 dias	Atrasos > 90 dias	Total	
Segmento									
Crédito Não Titulado									
Crédito em Conta Corrente	16.232.319	72.276	-	-	72.276	-	-	-	16.304.595
Crédito Habitação	5.392.868	-	-	-	-	-	-	-	5.392.868
Outros	17.511.325	48.468	5.435	-	53.903	39	-	39	17.565.267
Crédito Titulado									
Hold to Collect	336.293.487	-	-	-	-	-	-	-	336.293.487
Hold to Collect and Sell	1.569.346.727	-	-	-	-	-	-	-	1.569.346.727
Garantias e avales prestados	235.652	-	-	-	-	-	-	-	235.652
	<b>1.945.012.378</b>	<b>120.744</b>	<b>5.435</b>	-	<b>126.179</b>	<b>39</b>	-	<b>39</b>	<b>1.945.138.596</b>

### Reconciliação das exposições

Em 31 de dezembro de 2019 os movimentos nas exposições do Grupo sujeitas a cálculo de perdas esperadas por imparidade apresentam-se como se segue:

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Exposição Crédito Não Titulado e Garantias e Avales Prestados				
Saldo inicial a 01-01-2019	39.376.732	126.239	27.762	39.530.733
Aumentos devido a originação ou aquisição	2.776.548	16.159	5.137	2.797.844
Reduções devido a desconhecimento	(13.401.164)	(5.920)	(3.039)	(13.410.124)
Variações líquidas devidas a alterações do risco de crédito	(7.632.821)	137.130	330	(7.495.361)
Variações líquidas devidas a modificações sem desconhecimento	(966.796)	954.118	176	(12.502)
Alterações devidas a atualizações nas metodologias utilizadas	-	-	-	-
Reduções devidas a write-offs	-	-	-	-
Outros ajustamentos	-	-	-	-
Saldo final a 31-12-2019	20.152.499	1.227.726	30.366	21.410.591
Exposição Crédito Titulado				
Saldo inicial a 01-01-2019	1.880.626.587	-	-	1.880.626.587
Aumentos devido a originação ou aquisição	906.397.185	-	-	906.397.185
Reduções devido a desconhecimento	(911.822.580)	-	-	(911.822.580)
Variações líquidas devidas a alterações do risco de crédito	-	-	-	-
Variações líquidas devidas a modificações sem desconhecimento	26.404.390	-	-	26.404.390
Alterações devidas a atualizações nas metodologias utilizadas	-	-	-	-
Reduções devidas a write-offs	-	-	-	-
Outros ajustamentos	-	-	-	-
Saldo final a 31-12-2019	1.901.605.582	-	-	1.901.605.582
<b>Exposição Total a 31-12-2019</b>	<b>1.921.758.081</b>	<b>1.227.726</b>	<b>30.366</b>	<b>1.923.016.173</b>

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
<b>Exposição Crédito Não Titulado e Garantias e Avals Prestados</b>				
Saldo inicial a 01-01-2018	37.287.365	3.098.391	164.084	40.549.840
Aumentos devido a originação ou aquisição	5.540.614	5.495	7.432	5.553.541
Reduções devido a desreconhecimento	-	-	(125.900)	(125.900)
Variações líquidas devidas a alterações do risco de crédito	2.652.037	(2.652.070)	33	-
Variações líquidas devidas a modificações sem desreconhecimento	(6.103.284)	(325.577)	(16.514)	(6.445.375)
Alterações devidas a atualizações nas metodologias utilizadas	-	-	-	-
Reduções devidas a write-offs	-	-	(1.373)	(1.373)
Outros ajustamentos	-	-	-	-
<b>Saldo final a 31-12-2018</b>	<b>39.376.732</b>	<b>126.239</b>	<b>27.762</b>	<b>39.530.733</b>
<b>Exposição Crédito Titulado</b>				
Saldo inicial a 01-01-2018	1.324.774.091	12.165.413	-	1.336.939.504
Aumentos devido a originação ou aquisição	710.334.613	-	-	710.334.613
Reduções devido a desreconhecimento	(324.504.823)	-	-	(324.504.823)
Variações líquidas devidas a alterações do risco de crédito	12.165.413	(12.165.413)	-	-
Variações líquidas devidas a modificações sem desreconhecimento	184.394.519	-	-	184.394.519
Alterações devidas a atualizações nas metodologias utilizadas	-	-	-	-
Reduções devidas a write-offs	-	-	-	-
Outros ajustamentos	-	-	-	-
<b>Saldo final a 31-12-2018</b>	<b>1.907.163.813</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.907.163.813</b>
<b>Exposição Total a 31-12-2018</b>	<b>1.946.540.545</b>	<b>126.239</b>	<b>27.762</b>	<b>1.946.694.546</b>

**Reconciliação das exposições**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os movimentos nas exposições do Grupo sujeitas a cálculo de perdas esperadas por imparidade apresenta-se como segue:

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
<b>ECL Crédito Não Titulado e Garantias e Avals Prestados</b>				
Saldo inicial a 01-01-2019	4.568	60	27.723	32.351
Aumentos devido a originação ou aquisição	751	-	5.137	5.888
Reduções devido a desreconhecimento	(2.187)	(60)	(3.039)	(5.286)
Variações líquidas devidas a alterações do risco de crédito	(760)	3	543	(214)
Variações líquidas devidas a modificações sem desreconhecimento	(13)	11	2	-
Alterações devidas a atualizações nas metodologias utilizadas	-	-	-	-
Reduções devidas a write-offs	-	-	-	-
Outros ajustamentos	-	-	-	-
<b>Saldo final a 31-12-2019</b>	<b>2.359</b>	<b>14</b>	<b>30.366</b>	<b>32.739</b>
<b>ECL Crédito Titulado</b>				
Saldo inicial a 01-01-2019	1.447.459	-	-	1.447.459
Aumentos devido a originação ou aquisição	200.598	-	-	200.598
Reduções devido a desreconhecimento	(714.751)	-	-	(714.751)
Variações líquidas devidas a alterações do risco de crédito	-	-	-	-
Variações líquidas devidas a modificações sem desreconhecimento	(466.559)	-	-	(466.559)
Alterações devidas a atualizações nas metodologias utilizadas	-	-	-	-
Reduções devidas a write-offs	-	-	-	-
Outros ajustamentos	-	-	-	-
<b>Saldo final a 31-12-2019</b>	<b>466.747</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>466.747</b>
<b>ECL Total a 31-12-2019</b>	<b>469.106</b>	<b>14</b>	<b>30.366</b>	<b>499.486</b>

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
<b>ECL Crédito Não Titulado e Avals Prestados</b>				
Saldo inicial a 01-01-2018	1.620	368	148.528	150.516
Aumentos devido a originação ou aquisição	3.307	60	7.557	10.924
Reduções devido a desreconhecimento	-	-	(125.900)	(125.900)
Variações líquidas devidas a alterações do risco de crédito	177	(177)	-	-
Variações líquidas devidas a modificações sem desreconhecimento	(536)	(191)	(1.089)	(1.816)
Alterações devidas a atualizações nas metodologias utilizadas	-	-	-	-
Reduções devidas a write-offs	-	-	(1.373)	(1.373)
Outros ajustamentos	-	-	-	-
<b>Saldo final a 31-12-2018</b>	<b>4.568</b>	<b>60</b>	<b>27.723</b>	<b>32.351</b>
<b>ECL Crédito Titulado</b>				
Saldo inicial a 01-01-2018	780.878	1.556.508	-	2.337.386
Aumentos devido a originação ou aquisição	1.714.504	-	-	1.714.504
Reduções devido a desreconhecimento	(417.018)	(1.556.508)	-	(1.973.526)
Variações líquidas devidas a alterações do risco de crédito	(554.765)	-	-	(554.765)
Variações líquidas devidas a modificações sem desreconhecimento	-	-	-	-
Alterações devidas a atualizações nas metodologias utilizadas	-	-	-	-
Reduções devidas a write-offs	-	-	-	-
Outros ajustamentos	-	-	-	-
<b>Saldo final a 31-12-2018</b>	<b>1.523.599</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.523.599</b>
<b>ECL Total a 31-12-2018</b>	<b>1.528.167</b>	<b>60</b>	<b>27.723</b>	<b>1.555.950</b>

#### Detalhes sobre colaterais

Para efeitos da análise quantitativa, são utilizados os seguintes critérios de valorização de colaterais:

i) Financeiros: efetuado automaticamente pelos sistemas em função dos preços de mercado e de ponderadores revistos periodicamente pelo Conselho de Administração:

- ▲ Mensalmente os ativos financeiros utilizados em colateral são analisados no que concerne à sua Liquidez, Volatilidade e Capitalização bolsista (se aplicável);
- ▲ Semanalmente e automaticamente, tendo apenas em conta a volatilidade a 30 dias dos títulos negociados em mercados regulados, a todos os ativos tidos em colateral é atribuído um ponderador (calculado pelo sistema) sobre o qual o cliente pode alavancar o crédito (80%, 70%, 60% e 50%).

ii) Imóveis: utilizado o valor da última avaliação formal ao imóvel, efetuada por entidade independente. Adicionalmente, sobre esse valor, é aplicado um fator de correção, conforme a antiguidade dessa avaliação:

- ▲ Até 12 meses: 0%;
- ▲ De 12 a 24 meses: 15%;
- ▲ De 24 a 36 meses: 25%;
- ▲ Mais de 36 meses: 50%.

A determinação do valor recuperável tem por base a avaliação (com ou sem fator de correção) acrescido de um fator de desconto temporal.

Quando uma operação de crédito colateralizada por imóvel apresente indícios suficientemente fortes que o justifiquem, o colateral é reavaliado por um avaliador externo.

iii) Outros colaterais: são analisados caso a caso.

Os ponderadores e restantes fatores corretivos são revistos periodicamente, pelo menos uma vez por ano, tendo em atenção o histórico, as perspetivas económicas e os indicadores dos concorrentes publicados, conforme o tipo de produto.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os colaterais das exposições da carteira de crédito não titulado (retalho e garantias e avais prestados) apresenta-se como se segue:

Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito por segmentos:

31-12-2019	Crédito em Conta Corrente		Crédito Habitação				Outros			
	Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5 M€	513	26.055.948	76	7.230.664	-	-	14	1.644.874	56	896.289
>= 0,5 M€ e < 1 M€	8	5.416.846	-	-	-	-	-	-	1	500.000
>= 1 M€ e < 5 M€	4	6.986.648	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>525</b>	<b>38.459.442</b>	<b>76</b>	<b>7.230.664</b>	-	-	<b>14</b>	<b>1.644.874</b>	<b>57</b>	<b>1.396.289</b>

\* Exemplos: ações, obrigações e depósitos (a preços de mercado)

31-12-2018	Crédito em Conta Corrente		Crédito Habitação				Outros			
	Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5 M€	239	18.638.482	74	11.582.943	1	30.000	11	2.023.467	77	4.638.285
>= 0,5 M€ e < 1 M€	4	3.088.323	5	3.357.000	-	-	-	-	3	2.631.000
>= 1 M€ e < 5 M€	6	10.304.422	1	2.200.000	-	-	2	4.814.500	3	6.125.000
>= 5 M€	1	15.796.696	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>250</b>	<b>47.827.923</b>	<b>80</b>	<b>17.139.943</b>	<b>1</b>	<b>30.000</b>	<b>13</b>	<b>6.837.967</b>	<b>83</b>	<b>13.394.285</b>

\* Exemplos: ações, obrigações e depósitos (a preços de mercado)

a) Rácio LTV dos segmentos de Habitação e Outros:

Segmento / Rácio	31/12/2019						
	Número de imóveis	Crédito Stage 1	Crédito Stage 2	Crédito Stage 3	Total Crédito	Imparidade	Exposição líquida
Crédito Habitação							
Sem colateral associado	-	2.186	-	-	2.186	(7)	2.179
< 60%	23	989.102	-	-	989.102	(145)	988.957
>= 60% e < 80%	23	1.467.560	-	-	1.467.560	(220)	1.467.340
>= 80% e < 100%	30	2.530.897	-	-	2.530.897	(384)	2.530.513
Outros							
Sem colateral associado	-	-	-	-	-	-	-
< 60%	5	446.147	-	-	446.147	(67)	446.080
>= 60% e < 80%	5	220.730	-	-	220.730	(42)	220.688
>= 80% e < 100%	3	616.101	-	-	616.101	(93)	616.008
>= 100%	2	280.601	-	-	280.601	(27)	280.574
Outro colateral	-	840.142	-	-	840.142	-	840.142
	<b>91</b>	<b>7.393.466</b>	-	-	<b>7.393.466</b>	<b>(986)</b>	<b>7.392.480</b>

Segmento / Rácio	31/12/2018						
	Número de imóveis	Crédito Stage 1	Crédito Stage 2	Crédito Stage 3	Total Crédito	Imparidade	Exposição líquida
Crédito Habitação							
Sem colateral associado	-	-	-	-	-	-	-
< 60%	50	3.436.751	-	-	3.436.751	524	3.436.227
>= 60% e < 80%	24	1.712.031	-	-	1.712.031	267	1.711.764
>= 80% e < 100%	6	236.973	-	-	236.973	37	236.936
Outro colateral	-	7.954	-	-	7.954	14	7.940
Outros							
Sem colateral associado	-	227.340	5.495	27.696	260.531	29.318	231.213
< 60%	9	1.299.253	-	-	1.299.253	1.165	1.298.088
>= 60% e < 80%	3	91.637	-	-	91.637	331	91.306
>= 80% e < 100%	1	11.756	-	-	11.756	2	11.754
Outro colateral	-	16.120.718	48.468	-	16.169.186	629	16.168.557
	<b>93</b>	<b>23.144.413</b>	<b>53.963</b>	<b>27.696</b>	<b>23.226.072</b>	<b>32.287</b>	<b>23.193.785</b>

**Detalhes sobre crédito reestruturado**

Quando, devido a dificuldades financeiras de um dado cliente, o Grupo acorde alterar as condições contratuais de operações de crédito existentes (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) de serviço de dívida existente, essas operações de crédito devem ser identificadas e marcadas como crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente, e calculada imparidade sobre esses créditos. Um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante o BiG ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer, tomando em consideração, entre outros, os indícios de imparidade.

No decorrer do ano de 2019, não ocorreram reestruturações de novas operações de crédito.

Os movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado apresentam-se como se segue:

	2019	2018
<b>Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>		<b>4.743</b>
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)		(4.743)
<b>Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Detalhes sobre análise de crédito**

Para efeitos da identificação das exposições individualmente significativas (que serão, obrigatoriamente, analisadas numa base individual), o Grupo fixa os limiares a ter em consideração. Estes são, de entre outros, exposições colateralizadas por ativos não líquidos que representem uma percentagem relevante da carteira de crédito de retalho ou dos Fundos Próprios do BiG. No entanto, mesmo que uma determinada exposição não esteja inserida nestes critérios, e tendo em vista a posição conservadora do Grupo relativamente ao risco de crédito, a mesma pode ser alvo de análise individual de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe da carteira de crédito não titulado (retalho e garantias e avales prestados) por modelo de avaliação individual e coletivo, apresenta-se como se segue:

2019	Crédito em Conta Corrente		Crédito Habitação		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Individual	-	-	164.422	(24)	602.801	(60)	767.224	(84)
Coletiva	11.761.912	-	4.825.323	(732)	4.056.131	(31.922)	20.643.366	(32.654)
	<b>11.761.912</b>	<b>-</b>	<b>4.989.745</b>	<b>(756)</b>	<b>4.658.932</b>	<b>(31.982)</b>	<b>21.410.590</b>	<b>(32.738)</b>

2018	Crédito em Conta Corrente		Crédito Habitação		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Individual	66	66	-	-	230.252	27.430	230.318	27.496
Coletiva	16.304.595	-	5.393.709	841	17.602.111	4.014	39.300.415	4.855
	<b>16.304.661</b>	<b>66</b>	<b>5.393.709</b>	<b>841</b>	<b>17.832.363</b>	<b>31.444</b>	<b>39.530.733</b>	<b>32.351</b>

**Análise de sensibilidade sobre a perda de crédito esperada**

Foi realizado um exercício de análise de sensibilidade sobre a perda de crédito esperada (ECL), baseado em alterações das hipóteses fundamentais aplicadas isoladamente ao cálculo da perda esperada.

Apresenta-se, em seguida, a sensibilidade estimada em função de uma alteração na projeção da variação anual da taxa de crescimento do desemprego para os doze meses seguintes:

Variação anual da taxa de desemprego	Variação da perda de crédito esperada (ECL)
+1%	+ 341 euros
-1%	- 341 euros



### Risco Operacional

O risco operacional inerente ao negócio do Grupo pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, riscos humanos ou eventos exteriores.

O Grupo, dada a natureza do seu negócio, tem exposição a perdas potenciais ou risco operacional, como resultado de erros humanos, avarias de sistemas, falhas de processamento, interrupções de atividade inesperadas ou falhas por parte de terceiros em termos de fornecimentos ou execução de serviços.

Para monitorizar os riscos e o efetivo cumprimento dos procedimentos em todo o Grupo, existe uma estrutura de controlo que supervisiona a adequação dos procedimentos, sistemas e recursos humanos com o intuito de assegurar o normal desenvolvimento da atividade em quaisquer circunstâncias.

O objetivo da estrutura mencionada é assegurar a aderência do Grupo aos procedimentos e limites estabelecidos, de forma a que o custo inerente aos erros operacionais possa ser mantido em níveis controlados, face ao capital do Grupo e à sua estratégia. A par desta estrutura, é cultivada no Grupo uma cultura de deteção e mitigação de risco, que incentiva uma resolução proativa de problemas baseada na identificação antecipada dos mesmos.

### Gestão de capital e rácio de solvabilidade

Os fundos próprios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontram-se apresentados conforme se segue:

		2019	2018
<b>A - Fundos Próprios</b>			
Capital ordinário realizado, prémios de emissão, ações próprias e outros		172.738.404	172.242.408
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos		195.570.550	160.944.394
Interesse minoritário reconhecido no FPP1		3.773.989	-
Ativos intangíveis		(2.937.612)	(2.114.081)
Ajustamentos devidos a filtros prudenciais		(1.630.019)	(1.662.031)
Fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1 Capital)	( A1 )	367.515.312	329.410.690
Fundos próprios de nível 1 (Tier 1 Capital)	( A2 )	367.515.312	329.410.690
Fundos Próprios Totais	( A3 )	367.515.312	329.410.690
<b>B - Ativos ponderados pelo risco</b>	<b>( B )</b>	<b>851.619.265</b>	<b>1.047.325.984</b>
<b>C - Rácios de Capital</b>			
Rácio de FPP1 (Common Equity Tier 1 Capital)	( A1 / B )	43,2%	31,5%
Rácio de FP1 (Tier 1 Capital)	( A2 / B )	43,2%	31,5%
Rácio de Fundos Próprios Totais (Total capital ratio)	( A3 / B )	43,2%	31,5%

O movimento de fundos próprios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontra-se apresentado conforme se segue:

	2019	2018
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>329.410.690</b>	<b>329.790.312</b>
Capital ordinário realizado, prémios de emissão, ações próprias e outros	495.996	4.061.298
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos	34.626.156	8.474.091
Outros ajustamentos transitórios	-	(12.864.342)
Interesse minoritário reconhecido no FPP1	3.773.989	-
Ativos intangíveis	(823.531)	279.770
Ajustamentos devidos a filtros prudenciais	32.012	(330.439)
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>367.515.312</b>	<b>329.410.690</b>

### Outros Riscos e a sua medição:

#### Risco Reputacional

Em termos de risco de reputação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma perceção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, junto dos diferentes *stakeholders*, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral. O BIG idealizou testes de esforço onde admite que a existência de notícias

bastante negativas relativas ao Grupo, com consequências ao nível do levantamento, parcial ou integral, dos depósitos por parte dos clientes no mesmo dia ou no prazo de uma semana.

### Risco de Correlação

Os diferentes tipos de risco, liquidez, reputação, crédito, contraparte, mercado, taxa de juro, etc., encontram-se correlacionados entre si. Essa correlação é sem dúvida mais notória nalguns pares de riscos não tendo particular relevância em outros pares de riscos.

#### ▲ Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação:

O declínio da reputação de uma instituição financeira pode conduzir à falta de confiança dos clientes e dos investidores em geral. Tal situação pode conduzir ao risco de liquidez por parte da instituição no que diz respeito às suas responsabilidades imediatas.

#### ▲ Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Mercado:

No ponto anterior são analisados os riscos de reputação *versus* risco de liquidez. Neste caso, assumimos que existe uma variação anormal dos diferentes instrumentos financeiros no mercado.

#### ▲ Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Crédito:

Neste caso o Grupo admite, à semelhança do ponto anterior, cenários onde estejam presentes risco de reputação e risco de liquidez. Adicionalmente, consideramos um cenário de probabilidade de *default* dos ativos, bem como o impacto de *downgrades* no *rating* destes.

### Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Mercado:

(Queda de 30% do mercado acionista, um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro e levantamento massivo de depósitos em consequência de risco reputacional)

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de dezembro de 2019, cujo impacto é descrito de seguida.

#### *Cenário 1 – 33% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana*

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 173.355.296 euros.

Responsabilidades: 267.787.553 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 94.432.257 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (queda de 30% do mercado acionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 41.657.462 euros.

#### *Cenário 2 – 50% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana*

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 173.355.296 euros.

Responsabilidades: 401.681.329 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 228.326.033 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (queda de 30% do mercado acionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 41.657.462 euros.

#### *Cenário 3 – 50% dos DO's e dos DP's são levantados pelos clientes no prazo de um mês*

Liquidez disponível no prazo de um mês: 173.355.296 euros.

Responsabilidades: 644.788.236 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 471.432.940 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (queda de 30% do mercado acionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 41.657.462 euros.

### Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Crédito:

(Cenário de *downgrades* dos títulos de dívida e levantamento massivo de depósitos em consequência de risco reputacional)

#### ▲ Aaa – Aa2: mantém-se o *rating*;

#### ▲ Aa3 – A3: descida de 2 nodos no *rating*;

#### ▲ Baa1 e *ratings* inferiores: descida de 4 nodos no *rating*.

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de dezembro de 2019, cujo impacto é descrito de seguida:

*Cenário 1 – 33% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana*

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 173.355.296 euros.

Responsabilidades: 267.787.553 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 94.432.257 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (*downgrade* dos títulos de dívida), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 25.262.255 euros.

*Cenário 2 – 50% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana*

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 173.355.296 euros.

Responsabilidades: 401.681.329 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 228.326.033 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (*downgrade* dos títulos de dívida), o Grupo estima uma perda potencial de 25.262.255 euros.

*Cenário 3 – 50% dos DO's e dos DP's são levantados pelos clientes no prazo de um mês*

Liquidez disponível no prazo de um mês: 173.355.296 euros.

Responsabilidades: 644.788.236 euros.

Neste cenário, seria necessário vender ativos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 471.432.940 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (*downgrade* dos títulos de dívida), o Grupo estima uma perda potencial de 25.262.255 euros.

## ▲ NOTA 41 ÔNUS SOBRE ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a oneração dos ativos pode ser analisada conforme se segue:

2019	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Títulos				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	581.617.156	554.435.521	1.392.659.965	1.319.401.203
Ações	-	-	1.984.223	1.984.223
Outros títulos	-	-	897.692	897.692
Outros ativos	700.000	-	290.555.281	-
	<b>582.317.156</b>		<b>1.686.097.161</b>	

2018	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Títulos				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	528.439.163	517.046.787	1.448.193.119	1.409.033.940
Ações	-	-	2.289.918	2.289.918
Outros títulos	-	-	621.666	621.666
Outros ativos	700.000	-	297.745.937	-
	<b>529.139.163</b>		<b>1.748.850.640</b>	

Em 31 de dezembro de 2019 o montante dos passivos associados a ativos onerados era de 452.571.329 euros (31 de dezembro de 2018: 405.598.411 euros).

## NOTA 42

### NORMAS RECENTEMENTE EMITIDAS

#### IFRS Divulgações – Novas normas a 31 de dezembro de 2019:

##### 1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019:

**a) IFRS 16** (nova), 'Locações'. Esta nova norma substitui a IAS 17 – 'Locações', com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. O impacto desta norma encontra-se identificado na nota 25.

**b) IAS 19** (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos'. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registrado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Esta alteração não teve impacto significativo no banco.

**c) Melhorias às normas 2015 – 2017.** Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.

**d) IFRIC 23** (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento'. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registrar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

##### 2. Alterações às normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

**a) IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

**b) Estrutura conceitual.** 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.

##### 3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

**a) IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.

**b) IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospectiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

**c) IFRS 17** (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

**Quadro resumo novas normas:**

Descrição	Alteração	Data efetiva
<b>1. Novas normas, alterações às normas e interpretações efetivas a 1 de janeiro de 2019</b>		
IFRS 16 – Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores	1 de janeiro de 2019
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Isenção à classificação de ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa.	1 de janeiro de 2019
IAS 19 – Benefícios dos empregados	Obriga a usar pressupostos atualizadas para o cálculo das responsabilidades remanescentes após atualização, corte ou liquidação de benefícios, com impacto na demonstração dos resultados, exceto quanto à diminuição de qualquer excesso enquadrado no âmbito do “asset ceiling”	1 de janeiro de 2019
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial	1 de janeiro de 2019
Melhorias às normas 2015 – 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11	1 de janeiro de 2019
IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento	1 de janeiro de 2019
<b>2. Alterações às normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, já endossadas pela EU</b>		
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Atualização da definição de material, na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo	1 de janeiro de 2020
Estrutura concetual – Alterações na referência a outras IFRS	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos / passivos e gastos / rendimentos	1 de janeiro de 2020
<b>3. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, ainda não endossadas pela EU</b>		
IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais	Alteração da definição de negócio	1 de janeiro de 2020
IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juro de referência	Introdução de isenções à contabilidade de cobertura com o objetivo de que a reforma das taxas de juro referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura	1 de janeiro de 2020
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2021

## NOTA 43 EVENTOS SUBSEQUENTES

### **Condições de mercado – Coronavírus**

A pandemia provocada pelo Covid-19, irá provavelmente afetar toda economia global bem como a atividade e património do Banco. Mais especificamente, são esperados impactos nas demonstrações financeiras provenientes da reavaliação dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, mas também nas perdas de crédito esperadas. No entanto o Banco tem um rácio de capital muito confortável acima do limite mínimo e que lhe permite ter um nível significativo de resiliência.

É de salientar no entanto que o Banco está a executar o seu plano de contingência. Em termos operacionais, foram implementadas um conjunto de medidas que permitiram dotar a totalidade dos colaboradores essenciais ao desenvolvimento normal da atividade do Banco dos recursos necessários para poderem trabalhar remotamente. Adicionalmente, foi definido um plano de contingência COVID-19 que contém um conjunto de procedimentos operacionais para fazer face aos possíveis eventos adversos decorrentes da propagação da pandemia.

Atualmente, o Banco encontra-se a acompanhar de perto a evolução da pandemia provocada pelo COVID-19 por forma a avaliar potenciais impactos na sua atividade. Dadas as incertezas e medidas em curso a ser avaliadas pelos reguladores nacionais e internacionais, o Banco ainda não consegue estimar com precisão e fiabilidade os impactos nas suas demonstrações financeiras.

### **BiG Espanha**

Durante o ano de 2020, o BiG prevê lançar a sua estratégia de banca digital para o mercado espanhol. Numa primeira fase, o foco será essencialmente em plataformas de negociação, na captação de recursos de clientes, na gestão de ativos e na prestação de serviços de assessoria financeira.

### **BiG Moçambique – Aumento de Capital**

Por forma a cumprir os requisitos mínimos de capital exigidos aos bancos, recentemente revistos e definidos pelo regulador em Moçambique, o BiG Portugal subscreveu, no primeiro trimestre de 2020, pelo valor aproximado € 6,3 milhões na moeda local (436.863.985 Meticais) parte do aumento total de capital de 528.655.000 Meticais. A diferença foi subscrita pelos outros acionistas, investidores institucionais locais, na proporção das suas posições acionistas no BiG Moçambique. Como resultado da operação e da conclusão da venda de um lote de 15.823 ações a um dos acionistas, o BiG Portugal passou a deter 82,64% do capital do BiG Moçambique (correspondente na moeda local a cerca de € 20,1 milhões).

### **Processo BiG vs. BIC – confundibilidade das marcas**

O processo que o BiG intentou há vários anos contra o Banco BIC (que utiliza atualmente a marca comercial “EuroBic”) continua, com a EUIPO (European Union Intellectual Property Office – Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia) a tomar geralmente decisões favoráveis à posição do BiG em não permitir o registo da marca “EuroBic”, enquanto que decisões recentes pela entidade nacional equivalente, o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual), aparentam ser contraditórias a este respeito, posição essa apoiada pelo Tribunal de Propriedade Intelectual. A decisão deste tribunal, que inicialmente tinha decidido em favor da posição do BiG relativamente à confundibilidade das marcas, aceitou parcialmente o recurso do Banco BIC, confirmando contudo a decisão original que obriga o Banco BIC a pagamento por danos compensatórios.

# **ORGÃOS SOCIAIS**

## **Assembleia Geral**

Paulo Câmara Pires dos Santos Martins

**Presidente**

João Manuel de Jesus Rufino

**Secretário**

## **Conselho de Administração**

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues

**Presidente**

Nicholas Leo Racich

**Vice-Presidente**

José Fernando Catarino Galamba de Oliveira

**Vogal**

Mário João Abreu Galhardo Bolota

**Vogal e Presidente da Comissão Executiva | CEO**

Paulo José Caramelo de Figueiredo

**Vogal e Membro da Comissão Executiva**

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho

**Vogal e Membro da Comissão Executiva**

Ana Rita da Costa Gil Simões

**Vogal e Membro da Comissão Executiva**

Peter Alexander Baptista Rodrigues

**Vogal e Membro da Comissão Executiva**

## **Conselho Fiscal**

Pedro Rogério Barata de Ouro Lameira (Presidente)

Jorge Alegria Garcia de Aguiar (Vogal)

João Augusto Cantiga Esteves (Vogal)

## **Revisor Oficial de Contas**

PricewaterhouseCoopers & Associados,

Sociedade de Revisores de Contas, S.A., representada por

Aurélio Adriano Rangel Amado ou

José Manuel Henriques Bernardo

# CONTACTOS ÚTEIS

## Geral

Serviços Online

Serviços de Apoio ao Cliente

213 305 377

[www.big.pt](http://www.big.pt)

[apoio@big.pt](mailto:apoio@big.pt)

## Clientes

Personal Wealth Management

Private Wealth Management

Institutional Wealth Management – Lisboa

Institutional Wealth Management – Porto

Tiago Eusébio

Pedro Coutinho

Rui Bolsa

Diogo Costa

Cláudio Sousa

[tiago.eusebio@big.pt](mailto:tiago.eusebio@big.pt)

[pedro.coutinho@big.pt](mailto:pedro.coutinho@big.pt)

[rui.bolsa@big.pt](mailto:rui.bolsa@big.pt)

[diogo.costa@big.pt](mailto:diogo.costa@big.pt)

[claudio.sousa@big.pt](mailto:claudio.sousa@big.pt)

## Áreas de Negócio

**Mercados**

**Gestão de Ativos**

**Corporate Finance**

**Plataformas e Corretagem**

**Research**

João Henrique

Rui Broega

Bruno Caixeirinho

Steven Santos

João Calado

[joao.henrique@big.pt](mailto:joao.henrique@big.pt)

[rui.broega@big.pt](mailto:rui.broega@big.pt)

[bruno.caixeirinho@big.pt](mailto:bruno.caixeirinho@big.pt)

[steven.santos@big.pt](mailto:steven.santos@big.pt)

[joao.calado@big.pt](mailto:joao.calado@big.pt)

## Áreas de Suporte

**IT**

**Operações**

**Contabilidade**

**Reporting**

**Controlo Interno**

**Auditoria Interna**

**Recursos Humanos**

**Marketing**

**Legal**

**Risco**

Vitor Luís

Paulo Campos

Dora Moreira

Lúcia André

Francisco Passaradas

David Almeida

Paula Moreira

Patricia Caetano

Miguel Machado

Lúcia Ventura

Miguel Mira

Teresa Raimundo

[vitor.luis@big.pt](mailto:vitor.luis@big.pt)

[paulo.campos@big.pt](mailto:paulo.campos@big.pt)

[dora.moreira@big.pt](mailto:dora.moreira@big.pt)

[lucia.andre@big.pt](mailto:lucia.andre@big.pt)

[francisco.passaradas@big.pt](mailto:francisco.passaradas@big.pt)

[david.almeida@big.pt](mailto:david.almeida@big.pt)

[paula.moreira@big.pt](mailto:paula.moreira@big.pt)

[patricia.caetano@big.pt](mailto:patricia.caetano@big.pt)

[miguel.machado@big.pt](mailto:miguel.machado@big.pt)

[lucia.ventura@big.pt](mailto:lucia.ventura@big.pt)

[miguel.mira@big.pt](mailto:miguel.mira@big.pt)

[teresa.raimundo@big.pt](mailto:teresa.raimundo@big.pt)

## Sede

Av. 24 de Julho, n.º 74-76, 1200-869 Lisboa

213 305 300



